



Os sentidos da
ESCRAVIDÃO
e outros temas:
análises em Semântica do Acontecimento

**Soeli Maria Schreiber da Silva
Carolina de Paula Machado**
[organizadoras]

**Os sentidos da escravidão e outros temas:
análises em Semântica do Acontecimento**

**Soeli Maria Schreiber da Silva
Carolina de Paula Machado
(Orgs.)**

**Os sentidos da escravidão e outros temas:
análises em Semântica do Acontecimento**



Copyright © dos autores

Todos os direitos garantidos. Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, transmitida ou arquivada desde que levados em conta os direitos dos autores.

Soeli Maria Schreiber da Silva; Carolina de Paula Machado (Orgs.)

Os sentidos da escravidão e outros temas: análises em Semântica do Acontecimento. São Carlos: Pedro & João Editores, 2018. 255p.

ISBN: 978-85-7993-498-8

1. Semântica do Acontecimento. 2. Sentidos da escravidão. 3. UEHPOSOL.
4. Argumentação. 5. Autores. I. Título.

CDD –410

Capa: Andersen Bianchi

Editores: Pedro Amaro de Moura Brito & João Rodrigo de Moura Brito

Revisor: André Stefferson Martins Stahlhauer

Conselho Científico da Pedro & João Editores:

Augusto Ponzio (Bari/Itália); João Wanderley Geraldi (Unicamp/ Brasil);
Nair F. Gurgel do Amaral (UNIR/Brasil); Maria Isabel de Moura
(UFSCar/Brasil); Maria da Piedade Resende da Costa (UFSCar/Brasil);
Valdemir Miotello (UFSCar/Brasil).

Conselho editorial ad hoc:

Eduardo Guimarães (UNICAMP); Débora Massman (UNIVÁS); Jorge
Viana (UESB); Soeli M. S. da Silva (UFSCar); Carolina de Paula Machado
(UFSCar); André Stefferson M. Stahlhauer (Universidade Leibniz de
Hanover - Alemanha, Leibniz Universität Hannover)



Pedro & João Editores

www.pedroejoaoeditores.com.br

13568-878 - São Carlos – SP

2018

Dedicatória

A Unidade de Estudos Históricos, Políticos e Sociais da Linguagem (Departamento de Letras da Universidade Federal de São Carlos) agradece a Eduardo Guimarães por todas as parcerias realizadas, especialmente no projeto que resultou nesse livro. Dedicamos nossas pesquisas desse livro a Eduardo Guimarães, fundador da Semântica do Acontecimento.

Soeli Maria Schreiber da Silva

Carolina de Paula Machado

Sumário

Apresentação	9
Escravidão na atualidade: O “gato”, a “fachada”, o “imigrante” e os “peões de trecho” – Um estudo enunciativo (<i>Soeli M. S. da Silva</i>)	13
Argumentação, argumentatividade e perspectivização na carta do escravo Felício e na Lei na atualidade (<i>Soeli M. S. da Silva</i>)	21
Os sentidos de <i>escravidão</i> : o memorável e o presente do acontecimento enunciativo em jornais do início do século XX (<i>Carolina de Paula Machado</i>)	29
A divisão e a distribuição do Português na Suíça: Língua de imigração e de trabalhadores (<i>André Stefferson Martins Stahlhauer</i>)	39
A escravidão, a escravatura e o estrangeiro no jornal <i>O Abolicionista</i> do Rio de Janeiro (<i>Nirce Aparecida Ferreira Silvério</i>)	57
Um estudo da palavra escravo por meio da semântica do acontecimento (<i>Nayara Fernanda Dornas</i>)	63
O político na linguagem: Uma análise de dicionários especializados sobre a escravidão negra no Brasil (<i>Maria Fernanda Faccipieri Silva</i>)	73
O memorável no acontecimento enunciativo: Uma análise de nomes de ruas da cidade de São Carlos (<i>Georges Sosthene Koman</i>)	85
A designação das línguas e a sua distribuição para falantes na tríplice fronteira Brasil-Paraguai-Argentina (<i>Amanda Castilho Azzali</i>)	91
Um olhar semântico-enunciativo para as traduções da Bíblia em Português (<i>Marcelle Vilasboa Magalhães e Soeli M. S. da Silva</i>)	99

A verdade lexicográfica e o preconceito na língua: análise do termo <i>homossexualismo</i> nos dicionários brasileiros (<i>Fernanda Pereira Silva e Pedro Eduardo Bertazzi</i>)	109
A escravidão no corpo: A constituição de sentidos em publicidades estéticas (<i>Camila Pires Alves e Carolina de Paula Machado</i>)	121
A designação da palavra <i>escravidão</i> na coleção de leis do Império do Brasil, sua relação com o colono e a marginalização de um povo (<i>William Ferreira de Lima</i>)	133
Relação entre as línguas nas universidades brasileiras – A cena enunciativa e orientação argumentativa presentes na designação do termo <i>Língua Portuguesa</i> (<i>Winnie Tathiane Dourado</i>)	139
Um atlas (re)desenhado pelo acontecimento de nomeação – Mato Grosso e seus municípios (<i>Taisir Mahmudo Karim, Giseli Veronêz da Silva e Jocineide Macedo Karim</i>)	153
Argumentação: do memorável às rupturas de sentido nas ciências humanas (<i>Débora Massmann</i>)	169
Semântica do Acontecimento e Linguística de Corpus: análise enunciativa de sentidos de escravidão e de interpretação (<i>Jorge Viana dos Santos, Cristiane Namiuti, Adilson Ventura</i>)	201
Uma análise semântica de liberto como “cidadão brasileiro” na Constituição do Brasil de 1824: o memorável do nascimento (<i>Jorge Viana Santos e Anna Cláudia Pereira Queiroz</i>)	221
A nomeação das ruas na comunidade quilombola “Tia Eva” em Campo Grande/MS: uma análise enunciativa (<i>Keyla Lima da Silva e Rosimar Regina R. de Oliveira</i>)	229
Argumentação, linguagem e conhecimento (<i>Sheila Elias de Oliveira</i>)	241

Apresentação

Neste livro inserimos resultados de parte do projeto FAPESP 2015/16397-2 e também de alguns professores visitantes que colaboraram com as discussões em grupos de trabalho que foram realizados durante o seu desenvolvimento.

Os estudos aqui apresentados têm em comum fundamentarem-se na teoria de Semântica do Acontecimento de Eduardo Guimarães.

Agradecemos aos professores visitantes: Eduardo Guimarães, Monica Zoppi Fontana, Sheila Elias Oliveira, Luiz Francisco Dias, Ana Josefina Ferrari, Adilson Ventura, Taisir Mahmudo Karim, Rosimar Regina Oliveira, Débora Massman e Gabriel Leopoldino dos Santos.

Agradecemos ao acervo da Casa do Pinhal (São Carlos) e do Pró-Memória (São Carlos). Agradecemos também a todos que realizaram trabalhos para organizar nosso banco de dados.

Começamos apresentando as pesquisas realizadas na Unidade de Estudos Históricos, Políticos e Sociais da Linguagem (UEHPOSOL). Assim, dentre os pesquisadores temos as pesquisadoras principais: Soeli M. S. da Silva, que escreveu sobre a escravização na atualidade (Texto 1), e sobre argumentação, argumentatividade e perspectivação na carta do escravo Felício e na Lei na atualidade. Carolina de Paula Machado estudou a palavra “escravidão” em artigos jornalísticos e apresenta o resultado da análise semântica que realizou mostrando uma relação de sentido entre escravidão e o regime republicano,

André Stefferson M. Stahlhauer mostra algumas divisões e a distribuição do português, povo e língua, no espaço enunciativo do Português na Suíça, e mostra como resultados, os seus funcionamentos como língua de imigrante e de trabalhador, em relação a outras línguas da e na Suíça,

Nirce Aparecida Silvério analisou a designação de escravidão, escravatura e estrangeiro no Jornal Abolicionista do Rio de Janeiro.

Nayara Fernanda Dornas estudou a designação de escravo em Cartas do Conde do Pinhal para sua esposa Naninha.

Maria Fernanda Faccipieri Silva analisa verbetes de dicionários especializados, que designam castigos e instrumentos de tortura usados no período da escravidão negra no Brasil.

George Sosthene Koman analisou o funcionamento semântico enunciativo dos nomes de ruas da cidade de São Carlos.

Amanda C. Azzali desenvolve um percurso teórico sobre o espaço de enunciação brasileiro em torno da língua portuguesa e suas divisões e situa a língua espanhola e as outras línguas faladas na região de fronteira do Brasil com o Paraguai e a Argentina.

No artigo intitulado “Um olhar semântico-enunciativo para as traduções da Bíblia em português”, as autoras Marcelle B. V. Magalhães e Soeli S. da Silva fazem uma reflexão sobre a tradução e a versão do ponto de vista semântico enunciativo.

Os alunos de graduação Fernanda P. Silva e Pedro E. R. Bertazzi fazem uma análise da palavra *homossexualismo* em diversos dicionários, impressos e digitais, dos séculos XX e XXI. O artigo intitulado “A escravidão no corpo: a constituição de sentido em publicidades estéticas” é resultado da pesquisa de Iniciação Científica da aluna Camila Pires Alves, sob orientação da profa. Dra. Carolina de Paula Machado com apoio da FAPESP.

O aluno William Ferreira de Lima apresenta uma análise realizada durante sua Iniciação Científica com bolsa PIBIC em que tomou como *corpus* artigos de leis da época do Brasil Império.

Winnie T. Dourado apresenta o artigo “Relação entre línguas nas universidades brasileiras: a cena enunciativa e a orientação argumentativa presentes na designação do termo língua portuguesa” resultado de sua Iniciação Científica desenvolvida na temática de política de línguas com apoio da FAPESP.

Taisir Mahmudo Karim, Giseli Veronéz Silva e Jocineide Macedo Karim (UNEMAT) estudam a nomeação dos municípios do Estado do Mato Grosso. A análise enunciativa mostra o movimento constitutivo do atlas mato-grossense e redesenha a geografia para significar o território do Estado.

Débora Massman (UNIVÁS) analisou os sentidos da palavra argumentação para estabelecer a história do conceito. Trata-se de uma contribuição para a produção de um saber sobre a história do conceito de argumentação.

E Jorge Viana Santos, Cristiane Namiuti e Adilson Ventura trabalham com o método LAPELINC de construção de corpus e realizam pesquisas sobre o sentido de ‘escravidão’ e ‘liberdade’ em documentos do séc. XIX, e de interpretação em livros didáticos (UESB).

Jorge Viana Santos e Anna Cláudia Pereira Queiroz (UESB) em "Uma análise semântica de liberto como “cidadão brasileiro” na Constituição do Brasil de 1824: o memorável do nascimento" analisam a palavra liberto.

Rosimar Regina R. de Oliveira (UEMS) e Keyla Lima da Silva(UEMS) analisaram A nomeação das ruas na comunidade quilombola "Tia Eva" em Campo Grande/MS : uma análise enunciativa

E por fim, Sheila Elias Oliveira trata da argumentação como constituída no Brasil a partir de uma posição materialista.

Soeli Maria Schreiber da Silva
Carolina de Paula Machado

ESCRAVIZAÇÃO NA ATUALIDADE: O “GATO”, “A FACHADA”, “O IMIGRANTE” E OS “PEÕES DE TRECHO” - UM ESTUDO ENUNCIATIVO

SOELI MARIA SCHREIBER DA SILVA - UFSCar

1-Introdução

No grupo de trabalho na Unidade de Estudos Históricos, Políticos e Sociais da Linguagem, no Projeto FAPESP 2015/16397-2 realizamos, nesses dois últimos anos, o estudo da escravidão em diferentes modalidades, analisando a textualidade, a argumentação e a designação. Nesse estudo específico para esse livro, debruçei-me sobre o funcionamento da escravidão na atualidade. Estamos mostrando como isso se dá na linguagem.

Para Eduardo Guimarães, "a relação de uma expressão com as coisas não é classificação de objetos, é relação de sentido entre palavras" (GUIMARÃES, 2007, p. 78). E essa relação de sentido é construída enunciativamente. É, então, um processo enunciativo de construção de linguagem no procedimento de Domínio Semântico de Determinação (DSD)¹, que analisamos essa relação de sentido.

Um DSD mostra como o funcionamento das palavras na enunciação constitui sentido (designação e referência entre outras coisas). Ou seja, não se pensa uma língua como organização por campos específicos que no conjunto nos daria a própria organização do pensamento daqueles que falam uma língua. O DSD é, ao contrário, a caracterização de como, no acontecimento da enunciação, uma língua se movimenta ao funcionar. (...) a relação da linguagem com as coisas é construída por uma determinação enunciativa, que os Domínios Semânticos de Determinação descrevem e interpretam (GUIMARÃES, 2007, p. 96).

Para Guimarães (2009) quando analisamos a reescrituração, trata-se de uma operação pela qual, no fio do dizer, uma expressão se reporta a outra, pelos mais variados procedimentos. Ou por negar a outra, ou por retomá-la, ou por redizê-la com outras palavras, ou por expandi-la ou condensá-la, etc., (GUIMARÃES, 2009, p. 84).

¹Para estabelecer as relações que constituem o sentido de uma palavra, Guimarães (2007) apresenta alguns sinais que auxiliam nessa interpretação: $Y \vdash X$ (X determina Y), $X \dashv Y$ (X determina Y), $Y \dashv\vdash X$ (Y sinônimo de X), Y / X (Y antônimo de X).

Esses procedimentos

de retomada constituem a textualidade, tecendo os sentidos, produzindo a polissemia. Isso se dá na medida em que, ao repetir o mesmo como algo diferente de si, ou seja, através de outras palavras que reescrevem a palavra ou expressão que está sendo analisada, são produzidos, na tensão entre o mesmo e o diferente, outros sentidos no acontecimento enunciativo (SCHREIBER DA SILVA, MACHADO, 2015, p.82).

Nos recortes que vamos analisar nos interessa mostrar a relação entre *fazendeiros, empregadores, gato, fachada e peões de trecho*. Trata-se de uma "relação linguística tomada na história" (GUIMARÃES, 2007, p. 81). Também Sheila Elias de Oliveira (2006) analisa o texto no acontecimento considerando a relação entre língua e sujeito. Diz que "na enunciação, não é o sujeito que temporaliza, ele é tomado na temporalidade do acontecimento" (...) (OLIVEIRA, 2006, p. 58).

Da posição dos estudos que realizamos, Luiz Francisco Dias (2016) trata da pertinência enunciativa: quando falamos alguma coisa, a nossa fala é motivada por uma necessidade de significar algo pertinente (DIAS, 2016, p. 37). É nesse sentido que analisamos o memorável na relação com a atualidade na medida em que o referencial histórico demanda uma pertinência enunciativa. O recorte que fazemos quando falamos tem a ver com uma interpretação demandada pelo referencial histórico.

Teoricamente, essa palavra história vai sendo ressignificada na Semântica do Acontecimento. Configura-se uma relação de passado quando se trata de história. O histórico, na semântica do acontecimento é uma relação de passado, atualizada no presente por um memorável e também projeta uma futuridade. Desse modo, a rememoração de uma relação empregatícia é uma relação patrão /empregado. Na especificidade da semântica, as relações dão-se no acontecimento enunciativo. Vamos ver como isso acontece nos recortes que passamos a analisar e como se atualiza nos dias de hoje.

2- Análise

Recorte 1

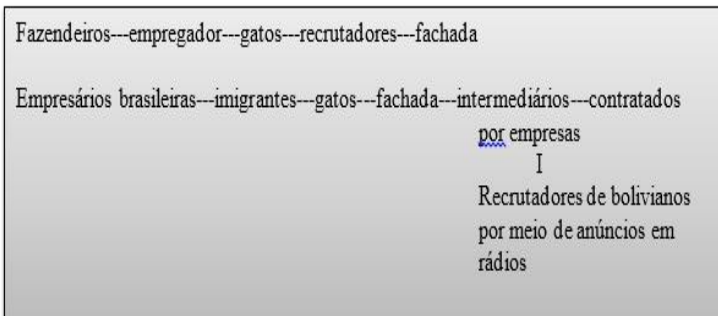
Os empregadores em geral terceirizam a contratação de mão de obra usando os chamados "gatos". Eles recrutam os trabalhadores e servem de fachada para que os fazendeiros não sejam responsabilizados pelo crime. A estratégia se repete também para os imigrantes: intermediários contratados por empresários brasileiros são enviados a comunidades bolivianas pobres e recrutam trabalhadores por meio de anúncios, inclusive nas rádios. <https://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/trabalho->

Nesse recorte analisamos uma relação de substituição dos fazendeiros empregadores por *gatos*. A palavra *gatos* é definida como aqueles que *recrutam os trabalhadores e servem de fachada para que os fazendeiros não sejam responsabilizados pelo crime*. Essa definição expande o sentido de *gatos*, que nesse texto designa o responsável pelo contrato com o trabalhador.

Também *imigrantes* substitui Empresários brasileiros, especificados por *comunidades bolivianas pobres*; essa especificação expande o sentido de *imigrante*. Numa relação integrativa, no mesmo recorte, os imigrantes são os *gatos* e a fachada na medida em que *a estratégia se repete*. *Imigrantes* são definidos como *intermediários contratados por empresários brasileiros são enviados a comunidades pobres e recrutam trabalhadores por meio de anúncios, inclusive nas rádios*. Os modos de recrutamento estão naturalizados, podendo ser feitos até nas rádios. Do lado brasileiro os responsáveis por contratos são os *gatos*; do lado boliviano, os imigrantes.

Na interpretação nesse Domínio Semântico de Determinação, no Estado Brasileiro há a configuração da escravização em que empregadores fazendeiros são substituídos por "gatos" e por "fachada". O recrutamento de trabalhadores por empresários é feito por imigrantes. Desse modo, dá-se o funcionamento da escravização no Brasil e, inclusive, como recrutamento na Bolívia.

Esses "gatos" são a fachada para que o crime fique impune. Os imigrantes também são *gatos*. Então, na escravização atual os locutores autores do crime são substituídos por *fachadas*. E por *gatos* sinônimos de fazendeiros e empregadores empresários brasileiros. Há um deslocamento de Locutores no Agenciamento enunciativo. O lugar social de locutor passa a ser *gato* em vez de *empregador*.



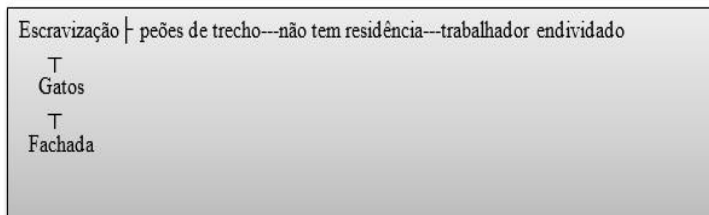
Recorte 2

Na escravização, há ainda os “peões do trecho”, que não têm residência fixa, passando de uma frente de trabalho para outra. Nos chamados “hotéis peoneiros”, onde se hospedam à espera de serviço, são encontrados pelos “gatos”, que “compram” suas dívidas (fazem um refinanciamento informal) e os levam às fazendas. A partir daí, os trabalhadores já estão endividados e devem trabalhar para pagar.

Fonte: Extraído de <https://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/trabalho-escravo/trabalho-escravo-atualmente/escravizacao.aspx> Acesso em: 12/04/2018

Podemos analisar esse recorte integrando-o ao primeiro e essa integração expande o processo de escravização, quando os trabalhadores são substituídos por *peões de trecho* e definidos como *aqueles que não têm residência fixa passando de uma frente de trabalho para outra*. Essa definição é uma sinónímia. Temos uma especificação que atribui sentido ao trabalhador. No desenvolvimento, vemos como se dá o recrutamento via *hospedagem à espera de serviço* os *gatos* que são as *fachadas* dos fazendeiros; “*compram*” suas dívidas e nessa compra temos uma especificação que aponta uma projeção de futuridade, ou seja, de *trabalhadores endividados* e *que devem trabalhar para pagar*. A relação de integração nesse texto é transversal (Guimarães, 2002). Desse modo, os trabalhadores passam a ser *peões de trecho, sem residência e endividados*. O verbo “compram” projeta uma futuridade que significa o endividamento. Temos, então uma substituição de *trabalhadores* por “peões de trecho” E os fazendeiros e empresários são substituídos por *gatos*.

Isso é que podemos chamar de Espaço de Enunciação (GUIMARÃES, 2002). Uma nova distribuição da língua configurada nesse texto. Vou chamar aqui de língua da escravização, nessa divisão entre *fazendeiros, empresários, gatos, fachada, imigrantes, trabalhadores, peões de trecho*. Nessa nova língua, tantos os proprietários como os trabalhadores são redistribuídos no espaço de enunciação. Há, então, uma nova deontologia aqui com definições que expandem o processo de escravização no Brasil.



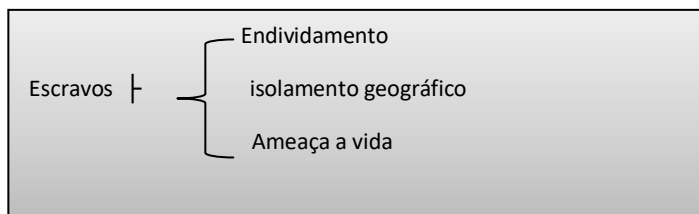
Passemos, então, ao recorte 3 que vai nos mostrar a dificuldade do escravo deixar de se submeter. Vejamos:

Recorte 3

São basicamente três os fatores que levam as pessoas a permanecerem trabalhando como escravos: o endividamento (servidão por dívida), o isolamento geográfico e a ameaça à vida. <https://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/trabalho-escravo/trabalho-escravo-atualmente/escravizacao.aspx> Acesso em: 12/04/2018

Aqui temos uma enumeração na qual o endividamento, o isolamento geográfico e a ameaça à vida determinam *escravos*. Então, nesse processo de escravização a enumeração mostra a dificuldade do pertencimento à liberdade. A enumeração nesse domínio especifica o modo do escravo ser obrigado a se submeter, numa relação de antonímia com liberdade.

Se tomarmos os recortes (1), (2) e (3) temos uma diferença fundamental no trabalho que realizei em 2016 e 2017, publicado em março desse ano e que trata da Lei 149 do Código Penal. Nesse artigo, a Lei é um modo de controlar o trabalho análogo ao trabalho escravo. Entretanto, esse modo de configuração da escravização não está na Lei e parece que inviabiliza a punição para fazendeiros e proprietários. Assim, como a lei vai controlar os procedimentos como representados no Domínio Semântico de Determinação?



Recorte 4

O *acordo verbal* com o *gato* costuma ser quebrado e o peão recebe um valor bem menor que o combinado. No dia do pagamento, a dívida do trabalhador é maior que o saldo a receber. Extraído de <https://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/trabalho-escravo/trabalho-escravo-atualmente/escravizacao.aspx> Acesso em: 12/04/2018

Nesse recorte a Formação Nominal (DIAS, 2013) *acordo verbal* é uma generalização por condensação. O Verbal, nessa Formação Nominal, não tem nada a ver com contratos realizados numa sociedade democrática como a brasileira com as leis atuais, a partir das quais o empregador

deveria realizar um contrato escrito. Esse referencial histórico é desconhecido e atualizado a partir do recrutamento de *peões de trecho*.

No recorte seguinte podemos ver a enumeração do modo de contratação que os *gatos* fazem. Vejamos:

Recorte 5

Ao chegarem ao local do serviço, os trabalhadores são surpreendidos com situações completamente diferentes do prometido. Para começar, o “gato” informa que eles já estão devendo. O adiantamento, o transporte e as despesas com a viagem já foram anotados em um caderno de dívidas, onde serão registradas daí por diante todas as “compras” de comida, remédios etc, feitas no estabelecimento mantido pelo fazendeiro. Os gastos também envolvem a construção de alojamentos.

Além disso, o peão fica sabendo que será cobrado pelo uso do alojamento e que o custo de todas as ferramentas de que vai precisar para o trabalho – foices, facões, motosserras, entre outros – corre por sua conta, assim como botas, luvas, chapéus e roupas, tudo anotado no caderno a preços muito acima dos praticados. Extraído de <https://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/trabalho-escravo/trabalho-escravo-atualmente/escravizacao.aspx>
Acesso em: 12/04/2018

1. Trabalhadores são surpreendidos com situações completamente diferentes do prometido

2. O *gato* informa que eles já estão devendo.

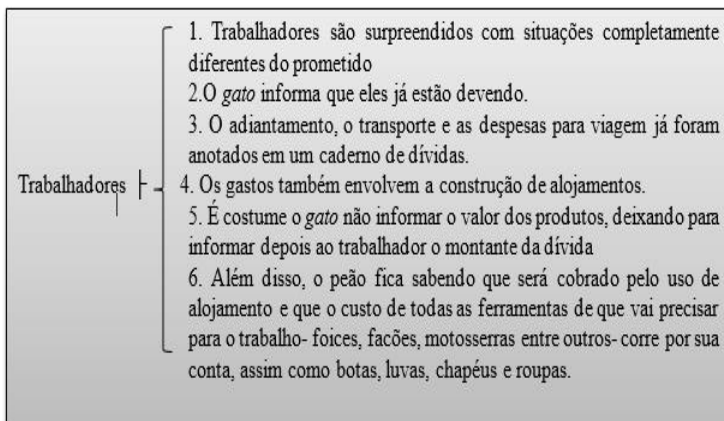
3. O adiantamento, o transporte e as despesas para viagem já foram anotados em um caderno de dívidas.

4. Os gastos também envolvem a construção de alojamentos.

5. É costume o *gato* não informar o valor dos produtos, deixando para informar depois ao trabalhador o montante da dívida

6. Além disso, o peão fica sabendo que será cobrado pelo uso de alojamento e que o custo de todas as ferramentas de que vai precisar para o trabalho - foices, facões, motosserras entre outros- corre por sua conta, assim como botas, luvas, chapéus e roupas.

Temos também nesse recorte a totalização ***tudo*** anotado no caderno a *preços muito acima dos praticados nesse comércio*. Essas enumerações determinam o que são os trabalhadores vivendo sob o regime de escravidão. O ***tudo*** é uma totalização que envolve todas as enumerações, também numa relação de integração no texto.



Se pensarmos numa memória da escravidão, podemos citar aqui Nirce Silvério (2018) e Nayara Dornas (2018). A primeira, em sua tese de doutorado, analisou o *Jornal do Comércio* e *Jornal Abolicionista* mostrando o movimento que se dá na argumentação. A segunda, em sua dissertação de mestrado, estudou cartas do fundador escravocrata de São Carlos para sua esposa Naninha. Nessa dissertação, o sentido de escravo é analisado sobretudo na passagem da lei de 1888. Aí novos modos de discriminar e de não pertencimento do escravo à sociedade como cidadão foram configurados nesse trabalho. A autora analisa o sentido de emancipação.

Conclusão

Podemos concluir que o processo da escravização e determinados modos de tratar o trabalhador não se deram somente no passado. E a linguagem é semantizada nessas novas palavras, nas quais o sentido mostra a redistribuição do modo como se opera com o trabalho escravo. A transferência do crime como se quem recruta é um *gato* ou *imigrante* em vez de um fazendeiro ou empresário é um funcionamento com o qual operamos nos recortes a partir do dispositivo teórico de reescrituração que vai mostrando como se designa o escravo na atualidade. O espaço da enunciação é redistribuído por uma nova língua vigorando no processo de escravização, cujo domínio semântico põe o fazendeiro e o empresário a deslocar seu lugar social, transferindo suas responsabilidades.

Referências

DIAS, L.F. Formações Nominais designativas da língua do Brasil: uma abordagem enunciativa. In: **Letras: Língua, Museu e Patrimônio**. Santa Maria, v. 23. n. 46, p. 1-384, jan/jun. 2013.

_____. Nomes de Cidades de Mato Grosso: uma abordagem enunciativa. In.: **Atlas dos nomes que dizem histórias das cidades brasileiras: um estudo semântico-enunciativo do Mato Grosso**, p. 33-49, 2016.

GUIMARÃES, E. **Semântica do Acontecimento: um estudo enunciativo da designação**. Campinas, Pontes, 2001.

_____. Domínios Semânticos de Determinação. In.: Guimarães, E. e Mollica, M. C. (Orgs). **A Palavra Forma e Sentido**. Campinas, Pontes-RG, 2007.

_____. A Enumeração funcionamento enunciativo e sentido. In.: **Cadernos de Estudos Linguísticos**. Campinas, UNICAMP, N051, p. 1-160, jan./jun. 2009.

OLIVEIRA, S. E. O texto no acontecimento. In. Oliveira, S. E. (Org.). **Mosaico de Linguagens**. Guarapuava-PR.: CELLIP-Campinas, SP: Pontes, 2006.

SCHREIBER DA SILVA, S.M.S. e MACHADO, C.P. Semântica do Acontecimento: princípios teóricos, metodológicos e análises. In.: Baronas, R. **Estudos Discursivos à Brasileira: Uma introdução**. Campinas, Pontes, 2015.

SENADO. **ESCRAVIZAÇÃO- COMO É O PROCESSO**. Extraído de <https://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/trabalho-escravo/trabalho-escravo-atualmente/escravizacao.aspx>

ARGUMENTAÇÃO, ARGUMENTATIVIDADE E PERSPECTIVAÇÃO NA CARTA DO ESCRAVO FELÍCIO E NA LEI NA ATUALIDADE

SOELI MARIA SCHREIBER DA SILVA - UFSCar

1- Introdução

Neste texto, ocupo-me de estudos que têm sido feitos sobre argumentação no projeto Fapesp 20156/16397-2, em desenvolvimento. Nesse tema, trabalho com pesquisadores que analisam a argumentação na Semântica Enunciativa, como Guimarães (1987, 2002, 2007, 2011, 2013, 2017), Dias (2012a, 2012b, 2013 e Ducrot (1999), da Semântica Argumentativa.

Começamos por Ducrot, fundador da Semântica Argumentativa. Numa citação que pode-se considerar o fundamento dos seus trabalhos com a língua, percebemos como tratou da argumentação:

Uma sequência de dois enunciados A e C é dita argumentativa se supusermos que o locutor(L) apresentou A (chamado "argumento") como uma razão C (chamada conclusão). (...) Assim temos tentado mostrar que a oposição, tal qual manifestada pelo conectivo *mas*, pode ser descrita em termos de argumentação, os dois segmentos ligados por *mas* sendo dados como argumentos para conclusões contrárias (DUCROT,1999, p. 3).

Já nessa definição podemos dizer que não há disparidade do sujeito nesse conceito de argumentação, diferentemente das figuras enunciativas com as quais vamos trabalhar nesse texto.

É nessa perspectiva que vou tentar trabalhar o modo como as figuras enunciativas se mobilizam na cena enunciativa: ora projetam-se no passado, ora aludem ao locutor, podem assinalar uma diferença entre orientação argumentativa, como posta por Ducrot, e argumentatividade e argumentação. Também a perspectivação é um outro modo de estudar a argumentação.

2- Argumentação e Argumentatividade

Em Guimarães (2007), na análise que faz das conjunções, em edição revista de 1987, podemos ver que há diferenças no tratamento das

conjunções do português. O autor analisa a conjunção considerando “o texto como um lugar de dispersão de discursos que procuramos poder aprender pela noção de recorte” (GUIMARÃES, 2007, P. 14). Parte de uma concepção de linguagem como “um fenômeno histórico que funciona segundo um conjunto de regularidades socialmente construídas, que se cruzam e podem ir permitindo mudanças” (GUIMARÃES, 2007, p.17). Nessa edição, o autor acrescenta um posfácio onde já começa a delinear “a enunciação como acontecimento da linguagem do funcionamento da língua” (GUIMARÃES, 2007, p. 203). Nesse posfácio aparecem as análises sobre acontecimento e funcionamento da língua, conforme (GUIMARÃES, 2002).

Guimarães considera seus estudos recentes que dizem respeito ao conceito de Espaço de Enunciação “aquele que distribui e atribui politicamente as línguas para seus falantes”. (GUIMARÃES, 2007: p. 205). Em tal estudo, a meu ver, começa a construir a relação de argumentação com a cena enunciativa na análise que faz sobre o operador “mas”, ou seja, “o movimento de sentido que se estabelece entre a argumentação de L e Lx” (Guimarães, 2007, p. 212). Já aí faz uma análise não segmental mostrando o que o texto sustenta a partir da argumentatividade, tratada na temporalidade do acontecimento, na medida em que “a argumentatividade do texto se sustenta no próprio acontecimento que a produz” (GUIMARÃES, 2007, p. 214). E mais: a argumentação do texto começa a ser pensada diferentemente na relação com o dizer de um locutor.

Nesse sentido, Guimarães (2013) afirma que “um acontecimento enunciativo particular constitui-se pelo funcionamento da língua, na medida em que o falante é agenciado por um locutor” (GUIMARÃES, 2013, p. 272). A argumentatividade é abordada na cena enunciativa.

Pode-se observar que na argumentação vai interessar o modo como se dá o agenciamento enunciativo. Como Guimarães trata da relação do locutor com as línguas num espaço de enunciação em que os falantes são constituídos, “eles são figuras da enunciação afetadas pelos sistemas de regularidades dessa língua.” (GUIMARÃES, 2013, P. 272). Podemos ver que se abre outro modo de analisar a argumentação, que mais especificamente é uma questão de argumentatividade na cena enunciativa.

Assim, trata de uma relação com o texto onde “o dizer do locutor na cena enunciativa é analisado nos textos que integra” e uma relação de alocação como observada no resumo da conferência realizada em 2017², como parte do projeto que desenvolvemos. Nela, tratou da relação de sentido como uma relação do enunciado com o texto. Então é preciso um enunciado e relacioná-lo ao texto e a argumentação é vista como

² Guimarães (2017), disponível em: <http://www.uehposol.ufscar.br/>. Acesso em: 27/03/2018

“sustentação que um eu faz a um tu relativa a algo sobre o que fala”, numa relação de alocação. (GUIMARÃES, 2017, p.1).

Guimarães muda então seu quadro de figuras de enunciação: Locutor (L); Alocutor(al-x); Locutário(T); Alocutário(Tx). Essa mudança no quadro das figuras deve-se ao fato de que tanto para o locutor como para o Alocutário temos o lugar social do dizer e também constitui uma diferença em relação aos trabalhos anteriores. O pesquisador caracteriza a argumentação, enquanto um modo de significar, como uma projeção do alocutor (al-x) sobre o enunciador.

Em seguida Guimarães (2017) define a argumentação e a argumentatividade: "A argumentatividade é, para mim, uma relação de alocação que significa uma orientação para a construção textual e o sentido" (GUIMARÃES, 2017, p. 2) E o que é fundamental nessa definição é que "o agenciamento projeta o lugar do locutor sobre o lugar do dizer, sobre o lugar do enunciador, diferentemente da argumentação que projeta o alocutor(al-x) sobre o enunciador" (GUIMARÃES, 2017, p. 2).

E ainda "na argumentatividade o L se projeta sobre o Enunciador (...) e o al-x faz alusão ao Locutor e se projeta sobre o Enunciador. Nesta medida a argumentação é o processo geral de sustentação de posições pelo alocutor, e a argumentatividade é um processo específico, que se produz pelo agenciamento linguístico do locutor e segundo as relações da dinâmica da cena enunciativa (GUIMARÃES, 2017, p. 2). Vejamos o recorte da carta do escravo Felício

(a) “Eu fui companheiro de abrir a fazenda de seu pae, fui companheiro de abrir a fazenda Sto Antonio, fui companheiro de abrir o parmitara fazenda Serra, boa vista de ajudar criar 13 filhos trabalhei muito com a intelligencia esperteza quem eu não esperava dessa ingratião me fizeram dou graças a Deus Doutor Cristiano me dá um pedacinho de terra para esper que vocês socorram como alguma couza. Eu quando entrei com seu pae ele tinha so um preto quando quem que ajudou comprar quando deu liberdade ele estava commas de quinhentos preto quem ajudou comprar.” (ID3014 do Acervo da Fazenda Conde do Pinhal).

O alocutor(al-x)ex-escravo pela narratividade do que fez na Fazenda Conde do Pinhal, ao escrever a carta, não só desloca seu lugar social de al-x escravo (conforme ID da Fazenda Conde do Pinhal) mas essa narratividade identifica-o como ex-escravo e também o ex-escravo identifica a cidade de São Carlos especificando os bens que ajudou a construir na fazenda.

Na enunciação do al-x -ex-escravo, em *Eu quando entrei com seu pae elle tinha so um preto quando quem que ajudou comprar quando deu a liberdade elle estava com mas de quinhentos preto quem ajudou comprar.*

Al-x- ex-escravo projeta no passado a quantia de escravos existentes E na enumeração:

Eu fui companheiro de abrir a fazenda do seu pae fui companheiro de abrir a fazenda Santo Antonio fui companheiro de abrir o parmitara fazenda Serra, boa vista de ajudar criar 13 filhos trabalhei muito”

Essa enumeração se integra a:

Eu quando entrei com seu pae elle tinha só um preto quando quem ajudou comprar quando deu a liberdade elle estava com mais de quinhentos preto quem ajudou a comprar.

Tanto a enumeração como a integração mostram a construção dos bens do Conde do Pinhal e a aliança do escravo ao ajudar a ‘comprar pretos’. Vejam que o ex-escravo al-x vai enumerando atividades e nessa enumeração, nessa narratividade, expande e especifica as atividades que se integram, projetando um enunciador individual

No final dessa enumeração quebra a enumeração de atividades e passa a falar da inteligência, esperteza e ingratidão do senhor que o escravizou, brisa avô. Aí o ex-escravo - alocutor-x começa a avaliar a escravidão pela qual passou, do lugar de dizer de enunciador universal. Quem avalia é o (al-x) ex-escravo. É do lugar de dizer de enunciador universal que faz a avaliação. O alocutor é um lugar socialmente caracterizado e no funcionamento da argumentação argumenta projetando o enunciador universal. Então podemos dizer que desse lugar de ex-escravo (al-x), de estar em liberdade, avalia a escravidão do lugar de dizer de enunciador universal.

A argumentação é a sustentação que um eu faz a um tu ou que um alocutor-x faz a um alocutário, como enunciador individual e o texto tem um momento que faz essa passagem. E o alocutor está falando isso para o alocutário bisneto do escravocrata. Esse texto enquanto significação sustenta um conjunto de argumentos enumerados como atividades para avaliar o "brisa".

O alocutário é o bisneto do escravocrata. E aqui temos dois enunciadores: o enunciador individual que fala das atividades de escravo e um enunciador universal que avalia a situação do escravo. O alocutor-x se projeta sobre um dizer de um enunciador individual, enumerando e especificando os trabalhos realizados na Fazenda. Aqui a argumentação não é apresentar argumentos numa lista, enumerar as atividades na relação como o (al-x) ex-escravo é uma relação semântica enunciativa que é a sustentação que um alocutor-x faz a um alocutário.

Interessa aqui analisar como funciona a argumentatividade. Como isso interessa na relação com o texto? O sentido do enunciado é sua relação com o texto. Saliente-se que estamos considerando os lugares do dizer para Guimarães, conforme (GUIMARÃES, 2002) e também a noção de texto de (GUIMARÃES, 2011). Cada enumeração que especifica e expande o trabalho escravo projeta a identidade do escravo na escravidão. Mas o (al-x)ex-escravo projeta o escravo do tempo da escravidão. Essa argumentação sustenta-se do seguinte modo: Al-x como enunciador individual sustenta as atividades que realizou como escravo. Al-x projeta o (al-x)-escravo e o alude ao locutor como aquele a quem pertence um pedaço de terra pelos serviços prestados na escravização do passado. Isso se dá na projeção do locutário x no modo de dizer universal. Ancora aí a avaliação e alude ao L a pertença a um pedaço de terra, avaliando o processo de escravização.

Na sequência retomo duas análises (SCHREIBER DA SILVA, 1999, 2016), na análise do artigo 149 do Código penal

Reduzir alguém a condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou à jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto (artigo 149).³

Podemos reescrever *condição análoga à de escravo como condição análoga à condição de escravo. Aí não temos uma relação de semelhança*. Temos aí uma Formação nominal como efeito de coordenação, numa relação de dependência. E essa relação adquire pertinência. O que aparece como igualdade adquire pertinência na relação com outras enunciações concebidas como traço de memória. Então segundo Dias

(...) um acontecimento adquire pertinência social, tornando-se um fato de linguagem, na medida em que a dimensão da memória entra em relação com a atualidade do dizer, isto é, com o ato mesmo de enunciar. Nessa direção, os traços do que significou em outro tempo e lugar passam a ser reorganizados na atualidade da enunciação. (DIAS, 2012b, p.29)

Dias diz que "temos um campo de emergência de entidades recortadas da exterioridade" (DIAS, 2013, p. 15). Há aí uma perspectivação que projeta essas enunciações direcionando para a diferença na atualidade. Para Dias a perspectivação é essa relação da memória com a atualidade. E mais:

³ Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/91614/codigo-penal-decreto-lei-2848-40#art-149>. Acesso em: 27/03/2018

(...) só se produz perspectiva porque se constitui pertinência enunciativa, isto é, porque o gesto de constituir uma formação nominal é motivado por uma relação de inserção do que se diz na atualidade do dizer. Por isso, a enunciação é acontecimento: ela contrai pertinência no enlace de uma memória com uma atualidade. (DIAS, 2012a, p. 9)

Assim em Schreiber da Silva (2017) pode-se ver que

A perspectivação orienta para a escravidão do passado, para as condições em que vivia o escravo. Esse memorável aponta para uma condição de maus tratos nesse acontecimento. E esse memorável adquire pertinência na medida em que atualiza o memorável. O eixo da perspectivação é a memória na relação com a atualidade e como essa relação que parece ser igual é um equívoco. Nesse acontecimento enunciativo a articulação que se põe na atualização não direciona para o análogo. Na escravidão do passado o escravo não era cidadão, não tinha direitos, o regime era escravocrata. Na atualidade, vivemos na democracia e há os direitos trabalhistas, a Constituição é outra. Então, o passado se integra ao atual nesse acontecimento para dar o direcionamento. Assim, são as pertinências que direcionam o sentido de análogo e não a realidade representada na relação de igualdade. Isso se dá no modo de integração com a enumeração (SCHREIBER DA SILVA, 2017).

Na perspectivação o passado são enunciações de exterioridade numa relação de memória e atualidade e essa memória capturada traz algo para o presente distanciando-se ou perspectivando diferenças. Nesta visão, as formas linguísticas são qualificadas na enunciação e tal visão não opera com as figuras enunciativas que mobilizam a projeção, a alusão. Já na argumentatividade, temos um lugar no qual o al-x faz alusão ao Locutor e se projeta sobre o enunciador, numa relação com o memorável. A demanda da relação passado e presente configura-se na enunciação.

Referências

Acervo da Fazenda Conde do Pinhal -ID 3014
DIAS, L. F. O Adjetivo na Formação Nominal: uma abordagem enunciativa. **Web revista discursividade estudos linguísticos**. Edição n° 09 - Janeiro/2012 - maio/2012 - ISSN - **1983-6740**. Disponível em: <www.discursividade.cepad.net.br>. Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul Ed.9, jan-maio, 2012a. Acesso em: 30 de outubro de 2016

_____. Memória, enunciação e lugares sintáticos. In: **Linguagens, metodologias de ensino e pesquisa**. Orgs. Vilson J. Leffa, Aracy Ernst. Pelotas. Educat, p. 27-42. 2012b.

_____. Formações Nominais designativas da língua do Brasil: uma abordagem enunciativa. In: **Língua, Museu e Patrimônio**. Santa Maria, v.23, n.046, p11-22, jan-jun 2013.

DUCROT, O. Os Topoi na Teoria da Argumentação na Língua. In: **Revista Brasileira de Letras do Departamento de Letras da Universidade Federal de São Carlos**. V.1, n.1, 1999. São Carlos-SP.

GUIMARÃES, E. **Texto e Argumentação: um estudo de conjunções do Português**. Campinas, Pontes, 1987

_____. **Semântica do Acontecimento: um estudo enunciativo da designação**. Campinas- SP, Pontes, 2002.

_____. **Texto e Argumentação: um estudo de conjunções do Português**- Edição Revista e Ampliada. Campinas, Pontes, 2007

_____. Argumentação e Argumentatividade. In: **Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo**. V.9, n.2, p 271-283, jul/dez, 2013. Passo Fundo.

_____. **Argumentação e Argumentatividade: relações de alocação**. Disponível em <http://www.uehposol.ufscar.br/>. Acesso em: 16 nov. 2017

SCHREIBER DA SILVA, S.M. **Argumentação e Interdiscursividade: o sentido do "como se" na lei e na jurisprudência- o caso do concubinato**. Editora da UFSCar/Mercado Aberto, Porto Alegre, 1999.

_____. **Argumentação, Perspectivação e Enumeração no Artigo 149 do Código Penal e em textos sobre o trabalho escravo** (Artigo aceito para ser publicado no livro *Língua e Enunciação: roteiros e estações-UFMG*).

OS SENTIDOS DE *ESCRavidÃO*: O MEMORÁVEL E O PRESENTE DO ACONTECIMENTO ENUNCIATIVO EM JORNAIS DO INÍCIO DO SÉCULO XX

CAROLINA DE PAULA MACHADO - UFSCar

O que significa “*escravidão*”? Parece ser uma pergunta banal, mas ao tentar respondê-la adentramos um complexo labirinto de significações, sem nos restringirmos, é certo, apenas ao que significa a *escravidão* dos negros africanos desde que o Brasil foi “descoberto”.

O problema semântico que nos moveu para realizar esta pesquisa⁴ foi o de sair do lugar comum destes significados, uma vez que a complexidade semântica dessa palavra e das outras a ela relacionadas simbolizam outras realidades que foram se modificando ao longo da história do Brasil. É imprescindível que atentemos para esses deslizamentos de significação, pois se tratam de acessar o real a partir de certas posições ideológicas, nuances semânticas que muitos se aproveitam para defenderem suas próprias causas.

Historicamente, situamos a pesquisa na década de 20 do século XX, quando vigorava, desde 1889, a chamada 1ª República ou “República Velha”, regime considerado, supostamente, um regime democrático, que sucedeu o período Imperial no Brasil. O que nos guiou foi a busca pela compreensão de como ficaram os sentidos do substantivo *escravidão* após o fim do regime de trabalho intitulado como “*escravidão*” ao qual eram submetidos os negros africanos.

Para que essa pesquisa se realizasse, buscamos, como materialidade, os jornais da época que estão digitalizados no site do jornal “Folha de São Paulo”. Nos anos 20, existiam os jornais “Folha da Noite” e “Folha da Manhã”, que mais tarde se tornariam apenas a “Folha de São Paulo”⁵. A

⁴Minha pesquisa sobre o que designa a palavra *escravidão* em jornais do início do século XX faz parte do projeto regular FAPESP intitulado “Argumentação, textualidade e designação na Semântica do Acontecimento: os sentidos nos diferentes modos de *escravidão*”, processo 2015/16397-2, coordenado pela Profa. Soeli M. S. da Silva e do qual fui pesquisadora associada.

⁵O jornal “Folha da Noite” surgiu em 1921; em 1925 surge o jornal “Folha da Manhã” e em 1949 surge a “Folha da tarde”. E por fim, em 1960 a “Folha de São Paulo” entra em cena substituindo os três jornais.

Folha de São Paulo é, até hoje, um importante meio de comunicação no estado de São Paulo, formador de opiniões.

Percorremos, assim, a palavra “escravidão” nos artigos jornalísticos e apresentamos agora uma reflexão sobre o resultado da análise semântica realizada⁶. A pesquisa foi desenvolvida tendo como sustentação teórica uma semântica de base enunciativa e discursiva, chamada de Semântica do Acontecimento. Como o próprio nome diz, a enunciação é compreendida como um acontecimento de linguagem e é nesse acontecimento que os sentidos se dão, a partir de um recorte do passado de enunciações rememorado no presente da enunciação, sentidos estes que remetem ao real. Essa concepção teórica do sentido possibilitou que compreendêssemos o movimento semântico que marca a palavra *escravidão* que vai da escravidão dos negros africanos para a escravidão significada como o regime republicano, ou então, como o trabalho remunerado nomeado como escravidão uma vez que esta designa o trabalho exaustivo. Temos um movimento que retoma o já dito para ressignificar a escravidão no presente do acontecimento enunciativo dos artigos jornalísticos sobre política, religião, o exército, etc.

Acontecimento enunciativo e Sentido

Em cada texto analisado, encontramos certos sentidos para a palavra *escravidão*, e cada texto trazia aspectos semânticos diversos. No entanto, observamos que a designação foi construída na textualidade, ou seja, as reescrituras e articulações foram construindo o sentido da palavra em questão ao longo de cada texto. Desse modo, decidimos por considerar cada texto um acontecimento enunciativo, sendo este último definido como

⁶ Dois artigos foram publicados e mostram de forma detalhada as análises dos procedimentos de reescrituração e articulação e os resultados parciais da pesquisa, são eles:

Semântica e Enunciação: a designação da palavra escravidão em artigos do jornal Folha da Noite do início do século XX. In: Revista Entrepalavras, vol. 7(1), jan-jun, 2017.

O movimento dos sentidos de escravidão em artigos jornalísticos do jornal Folha da Manhã do início do século XX. In: Revista Traços de linguagem, vol. 1, no 2, 2017.

Outras duas análises referentes à argumentação foram publicadas:

Designação e argumentatividade no texto. In: III Seminário Internacional de estudos sobre Discurso e Argumentação (SEDIAR)(Universidade Federal de Sergipe), 2016, São Cristóvão. Anais do III Seminário Internacional de estudos sobre Discurso e Argumentação (III SEDIAR). Ilhéus- Ba: Editus - Editora da Universidade Estadual de Santa Cruz, 2016. v. 1. p. 818-829.

Argumentação, textualidade e significação. In: XI Congreso Internacional de la Asociación Latinoamericana de Estudios del Discurso, 2015, Buenos Aires. Resúmenes mesas temáticas, 2015. v. 1. p. 1-162.

diferença na sua própria ordem. E o que caracteriza a diferença é que o acontecimento não é um fato no tempo. Ou seja, não é um fato novo enquanto distinto de qualquer outro ocorrido antes no tempo. O que caracteriza como diferença é que o acontecimento temporaliza. Ele não está num presente de um antes e de um depois no tempo. O acontecimento instala sua própria temporalidade: essa é a sua diferença. (GUIMARÃES, 2002, p. 12)

Em cada texto temos uma temporalidade que lhe é própria constituindo os sentidos de escravidão, em que sentidos do passado são trazidos para significarem a palavra no presente do texto, presente que remete a um real diferente do século XIX, marcado por disputas políticas no seio do regime republicano, quando não havia mais escravidão, ou pelo menos, como vimos, não do mesmo modo que no século anterior.

Assim, em cada texto encontramos um domínio semântico, embora certos sentidos sejam recorrentes, trazidos justamente da escravidão dos africanos para significar diversas situações dos anos 20 do século XX.

É através do Domínio Semântico de Determinação que temos representado o que a palavra *escravidão* designa, compreendendo a designação como “uma relação linguística de sentido enquanto exposta ao real. Deste modo esta relação linguística é uma relação tomada na história” (GUIMARÃES, 2007, p. 81). E para chegarmos a este domínio, analisamos os procedimentos de textualidade, quais sejam, a reescrituração e a articulação.

Esta reescrituração é o procedimento que coloca em funcionamento uma operação enunciativa fundamental na constituição do sentido de um texto. Vou chamá-la de operação de predicação. Não se trata aqui da relação de predicação entendida como própria do enunciado, da sentença, da frase. Trata-se de uma operação pela qual, no fio do dizer, uma expressão se reporta a outra, pelos mais variados procedimentos. Ou por negar a outra, ou por retomá-la, ou por redizê-la com outras palavras, ou por expandi-la ou condensá-la, etc. (GUIMARÃES, 2007, p. 84)

O texto, enquanto unidade de sentido, integra enunciados e estes integram palavras. Nesta relação de integração, o enunciado não deixa de ser nossa unidade de análise, no qual partimos da ocorrência da palavra *escravidão*. Um outro ponto importante que destacamos é a transversalidade, isto é, a reescrituração pode se dar por sobre os limites do enunciado, em qualquer parte do texto, por sobre os limites sintáticos.

A articulação, por sua vez, diz respeito às relações locais entre as palavras, o que Guimarães chamou de “contiguidades locais”,

de como o funcionamento de certas formas afetam outras que elas não redizem. Estes procedimentos enunciativos são próprios de relações no interior dos enunciados ou na relação entre eles. Por exemplo, as relações de predicação e referência (no enunciado), a pressuposição, as relações argumentativas. (GUIMARÃES, 2007, p. 88)

Desse modo, considerando a articulação, observamos também a relação entre o que designa a escravidão em cada texto e a argumentatividade dos textos jornalísticos. Ou seja, percebemos que a direção argumentativa em cada texto é determinada pelo modo como vai sendo designada a palavra ao longo do texto. Esta importante constatação, que já foi discutida inicialmente⁷ e será explorada em outra oportunidade, revela a relação entre o deslizamento de sentidos das palavras como forma de construir a argumentação e, assim, a direção argumentativa dos textos.

Também analisamos as cenas enunciativas de maneira a observar que as designações se constituíam a partir de certos lugares sociais e ideológicos dos sujeitos da enunciação. É desse modo que percebemos que os locutores jornalistas criticavam o regime republicano, e que os sentidos de escravidão que se constituíam no acontecimento enunciativo constituíam-se dessa posição-sujeito.

Os sentidos de escravidão no Brasil no período republicano

Apresentamos agora um resumo das análises feitas. Após realizarmos uma busca pela palavra *escravidão*, identificamos alguns artigos jornalísticos em que encontramos contextos decisivos para o sentido da palavra. No jornal “Folha da Noite”, os artigos abrangem o período de 1921 a 1923. No Jornal “Folha da Manhã”, os artigos analisados são do ano de 1926.

No primeiro artigo analisado, de 13 de março de 1921, intitulado “Grave Reclamação: o tratamento dispensado pelos oficiais do exército aos seus inferiores”, o domínio semântico de determinação revela que a escravidão é o **modo brusco, indelicado e descabido**. Ela é também é significada como **actos sem razão de ser; abusos; procedimentos de chamar de burros**.

Esse domínio semântico diz respeito ao tratamento dado aos subordinados pelos oficiais do exército. Ora é o locutor jornalista quem fala, ora são os locutores soldados que estão denunciando esse modo de tratamento e o jornal dá voz aos soldados publicando a carta denúncia.

⁷Essa reflexão foi iniciada na comunicação oral intitulada “A Designação e a argumentatividade no texto” e publicada no Anais do III Seminário Internacional de estudos sobre discurso e argumentação (SediAr)..

Temos, assim, a predominância de sentidos de violência verbal e, também, uma remissão à violência física (actos sem razão de ser) que designam a palavra *escravidão* no contexto do exército. Esses sentidos são rememorados a partir da escravidão dos negros e são um recorte do que significa a escravidão no presente do acontecimento enunciativo dos soldados para explicarem o que acontecia com eles.

O próximo artigo analisado é de 21 de novembro de 1922, e não tem título. Nele, temos recortado do passado de enunciações o sentido da **sujeição** quando o locutor jornalista refere-se à escravidão do povo rio grandense ao chefe do Estado Borges de Medeiros. Nesse caso, trata-se de um contexto político trazido pelo locutor jornalista para criticá-lo.

No artigo seguinte, o texto todo traz reescrituras e articulações que vão construindo a significação da escravidão, significação esta que explica a situação política daquele momento a partir da posição-sujeito do locutor jornalista. O texto é publicado no dia 12 de maio de 1923, véspera do aniversário da abolição da escravidão e começa justamente falando da data da abolição da escravidão dos negros e do início da escravidão dos brancos.

Temos então um domínio semântico que rememora as práticas escravocratas contra os negros africanos dos períodos colonial e imperial. Nele, podemos ver que a escravidão designa a **pancadaria grossa** sobre os “pretos” e o **tráfico**.

Em seguida, a situação política da época em que o artigo foi escrito passa a ser o foco do locutor, quando vigorava o regime Republicano e não mais havia a escravidão dos negros africanos. Assim é que **República** reescreve a expressão **edifício da escravidão nacional e escravatura branca**, no final, especifica a escravidão como sendo dos brancos. Temos, então, a *escravidão* designada como *República* e essa designação ocorre juntamente com outras expressões que enumeram sentidos para a escravidão designada como República, quais sejam: **proclamação das oligarquias; tronco da lei da imprensa; organização de panelinhas de diretórios no interior; estado de sítio; politiquice de guarda comida**. Essa enumeração desenvolve os sentidos de escravidão designada como República nesse acontecimento enunciativo e, assim, mostra um panorama político do que acontecia no governo Republicano da época, sob o comando do presidente Arthur Bernardes⁸.

⁸ Foi presidente do Brasil de novembro de 1922 a novembro de 1926, sucedido por Washington Luiz. Depois do período conhecido como “República da Espada”, em que apenas militares foram presidentes, os presidentes subsequentes faziam parte de uma oligarquia rural do sudeste do Brasil. Pela política do “café com leite”, alternavam-se, como presidentes, paulistas e mineiros. Disponível em: <http://www.politize.com.br/presidentes-do-brasil/>

Encontramos também a palavra **liberdade** como antônima de escravidão. Mas possivelmente, o que significa *liberdade* parece estar mais ligado a esse cenário político, pela perseguição da imprensa com a expressão *tronco da lei da imprensa*, do que com a liberdade de ir e vir vedada aos escravos negros africanos. Identificamos, assim, por esses deslizamentos de sentido nos quais a República tem o sentido de escravidão, uma posição-sujeito do locutor jornalista de ser crítico do modo como o governo conduzia a República.

Já no artigo de 07 de agosto de 1923, saímos do campo político e passamos ao campo do trabalho. Nele, intitulado “Estrada de ferro noroeste”, a *escravidão* designa o **trabalho aos domingos e homens sendo tratados como “burros de carga”**. Nesse acontecimento enunciativo, o domínio semântico de *escravidão* traz o sentido de excesso de trabalho por tempo e por esforço, já que inclui, segundo o locutor, o trabalho inclusive aos domingos e o tratamento como “burros de carga”.

No jornal “Folha da Manhã”, outras situações são trazidas, e outros sentidos aparecem. Encontramos o artigo intitulado “Os espiritualistas celebram a festa da fraternidade – como decorreu a cerimônia – palavras do sr. Henrique de Macedo”, de 03 de janeiro de 1926. Nesse artigo, o locutor jornalista transcreve as palavras do próprio autor, o sr. Macedo, que fala do espiritualismo na educação das crianças. O locutor defende que não se deve *escravizar a consciência em nenhum aspecto da escravidão*, referindo-se à religião. A escravidão não é mais do indivíduo, de forma física, mas **da mente (consciência)**.

Depois, o artigo “Temos uma lei...”, de autoria de Berto Conde, de 04 de janeiro de 1926, trata da situação política da Itália, afirmando que os italianos vivem um *estado de escravidão* por conta do fascismo que vigorava na Itália. Por outro lado, os italianos que viviam no Brasil, gozavam de liberdade. Novamente temos a **liberdade** como antônima de *escravidão*.

No artigo de 06 de janeiro de 1926, intitulado “Operariado”, rememora-se a escravidão feudal para chamar os operários de escravos de seus patrões já que nas eleições, segundo o autor do texto, os operários preferiam votar em um “bacharel” do que em um “companheiro de classe”.

Encontramos ainda outro artigo que trata da situação política. Trata-se de um artigo de 16 de fevereiro de 1926, intitulado “Psychologia da política brasileira”, de autoria de Mario Pinto Serva.

Nele, o locutor jornalista trata das eleições no Brasil. Para ele, enquanto em outros países os políticos buscam servir bem o povo para serem eleitos ou reeleitos, no Brasil, os políticos recorrem à “velhacaria”. Segundo ele, as eleições não seriam livres e os candidatos seriam beneficiados pelos “mandões”. É nesse contexto que ele trata do **Regime**

de escravidão política. Nesse caso, o domínio semântico revela a *escravidão* como sinônima de **tutela**, já que o povo é tutelado, não tem liberdade para votar, significada ainda como **sentimento de servidão**, como algo que **desviriliza os povos**. É porque o povo não tem liberdade para escolher seus representantes, por ser tutelado que a liberdade aparece, outra vez, no domínio de antonímia de escravidão.

Vemos, novamente, a palavra *escravidão* em um texto que trata do modo como, no período da República Velha, a partir do olhar do locutor jornalista, as eleições não aconteciam de forma livre, eram orquestradas pelos “mandões”.

O memorável e o presente do acontecimento enunciativo

As análises que fizemos da palavra *escravidão* nos artigos dos jornais Folha da Noite e Folha da Manhã da década de 20 dos anos XX revelaram domínios semânticos variados que rememoravam os sentidos da *escravidão* dos africanos no Brasil nas épocas colonial e Imperial, para, no presente dos acontecimentos enunciativos em que a palavra ocorreu, deslizar para outros sentidos de forma a semantizar, de uma maneira particular, isto é, a partir do lugar do locutor jornalista inscrito em certas posições-sujeito, o real do qual ele fala.

No contexto político, a palavra ocorre em críticas ao regime Republicano, ao modo como os políticos governavam submetendo o povo a governos infundáveis como foi o caso do chefe de estado Borges de Medeiros; realizando uma organização política na qual sempre os mesmos chegavam ao poder; às eleições, o que teoricamente garantiria a democracia, nas quais o povo era “tutelado” pelos “mandões” para votar nos candidatos “apadrinhados”.

Assim, foram rememoradas palavras e expressões que faziam parte do domínio semântico de *escravidão* na época da escravidão dos negros, para, no presente do acontecimento enunciativo dos jornais, significarem a política, a religião, o trabalho, o exército, etc. Desse modo, no contexto político, pelo procedimento de reescrituração, constrói-se a referência⁹ da palavra *República* que designa “*escravidão*” no caso, a “*escravidão dos brancos*”.

Mariangêla Peccioli Galli Joaquinho (2014) faz uma importante reflexão sobre a metáfora a partir das teses propostas pelo pensador francês Durmassais. Para esse pensador, segundo ela, a metáfora é uma figura através da qual se transporta, por comparação, o significado de uma palavra

⁹ Para Guimarães (2002), a referência é tratada “como a particularização de algo na e pela enunciação” (p. 09)

para outro significado. Isso ocorre porque seria uma comparação que está no espírito.

A autora, por sua vez, faz um deslocamento teórico trazendo esta reflexão para uma “dimensão histórica”, no campo teórico da Semântica do Acontecimento. A metáfora é então descrita como memória, considerando esta última como o que “lembra e esquece e abre caminho para a mudança” (GUIMARÃES, 1998 apud JOANILHO, 2014, p. 250). Ainda, para a autora, as metáforas locais que são identificadas nas análises feitas por ela da palavra *língua* comparada a “corpo” em textos jornalísticos do jornal “O Estado de São Paulo”, de 1889 a 1930, constroem a textualidade.

Nas análises que fizemos, ocorre um movimento de sentido relacionado com os sentidos já ditos sobre a escravidão, isto é, deslizamentos de sentidos. Para que a escravidão seja formulada na década de 20, são rememoradas a escravidão dos negros e as práticas que constituíam seu domínio semântico para, então, falar da política, do exército, da religião, do trabalho excessivo. Trata-se de uma transferência dos sentidos de escravidão do memorável colonial e imperial para o presente do acontecimento enunciativo, e até mesmo do memorável do feudalismo europeu, dos textos escritos no período Republicano, para semantizar outras realidades. Assim, entendemos que há o deslizamento de sentidos pela relação entre o memorável e o presente do acontecimento ressignificando a palavra na medida em que os locutores jornalistas falam do real, principalmente, na crítica ao governo republicano. Nessa medida, o conceito de metáfora de Joanilho poderia servir para descrever esses deslizamentos de sentidos da palavra *escravidão* no período republicano dos anos 20 no Brasil¹⁰.

Algumas considerações

Esse percurso pelos diversos textos nos mostrou o quanto a análise enunciativa dos sentidos possibilita, através da análise dos sentidos em movimento, observar não o real, mas o modo como um jornal de grande importância falava desse real.

Nas análises realizadas, pudemos perceber que embora a escravidão dos negros africanos já não fosse mais uma forma de trabalho “legal”,

¹⁰ Guimarães (2011) em um capítulo intitulado “Uma notícia e suas línguas” do livro “Análise de texto”, realiza uma análise de um pequeno texto intitulado “Os músculos brasileiros de Richard Branson” em que analisa a metáfora do título e, para tanto, explica essa metáfora a partir da divisão do locutor no acontecimento enunciativo. Deixaremos para aprofundar a análise da metáfora dos artigos jornalísticos sobre escravidão em outra oportunidade.

abolida por lei, os sentidos da escravidão continuaram (e ainda continuam) designando diversas situações: de trabalho, políticas, religiosa, etc.

A análise da reescrituração e da articulação mostrou-nos uma situação política bastante tensa, através da posição das críticas ao regime republicano que se materializaram na designação de República como escravidão, pela ausência de liberdade nas eleições, pelo fascismo na Itália, da escravidão da consciência na religião, na sujeição a um chefe de estado, etc. Além disso, encontramos também algumas práticas no trabalho legal significadas como escravidão através do sentido de trabalho exaustivo, sentido este que hoje ainda faz parte de nossa realidade.

Enfim, pelo encontro entre um passado de sentidos da escravidão dos negros africanos e o presente do acontecimento enunciativo marcado por uma situação de conflitos políticos, vemos os jornais analisados fazendo diversas críticas, sendo a mais recorrente contra o regime republicano.

Referências

GUIMARÃES, E. **Texto e argumentação: um estudo das conjunções do português**. Campinas, Pontes, 2001.

_____. **Semântica do Acontecimento**. Campinas, Pontes, 2002.

_____. Domínio Semântico de Determinação. In: Guimarães, E. e Mollica, C. (Orgs.). **A palavra: forma e sentido**. Campinas: Pontes, RG Editores, 2007.

_____. **Análise de Texto: procedimentos, análises e ensino**. Campinas, RG Editores, 2011.

Conheça a Folha de São Paulo. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/institucional/historia_da_folha.shtml Acesso em 15/07/2016.

JOANILHO, M. P. G. Das relações de sentido na linguagem ou sobre como a metáfora produz o acontecimento. In: **Revista Línguas e Instrumentos Linguísticos**, nº 33, jan-jun de 2014.

PAULA MACHADO, C. de. Semântica e Enunciação: a designação da palavra escravidão em artigos do jornal Folha da Noite do início do século XX. In: **Revista Entrepalavras**, vol. 7(1), jan-jun, 2017.

_____. O movimento dos sentidos de escravidão em artigos jornalísticos do jornal Folha da Manhã do início do século XX. In: **Revista Traços de linguagem**, vol. 1, no 2, 2017.

A DIVISÃO E A DISTRIBUIÇÃO DO PORTUGUÊS NA SUÍÇA: LÍNGUA DE IMIGRANTES E DE TRABALHADORES

ANDRÉ STEFFERSON MARTINS STAHLHAUER
Univ. Leibniz de Hanover, Alemanha

1. Apresentação

Neste trabalho, pretendemos mostrar alguns funcionamentos do português na Suíça, ou seja, observamos como se constituem as divisões e a distribuição da língua, como processos que identificam os falantes em relação às línguas que falam. Procuraremos mostrar que textualidades fazem circular o português, que o torna um idioma mais ou menos visível em espaços que configuram cenas públicas. Neste texto, viemos trabalhando de modo a expandir as análises que fizemos sobre a distribuição do português, uma língua de imigrante na Suíça. Em Stahlhauer (2014) e Stahlhauer e Schreiber da Silva (2016), mostramos que falar português na Suíça, ou seja, identificar-se com esta língua e não outra para se constituir como sujeito, para significar, é um gesto político, pois significa afirmação de pertencimento a uma identidade. Nesses trabalhos anteriores, mostramos que as relações entre o português e o francês na Suíça se dão recortadas por divisões específicas no espaço de enunciação, em cenas e textualidades específicas: em banners, fachadas, rótulos e outros. Para este momento, ampliamos os estudos a fim de ratificar a tese de que o funcionamento da(s) língua(s) se dá na relação de umas com as outras. Retomaremos, e ampliaremos, então, a discussão que realizamos anteriormente, sobre como se dá a configuração de um espaço de divisão e distribuição¹¹ (GUIMARÃES, 2002), da língua portuguesa na Suíça, a partir de diferentes processos linguístico-históricos. Pretendemos, com isso, melhor vislumbrar de que modo se dão esses processos imbricados aos funcionamentos do português, em diferentes textualidades. Além dos materiais já mencionadas, observaremos a distribuição do português em dois outros, na nomeação da publicação do Ofício Federal de migrações da Suíça, *Les portugais en Suisse*, e em nomeações dos artigos da mídia *Suissinfo.ch*, uma mídia suíça em que tem aparecido formulações que

¹¹ É importante salientar que, por meio do conceito de espaço de enunciação, um espaço de distribuição de línguas aos falantes, podemos observar diferentes processos linguísticos: do funcionamento linguístico às representações, nos discursos sobre a língua.

fazem circular as representações sobre o Português, povo e língua. Mostramos, assim, funcionamentos em português que configuram seus espaços de enunciação na Suíça, ou seja, suas divisões e seus modos de distribuição em relação às línguas da e na Suíça, já que, ao funcionar, o português é posto em relação a outras línguas que ali circulam¹².

2. As divisões e a distribuição do português na Suíça: um estudo do espaço de enunciação

Do ponto de vista linguístico, a "repartição" particular das línguas na Suíça chama atenção para inúmeros pontos a serem (re)discutidos diante do quadro de línguas da Europa (português, inglês, francês, alemão, italiano, etc.) e da América (português do Brasil, espanhol, inglês e outras). Aos que possuem ouvidos mais atentos, a vivência em um lugar onde há interação entre estrangeiros e de pessoas que falam línguas diferentes, revela particularidades que só podem ser observadas em campo. O que se percebe em meio a esse espaço de circulação de línguas, é que alguns funcionamentos extrapolam ao das línguas oficiais e nacionais, como é o caso da relação entre línguas, o que o reorganiza de outro modo. Nesse sentido, com os recentes movimentos migratórios, o número de estrangeiros na Suíça tem aumentado expressivamente e os portugueses representam a terceira¹³ maior comunidade (de língua) estrangeira na Suíça, atrás somente dos alemães e italianos. Além disso, segundo o *Ofício Federal de Estatística*¹⁴, o português e o inglês são as duas línguas não-nacionais mais mencionadas em uma sondagem entre os residentes e trabalhadores do país. Devido aos acordos de livre circulação entre os europeus, a crise político-econômica em Portugal e a crescente necessidade de mão de obra, a Suíça se tornou um lugar propício para os portugueses trabalharem. Em fachadas, nomes de estabelecimentos comerciais, falas nas ruas, vilas inteiras de portugueses, produtos no supermercado, e projetos da prefeitura de Lausanne, como o 1001 *histoires*¹⁵ em português, são

¹² É possível observar, ainda, essas relações no interior da própria heterogeneidade linguística (ORLANDI, 2012) que constitui o português em suas diferentes designações, como no português brasileiro e no europeu.

¹³FIBBI et al. 2010. *Les Portugais en Suisse. Office fédéral des migrations (ODM). Quellenweg 6, CH-3003 Bern-Wabern. 2010. Disponível em: <<https://www.sem.admin.ch/dam/data/sem/publiservice/publikationen/diaspora/diasporastudie-portugal-f.pdf>> Acesso em: 01/03/2017.*

¹⁴Em uma sondagem que mostra uma mudança no quadro da repartição de línguas na Suíça. Disponível em:<https://www.bfs.admin.ch/bfs/fr/home/statistiques/population/langues-religions/langues.html#accordion_3822535761488197954863>. Acesso em: 27/02/2017.

¹⁵Disponível em: <<http://www.isjm.ch/promotion-de-lecture/1001-histoires/>>. Acesso em: 27/02/2017.

processos que mostram a relevância de um debate para interrogar a noção de lusofonia diante da francofonia, germanofonia etc., e a constituição dos espaços em que a língua portuguesa funciona (STAHLHAUER e SCHREIBER DA SILVA, 2016).

Sob a ótica da Semântica do Acontecimento, tal como desenvolvida por Eduardo Guimarães (2002), realizaremos análises dos enunciados em português e mistos: em português e em outras línguas, e de discursos oficiais sobre o português (povo e língua), por meio da observação de enunciados de textos dos materiais sobre imigrantes. Observaremos esses processos em nomeações, predicções, e outros enunciados¹⁶ que integram os textos das fachadas de estabelecimentos comerciais, produtos de supermercados (em rótulos), em anúncios, e em enunciados dos textos de materiais sobre o português de diversos tipos para poder interpretar a suas divisões, ou seja, seu funcionamento enunciativo, e sua distribuição nos modos de representar em diferentes tipos de textos. Poderemos, ainda, em linhas mais gerais, interpretar, como esses processos ressignificam um espaço já afetado por outras línguas e outras identidades.

Em Stahlhauer e Schreiber da Silva (2016), mostramos as relações entre o português¹⁷ e o francês que acontecem nas nomeações e nas predicções de textos de estabelecimentos comerciais, produtos de supermercados (em rótulos) e anúncios que significam em um espaço já afetado por outra língua: o francês, uma das línguas oficiais e nacionais na Suíça. Dito de outro modo, mostramos o modo como o português (língua e falante) “fala”, “aparece”, em um espaço-outro. O que se concluiu é que a partir da imigração, o português é afetado, redividido pelos agenciamentos desse espaço-outro, para além dos países cuja língua oficial e nacional é a portuguesa e que essas enunciações em português e francês particularizam este espaço de funcionamento dessa(s) língua(s).

Da imigração, desse movimento, aparecem suas falas, suas locuções, que significam, “dão margens” para outros delineamentos em língua portuguesa. Sua língua os presentifica, mostra que ali eles estão falando, ou, de certo modo, cedendo a palavra, sendo afetados por outras, em outras línguas, e isso produz sentidos e os identifica. É necessário ressaltar que o que caracteriza a particularidade desses processos históricos em português,

¹⁶Nossa unidade de análise. É necessário salientar que consideramos a noção de enunciado de um modo específico: no modo como ele se integra a textos, cf. Guimarães (2011).

¹⁷A pesquisa sobre os processos no entorno da língua portuguesa na Suíça teve início em 2013, durante o desenvolvimento da pesquisa *As Línguas na Suíça: o lugar do português*, realizada na Université de Lausanne, Vaud - Suíça, e fez parte de um projeto maior denominado *Representations des Langues dans sites officiels: un discours sur la langue*, com direção do prof. Patrick Sériot, e com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo- FAPESP (2012/03603-5 e 2010/15546-0).

sobretudo, em sua designação europeia, é justamente a regularidade que se estabelece pelo tipo de funcionamento, pois os processos envolvendo o português brasileiro, por exemplo, são outros. Vislumbraremos, então, de que modo se dão os processos linguístico-históricos¹⁸ imbricados aos funcionamentos e de representação do português na Suíça, em diferentes textualidades. Nesse sentido, em uma repartição das línguas na Suíça nos interessa a sua configuração linguística, a sua especificidade: quatro línguas oficiais e nacionais, “repartidas” em vinte e seis cantões. Oficialmente, são dezenove cantões germanófonos, quatro cantões francófonos, três bilíngues (francês e alemão), *Valais*, Friburgo e Berna; um cantão trilíngue: fala-se italiano, alemão e reto-romance nos Grisões. Essas regiões linguísticas mais o último cantão deram origem aos três outros agrupamentos linguísticos que compõem a atual Confederação de Estados: I. Suíça românica, II. Suíça alemã e a III. Suíça italiana. Essas são designadas como as três macrorregiões que se caracterizam por suas diferentes constituições linguístico-identitárias (STAHLHAUER e SCHREIBER DA SILVA, 2016, p. 247):

- I'. A Suíça que fala línguas românicas;
- II'. A Suíça que fala alemão;
- III'. A Suíça que fala italiano.

A identidade da língua coincide com a identidade da região e do território, onde se fala tal ou tal língua. Para além do status de oficialidade e de nacionalidade, outras divisões dessas línguas nos interessam nesses espaços: as que os reorganizam de outro modo, para além de seu funcionamento normativo e oficial (IDEM). Nesse sentido, o espaço enunciação não é o espaço geográfico ou territorial. Sendo assim, o conceito não pode ser confundido com a noção de “contexto”, como nos modelos teóricos empíricos.

O espaço de enunciação, tal como é definido por Guimarães (2002), é um espaço político, no qual se articulam a política e o político. A primeira é a instância do jurídico, da normatividade e o segundo é a contradição dessa normatividade. É, assim, a tensão que determina o que diz um Locutor afetado por uma língua já recortada por outras significações, por enunciados já-ditos. Ou seja, falar em português significa diferentemente de falar em francês à medida que esses idiomas identificam falantes, produzem diferentes identidades.

Em Guimarães (2002, P. 13), encontramos explicitada a noção de espaço de enunciação:

¹⁸No sentido materialista do termo.

são espaços de funcionamento de línguas, que se dividem, redividem, se misturam, desfazem, transformam por uma disputa incessante. São espaços “habitados” por falantes, ou seja, por sujeitos divididos por seus direitos ao dizer e aos modos de dizer. São espaços constituídos pela equivocidade própria do acontecimento: da deontologia que organiza e distribui papéis, e do conflito, indissociado desta deontologia, que redivide o sensível, os papéis sociais. O espaço de enunciação é um espaço político (...).

O espaço de enunciação tem a ver com o enunciável e o político, com o agenciamento enunciativo: aquilo que se diz, o modo como se diz e quem diz em um espaço afetado por uma política. Dessa maneira, quando falamos de espaços de enunciação do português na Suíça, estamos nos referindo aos espaços configurados pelas línguas e seus falantes, enquanto categoria da própria língua, pois essas línguas os identificam. Portanto, a repartição e a distribuição de línguas configuram espacialidades diferentes. Nesse movimento língua-falante, instauram-se outros espaços, mais particularizados, o das imigrações, em que se inscrevem os espaços de funcionamento entre as línguas **de lá e dali**, as de outro lugar e as daquele lugar, que normativamente se instituem como línguas da Suíça e, de outras línguas, de outros lugares, a língua do Outro, do estrangeiro.

3. Acontecimento, os espaços de enunciação e as relações entre as línguas.

Observamos os processos em questão sob a ótica de uma Semântica enunciativa, que considera para o seu objeto, o sentido, na imbricação entre a língua e história. Mais precisamente sob o olhar dos conceitos desenvolvidos por Eduardo Guimarães (2002), em *Semântica do Acontecimento*, que consiste em observar o funcionamento da enunciação em seu acontecimento, estudamos as condições de enunciabilidade das línguas, processo determinado por uma política que delinea seus espaços de funcionamento de modo específico, por meio de uma hierarquia. É importante ressaltar que, sob esse ponto de vista, esses cruzamentos são observados em sua intersecção, a qual não pode se comparar a um estágio intermediário de aprendizagem entre uma língua e outra, uma interlíngua. São processos que se constituem historicamente: os falantes das línguas, que significam em processos em que resistências, deslizos e equívocos falam, significam e produzem sentido.

Sendo a enunciação um processo histórico, no sentido materialista, os funcionamentos no entorno do português constituem-se em um litígio, sempre tensionados por diferentes posições e funcionamentos, em uma disputa de interesses pelos modos de acesso à palavra, em que as

enunciações se constituem de lugares de dizer e de lugares sociais do dizer, fazem injunções ao interpretável, recortam memoráveis. Para Guimarães (2002), enunciar é estar recortado por temporalidades: a enunciação é assim um recorte do passado, um presente que não se confunde com o tempo na língua, e uma injunção à interpretação, uma futuridade.

O que se pôde mostrar sobre as enunciações em português na Suíça, cf. Stahlhauer e Schreiber da Silva (2016), é que os falantes redividem o português e o francês de diferentes modos, em diferentes textualidades. E relativamente a este espaço de enunciação, o do funcionamento do português, os acontecimentos enunciativos ressignificam os espaços estabilizados pela norma: extrapola-se o limite do oficial, e do normativo, no sentido de que ali, sempre há deslizamentos, movimentações e isso é resultado das relações entre as duas línguas. Do público, no comércio, nas ruas da cidade, etc., ao privado, lá se fazem presentes em diferentes textos.

Nos recortes que observamos, o português não acontece nas relações oficiais do Estado suíço¹⁹. Aparece, pois, nas casas portuguesas, em seus restaurantes, nos supermercados, em suas churrascarias, isto é, no comércio e em mídias específicas, jornais dirigidos a portugueses, nas associações portuguesas.

4. As cenas enunciativas e os modos de textualizar em português.

4.1 Cena enunciativa e texto: as operações enunciativas e os procedimentos de análise

Um aspecto importante da enunciação é o falante. Para Guimarães (2002, p.18), “só há línguas porque há falantes e só há falantes porque há línguas”. Essa relação necessária entre falantes e línguas é fundamental para compreender o funcionamento da enunciação, pois é desse modo que emerge a questão do sujeito e da história. É nessa imbricação que se dá o apagamento do lugar social pelo Locutor.

A cena enunciativa é assim um espaço particularizado por uma deontologia específica de distribuição dos lugares de enunciação no acontecimento. Os lugares enunciativos são configurações específicas do agenciamento enunciativo para “aquele que fala” e “aquele para quem se fala”. Na cena enunciativa “aquele que fala” e “aquele para quem se fala” não são pessoas mas uma configuração do agenciamento enunciativo. São lugares constituídos pelos dizeres e não pessoas donas de seu dizer. Assim estudá-la é

¹⁹Salientamos que o ensino de português na Suíça é de responsabilidade do Estado português no modo de distribuir a língua pelo Instituto Camões.

necessariamente considerar o próprio modo de constituição destes lugares pelo funcionamento da língua (GUIMARÃES, 2002, P. 23).

Assim, a cena enunciativa é o modo como se apresentam os falantes e o modo como a língua se redivide pela relação e pelo cruzamento entre as línguas. As cenas caracterizam-se pelos modos de acesso à palavra e, dessa maneira, os modos como os enunciados aparecem inscritos nos textos: sob as formas de fachadas, de banners, de rótulos, de slogans, de anúncios, de textos de materiais instrucionais, etc., formulados por falantes.

Tendo em vista nossa posição teórica e metodológica, na qual se formula a questão da unidade de análise, recortaremos os enunciados das cenas formulados em português (e em outras línguas que se põem em relação com o português), em diversos tipos de textos e também em enunciados sobre o português em diferentes materiais. Consideramos, como procedimento teórico-metodológico a cena enunciativa, em enunciados, que é o modo de distribuição das línguas aos falantes.

Para além de aspectos lexicais, os acontecimentos de enunciados em português - e de suas relações com outras línguas, se dão enunciativamente, em diferentes materialidades linguístico-textuais: em nomes de estabelecimentos comerciais, em especificações dos nomes desses estabelecimentos, em anúncios de igreja. Além disso, há representações sobre o povo e a língua em materiais.

Encontram-se, então, anúncios, banners, fachadas, produtos (rótulos) do supermercado. Nessas diferentes textualidades, acontecem as enunciações em português e francês, português e alemão: seus produtos, seus ingredientes, seus hábitos, missas em português, inscrevem-se nesse espaço, pois seu falante ali está. É por sua presença, também, que se produzem os materiais sobre as línguas (português-língua) e os falantes (português-povo).

Pode-se destacar, para nossas análises, que o português aparece na Suíça nos enunciados de cenas em diferentes textualidades. Mostramos aqui, dois tipos, inicialmente:

(I). Em fachadas, banners, rótulos de produtos de supermercado, anúncios, etc.;

(II). Enunciados dos textos de materiais sobre a imigração, textos que circulam em mídias, etc.

Na sequência, apresentaremos alguns enunciados (representados por E)²⁰ em que acontecem as relações entre o português e o francês e entre o francês e o alemão. Ou seja, o modo como a língua é dividida e distribuída em relação a outras.

²⁰Os enunciados estão nas imagens em anexo (I, II, III, IV, V, VI, VIII)

4.2 O funcionamento do português na Suíça em diferentes textos

a) O português em relação ao francês: aspectos morfosintáticos e operadores.

Conforme mostramos em Stahlhauer e Schreiber da Silva (2016, p. 259), há regularidades nas relações entre português e francês que determinam uma sequencialidade textual diversa de uma somente em português, postos por uma operação de tradução entre os falantes das duas línguas, francês e português. Mostramos, então, um outro exemplo:

E1 (anexo I): Para todas as inscrições feitas pela primeira vez na nossa Comunidade, será imperativo apresentar uma certidão de batismo (cédula ou certificado) **assim que** os dados completos da criança”.²¹

Do exemplo acima, destacamos a enunciação da locução “Assim que”, que em português opera uma sequência ou circunstância de tempo. No enunciado acima, no entanto, **assim que** opera uma adição X + Y (certidão de batismo + dados completos da criança). Em francês, o operador *ainsi que* significa adições ou comparações. Neste caso, **assim que**, escrita em português opera uma adição. Há então uma tradução²² do francês para o português.

b) O português em diferentes nomeações e predicções do nome:

E2 (anexo II): Especialidades/Snackbar/**Churrasqueira** portuguesa²³

Neste enunciado, temos um enunciado que identifica, na nomeação do estabelecimento comercial, uma prática comercial portuguesa: as churrasqueiras. É preciso considerar ainda que essa especificação do nome do bar, *Snackbar*, define uma especificidade portuguesa e não brasileira, posta pela diferença dos vocábulos churrascaria e churrasqueira, para designar lugares em que se vende o churrasco à brasileira, e churrasqueira, em português europeu. A Churrascaria significa grelha nessa outra divisão e, em português brasileiro, o local onde se vende churrasco. Há uma inversão no sentido do vocábulo nas duas variantes, pois churrasqueira na

²¹No texto de um anúncio em uma igreja de Neuchâtel (NE).

²²Podemos considerar as traduções como operações enunciativas de interpretação dos falantes.

²³No texto de uma placa em Romont (FI).

variante europeia é o estabelecimento e em português brasileiro, o “aparato” em que se faz o churrasco.

Há, ainda, outros exemplos:

c) As traduções Francês- Português dos termos dos produtos em cardápios de restaurantes²⁴:

Em francês-Português:

E3 (anexo III): Poulet à Guia (frango à Guia) Fricassé de porc (Entrecosto) Brochetes Mixtes (espetadas mistas), etc.

Em Alemão e português:

E4 (anexo IV): Lammrack mit Ofenkartoffeln (nach portugiesischer Art) und Gemüse Costela de carneiro com batata a murro e legumes.

4.3 As enunciações e os discursos sobre o português em diferentes materiais e textualidades

E5 (anexo V): Bol d’or Specialité chinoises et portugaises ²⁵

Neste caso, há uma representação de um aspecto da identidade portuguesa na especificação do nome do restaurante, *Bol d’or*, Bola de ouro, em francês. Além disso, determinado por uma inscrição do discurso publicitário, estabelece-se uma relação identitária entre as culinárias chinesa e portuguesa.

a) Os enunciados em representações sobre o português Língua e povo nos textos de publicações oficiais e midiáticas.

A publicação do Ofício Federal de Imigração da Suíça:

(Er1)²⁶*Les portugais en Suisse*²⁷, “Os portugueses na Suíça” (tradução nossa), cujo funcionamento enunciativo do nome se dá de modo a intitular

²⁴ No texto da placa de um restaurante em Renens (VD) e de um cardápio de um restaurante em Münsingen (BE).

²⁵ Nomeação (Bol d’or) e especificação (specilités chinoises et portugaises) em uma fachada de um restaurante em Renens (VAUD).

²⁶ Que significa Enunciado de representação 1.

a publicação oficial do Estado suíço, e marca uma diferença identitária em relação ao que é dali, “são os portugueses na Suíça”, os estrangeiros, os outros.

Os artigos do *Swissinfo.ch*, que tem como slogan na versão em português, o seguinte enunciado: Atualidade suíça em 10 idiomas, e uma imagem de um globo com o símbolo PT, uma abreviação que designa a modalidade portuguesa/europeia da língua²⁸.

Os enunciados (Er2) O vilarejo suíço em que se fala português²⁹ e (Er3) “Como se naturalizar suíço: um manual em português”

No enunciado Er2 a nomeação significa uma diferença em se falar português em um vilarejo **na** Suíça, ou seja, o enunciado acontece e significa uma diferença deste vilarejo face a outros em que se falam as línguas **da** Suíça. Em relação ao enunciado (Er3) observamos que ele significa uma instrução³⁰ de leitura do artigo que textualiza um modo de “inclusão” de portugueses na Suíça, ou melhor dizendo, de modo a instruir sobre como adquirir a cidadania suíça, em português, que significa a partir de uma projeção sobre os leitores que não pertencem a nação, ao povo suíço.

A nossa questão na observação desses enunciados que nomeiam artigos sobre a língua e o povo português, em francês, no primeiro exemplo, e em português, nos outros, na Suíça, é o modo como eles distribuem e fazem circular a língua, que, de certo modo, alocutam seus leitores, conforme a noção em Guimarães (2011) pelas línguas que falam, de um modo específico. Ou seja, eles se formulam a partir da projeção de uma futuridade sobre o leitor do texto, sobre quem pode ler em português. É necessário salientar que os textos se inscrevem em plataformas digitais e que elas podem circular mais facilmente, no entanto, a questão que nos interessa é justamente o modo como o enunciado da nomeação do artigo

²⁷ Imagem (VI) em anexo. FIBBI et al. 2010. Les Portugais en Suisse. Office Fédéral des Migrations (ODM). Quellenweg 6, CH-3003 Bern-Wabern, 2010.

²⁸ Para este trabalho, vamos nos concentrar na observação de alguns acontecimentos dos nomes dos títulos de artigos. Contudo, apresentaremos em outros trabalhos, análises que consideram a produção de materiais midiáticos em português na Suíça.

²⁹ THOELE, A. 2012. O vilarejo suíço em que se fala português. **Swissinfo.ch**. Disponível em <http://www.swissinfo.ch/por/o-vilarejo-su%C3%AD%C3%A7o-em-que-se-fala-portugu%C3%AAs/31991198>. Acesso em 01/10/2015. Ver ainda, dois outros GIGON, Ariane. Crianças são esperança de um idioma ameaçado. **Swissinfo**. (2008). Disponível em: <https://www.swissinfo.ch/por/portugueses-est%C3%A3o-mal-integrados-na-su%C3%AD%C3%A7a/840142>; acesso em 10/01/2018. THOELE, Alexander. Crianças são esperança de um idioma ameaçado. **Swissinfo** (2017). Disponível em: https://www.swissinfo.ch/por/portugueses-nos-gris%C3%B5es_os--salvadores--do-rumantsch-/43312948; acesso em 10/01/2018.

³⁰ Tal como considera Guimarães (2002).

significa o título em português e faz circular o falante e a língua, pelo modo como é dividido, no funcionamento do enunciado no texto do artigo, e como é distribuído, ou seja, o que significa dizer algo em e sobre o português na Suíça. Este é o funcionamento que promove a “escrita” do texto, sua enunciação em um artigo: sua materialidade linguístico-histórica.

5. Considerações

Pode-se notar por meio dessa pequena amostragem de enunciados em português e sobre o português, que, também se fala português na Suíça, como mostrado em Stahlhauer e Schreiber da Silva (2016). Para deixar a problemática em aberto, ainda outras questões podem ser levantadas dessas considerações acerca do espaço de enunciação do português e das relações entre línguas, e por consequência, de identidades, na Suíça. Podemos afirmar, ao menos em uma sondagem inicial, que os falantes de português se identificam, na enunciação, com formas em francês e alemão e se desidentificam com formas em português (e não o contrário). É importante salientar que os processos de relação entre línguas não se dão do mesmo modo que o contato entre línguas. Nas relações entre línguas, além do contato, observa-se uma distribuição desigual entre elas. Sendo assim, as divisões das línguas, que determinam as suas variações e mudanças, significam pela relação língua-falante, constitutiva dos processos de linguagem.

Segundo o Ofício Federal de Imigrações da Suíça,

(...) Os portugueses são estimados por que são bons trabalhadores: o ethos do trabalho é um dos traços distintivos do grupo. Eles são, além disso, **discretos** (grifo nosso): “eles são obedientes e seguem as regras”, o que faz com que, como sublinha alguns de nossos interlocutores, eles sejam apreciados pelos empregadores (FIBBI ET AL. 2010, P. 76, 90)³¹.

Se considerarmos o que mostram os nossos recortes em relação a esta afirmação na publicação do Ofício Federal, podemos interpretar os funcionamentos de, ao menos, dois modos, (I) o que considera as relações entre línguas nas cidades e pelas relações de trabalhos aí imbricadas e como esse delineamento do espaço significam na e pelas línguas, nos textos, e, (II) mais especificamente, o que significa predicar o português, falante, por sua “discrição e obediência” (IDEM) à medida que ali eles estão a falar em espaços públicos.

³¹Tradução nossa da versão em francês da publicação.

O presente trabalho mostra alguns funcionamentos do português na Suíça. Não pretendemos, de modo algum, esgotar as análises e observações, pois trata-se de um trabalho ainda e sempre em curso. Podemos considerar, por meio desses exemplos de funcionamentos, que falar português, na Suíça, é desestabilizar o espaço regulado por suas línguas oficiais e nacionais, cf. Stahlhauer & Schreiber da Silva (2016). É *um ir abrindo* um espaço de significações para essa outra língua. Outros processos aparecem aí: a divisão social e a hierarquização. Falar português não significa do mesmo modo que falar japonês ou inglês, pois as duas línguas (se) inscrevem (em) identidades e processos históricos diferentes. Há, então, uma questão de identidade da língua e dos falantes que se põe nesse espaço de enunciação e que não se torna visível na normatividade, no modo de repartir as línguas na Suíça. O português é trabalhador na Suíça e sua língua, então, se divide, nos diferentes funcionamentos, e é distribuída aos falantes como uma língua de imigrante. Falar português é, então, falar uma língua de imigrante, e de trabalhador.

Referências

- AUROUX, S. Pour une Histoire des idées linguistiques. **Revue de synthese**: 1V' S. NO' 3-4, juil.-dbc. 1988.
- Auroux, S (org). **Histoire des idées linguistiques. La naissance des métalangages en Orient et en Occident**. Bruxelles: Pierre Mardaga. 1989.
- FIBBI et al. **Les Portugais en Suisse**. Office fédéral des migrations (ODM).Quellenweg 6, CH-3003 Bern-Wabern. 2010.
- GADET, F.; PÊCHEUX, M. Há uma via para a Linguística fora do logicismo e do sociologismo? In. **Escritos** (3). 5-16. Campinas. LABEURB-UNICAMP, 1998.
- GADET, F.; PÊCHEUX, M. **A Língua inatingível**. O discurso na história da Linguística. Trad. Bethania Mariani e Maria Elisabeth Chaves de Mello—Campinas, Editora RG, 2ª edição, 2010.
- GRIN, François. Gestion « à la Suisse » de la diversité linguistique : un succès menacé par l'économie. In : H. Guillorel et G. Koubi. **Langues et Droits**. Bruxelles: Bruylant. 1999.
- GUIMARÃES, E. **Semântica do Acontecimento: um estudo enunciativo da designação**. Campinas, SP:Pontes. 2002.
- _____. A marca do nome. **Rua**: Revista do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade da Unicamp – NUDECRI, SP, n. 9. 2003.

_____. **Análise de texto:** procedimentos, análises, ensino. Campinas, SP: RG. 2011.

PÊCHEUX, M. O discurso: Estrutura ou acontecimento. Trad. Eni Orlandi. 3a edição- Campinas, SP: Pontes, 2002.

STAHLHAUER, André Stefferson M. **A Representação de línguas no ciberespaço: um funcionamento enunciativo na contemporaneidade.**

Tese (Doutorado). Universidade Federal de São Carlos. São Carlos. 2014.

STAHLHAUER, A. S. M.; SCHREIBER DA SILVA, S. M. As migrações e as línguas, as relações entre o português e o francês na suíça: um estudo do espaço de enunciação. **Línguas e Instrumentos linguísticos** – Nº 36 – jul-dez 2015. 245-265 p. 2016.

THOELE, A. 2012. O vilarejo suíço em que se fala português. **Swissinfo.ch**. Disponível em <http://www.swissinfo.ch/por/o-vilarejo-su%C3%AD%C3%A7o-em-que-se-fala-portugu%C3%AAs/31991198>.

Acesso em 01/10/2015.

Anexos

I.

COMUNIDADE CATÓLICA PORTUGUESA DE NEUCHÂTEL
CATEQUESE 2013 – 2014
Neuchâtel, dia 02 de Maio de 2013

Queridos pais,
Temos o prazer de os informar que as inscrições para o próximo ano catequético serão realizadas do dia 18 de Maio ao dia 29 de Junho 2013.
Para esse efeito, os membros do Conselho estarão à sua disposição no Vieux-Châtel 6, na sala do rés-de-châlo (ao lado do Jostre), das 15H00 às 18H00. Os jovens que frequentam a catequese ao domingo poderão inscrever-se nesse momento.
A inscrição continua no valor de 40.—CHF por criança (que inclui o aluguer e o impreso dos sales, catecismos, livros, fotocópias, material diverso, etc.). As inscrições feitas fora do período indicado terão uma penalidade de 10.—CHF (excepto as pessoas que chegam pela primeira vez a Neuchâtel).
Para todas as inscrições feitas pela primeira vez na nossa Comunidade, será imperativo apresentar uma cópia do baptismo (cópia ou certificado) assim que os dados completos da criança.
Para ganhar tempo no momento da inscrição, pode utilizar o formulário em anexo para toda nova inscrição (preencher todos os dados). Para a inscrição de crianças que já participam na catequese também pode utilizar o mesmo formulário (preencher o nome da criança, o ano em que anda na catequese, nome do catequista e assinar a inscrição). Com este formulário, as pessoas poderão ir diretamente à caixa de pagamento (sem passar pelo estajo do computador).
Agradecemos que transmita estas informações a eventuais familiares, amigos ou colegas de trabalho que possam ter interesse no conteúdo deste documento mas que não têm possibilidade de o receber.
Mantemo-vos à sua disposição para qualquer informação e desde já agradecemos a sua participação e colaboração.
Atentamente,
O Conselho

COMUNIDADE CATÓLICA PORTUGUESA DE NEUCHÂTEL
CATEQUESE 2013 – 2014
INSCRIÇÃO DE CATEQUESE 2013-2014

Nome completo da criança: _____
Data de nascimento: _____
Lugar de nascimento: _____
Data de baptismo: _____
Lugar de baptismo: _____
Morada: _____
Nome completo do pai: _____
Nome completo da mãe: _____
Telefone do pai: _____
Telefone da mãe: _____
Telefone de casa: _____
E-mail: _____
Entra para o _____ ano de catequese.
Para as crianças que já andam na catequese
Ano em que anda na catequese: _____
Nome do catequista: _____
Data: _____
Assinatura do representante legal: _____

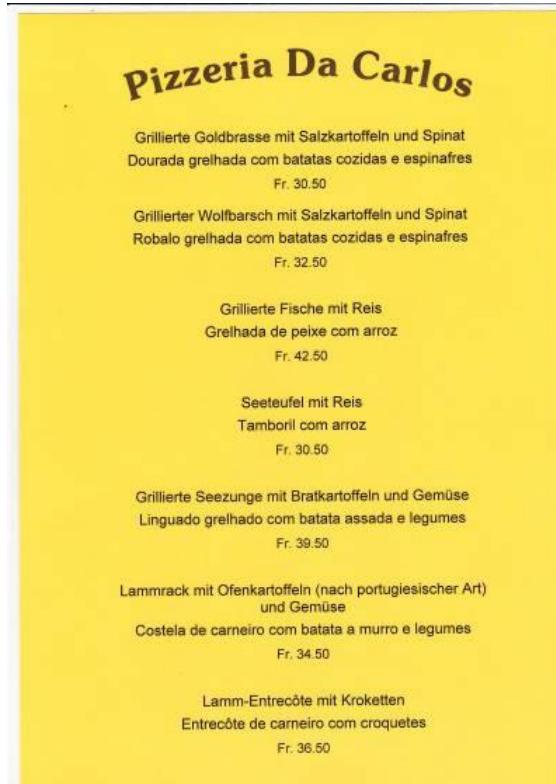
II.



III.



IV.



V.



VI.

 Schweizerische Eidgenossenschaft
Confédération suisse
Confederazione Svizzera
Confederaziun svizra

Eidgenössisches Justiz- und Polizeidepartement EJPD
Département fédéral de justice et police DFJP
Bundesamt für Migration BFM
Office fédéral des migrations ODM




Les Portugais en Suisse
Rosita Fibbi, Claudio Bolzman, Antonio Fernandez,

VII.

SWI swissinfo.ch Atualidade suíça em 10 idiomas   MENU 



O vilarejo suíço em que se fala português

Por Alexander Thoele

[SOCIEDADE](#)  Lazer

  6  Reutilizar artigo  Outra língua: 1

07. FEVEREIRO 2012 - 11:00



VIII.

The image is a screenshot of a news article on the website swissinfo.ch. The page has a black header with the logo 'SWI swissinfo.ch' on the left and navigation options on the right, including 'Atualidade suíça em 10 idiomas', a 'pt' language selector, a search icon, and a 'MENU' button. On the left side of the article area, there is a vertical stack of social media sharing icons: Facebook, Twitter, Email, and a plus sign for more options. The main content area has a sub-header 'PASSAPORTE SUÍÇO' and a large title 'Como se naturalizar suíço? Um manual em português.' followed by the author's name 'Por Alexander Theele'. Below the title, there is a category tag 'SOCIEDADE' and a horizontal bar with a share icon, a comment icon showing '28', and a 'Reciclar artigo' button. The date and time '09. JANEIRO 2018 - 17:00' are displayed. The main text begins with 'Como obter a nacionalidade suíça? Uma nova lei entrou em vigor a partir do início de 2018. Em alguns aspectos ficou mais difícil obtê-la. Porém o número de anos necessários para fazer o pedido caiu de 12 para 10. Veja'.

SWI swissinfo.ch

Atualidade suíça em 10 idiomas pt Q MENU

f
t
e
+

PASSAPORTE SUÍÇO

Como se naturalizar suíço? Um manual em português.

Por Alexander Theele

SOCIEDADE

28 Reciclar artigo

09. JANEIRO 2018 - 17:00

Como obter a nacionalidade suíça? Uma nova lei entrou em vigor a partir do início de 2018. Em alguns aspectos ficou mais difícil obtê-la. Porém o número de anos necessários para fazer o pedido caiu de 12 para 10. Veja

A ESCRAVIDÃO, A ESCRAVATURA E O ESTRANGEIRO NO JORNAL *O ABOLICIONISTA* DO RIO DE JANEIRO

NIRCE APARECIDA FERREIRA SILVÉRIO - UFSCar¹

1. Introdução.

O texto abaixo está na primeira edição do jornal *O Abolicionista*, do Rio de Janeiro, de 1 de novembro de 1880. No primeiro recorte que fizemos, o nome do jornal vem especificado com o subtítulo: *Órgão da Sociedade Brasileira Contra a escravidão*. Este jornal passou a circular no ano de 1880 em que ainda vigorava oficialmente a escravidão do negro trazido da África e da maioria de seus descendentes. O título e o subtítulo do jornal *O Abolicionista* direcionam para dizeres contrários à escravidão e que pregavam sua extinção. Os diversos textos publicados neste jornal historicizam a escravidão, e suas diferentes designações nos trazem a história em que este acontecimento se constitui, assim, nosso objetivo é identificar e interpretar como as palavras escravidão, escravatura e estrangeiro são designadas no texto e isto relacionado à cena enunciativa. Analisamos como se apresenta a posição abolicionista anunciada no título e subtítulo do jornal.

A escravidão na cena enunciativa e seus domínios semânticos de determinação.

Podemos questionar se o jornal que se apresenta como abolicionista mantém esta posição. Vejamos um recorte do jornal:

Recorte 1

Estudando-se a nossa produção, vê-se que o trabalho escravo é a causa única do atraso industrial e econômico do país. O nosso território está coberto de latifúndios, onde da casa senhorial saem as ordens para o governo das centenas de animais humanos que enriquecem o proprietário. Ali, nem religião, nem instrução, nem moralidade, nem família! (*O Abolicionista*, 1 de novembro de 1880).

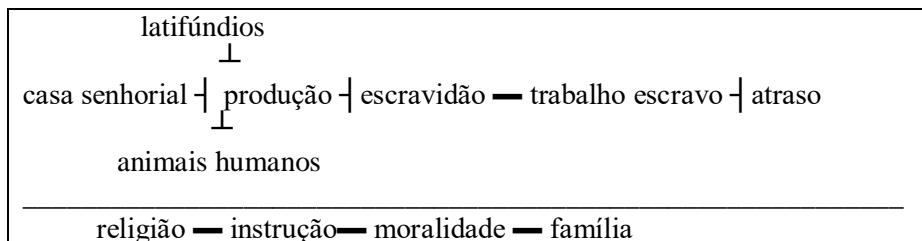
A palavra *escravidão* aparece no subtítulo do jornal, *O Abolicionista: Órgão da Sociedade Brasileira Contra a Escravidão*, e em seguida é

¹ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGL) - UFSCar.

reescrita, por *trabalho escravo*. Analisaremos como se constituem as designações na cena enunciativa, esta cena é um conceito analítico da semântica do acontecimento formulado por Eduardo Guimarães. Na cena há relações entre o dizer de um Locutor (o que se apresenta como fonte do dizer) e o Alocutário, o locutor-x (lugar social de dizer) e o alocutário-x, o enunciador (lugar de dizer) e o destinatário (GUIMARÃES, 2013). Nesta cena enunciativa, o Locutor se apresenta como locutor jornalista que mostra os problemas de se ter a escravidão: *Estudando-se a nossa produção vê-se que o trabalho escravo é a causa única do atraso industrial e econômico do país*. O locutor jornalista se divide em enunciador universal que fala do lugar de dizer da economia, as palavras: *produção, atraso industrial e econômico, latifúndio, casa senhorial* nos indicam este lugar de dizer que descreve os problemas de se ter uma produção por meio do trabalho escravo. Contudo, o pronome possessivo de primeira pessoa *nossa* indica outra divisão do locutor jornalista em um enunciador coletivo, que fala de um lugar de cidadão brasileiro e também reprova o trabalho escravo ao criticar a forma como os escravos vivem, sendo tratados como *animais humanos*.

Os dois enunciadores reprovam a escravidão: um pelas razões econômicas e o outro por questões de cidadania e humanitárias, e no final deste recorte, ao reaparecer a voz do enunciador coletivo, ele apela para a religião, a moralidade e a família, de forma que a *casa senhorial* não faça com que os escravos sejam tratados como *animais humanos*. Esta configuração da cena enunciativa nos dá a constituição de designações por meio de relações semânticas. Num texto, as designações podem ser determinadas pela sua produção de sentidos, e esta determinação pode ser escrita por meio dos Domínios Semânticos de Determinação (DSDs), que são representados graficamente de um modo específico, em que “|— ou —| ou ⊥ ou ⊤ significam determina, — que significa sinonímia; e um traço como ———, dividindo um domínio, significa antonímia” (GUIMARÃES, 2007, p. 82).

Considerando a configuração da cena enunciativa que descrevemos a partir do texto, podemos elaborar o seguinte DSD:



No centro deste DSD temos a *casa* articulada à predicação *senhorial*, que anuncia a forma como se dividem as relações de trabalho e o modo de produzir, nesta enunciação. A produção ocorre em latifúndios e a palavra *escravidão*, do subtítulo do jornal é reescrita como *trabalho escravo*. Este trabalho é relacionado à existência da *casa* predicada como *senhorial* e corrobora o modo de produzir, do escravo para o senhor.

As predicções de *atraso* como *industrial* e *econômico* contribuem para uma possibilidade de integrar os sentidos, expostos desde o início do recorte, ligados à crítica à forma como se dá a produção e sua condenação, por meio da sugestão de mudanças, já que ela impede o desenvolvimento industrial e econômico do país. Crítica que incide sobre a existência do trabalho escravo, que é enunciado como o responsável pelo atraso industrial e econômico e que também é uma descaracterização do ser humano. Esta descaracterização é dita por meio da metáfora *animais humanos*.

Há, portanto, relações de determinação e de antonímia, o texto aponta como o avesso de ter relações de trabalho forçados e desumanos o apelo à religião, à moralidade à família e à necessidade de instruir o escravo para que possa sair desta situação de exploração.

Desde o início da enunciação, a divisão do Locutor, em locutor jornalista, enunciador universal e enunciador coletivo, direcionam para a mudança na forma de argumentar e parecem ser movimentos para sensibilizar o alocutário. A partir do título do jornal, a direção argumentativa é de contrariedade à *escravidão*, e no recorte, ela se mantém, mas sustentada por dois tipos de argumentos: primeiro, os com predominância de preocupação com a produção e o desenvolvimento do país, depois, ao ser enunciada a metáfora *animais humanos*, são colocados, no jogo enunciativo, argumentos emotivos, afetivos, religiosos.

Estas mudanças de argumentos se destinam à sensibilização dos possíveis alocutários, os leitores do jornal *O Abolicionista*, que podem ser os cidadãos em geral que têm acesso à leitura, e nos quais estão incluídos os escravocratas. Desde que não esqueçamos que há o deslizamento do sentido, que o dizer se expõe à deriva e que o lugar de dizer não é o mesmo lugar da interpretação, podemos considerar que a alternância dos enunciadores representa a alternância de argumentos direcionados ao alocutário. Neste caso, o alocutário tem a possibilidade de se convencer com a reprovação da *escravidão* devido a aspectos racionais como a descrição dos problemas econômicos que a *escravidão* provoca e que é feita pelo enunciador universal, ou com aspectos emotivos, religiosos, afetivos, que estão na fala do enunciador coletivo, e que também servem para reprovar a *escravidão*.

Mas o que é esta *escravidão* que é dita no texto?

2. A escravidão e escravatura: uma sinonímia.

A seguir analisaremos a continuidade deste texto em que a escravidão é novamente reescrita:

Recorte 2

Acresce que parte da escravatura está nas mãos de estrangeiros, que não poderiam possuir escravos nos seus países. Por outro lado, a população está enjoada do espetáculo de uma riqueza criminosamente acumulada sobre a miséria geral pela exploração de um milhão e meio de homens.

(O Abolicionista, 1 de novembro de 1880).

Neste caso, o enunciador coletivo passa a descrever os absurdos da escravidão em sinonímia com sua reescritura como escravatura. Podemos escrever, então, o seguinte DSD:

Escravidão — escravatura	riqueza criminosamente acumulada sobre a miséria geral pela exploração de um milhão e meio de homens.
--------------------------	---

As mudanças de enunciadores, de universal para coletivo, produzem efeitos de verdade e ao mesmo tempo de familiaridade, apelo ao envolvimento do destinatário. Assim, na determinação da sinonímia escravidão/escravatura tanto uma quanto a outra são condenadas, pois, o enunciador coletivo as caracteriza como uma exploração do trabalho, de tal forma, que é considerada crime e gera riqueza por meio da miséria de um milhão e meio de pessoas.

A seguir, por meio de uma reescritura por expansão vemos o que é a escravidão/escravatura praticada então. E associada a esta relação de sentido há o estrangeiro, que tem grande importância nas determinações da escravidão e para os possíveis alocutários deste texto de jornal (a elite, os escravocratas).

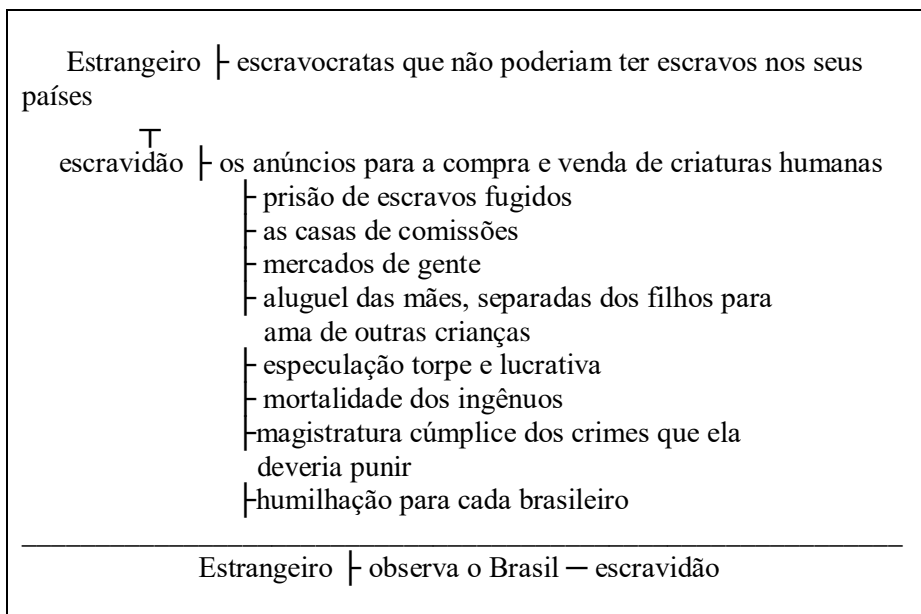
3. A escravidão e o estrangeiro: relações de determinação e de antonímia.

No recorte acima ainda aparecem as designações população (o alocutário constituído na cena) e estrangeiro, que na sequência do texto é novamente determinado:

Recorte 3

Nas cidades somos objeto de estudo para os estrangeiros: os anúncios para a compra e venda de criaturas humanas, para a prisão de escravos fugidos; as casas de comissões, verdadeiros lupanares, ao mesmo tempo que mercados de gente; o aluguel das mães, separadas dos filhos, para amas de outras crianças, especulação tão torpe como lucrativa; a mortalidade dos ingênuos; as questões de liberdade decididas em favor dos senhores pela magistratura, cúmplice dos crimes que ela devia punir, são outros tantos motivos de humilhação para cada brasileiro. (*O Abolicionista*, 1 de novembro de 1880).

A figura do estrangeiro que já havia aparecido no recorte anterior a este, aparece agora de forma diferente, no primeiro caso, o estrangeiro é escravocrata, e agora ele é o que observa e denuncia a escravidão, vejamos o DSD:



Temos, então, o estrangeiro sendo designado por antonímia em que por um lado é escravocrata e por outro denuncia a escravidão, isto é relatado na voz do enunciador universal e por esta voz e pela voz do locutor observador estrangeiro constituído na enunciação. Este locutor estrangeiro observa a escravidão no Brasil, o que resulta em outra reescritura de escravidão, que acena para o mesmo sentido das reescrituras anteriores, mas agora ela se dá por enumeração, esta enumeração dá detalhes da escravidão no Brasil, conforme podemos ver no DSD acima, e envolve uma

movimentação econômica de pessoas, a prisão de quem fugir, violência contra mães e crianças, a morte dos ingênuos e uma magistratura cúmplice; esta é a prática do grupo escravocrata, o grupo que deseja manter a escravidão e contra o qual *O Abolicionista* se posiciona.

No final deste recorte reaparece a voz do enunciador coletivo que apela para os sentimentos de cidadão brasileiro ao se referir à enumeração da escravidão, conclui que, sendo assim ela *é motivo de humilhação para cada brasileiro*.

4. Conclusão

Nestes recortes que analisamos há a produção de sentidos que mobiliza um jogo de dizeres entre locutores, enunciadores, alocutários, destinatários e para tal são constituídas reescrituras onde vemos designações, antônimas, sinônimas. Assim, o jornal *O Abolicionista* dá voz à causa abolicionista, e outras que estão além dela, como o interesse econômico principalmente internacional em mudanças nas formas de trabalho e produção. O jornal, então, condena a forma de trabalho escravo sob o viés econômico já que a caracteriza como uma forma de trabalho que leva ao atraso econômico e industrial e ainda a condena sob o viés moral e religioso, é uma exploração que está além do trabalho e transforma pessoas em animais humanos. O texto ainda direciona para uma futuridade de sensibilização da *casa senhorial*, de apelo ao fim dos latifúndios e da escravidão, sugere ainda que os escravos devem receber instrução para que saiam desta situação de exploração.

Referências

O Abolicionista. Rio de Janeiro, 1 nov. 1880. Disponível em < <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Último acesso: 22 de novembro de 2014.

GUIMARÃES, E. **Semântica do acontecimento:** um estudo enunciativo da designação. Campinas, SP: Pontes, 2005.

_____. Domínio semântico de determinação. In: **A palavra: forma e sentido.** Campinas: Pontes, 2007, p. 77-96.

_____. Argumentatividade e argumentação. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo** - v. 9 - n. 2 - p. 271-283 - jul. /dez. 2013.

UM ESTUDO DA PALAVRA ESCRAVO POR MEIO DA SEMÂNTICA DO ACONTECIMENTO

NAYARA FERNANDA DORNAS - UFSCar¹

1 - Introdução

O escravo esteve presente em todo o processo de desenvolvimento da cidade de São Carlos e no desenvolvimento econômico de sua região, porém o escravo foi silenciado ao longo da história. Assim, por meio de um olhar enunciativo fornecido pela teoria da Semântica do Acontecimento desenvolvida pelo estudioso brasileiro Eduardo Guimarães, o presente artigo aborda um estudo da palavra escravo e sua designação em cartas do Conde do Pinhal para Anna Carolina, sua esposa, conhecida como Naninha. Essas cartas foram reunidas em um livro intitulado, “Naninha, aceitai as minhas saudades - cartas do Conde do Pinhal para Anna Carolina, sua esposa”, da Editora da UFSCar, do ano de 2000. O livro conta com 160 páginas e abriga um conjunto de 203 cartas escritas por Antonio Carlos a sua esposa Anna Carolina. Para melhor fundamentar nosso estudo, selecionamos para esse artigo a carta escrita no Rio de Janeiro, em julho de 1876.

Diante disso, nosso objetivo é estudar a palavra escravo nas cartas do Conde Antonio Carlos e nossa problemática gira em torno da questão da designação da palavra escravo, ou melhor, o que o escravo significa nessas cartas? O que é o escravo para o Conde do Pinhal? Adotamos a perspectiva de que o acontecimento é o funcionamento da língua e diante disso analisamos como a palavra *escravo* acontece, é designada, reescriturada, silenciada, por meio dos mecanismos de operações enunciativas propostos por Guimarães (2005) como cena enunciativa, temporalidade, político, designação, reescrituração e DSD e por Luiz Francisco Dias (2005, 2013a, 2013b, 2013c) como pertinência enunciativa e força de progressão.

Pretendemos com isso abordar a designação da palavra escravo e estudar o seu funcionamento no presente do acontecimento da carta que constitui nossa unidade de análise, o texto, para abordamos os sentidos que são silenciados com a iminente possível assinatura da Lei Aurea. Esse silenciamento também é observado por meio da dificuldade de se encontrar

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGL) – UFSCar. Este artigo baseia-se na dissertação de mestrado intitulada “Um estudo enunciativo da palavra escravo e sua significação nas cartas do Conde do Pinhal para sua esposa Naninha.” UFSCar, orientada pela Profa. Dra. Soeli M. Schreiber da Silva, com financiamento do CNPq, e defendida em fevereiro de 2018.

dados e documentos precisos referentes à escravidão em São Carlos, e isso se deve à determinação de 1890 que ordenava a incineração de documentos que comprovavam a propriedade do escravo. Ou seja, tal medida é uma das várias tentativas de silenciar e evitar que o escravo e seus sentidos e significação ganhassem espaço e lugar de fala.

Assim, estudar o sentido de escravo nas cartas ajudará a mostrar a presença da escravidão na história de São Carlos, já que a cidade foi fundada e criada por meio dessa prática. Entender como isso se deu é entender a história da cidade, é registrar, é gerar dados para e sobre a cidade. E estudar as cartas do Conde, tem uma relevância visível, já que este era um ícone de destaque na época e responsável pela expansão e desenvolvimento de São Carlos.

2 - Análise

Para esse artigo selecionamos a carta escrita no Rio de Janeiro em 10 de julho de 1876 em que o Conde Antonio Carlos relata sobre os negócios que o levou ao Rio de Janeiro, a questão dos seus negócios com o banco e a compra de escravos.

Essa carta constitui o nosso corpus e por isso, inicialmente, analisaremos as cenas enunciativas, que são “especificações locais nos espaços de enunciação” (GUIMARÃES, 2005, p. 23), em seguida, realizaremos recortes que serão descritos, ou seja, faremos uma descrição do funcionamento desses recortes e os analisaremos, tomando como mecanismo de análise as noções de designação (o modo pelo qual o real é significado na linguagem), de reescrituração (mecanismo de redizer o que já foi dito produzindo uma interpretação nova e diferente), de pertinência enunciativa (relação que um nome, um enunciado mantém com os determinantes da enunciação, incluindo-se outros enunciados, no presente do enunciar (DIAS, 2015), de força de progressão, que é quando o lugar objeto projetado por um verbo aponta para uma memória, e de DSD, que é uma representação do processo de análise e, portanto, precisa ser claro e capaz de explicar o funcionamento de uma palavra, mostrando sua significação.

2.1- Recorte

Rio de Janeiro, 10 de Julho de 1876

Naninha

Aqui cheguei no dia 7 pelas 8 horas da manhã com a mais feliz e agradável viagem de mar. Desde que cheguei só tenho tratado do negócio

das letras, porém só hoje pelas 9 horas da manhã é que vou ao Banco Alemão para decidir o negócio e estou com esperanças de arranjar mais ou menos como desejo.

A temperatura aqui está muito boa e até faz frio, o que me faz rezear que por aí tenha havido alguma geada de fazer mal.

Até agora ainda estou sofrendo as coceiras que sentia e apesar de estar em uso de remédios e banhos há 2 dias ainda não estou bom, porém com esperanças de sarar logo visto como o meu antigo médico me assegura que nenhuma importância tem.

Estou na dúvida de comprar escravos, visto que se não conseguir o arranjo que pretendo das letras, não os comprarei para não me envolver: há muito escravo para vender e os fracos estão baratos. Pretendo ver se posso seguir no vapor de 15, porém não é seguro porque como já disse meus negócios ainda não estão decididos. Quando aos professores de piano ainda não os encontrei porém o meu anúncio saiu ontem e de hoje em diante é que espero por eles. Seu pai também me pediu que levasse um para a Clementina.

Tenho sentido muitas saudades tuas e dos pequenos e sempre querendo comprar-lhes algum presente porém sem saber o que, como sempre me acontece.

Aceitai as minhas saudades

Antonio Carlos

2.2-Cena enunciativa

Na cena enunciativa dessa carta o Locutor Antonio Carlos enuncia como locutor empresário, escravocrata e marido.

Assume a posição de locutor empresário por estar envolvido com os *negócios das letras*, que referencia as questões de ordem econômica e administrativa que refletem diretamente na possibilidade de Antonio Carlos comprar mais escravos, ou seja, o referencial do termo *negócio das letras* é o financeiro, o econômico, o voltado para o comércio escravocrata que inscreve a posição empresária e também escravocrata do Locutor Antonio Carlos.

Por isso, a referência do grupo nominal “*negócio das letras*” se constitui pelo domínio histórico das enunciações financeiras, econômicas e escravocratas que permitem que no presente do acontecimento o memorável dos problemas econômicos e financeiros referentes à escravidão seja acessado, sustentando assim, a posição de locutor empresário e escravocrata.

O Locutor Antonio Carlos enuncia também como locutor escravocrata ao enunciar sua dúvida em comprar escravos, causada pelos problemas das letras. Tal posição ainda é sustentada pela sua enunciação de que há muitos escravos a serem vendidos e que os tidos como mais fracos estavam mais

baratos, “*Estou na dúvida de comprar escravos, visto que se não conseguir o arranjo que pretendo das letras, não os comprarei para não me envolver: há muito escravo para vender e os fracos estão baratos*”.

E por fim, o Locutor Antonio Carlos assume a posição de locutor marido ao enunciar como foi a viagem e quais sentimentos esta lhe despertou “*Aqui cheguei no dia 7 pelas 8 horas da manhã com a mais feliz e agradável viagem de mar*”, em apresentar como tem passado, relatando suas doenças e visitas ao médico “*Até agora ainda estou sofrendo as coceiras que sentia e apesar de estar em uso de remédios e banhos há 2 dias ainda não estou bom, porém com esperanças de sarar logo visto como o meu antigo médico me assegura que nenhuma importância tem*”. Essa posição de locutor marido é amparada pelas enunciações dos planos do Locutor de voltar para casa e da insegurança que sente ao pensar em tal possibilidade sem antes ter resolvido os problemas que o levaram até o Rio “*Pretendo ver se posso seguir no vapor de 15, porém não é seguro porque como já disse meus negócios ainda não estão decididos*” e ainda pelo relato das saudades que sente da esposa e dos filhos, e do desejo de agradar a Alocutária Naninha com a compra de um presente “*Tenho sentido muitas saudades tuas e dos pequenos e sempre querendo comprar-lhes algum presente porém sem saber o que, como sempre me acontece*”.

Apesar de o Locutor Antonio Carlos assumir enunciações de três lugares sociais distintos, ele se destaca como locutor escravocrata por apresentar a alocutária Naninha suas dúvidas e incertezas sobre a compra dos escravos e sobre o andamento de seus negócios, assim, ele enuncia nessa carta agenciado pela necessidade de informar a esposa sobre os acontecimentos, focando nos seus problemas quanto aos escravos. Dessa forma, o agenciamento enunciativo determina sua posição de escravocrata como também aponta para a constituição de uma posição de escravocrata de Naninha, sua alocutária, já que ao escrever a ela sobre um assunto relacionado aos escravos, ele a reconhece e a legitima como adepta a estar a par do assunto.

Nesse acontecimento, o Locutor Antonio Carlos assume a posição de enunciador individual, suas enunciações evidenciam a primeira pessoa do singular e pautam-se no subjetivo e em fatos particulares tanto em relação a sua saúde quanto em relação a sua situação e a dos escravos, “*Aqui cheguei no dia 7 pelas 8 horas da manhã (...)*” “*(...) o que me faz recear que por aí tenha havido alguma geadada de fazer mal.*”. E como enunciador coletivo ao assumir a posição de locutor escravocrata, empresário, pois seus enunciados são reconhecidos e legitimados por um determinado grupo, como o grupo dos escravocratas, empresários, fazendeiros. Então sua posição torna-se coletiva.

Nesse acontecimento, a Alocutária Naninha assume a posição de alocutária esposa, e também de alocutária escravocrata, e de esposa por meio das enunciações do locutor marido, que a toma como mulher e como escravocrata quando o locutor escravocrata apresenta os problemas quanto à questão dos negócios das letras e dos escravos.

2.3- Negócio das letras

Desde que cheguei só tenho tratado do negócio das letras, porém só hoje pelas 9 horas da manhã é que vou ao Banco Alemão para decidir o negócio e estou com esperanças de arranjar mais ou menos como desejo. (...) Estou na dúvida de comprar escravos, visto que se não conseguir o arranjo que pretendo das letras, não os comprarei para não me envolver: há muito escravo para vender e os fracos estão baratos. Pretendo ver se posso seguir no vapor de 15, porém não é seguro porque como já disse meus negócios ainda não estão decididos.

Observando a formação nominal “*negócio das letras*”, este é reescriturado cinco vezes ao longo da carta, três vezes por redução, “*o negócio*”, “*meus negócios*” e “*das letras*”, uma vez por substituição, “*o arranjo*” e uma vez por elipse “*esperanças de arranjar (o negócio) mais ou menos como desejo.*”

Temos que “uma formação nominal é uma formação das condições em que a construção nominal baliza um domínio de referência” (DIAS, 2013c, p.15), desse modo, a formação nominal “*negócio das letras*” baliza o domínio referencial da economia escravocrata, ou seja, a formação nominal *referencia* as questões relativas à comercialização de escravos, as papeladas envolvidas em tais comércios, as transações realizadas, pois podemos acessar um memorável em que os negócios de compra e venda de escravos aconteciam num universo de possibilidades e práticas sociais, em que os cativos eram tidos como mercadorias a serem negociadas e, portanto, era necessário preparar documentação, aprontar as papeladas e transições nos bancos, escrituras, inventários, etc., pois “(...) a propriedade em escravos está totalmente circunscrita no pacto social fundamental dos cidadãos-proprietários dessa sociedade-isto é, a defesa da propriedade privada-, pacto esse expressamente firmado no sacrossanto artigo 179 da Constituição do Império.” (CHALHOUB, 1990, p.75)

Ainda observando a formação nominal “*negócio das letras*”, temos que o nome *Banco Alemão* determina “*negócio das letras*”, ou seja, *Banco Alemão* atribui à formação nominal um sentido econômico e monetário, e também que a formação nominal “*arranjo das letras*” é sinônimo de “*negócio das letras*” e determina “*compra de escravos*”, ou seja, “*arranjo das letras*” está diretamente relacionado ao sentido de “*compra de*

escravos”, então, para comprar escravos é necessário que o arranjo das letras esteja efetivado.

Diante do exposto temos o seguinte DSD que apresenta o funcionamento da formação nominal Negócio das letras:

Arranjo das letras -----Negócio das letras | Banco Alemão--- (economia)

┐
Compra de escravos

2.4- Os escravos

Estou na dúvida de comprar escravos, visto que se não conseguir o arranjo que pretendo das letras, não os comprarei para não me envolver: há muito escravo para vender e os fracos estão baratos.

A palavra *escravos* é reescriturada quatro vezes. Duas vezes por repetição, onde a repetição se dá de maneira completa, pois a palavra *escravos* em “*comprar escravos*”, é retomada em “*há muito escravo*”, de forma completa, porém no singular. Temos outra reescritação, agora por elipse em “*os comprarei*”, onde o termo *escravos* é retomado a partir do pronome “*os*”, constituindo assim, uma reescrituração por elipse marcada, já que o pronome marca a elisão do termo. E por fim, podemos identificar a substituição por especificação em “*os fracos*”, já que a reescrituração determina a palavra “*escravo*” pela expressão “*os fracos*” que a reescreve, ou seja, a reescrituração atribui elementos de sentido ao termo *escravo*, caracterizando-o.

Assim, observando o funcionamento de *escravo*, este é designado como *fraco* e predicado como *baratos*, ou seja, nesse acontecimento o termo *fraco* significa *escravos* e o termo *baratos* também significa *escravos*, como evidenciamos no seguinte DSD:

Fracos | Escravos | baratos

Focando agora na análise do verbo *comprar*, conforme nos mostra Dias (2012, 2013), observamos que este se articula a enunciação por meio de uma memória de funcionamento de outras enunciações. Assim, seu funcionamento se dá a partir de uma “convocação de lugar x” (DIAS, 2012, p. 27) que se

forma mediante um referente que forma o domínio desse verbo, referente que aqui é o do escravo, mas que em outras enunciações já foi, por exemplo, carro, boi, roupa, calçados, casas, café.

A partir disso, identificamos uma *força de progressão* (DIAS, 2013a) que atua no verbo *comprar* assegurando o espaço de construção temático no lugar de objeto, que é ocupado por meio do memorável da escravidão, da comercialização dos cativos, tidos como mercadorias. Assim, temos que o lugar de objeto do verbo *comprar* poderia ser como já mencionado, ocupado por vários domínios de referência, como comprar roupas, comprar bois, mas tal preenchimento se dá a partir da cena enunciativa, da memória de enunciações anteriores, e da atualidade do enunciado, portanto, este lugar é ocupado pelo domínio referencial da escravidão, determinado pela memória.

Portanto, o verbo *comprar* projeta um lugar de objeto que poderia ser um vasto domínio referencial, porém, em nosso recorte, o lugar objeto é ocupado por escravo, conjurando um efeito de sentido de mercadoria, de coisa. Então, nesse presente do acontecimento o verbo *comprar* determina escravo que funciona como sinônimo de mercadoria, já que o lugar do objeto é preenchido por escravos, “comprar escravos”. Temos, então, o seguinte DSD:

Comprar | escravos--- (mercadoria)

Por fim, focando nesse recorte, “*há muito escravo para vender e os fracos estão baratos.*”, é possível observar o funcionamento do verbo *vender* e da palavra escravo. Temos que o verbo *vender* contrai pertinência enunciativa ao trazer à tona o sentido de mercadoria, afirmado pelo memorável da comercialização dos cativos, pois o verbo também é afetado pela força de progressão. Assim, a palavra *escravos* é determinada por *vender* e funciona como sinônimo de *mercadoria*. Diante do exposto, temos o DSD a seguir:

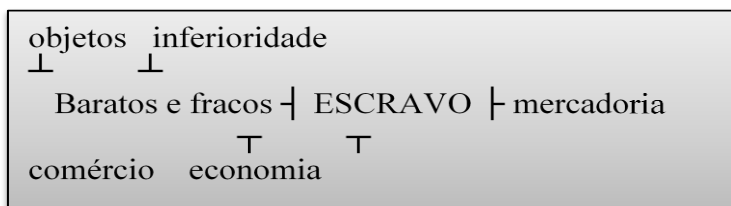
Vender | escravos--- (mercadoria)

Conclusão

Ao longo da análise e tomando a relação de integração, percebemos que quando a palavra escravo compõe o presente do acontecimento, aponta para um domínio de referência de mercadoria, de comércio, de inferioridade, de seres fracos e baratos, ou seja, no presente do

acontecimento dessa carta a palavra escravo funciona com sentido que fazia parte do memorável da elite do Brasil, assim, a palavra escravo é determinada pelo sentido de mercadoria (baratos), de objetos, de comércio, de inferioridade (fracos), pois o escravo não tinha lugar de fala ou de significação, era determinado pela cor da pele, pela sua origem, pela sua cultura, significando para a sociedade escravocrata como mão-de-obra, como ser inferior, como um objeto que pode ser vendido, comprado, trocado, emprestado. A ideologia que circundava a sociedade da época afirmava e agenciava esses discursos e enunciações.

Diante do exposto, vemos que o escravo para o Conde do Pinhal é um tipo de mercadoria, especificada como barata e caracterizado como fraco, e que escravo nessa carta designa objeto, inferioridade.



Referências

CHALHOUB, S. **Visões da liberdade: Uma história das últimas décadas da escravidão na corte**. São Paulo. Companhia das Letras. 1990

DIAS, L. F. Problemas e desafios na construção do campo de estudos da transitividade verbal. In: SAIRAVA, Maria Elizabherh Fonseca; MARINHO, J.H.C. org. **Estudos da língua em uso- relações inter e intra-sentenciais**. Belo Horizonte: UFMG, p.101-122, 2005.

_____. Enunciação e forma linguística. **Revista de estudos da linguagem**. V.21, nº 1. p.223-238. Jan./jun.2013a.

_____. Pertinência enunciativa e sustentação referencial: nos limites do sintático e do semântico. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo** - v. 9 - n. 2 - p. 389-398 - jul./dez. 2013b.

_____. Formações nominais designativas da língua do Brasil: uma abordagem enunciativa. In: **Língua, museu, e patrimônio**. Letras, Santa Maria, v. 23, n. 46, p. 11-22, jan./jun. 2013c.

GUIMARÃES, E. **Semântica do Acontecimento: um estudo enunciativo da designação**. Campinas, SP: Pontes. (2005)

_____. Sentido e acontecimento um estudo do nome próprio. **Revista Gragoatá**, UFF, no Prelo, 2000.

_____. Domínio Semântico de Determinação. In: **A Palavra: Forma e Sentido**. M.C. Mollica e E. Guimarães (orgs.). Campinas, SP: Ponte, 2007a.

_____. Quando o eu se diz ele- Análise enunciativa de um texto de publicidade. **Revista da anpoll**. 1, n. 29. Disponível em: <https://revistadaanpoll.emnuvens.com.br/revista/article/view/172>, 2010.

_____. Semântica da enunciação e textualidade. In: **Estudos dos sentidos na semântica e no discurso**. S.M.S, da Silva e C.P, Machado (orgs.) São Carlos, SP: Pedro & João Editores, 2013.

O POLÍTICO NA LINGUAGEM: UMA ANÁLISE DE DICIONÁRIOS ESPECIALIZADOS SOBRE A ESCRAVIDÃO NEGRA NO BRASIL

MARIA FERNANDA FACCIPIERI SILVA - UFSCar

Este trabalho insere-se no desenvolvimento de uma pesquisa maior, intitulada “Argumentação, textualidade e designação na Semântica do Acontecimento: os sentidos nos diferentes modos de escravidão” da Unidade de Pesquisa em Estudos Históricos, Políticos e Sociais da Linguagem (UEHPOSOL-Fapesp). Este trabalho de pesquisa em nível de doutorado tem como base o estudo dos verbetes que designam castigos e instrumentos de tortura usados no período da escravidão negra no Brasil, sobretudo nos dicionários especializados sobre o período em questão. Desse modo, vale ressaltar que não se trata necessariamente de um estudo sobre os dicionários em circulação no período da escravidão no Brasil, mas sim de um estudo dos dicionários datados de 1997 e 2004 que tratam do período.

Para tanto, tomamos por base os dicionários de Alaôr Eduardo Scisínio Dicionário da Escravidão (1997) e de Clóvis Moura Dicionário da Escravidão Negra do Brasil (2004) tratando nosso corpus com base nos estudos da Semântica do acontecimento e Análise do discurso de linha francesa. Sentimo-nos desafiados a estudar sobre a escravidão e o dicionário foi observado como um retrato dela, ou seja, como gesto político, um lugar de observação legitimada da história.

Pesquisamos sobre tais instrumentos e castigos em livros didáticos escolares, livros de história e dicionários de grande circulação a fim de compreender em que medida eles eram utilizados, em quais condições e frequência. Entretanto, tais castigos sequer eram mencionados, com exceção do açoite e do tronco. A ausência de informações na materialidade do texto levou-nos a questionar o porquê desse apagamento. A inquietação se dá à medida que esse apagamento se torna evidente, como se tais nomes, designações fossem apenas lendas, mitos, causos, como se houvesse nos discursos legitimados, ou total silenciamento, ou uma mera romantização da realidade. O aparecimento de tais nomes de castigos no dicionário legítima e traz à tona, à materialidade do texto, a história, a dor, o

sofrimento. É a partir dos dicionários especializados que desenvolvemos este trabalho.

Trata-se, portanto, de um saber legitimado sobre a língua que divide o real por excluir sentidos, isto é, trata-se de um objeto político. Com papel fundamental no ensino de língua e como importante objeto de consulta nas mais variadas situações, o dicionário evidencia certos sentidos. Tomamos o dicionário como lugar de observação dos verbetes *açoite* e *anjinhos* de forma a analisar em que medida, discursivamente, o aparecimento desses verbetes em um dicionário especializado contribui para uma análise linguística no que se refere à produção de sentidos. Para tanto, consideramos a definição lexicográfica como texto e o dicionário como objeto histórico, como lugar de observação privilegiado dos sujeitos, da sociedade e da história (ORLANDI, 2001). Compreender o acontecimento enunciativo em tais dicionários analisados, bem como a designação de cada definição lexicográfica atribuída aos castigos, significa não apenas observar seu sentido nas relações internas à língua imaginária, mas observar seus sentidos na relação com a história e com o sujeito.

Ainda que não existam registros precisos, a hipótese mais aceita é a de que em 1538 os primeiros escravos africanos tenham chegado ao Brasil. O meio de transporte eram navios que apresentavam condições miseráveis e desumanas. Muitos morriam durante a viagem através do oceano Atlântico, vítimas de doenças, de maus tratos e da fome. Os negros africanos que sobreviviam à travessia eram imediatamente separados do seu grupo linguístico e cultural africano e misturados com outros de tribos diversas para que não pudessem se comunicar. Cabia a eles a partir dali servir a seus senhores sob a pena de castigos violentos.

Diversos eram os castigos aplicados aos escravos no Brasil e diversos os respectivos instrumentos. Eles são divididos em três categorias: de captura e contenção; de suplício; e de aviltamento.

Na primeira categoria inclui as correntes, a golilha, o tronco, o vira-mundo e a gargalheira, as algemas, os machos, o cepo e a peia. Entre os instrumentos de suplício enumera a máscara, o anjinho, o bacalhau e a palmatória. Finalmente, entre os instrumentos de aviltamento, inclui o ferro de marcar, o libambo e as placas com inscrições infamantes. Havia também o *açoite* (V.), quase sempre praticado no pelourinho, aplicado não só pela Justiça ao escravo condenado, como também pelos senhores nas suas fazendas. Essas diversas formas de castigos, que perduraram praticamente por todo período da escravidão, chegavam muitas vezes a deformar os corpos dos escravos, conforme podemos verificar em anúncios de jornais da época a respeito de escravos fugidos. Muitos ficavam deformados para o resto da vida, outros temporariamente impossibilitados de executar serviços mais pesados. Alguns

morriam durante a aplicação dos castigos, especialmente quando eram açoitados.” (MOURA, 2004, p. 93-94)

Eram inúmeras as práticas e instrumentos de castigos utilizados com o objetivo de impor sofrimento aos escravos, cada qual com seu objetivo como descrito por Artur Ramos em sua obra *A aculturação negra no Brasil* (1942). Contudo, ainda que estudados e descritos por cientistas sociais, historiadores, antropólogos etc., esses castigos e instrumentos de castigos sofreram um apagamento quando observamos livros didáticos, apostilas ou dicionários, por exemplo. Até mesmo filmes ou novelas, tais castigos ou são apagados, ou abrandados.

É como se os castigos a que os negros foram submetidos no período da escravidão estivessem resumidos ao tronco, que, inclusive, é, por vezes, confundido com o açoite. Fato é que tais castigos e instrumentos existiram, não são fruto de mentes férteis ou causos, quase mitos, que passaram de geração em geração. E foi esse silenciamento que nos motivou. Como analisar que séculos depois esses verbetes, quase boatos, apagados historicamente desse objeto histórico e político, apareceriam nos dicionários? Que efeitos de sentido se obtêm ao analisar tal acontecimento discursivo? E que novos sentidos seriam atribuídos ao conceito de castigo em comparação aos dicionários gerais de grande circulação? Este trabalho parte da análise de dicionários, um lugar de legitimidade, para refletir sobre a constituição social do povo brasileiro e conduz a pensar o lugar do negro nesse movimento.

Fizemos uma análise de dicionários históricos como Bluteau (Raphael bluteau (feito entre 1712-1728), Luiz Maria da Silva Pinto (1832) e Antônio de Moraes Silva (1789) para verificarmos a presença de verbetes que designavam castigos e instrumentos de tortura utilizados no período da escravidão negra no Brasil, contudo, não foram encontrados. Esse silenciamento nos diz muito, já que o dicionário, para nós, constitui-se como um gesto político. Tais dicionários falam de um lugar da história de legitimidade, contudo há algo acontecendo enquanto a língua se estabiliza.

Os dicionários de Alaôr Eduardo Scisínio *Dicionário da Escravidão* (1997) e de Clóvis Moura *Dicionário da Escravidão Negra do Brasil* (2004) são retratos da escravidão e podemos analisar a partir deles como construímos essa história, eles contam uma outra língua para nós. O aparecimento de tais nomes de castigos no dicionário legitima e traz à tona, à materialidade do texto, a história, a dor, o sofrimento. O dicionário contribui para o imaginário de unidade dos sentidos e de unidade da língua portuguesa, isto é, para sua homogeneização segundo critérios estabelecidos dentro de uma certa ordem. A definição lexicográfica traz o sentido que está institucionalizado, legitimado, cristalizado, evidente,

constrói sentidos, é uma história da língua. Trata-se, portanto, de um saber legitimado sobre a língua que divide o real por excluir sentidos, isto é, trata-se de um objeto político.

A ausência desses verbetes na materialidade do texto dos dicionários históricos analisados evidencia isso, ou seja, tais nomes são excluídos desse objeto, não há lugar para eles. Em contrapartida, a irrupção de tais verbetes em dicionários temáticos também constrói sentidos, já que se constituem como inventários de conhecimentos críticos a respeito de temas negligenciados pelos registros de uma historiografia linear.

Os dicionários não apenas sistematizam e complementam o que se sabe sobre o regime escravocrata, mas trazem informações que permitem ao leitor formar uma opinião mais nuançada a respeito desse sistema de exclusão – humana, social e cultural – que dominou, soberano, durante quase quatro séculos da história brasileira.

Nesse sentido, os autores trabalham com dois mundos que se complementam, de um lado, o Brasil escravocrata, com seu arcabouço jurídico-legal a legitimar o escravismo e as suas passagens históricas com seus atores sociais mais expressivos e seu esquema de poder senhorial hegemônico, quase sempre sinônimo de mundos dos brancos. De outro lado, o Brasil da escravidão violentamente posto como inferior, constituído de negros anônimos. Tais objetos históricos propõem-se a resgatar e dar visibilidade a fatores e atores sociais fugidios, apagados. Inclusive, dando visibilidade à violência e tortura com que foram tratados.

Como metodologia de análise, optamos por partir dos conceitos de *reescrituração* e *articulação*, com o objetivo de chegar à representação do domínio semântico de determinação da palavra. Para fazer os *Domínios Semânticos de Determinação*, doravante DSD, utilizamos os seguintes sinais: \top , \perp , \lrcorner , \llcorner , que significam “determina” em qualquer uma das direções – é um traço que significa uma relação de sinonímia; o traço contínuo na horizontal que divide o DSD indica os sentidos que se opõem a ele.

O DSD é uma representação da designação da palavra no texto em que ela se encontra, constituindo-se como um gesto de interpretação a partir das análises das reescrituras e articulações. Esse domínio nos mostra não os sentidos estabilizados, mas os sentidos que circulam no funcionamento textual. A designação é a significação que resulta não apenas das relações linguísticas (reescrituras e articulações), mas das relações de sentidos estabelecidas pela história de enunciações de uma palavra que é retomada em parte pelo acontecimento enunciativo através do memorável.

Observemos os verbetes:

I. ANJINHO

ANJINHO. Instrumento de suplício que consistia em um círculo metálico, à moda de tenaz, que era introduzido num dos dedos do escravo e depois era gradativamente atarraxado, por meio de um parafuso, o que fazia diminuir o seu diâmetro paulatinamente a cada atarraxada que o supliciador aplicava, produzindo dores atrozes na vítima e muitas vezes a fratura do osso e determinado a mutilação para o resto da vida. Este suplício era muito usado quando se desejava obter alguma confissão do escravo que se supunha haver roubado algum objeto ou escondido alguma coisa. Era muito usado, também, pelos capitães-do mato (V.) quando capturavam um escravo fugindo e ele não queria revelar o nome do senhor. Eles, então, aplicavam o anjinho até que o quilombola confessasse e eles pudessem entregá-lo e receber a tomadia (V.). (MOURA, 2004, p. 44)

É possível observar que o verbete se constrói a partir da descrição do objeto de tortura. Neste verbete, anjinho se reescreve enquanto instrumento de suplício em que pode observar:

Círculo metálico —┘
Anjinho —┘ instrumento de suplício

Observa-se, assim, a relação de sinonímia estabelecida entre as palavras *anjinho* e *instrumento*, *Anjinho* é reescriturado enquanto *instrumento* e determinado por *círculo metálico* e *de suplício*. O processo de articulação acontece a partir da descrição do objeto que era introduzido nos dedos do escravo quando da utilização do aparelho manual, ou seja, do processo de utilização do instrumento.

A partir desse verbete, observamos como se constrói a cena da tortura e a designação de escravidão a partir da tortura à medida que a justificabilidade do instrumento de tortura se dá, ou seja, a culpabilidade do escravo, o enunciador se manifesta, já que era utilizado com o objetivo de confissão dos escravos que supunham terem roubado ou escondido algo, ou fugido. Nesse sentido, a argumentação se manifesta na direção da tortura, sofrimento e mutilação permanente. A força da descrição detalhada está no gesto político de contar uma nova história.

Nota-se que *este suplício* reescreve *castigo* por substituição. Observa-se que o enunciador refere-se à aplicação do castigo ao escravo, que é reescrito posteriormente enquanto *quilombola*.

ANJINHOS: s.m. pl. – Diabólico aparelho de tortura, no qual se prendiam, em dois pequenos anéis de ferro, as cabeças dos polegares da vítima, que eram então gradualmente comprimidas por meio de uma pequena chave de parafuso, até serem esmigalhadas. Quando se pretendia arrancar a um escravo uma confissão, submetiam-no aos terríveis anjinhos, cujo martírio levava a vítima a fazer qualquer declaração. (SCISÍNIO, 1997, p. 28)

Ainda sobre o mesmo verbete, mas agora a partir do dicionário elaborado por Scisínio houve a preocupação em se manter as características dos dicionários gerais, como a identificação da classe gramatical, bem como a identificação da flexão de gênero e número. Isso nos mostra a preocupação do enunciador lexicógrafo em legitimar seu verbete no âmbito formal dos dicionários. Outra observação importante é a presença do verbete no plural, apresentado diferentemente do dicionário de (2004). Ao retomar o trecho “Quando se pretendia arrancar a um escravo uma confissão, submetiam-no aos terríveis *anjinhos*, cujo martírio levava a vítima a fazer qualquer declaração”, observa-se que o enunciador se refere à aplicação do castigo à vítima, diferentemente do primeiro dicionário analisado de 2004. Sendo assim, temos, ao comparar os dois dicionários, *escravo*, *vítima* e *quilombola* em uma relação de sinônímia.

Agora, tomemos por base o verbete *castigo* no dicionário de grande circulação, Aurélio:

Punição que se inflige a um culpado.

2 - Mortificação.

3 - Tarefa penosa ou grande dificuldade.

4 - Ato de meter os ferros no touro.

5 - castigo máximo: o mesmo que pênalti.

Publicado em: 2016-09-24, revisado em: 2017-02-27

Disponível em: <<https://dicionarioaurelio.com/castigo>>. Acesso em: 04 Aug. 2017

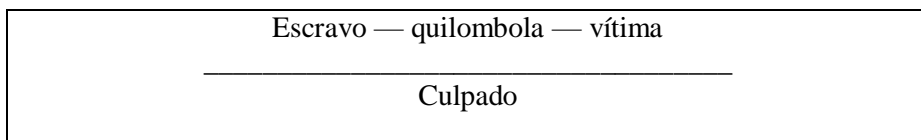
Vemos que o enunciador lexicógrafo reescreve por substituição Castigo enquanto punição, mortificação, tarefa penosa. Nesse sentido temos:

mortificação

—|

Tarefa penosa — | **Castigo** |— punição que se inflige a um culpado

Observando o Domínio Semântico de Determinação acima desenvolvido, é importante ressaltar que o castigo aplica-se a um *culpado*, diferentemente dos dois dicionários temáticos analisados anteriormente, em que o castigo aplicava-se ao *escravo*, *quilombola*, *vítima*. Sendo assim, temos:



Onde se lê que *escravo*, *quilombola* e *vítima* estão em uma relação de sinonímia, ao mesmo tempo em que, em relação de antonímia com palavra *culpado*. Sendo assim, fica clara que a orientação argumentativa dos dicionários temáticos se coloca em oposição ao dicionário geral, já que os primeiros questionam a legitimidade do castigo aplicado, enquanto que no dicionário geral o castigo é legitimado, já que atribuído a um culpado.

Como já explicitado, os dicionários constituem-se como uma normatividade que recorta certos sentidos, silenciando outros. Assim, observamos que algo do falado pela língua, e não incluído, encontrará um lugar de dizer, em relação ao nosso trabalho, os dicionários temáticos.

Para nós, isso é reflexo de grupos sociais que buscam seu lugar de dizer, como os que lutam pelas minorias. Desse modo, podemos dizer que a língua não normatizada pelos instrumentos linguísticos já dizia algo que era excluído pela normatividade e que é incluído tardiamente e lentamente na língua normatizada. O dicionário funciona, portanto, como controlador dos sentidos, a ausência ou presença de verbetes constitui-se como um gesto político.

II. AÇOITE

Ainda que o verbete açoite faça parte dos verbetes que constituem os dicionários gerais contemporâneos de grande circulação, foi-nos importante analisá-lo, pois tínhamos a hipótese inicial de que os sentidos produzidos seriam reveladores quando comparado aos dicionários temáticos. Desse modo, vejamos:

Açoite: - s. m. – 1. Instrumento feito com tiras de couro para castigar; chicote, azorrague. 2. Golpe, chicotada que se dá com o açoite. [...] O castigo do açoite foi instituído como pena do Código Penal e era aplicado ao escravo negro. O senhor requeria a aplicação da pena e obtinha uma autorização do intendente da polícia, que lhe dava o direito de determinar, segundo a natureza do delito, o número de
--

chibatadas que este exigisse (de 50 a 200).” (SCISÍNIO, 1997. P. 16)

A definição é construída pela enumeração de expressões e palavras separadas por vírgulas apenas, justapostas sem conectivos, e pela ausência de verbos, exceto a segunda parte da definição de número 2 que traz uma oração subordinada adjetiva para explicar o ato reescrevendo golpe.

Há a indicação morfológica da palavra como substantivo masculino, mas não há a indicação da etimologia. A definição inteira, que seria o corpo do verbete, reescreve a palavra-entrada açoite de dois modos diferentes: o primeiro modo é por definição, que são as reescrituras do instrumento usado para açoitar, ou seja, *instrumento feito com tiras de couro para castigar, chicote e azorrague* reescrevem *açoite* definindo-o. Em seguida, na definição 2, separados por vírgulas também, temos os nomes *golpe* e *chicotada* que se dá com açoite, que reescrevem o ato de castigar. Desse modo, vemos que há uma relação de sinonímia entre o instrumento e o ato de açoitar.

Observa-se a partir do desenvolvimento presente no verbete que o castigo é instituído pelo código penal ao escravo negro, o que nos dá a possibilidade de afirmar por pressuposição que havia escravos brancos, mas que a lei apenas determinava os castigos aos escravos negros. Nesse sentido, a orientação argumentativa se dá em direção à do escravo branco sobre o negro, ainda que ambos em condição de escravos. Além disso, observa-se que o castigo do açoite foi instituído enquanto pena do código penal, determinado pela requisição do senhor. O intendente da polícia autorizava a aplicação da pena ao escravo negro a partir da requisição do senhor, é o lugar da lei que determina em relação à natureza do delito a quantidade de chibatadas que variavam de 50 a 200. Nesse sentido, pode-se concluir que o senhor não estava autorizado a castigar o negro sem autorização do intendente da polícia que no verbete reescreve enquanto lugar da lei, o que legitima o castigo enquanto pena justa a partir da natureza do delito.

AÇOITE. Castigo aplicado aos escravos com o bacalhau (V.). Podia ser executado de duas formas: doméstica (particular), como exercício do poder senhorial, e judiciária, como pena estipulada pelo juiz, Pelo artigo 60 do Código Criminal do Império: “ Se i réu for escravo, e incorrer em pena que não seja capital ou de galés, será condenado na de acoites e depois de a sofrer será entregue a seu senhor, que se obrigará a trazê-lo com um ferro, pelo tempo e maneira que o juiz designar. O número de acoites será designado na sentença e o escravo não poderá levar designado na sentença e o escravo não poderá levar por dia mais cinquenta açoites”. Evaristo de Moraes descreve o castigo como “crudelíssimo -atava-se o paciente solidamente a um esteio e, depois, despidas as nádegas, eram flageladas até o sangue, às vezes até à destruição de parte do músculo. Se não havia o esteio,

era o infeliz deitado de bruços e amarrado em uma escada de mão; aí tinha lugar o suplício”. O instrumento era p vergalho (V.), ou bacalhau (V.). A aplicação dos açoites tinha analogias religiosas, estabelecendo-se assim a aplicação de novenas (V.) e trezenas (V.), segundo o número de dias de duração do castigo. O açoite foi aplicado pelas autoridades ou pelos senhores durante quase todo o período escravista, e somente foi abolido oficialmente pela Lei nº 3 310, de 15 outubro de 1886, que revogou não somente o artigo 60 do Código Criminal, como também a Lei nº 4, de 10 de junho de 1835, na parte em que impunha aquela pena. Embora tenha sido revogada, a pena de açoite continuou sendo largamente usada pelos senhores. As sentenças chegavam muitas vezes até mil açoites ou mais, aplicados ou por um preposto do poder público, antes da sua proibição, ou pelo feitor ou um escravo designado nas fazendas. No meio rural, a lei que extinguiu o açoite foi praticamente ignorada, continuando a sua prática até a extinção da escravidão. (MOURA, 2004, p. 17-18)

Diferentemente do dicionário de 1997, o dicionário de 2004 traz a figura do juiz, de modo que observamos a presença de uma hierarquização para determinar a prática do açoite, aqui não é a polícia quem determina a pena e a quantidade de chibatadas, mas sim o juiz. Outro aspecto diferente é o de que não há uma enumeração de termos que por substituição definem o verbete, a constituição dele se dá principalmente por articulações e desenvolvimentos.

A construção das designações da palavra açoite se dá a partir do processo de reescrituração por substituição, desenvolvimentos e articulações, e não como uma enumeração de palavras ou expressões funcionando como relações de sinonímia. A definição se dá a partir da perspectiva do poder sensorial e do poder judiciário, esta segunda que se articula a partir da lei (artigo 60 do código criminal) e do juiz que determina a quantidade de açoites. Nesse sentido, a lei legitima o castigo e determina como será aplicado. Assim temos o memorável da lei junto ao memorável da tortura que é trazido na materialidade do texto a partir de uma riqueza de detalhes. É o estado brasileiro torturando uma população escravizada.

O memorável da religião é retomado a partir da construção da designação de açoite no verbete, sobretudo quando as novenas e trezenas determinam açoite, ou seja, como se dará a pena estipulada pelo juiz. Dessa forma, a designação de açoite no dicionário de Moura (2004) constrói-se a partir do desenvolvimento que retoma a lei, o memorável da religião e a própria vontade do senhor, e em todos os casos o açoite é legitimado enquanto castigo.

Pode-se concluir a partir desse gesto político explícito que o castigo do açoite pode ser aplicado ao escravo a partir da decisão particular do senhor ou da determinação da lei, contudo, no primeiro

verbetes, aplicação da pena, ainda que baseada no código penal, é feita pelo intendente da polícia; enquanto que no segundo é tanto estipulada pelo judiciário quanto pelo poder sensorial. Conclui-se, portanto, que o senhor e o juiz estabelecem uma relação de sinonímia, já que ambos têm poder para castigar o escravo.

No último verbete apresentado, é importante ressaltar que a permissão ao açoite foi revogada, o que direciona para a sua não aplicação após a revogação da lei que o legitimava. Contudo, a conjunção *embora*, direciona argumentativamente para a rejeição dessa revogação, já que a pena continuou sendo usada, principalmente no meio rural. Observa-se, portanto, que as práticas estavam acima da lei.

Observemos agora o verbete *açoite* retirado do dicionário de grande circulação, Aurélio:

Tiras de couro ou cordas pendentes de um cabo com as quais se bate para castigar ou flagelar.

2 - Golpe dado com açoite.

3 - Pancada dada nas nádegas.

4 - Castigo, flagelo, calamidade.

5 - Chicote.

6 - AÇOUTE

Publicado em: 2016-09-24, revisado em: 2017-02-27

Disponível em: <<https://dicionariodoaurelio.com/açoite>>. Acesso em: 07 Aug. 2017

A definição é construída pela enumeração de expressões e palavras separadas por pontos apenas, justapostas sem conectivos, e pela ausência de verbos. É uma definição curta, sem exemplos. Há a indicação morfológica da palavra como substantivo masculino, mas não há a indicação da etimologia. Essa descrição mostra-nos a carência do verbete. A definição inteira, que seria o corpo do verbete, reescreve a palavra-entrada açoite por definição, que são as reescrituras *golpe dado com açoite* e *pancada dada nas nádegas* que reescrevem açoite definindo-o.

O segundo modo de definir é por substituição, que são as três últimas acepções: *castigo*, *flagelo*, *calamidade*, *chicote*, *açoite* que substituem açoite. As reescrituras por substituição são nomes (substantivos) que funcionam, no acontecimento, como sinônimos da palavra entrada substituindo-a, sem que haja uma estrutura sintática definidora, mesmo que subjacente, como acontece nos dois primeiros enunciados definidores.

Vê-se aqui que *açoite* é resignificado enquanto *instrumento de castigo* e *ação do golpe* pelos processos de definição e substituição. A partir da

análise desse último verbete, vemos que o memorável da escravidão é apagado, já que não há especificação sobre a quem se impõe esse castigo. Isso nos leva a observar a historicidade dos sentidos desses castigos, através do modo como as definições foram sendo elaboradas no processo histórico e, inclusive, a ausência dessas definições nos dicionários gerais, o que demonstrou o funcionamento do dicionário enquanto espaço político em que os dizeres são divididos e legitimados ou não a serem ditos. Há sentidos que são excluídos, que ficam fora desta língua controlada e que não foram sendo incluídos vagarosamente como normalmente ocorre nos dicionários gerais. Esses castigos e instrumentos de tortura foram apagados e continuam sendo, exceto nos dicionários temáticos analisados.

Sendo assim, vemos que os dicionários se constituem como uma normatividade que recorta certos sentidos, silenciando outros. Assim, observamos que algo do falado pela língua, e não incluído, encontrará um lugar de dizer, ainda que em dicionários especializados. Para nós, isso é reflexo de grupos sociais que buscam seu lugar de dizer, como os que lutam pelas minorias. Desse modo, podemos dizer que a língua não normatizada pelos instrumentos linguísticos já dizia algo que era excluído pela normatividade e que é incluído tardiamente e lentamente na língua normatizada. O dicionário funciona, portanto, como controlador dos sentidos.

Referências

- AUROUX, Silvain. **A Revolução Tecnológica da Gramatização**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1992.
- DIAS, L. F. **Os Sentidos do Idioma Nacional: As Bases Enunciativas do Nacionalismo Lingüístico no Brasil**. Campinas: Pontes, 1996.
- DUCROT, Oswald. **Princípios de Semântica Lingüística (dizer e não dizer)**. São Paulo, Editora Cultrix, 1972.
- DUCROT, O. Os Topoi na “Teoria da Argumentação na Língua”. In: **Revista Brasileira de Letras**. São Carlos. Editora da UFSCar, 1999.
- FERREIRA, A. B.de H. **Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1971.
- _____, **A Verdade e as Formas Jurídicas**. Tradução Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardins Morais. Rio de Janeiro: NAU editora, 2003.
- GUIMARÃES, E., ORLANDI, E. P. (Orgs.) **Língua e cidadania: o Português no Brasil**. Campinas: Pontes, 1996.

- GUIMARÃES, E. **Texto e Argumentação**. 3ª ed. Campinas: Pontes, 1987.
- _____. “Textualidade e Enunciação”. In: **Escritos, Ver e dizer**. Labeurb, Unicamp, nº 2, 2001.
- _____. **Os limites do Sentido**. (1995) Campinas, SP: Pontes, 2002.
- _____. **Semântica do Acontecimento: um estudo enunciativo da designação**. Campinas, SP: Pontes, 2002.
- _____. “Civilização na Lingüística Brasileira no século XX”. In: **Matraga**, 16, Rio de Janeiro: UERJ/Caetés, 2004.
- HAROCHE, Claudine. **Fazer Dizer, Querer Dizer**. São Paulo, SP: Editora Hucitec, 1992 (1984).
- NUNES, J. Horta. **Discurso e instrumentos lingüísticos: dos relatos dos viajantes aos primeiros dicionários**. (tese). Campinas, SP: 1996.
- OLIVEIRA, S. E. **Cidadania, História e Política de uma palavra**. (tese). Campinas, SP: Unicamp, 2004.
- ORLANDI, E. P. **As formas do silêncio**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1992.
- _____. **Análise do discurso, princípios e procedimentos**. Campinas, SP: Pontes, 1999.
- _____. **Discurso e Texto: formulação e circulação dos sentidos**. Campinas, SP: Pontes, 2001 (a)
- _____. (org). **História das Idéias Lingüísticas: Construção do Saber Metalingüístico e Construção da língua Nacional**. Pontes/Unemat editora, Cáceres: 2001 (b).
- _____. **Língua e conhecimento lingüístico: para uma história das idéias no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.
- RANCIÈRE, J. **Os nomes da história**. Campinas, Pontes/Educ, 1992.

O MEMORÁVEL NO ACONTECIMENTO ENUNCIATIVO: UMA ANÁLISE DE NOMES DE RUAS DA CIDADE DE SÃO CARLOS

GEORGES SOSTHENE KOMAN

Introdução

Quem ainda não passeou nas ruas da sua cidade, sorrindo pelo esplendor das avenidas como, por exemplo, a *Avenida São Carlos*, no centro de São Carlos no Brasil ou a *Rue Du Bout Du monde* em Lorient na França? Quem nunca se interrogou aos contornos de uma rua: “quem é a pessoa que deu seu nome à rua?” Qual é a sua história? É com muitas perguntas que consagramos nosso trabalho aos nomes de ruas. Uma rua poderia não ter nome? Se ela tem um nome, quem o escolhe? E como as escolhas são feitas? Qual lugar é atribuído ao cidadão nesse processo? As dificuldades de uma pesquisa que pretende abordar a questão dos nomes de ruas partem do fato de que a literatura não é abundante no que concerne as escritas anedóticas sobre a origem dos nomes de ruas ou sobre os melhores itinerários a empreitar para descobrir uma cidade. Há, no entanto, muitas obras de sociologia consagradas à rua enquanto lugar de poder (as manifestações) ou de contato (festas, mercados) e também obras que apontam as pessoas de ruas (sem domicílio fixo), assim como livros de urbanismo. Mas para responder às indagações postas é preciso nos inclinar sobre a questão da atribuição dos nomes de ruas. Em nossas lembranças de viagem, recordamos que em Grand-Lahou, assim como em muitas cidades da Costa do Marfim, onde existe uma movimentação urbana, as ruas não têm nomes. Ao contrário, em São Carlos, sabemos que as ruas possuem um nome. Como essa nomeação não é um caso comum no mundo inteiro, somos obrigados a nos perguntar sobre o fato de nomear uma rua. Neste trabalho partiremos das ideias de Eduardo Guimarães sobre o funcionamento semântico dos nomes, no intuito de esboçar algumas observações sobre o acontecimento da nomeação de duas ruas, a Rua Conde do Pinhal e a Rua 13 de Maio.

1. Da hipótese geral

Nossa proposta parte da hipótese de que o funcionamento do nome próprio de pessoa é construído por uma determinação, na medida em que há

construção de combinação entre nomes e sobrenomes, tal como em Carlos José Botelho de Arruda. Na obra *Semântica do Acontecimento de Guimarães* (2002), observa-se que nestes nomes, como em outros, existe nomeações que se formam a partir da combinação de tipos de nomes; os nomes e os sobrenomes, de tal modo que um sobrenome determina um nome. As observações iniciais do autor consideram o nome próprio de pessoa como uma construção social em que as relações semânticas de determinação constituem o nome próprio. Com base nisto, somos levados a pensar no funcionamento semântico-enunciativo dos nomes de ruas da cidade de São Carlos enquanto uma relação do nome “com aqueles que falam, que são sujeitos no dizer” (GUIMARÃES; 2002, p. 33).

2. O que é uma rua?

Uma rua pode ser considerada como um espaço de circulação que estabelece a comunicação e o transporte entre as diferentes estruturas funcionais de um determinado lugar. No espaço geográfico a rua se inscreve numa rede de vias e dá acesso ao mundo. Por ser um espaço que permite a construção da sociabilidade dos indivíduos e dos grupos sociais, a rua passa potencialmente a ser tomada como um espaço político nomeado. Nessa nomeação existe o ato enunciativo em que o “odônimo” não só é uma homenagem a figuras marcadas pela história do local, mas também, uma construção semântico-social que afeta o real através do acontecimento nele inscrito. Nosso trabalho visa a analisar alguns nomes de ruas da cidade de São Carlos com o intuito de observar aspectos da constituição da textualidade do mapa através dos nomes de ruas. Tomar o mapa como texto cujas nomeações são os enunciados tal como se encontra nos trabalhos de Guimarães (2002) é considerá-lo como linguagem. Neste sentido, somos levados a pensar que na enunciação existe uma determinação histórica e política. Com o objetivo de mostrar como o acontecimento da escravidão parece ser reproduzido e perenizado pelos próprios meios políticos, examinamos o funcionamento enunciativo das ruas *Conde do Pinhal* e *13 de Maio*, a fim de depreender as significações produzidas sobre a escravidão na cidade de São Carlos.

3. Esboço de análise

Para observação, consideramos o mapa enquanto texto que releva do domínio da linguagem. Na posição em que assumimos dar um nome próprio a uma rua é falar segundo a deontologia do espaço de enunciação de uma língua. Resta compreender como um lugar enunciativo atribui nomes a algumas ruas que recortam o memorável da escravidão na cidade,

como em *Rua 13 de Maio*. Já de início, avançamos que no funcionamento semântico dos nomes de ruas há uma relação estreita entre o nome e aquele que este nome designa. Neste sentido, entrevê-se nas nomeações de *Rua Conde do Pinhal* e *Rua 13 de Maio*, uma relação do funcionamento destes espaços com o nome que lhes são atribuídos, em nosso caso, há o memorável que o político recorta do proprietário e demarcador da sesmaria do Pinhal, Carlos José Botelho e do anúncio oficial da abolição da escravidão.

Tomando a enunciação *Rua Conde do Pinhal* na temporalidade do acontecimento, destaca-se uma relação integrativa do nome com a rua, ou seja, no sentido em que é uma das principais ruas da cidade de São Carlos de hoje. Há, de certa forma, na nomeação *Rua Conde do Pinhal*, uma realidade reproduzida neste espaço por um lugar de dizer.

Também, ao serem nomeadas, as ruas determinam e são determinadas pelas colocações de ecúmenos, que são prédios, e estabelecem, em certa medida, seus modos de circulação, pois são espaços (re) constituídos enunciativamente. O processo enunciativo da nomeação pode então envolver lugares de dizer diferentes ou variáveis. A própria teoria do acontecimento estipula que “uma enunciação que nomeia pode estar citando enunciações diversas”, neste caso em *Conde do Pinhal*, a enunciação cita no seu presente aqueles que alguns anos atrás fundaram o município. Pensar a nomeação desta rua enquanto um acontecimento é refletir sobre a maneira como a linguagem designa o espaço do homem enquanto historicamente determinado “a rua é o *Conde do Pinhal*”. Aqui, a *Rua Conde do Pinhal* põe em cena um nome de pessoa determinado por uma titulação de nobreza. O processo de designação do nome da rua contém a titulação do fundador da cidade de São Carlos- Conde e também o primeiro nome da Cidade de São Carlos, que era Pinhal. De acordo com o mapa exposto no fim do texto, vemos a ocupação central da *Rua. Conde do Pinhal* em paralelo à *Rua 13 de Maio* e o efeito que isto traz para o nosso olhar sobre o simbólico da escravidão exemplificado no espaço geográfico, pois no mapa da cidade há um embate exposto no nome das ruas, no sentido de que há o nome de um escravocrata em oposição à data da abolição.

A enunciação do título nobiliárquico “Conde” seguido do sintagma preposicionado “do Pinhal” oferece duas perspectivas para interpretarmos o funcionamento enunciativo desta nomeação. De um lado, há na nomeação da rua, uma enunciação outra que consagrou um título a uma pessoa, ou seja, que designa este sujeito como “Conde” e proprietário de um dado terreno cujo desenvolvimento foi se planejando ao tom da escravidão. Com isto, sobressaem-se memórias de sesmarias, locais de *trabalho escravo* que são espaços esses que a enunciação atualiza no plano geográfico, questão

de recortar o memorável do pertencimento, por exemplo, a extensão da *Rua Conde do Pinhal* como espaço atribuído a tal demarcador da cidade. De outro lado, o ato político da nomeação é determinado por uma história de nomes que exclui os personagens que fazem junto a história da cidade de São Carlos, “os escravos”.

É notável que na cidade de São Carlos não tenhamos nomes de ruas que trazem em si as memórias dos negros escravizados, embora a *Rua 13 de Maio* possa, em certa medida, tocar a questão por ser uma nomeação de data que retoma o fato da abolição da escravidão. De fato, um aspecto importante do funcionamento semântico-enunciativo é que na cena enunciativa da nomeação desta rua um locutor-oficial é determinado por um memorável (enunciação da data da abolição da escravidão). Isto mostra como em São Carlos, assim como em diversas outras cidades do país, há nomes de ruas que são relativos a questões específicas de uma história geral ou local. No caso de São Carlos, as ruas como *Rua Conde do Pinhal* e *Rua 13 de Maio* estabelecem uma relação estreita entre si na medida em que, além das nomeações referenciais no geográfico, suas extensões paralelas convergem em um ponto que dá continuidade somente à *Rua 13 de Maio*.

A configuração dos nomes de ruas mostra como a enunciação que nomeia uma rua toma como unidade algo que enunciações anteriores construíram por certas relações específicas de determinação. Lembramos que a perspectiva política da nomeação afeta o real através do acontecimento nele inscrito. Neste sentido, somos levados a pensar que nestas enunciações existe uma determinação histórica da qual o acontecimento enunciativo se refere, ou seja, como o fim da escravidão oficialmente declarado pela lei da abolição no dia 13 de maio é materializado numa rua do centro de São Carlos.

A proposta de nomeação das referidas ruas responderia neste caso ao interesse do conselho municipal, o de rememorar figuras marcantes, inscrevendo na história da cidade sua fundação sob a iniciativa do *Conde do Pinhal*. As evocações da nobreza e da riqueza são assim representadas nas enunciações que devem e podem circular na cidade de São Carlos contemporânea, quer dizer, enquanto texto no mapa, São Carlos poderia se apresentar como figura nobiliárquica, algo que diz respeito a uma dada oligarquia. As ruas e seus nomes são, desse modo, para a política um modo de dizer.

Assim, não esquecemos que o mesmo se dá com a enunciação da *Rua 13 de Maio*, inserida no mesmo gesto político na história do município. Isto mostra o modo como em São Carlos, através do nome de suas ruas, afirma-se o pertencimento da abolição da escravidão. Há uma afirmação de pertencimento nessa nomeação, que rememora a abolição. Aqui não há escravidão, mas uma enunciação que recorta o acontecimento de *13 de*

Maio. Voltamos então a observar que a nomeação não é apenas uma mera homenagem, mas sim, uma projeção de sentidos numa futuridade. Ambas, a *Rua Conde do Pinhal* e a *Rua 13 de Maio* permitem o acesso ao mundo a sujeitos em incessante deslocamento e (re) constroem realidades vividas em épocas passadas rememoradas.

Assim, na textualidade do mapa, *Rua. Conde do Pinhal* e *Rua. 13 de Maio* são enunciados que identificam espaços enquanto instrução semântica, conforme Guimarães (2002). É possível observar que a determinação política que nomeia é tomada por uma narrativa que só pode ser compreendida se entendemos aquilo que significa as nomeações que podem ser retomadas em cada designação de rua. Examinando estas nomeações, podemos ver que o mapa tido como texto se constitui de enunciações dispersas. O Locutor que nomeia uma rua com o nome de uma data nacional como *13 de Maio* ou com o nome de uma figura marcante como *Conde do Pinhal*, não é o mesmo. Pelo que já dissemos as enunciações no mapa de *Rua Conde do Pinhal* ou de *Rua 13 de Maio*, ao significarem como instrução semântica, ou seja, como indicações para o acesso ao mundo, o fazem pela constituição de memoráveis diferentes:

- a) Da nomeação destas ruas,
- b) Da nomeação da pessoa cujo nome lhe é dado
- c) Da enunciação de data histórica

Seguindo a perspectiva de Guimarães, podemos dizer que o mapa como texto significava algo antes de se nomear uma rua como *Rua Conde do Pinhal* ou *Rua 13 de Maio* e significa algo distinto depois de incluir estas enunciações. No momento em que a nomeação *Rua Conde do Pinhal* é enunciada, toma-se uma pessoa em particular como memorável, ao contrário de *Rua 13 de Maio* que inclui na cidade, a data histórica da abolição da escravidão. Sendo um acontecimento de língua, a latência de futuridade que comporta todo enunciado designa São Carlos, através de *Rua 13 de Maio* como cidade abolicionista.

Conclusão

A relação que os dois enunciados mantêm leva a observar uma descontinuidade na organização do memorável. Sabe-se que a enunciação, caracteriza-se pelo político, que se constitui “pela contradição de uma normatividade que estabelece uma divisão ‘desigual’ do real” (GUIMARÃES, 2002, p. 16). Em nosso caso, há no texto enunciados como “*Rua. Conde do Pinhal*” e “*Rua. 13 de maio*” que, de um lado, toma o nome próprio de pessoa como memorável de um sujeito de dizer escravocrata e, de outro, uma data em que ideias escravocratas se dissiparam sob a pressão do discurso abolicionista. Podemos dizer que o

locutor-oficial, ao nomear *13 de maio* como rua que carrega a data de comemoração, constitui uma temporalidade tal que nela não se rememora sujeitos específicos que tenham participado da história do movimento abolicionista. Observa-se que, por exemplo, no centro da cidade há a *Rua Conde do Pinhal*, cuja nomeação se dá como enunciação da fundação da cidade pelo próprio modo como o passado é aqui memorável. Isto significa então por temporalidade (e assim rememoração) na medida em que esta nomeação se dá como uma forma de dizer quem faz a história do local. Os nomes no mapa, mesmo que apareçam aí como meras etiquetas de espaços urbanos, são enquanto nomeação, o mapa (linguagem) que relaciona esta cidade com sua história.

Referências

GUIMARÃES, E. **Semântica do acontecimento**. Campinas: Pontes, 2002.

A DESIGNAÇÃO DAS LÍNGUAS E A SUA DISTRIBUIÇÃO PARA FALANTES NA TRÍPLICE FRONTEIRA BRASIL-PARAGUAI-ARGENTINA

AMANDA CASTILHO AZZALI - UFSCar¹

Os países fronteiriços com o Brasil, na América do Sul, têm em comum em sua história a colonização e sua prática exploratória. A benefício da metrópole estrangeira, se tornaram inúmeras as situações de dependência, opressão e violência. Foram algumas particularidades no seu processo histórico que os fizeram tomar diferentes rumos no que diz respeito à economia, cultura e línguas.

No Brasil, embora o marco do descobrimento tenha sido em 1500, foi a partir de 1532 que se instalaram os primeiros portugueses e transportaram a língua portuguesa para o Brasil que então começou a ser falada em um novo espaço-tempo. É importante adiantar que essas novas condições de funcionamento da língua portuguesa não foram homogêneas ao longo dos séculos de colonização (GUIMARÃES, 2005, p. 24).

Desde o início do período colonial, segundo Guimarães, as línguas no Brasil eram relativamente diversificadas. Neste espaço, conviviam a língua portuguesa, que era falada por uma minoria de pessoas que atuavam em funções administrativas ou religiosas, a língua holandesa, as línguas dos indígenas, e a “língua geral”, que era uma língua de contato entre os indígenas, portugueses e todos os demais. Mais tarde, por volta de 1654, as línguas africanas também entraram em relação no espaço de línguas do Brasil com o início da era escravocrata.

Com o aumento da imigração portuguesa, conseqüentemente o número de falantes da língua portuguesa cresceu e, após mais de dois séculos de predomínio, na segunda metade do século XVII a língua geral começou a entrar em decadência, reforçado pela política do marquês de Pombal, em 1758, obrigando, oficialmente, o uso da língua portuguesa, e por fim, a expulsão no ano seguinte dos jesuítas.

E então, conforme Guimarães (2005), é nesse momento que a língua portuguesa passa a ser a língua nacional do Brasil. Este conceito é oficialmente formulado quando chegaram por volta de mais de 15.000 portugueses e o Rei D. João VI fundou a Imprensa e a Biblioteca Nacional, o que fortaleceu o efeito de unidade do português no Brasil. Nesse sentido,

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGL) - UFSCar

a língua portuguesa já era língua oficial do Estado, pois era a língua oficial de Portugal e, portanto, todo o âmbito oficial, como por exemplo documentos, eram redigidos em português e, a partir desse momento, tendo em vista as políticas de proibição de outras línguas, o português passa a ser a língua mais falada no Brasil.

Posteriormente, entre 1818 e 1820, entraram no Brasil imigrantes de diversas localidades, falantes de diversas línguas, como alemão, italiano, japonês, holandês, inglês, entre outros. E dessa forma, o espaço de enunciação do Brasil, cuja língua oficial e nacional é o português, além de se relacionar com as línguas indígenas e africanas, começa a estabelecer uma relação com as línguas de imigrantes.

Nesse sentido, é possível constatar que a relação entre as línguas de diferentes grupos de falantes, dada por vários motivos e de diversas formas, resultou no processo, ao longo dos séculos, da relação entre as línguas e contribuições para suas particularidades nos vários níveis da língua portuguesa falada no Brasil. Apesar de toda essa diversidade linguística presente no espaço de enunciação do Brasil, temos o português considerado língua oficial e nacional do Estado brasileiro produzindo-se um imaginário de ser a única língua falada pelos brasileiros, mesmo na atualidade.

Uma outra língua também está em constante relação com o português brasileiro, trata-se do espanhol, já que é a língua falada pelos países que fazem fronteira com o Brasil. Nas escolas brasileiras, ou seja, por meio da instituição de ensino, a política linguística educativa de ensino de línguas estrangeiras no Brasil incluiu, ao menos em âmbito legislativo, em 2005, o ensino do espanhol como disciplina optativa, quando a língua inglesa já fazia parte do currículo nacional de forma obrigatória. Esta “inclusão” estaria mais pautada nos interesses comerciais do governo do que devidamente relacionada a uma política de abertura para a pluralidade linguística. A Lei 11.161/2005² definiu a obrigatoriedade de oferta do espanhol no sistema educacional brasileiro, implantada em um momento de dada relevância e imposição do grupo do MERCOSUL, mas, infelizmente, pós-impeachment de Dilma Roussef, no atual governo, de Michel Temer, em meio a diversas reformas em variados âmbitos sociais, foi revogada por não mais pertencer aos interesses políticos.

De todo modo, as línguas continuam em relação, isto é, apesar de a língua espanhola não estar mais fazendo parte da realidade do ensino no Brasil, nos espaços de enunciação das fronteiras brasileiras com os demais

² Políticas colocadas pelo MERCOSUL em relação ao português já vem sendo executada a partir de leis como a *Ley* 26.468/2009 da Argentina, que propõe o ensino do português como língua estrangeira no sistema educacional argentino - em termos muito semelhante a lei brasileira 11.161/2005.

países da América do Sul, esta língua está presente e, nesse sentido, nossa pesquisa buscará observar a relação entre o espanhol, o português e o guarani, especificamente, na região de fronteira da cidade de Foz do Iguaçu – PR. Esta região é conhecida internacionalmente pelas Cataratas do Iguaçu que alavanca o turismo e comércio na região e proporciona a geração de energia elétrica pela Usina Hidrelétrica de Itaipu³, a segunda maior do mundo em tamanho e primeira em geração de energia. Segundo o IBGE esta região corresponde a uma área urbana com mais de 700 mil habitantes e, além disso, faz fronteira com o Paraguai e também com o Estado argentino, por isso denomina-se “Tríplice Fronteira”.

Ademais, é em Foz do Iguaçu que está a UNILA – Universidade Federal da Integração Latino-Americana⁴, universidade criada pela Lei 12.189/2010, cuja instituição faz parte de um projeto único, pois trata-se de uma universidade aberta para toda a comunidade da América Latina e Caribe. Portanto, a cidade de Foz do Iguaçu recebe um grande fluxo de diversas culturas e línguas. A movimentação de brasileiros, argentinos, paraguaios, entre outras nacionalidades na cidade brasileira e nas cidades que fazem fronteira com ela é intensa de maneira que as línguas estão em constante relação neste espaço de enunciação, tornando-se, assim, interessante para a investigação da política de línguas, isto é, da relação entre as línguas dessa região.

Sabendo que a constituição deste espaço de enunciação é muito mais complexa, como vimos no percurso histórico da implantação do português do Brasil, buscaremos observar outras línguas nessa relação, como a língua guarani e o jopara⁵, bem como as próprias divisões do português em função da relação com essas outras línguas, como o portunhol, por exemplo, para entender como esta dinâmica linguística afeta os falantes que aí circulam.

Diferentemente do que se pode imaginar, na situação atual linguística do Paraguai, não é o espanhol a língua mais falada entre os paraguaios. Os dados estatísticos do Censo de 2002⁶ mostram que a população paraguaia é majoritariamente falante de guarani; nas áreas urbanas e na região da capital, os índices de falantes da língua guarani, segundo o Censo de 2002, chega a 90%.

Melià (2010) nos explica que até as últimas décadas do século XIX, a sociedade paraguaia foi majoritariamente monolíngue guarani, com uma

³ ITAIPU. Disponível em <<http://www.itaipu.gov.br/>>. Acesso em: 08 março 2017.

⁴ UNILA. Disponível em <<https://www.unila.edu.br/>>. Acesso em: 08 março 2017.

⁵ A palavra *jopara* em guarani significa “mistura”, com associações a desordenado, confuso, etc. Também designa um tipo de sopa com mistura de milho, feijão, carne seca e outros ingredientes. Existe a grafia espanhola *yopará* (PENNER, 2014).

⁶ PARAGUAI. II Censo Nacional Indígena de Población y Viviendas 2002. Resultados finales. Fernando de la Mora: Dgeecpublicaciones, 2003.

porcentagem muito pequena de falantes do espanhol, língua até então restrita basicamente à administração pública e ao diálogo com os estrangeiros, de modo que o guarani foi, ao longo do período colonial e até a metade do século XX, mantido à margem das instituições públicas, sempre reservadas ao espanhol. É somente no século XX, que se reforçaram movimentos políticos importantes destinados a reformar instituições e tratar da questão da cultura e da educação no Paraguai de modo crítico, e reivindicando o valor das culturas americanas de tradição não europeia.

Carolina Rodriguez-Zucolillo (2000) explica que foi na Constituição de 1967 que o guarani ganhou *status* de língua nacional. Posteriormente, em 1992, foi-lhe concedido o estatuto de língua oficial⁷, juntamente com a língua espanhola. Em 1993, o guarani foi incluído na Reforma Educativa do Paraguai, que se iniciou no ano seguinte. E, mais tarde, movimentos em defesa da regulamentação entendiam que o país ainda não havia atendido ao preceito constitucional de 1992 e, assim, foi em 2007 que o chamado *Taller de la Sociedad Civil*⁸ se manifestou através do projeto da *Ley de Lenguas*⁹ que só foi promulgado no ano de 2010.

No caso do outro Estado que faz fronteira com o Brasil na região em questão, a Argentina, temos uma única língua oficial: o espanhol. Embora esta também seja uma região de guarani-falantes, o Estado Argentino reconhece a língua guarani e outras línguas indígenas como línguas nacionais em algumas regiões, como a de *Misiones* (que faz fronteira com o espaço em questão – Foz do Iguaçu) e *Corrientes*.

Dado esse breve percurso sobre a institucionalização dessas línguas, vemos que os dois países apresentam distintas histórias, e, nesse sentido, a questão da língua não pode ser colocada à margem desse processo histórico. Nesse sentido, pretendemos compreender como se organizam as línguas, como é o espaço de enunciação nessa zona de fronteira da cidade brasileira de Foz do Iguaçu, e como os falantes se constituem como tais nessa complexa e movediça relação linguística.

Nesse espaço fronteiriço, que se caracteriza por uma política de divisão de Estados definida pelo arranjo dos blocos, não é a geografia que

⁷ Art. 140 da Constituição Nacional paraguaia.

⁸ Trata-se de um movimento, cujos membros com influências em diversas instituições governamentais, buscaram confeccionar um documento para regulamentar o Art. 140 da Constituição paraguaia.

⁹ A *Ley de Lenguas* tem como um de seus objetivos estabelecer as modalidades de utilização das duas línguas oficiais da República do Paraguai, isto é, disciplinar temas importantes para os falantes paraguaios de modo imparcial entre as duas línguas oficiais, como o usufruto do direito linguístico sobre essas línguas, o uso público dessas línguas nas diversas instituições, sobretudo, na educação.

nos interessa como determinante das relações e, sim os sujeitos políticos e históricos que habitam, circulam e se mobilizam nesta região de fronteira e como as línguas os agenciam. Por esta via se instala um trânsito de interações entre línguas, moedas, símbolos pátrios, documentos de identidade, cidadanias duplas ou triplas, tensões e rivalidades históricas, parentes, amizades, bandos e contrabandos que sustentam uma economia informal que diferencia esta região das demais (CAMBLONG, 2011, p. 129).

Para nós, esse movimento nos interessa na medida em que coloca as línguas portuguesa, espanhola e guarani em relação com o sujeito, para assim se significarem, dando margem ao interpretável para, então, podermos entender de que modo essas línguas se constituem para estes sujeitos em suas práticas sociais cotidianas em meio à determinação das políticas oficiais de três Estados sobre as línguas.

Deste modo, temos uma comunidade que se encontra nos três lados das fronteiras geopolíticas, que estabelecem suas relações cotidianas, ou seja, os sujeitos entram em contato por diversas necessidades, desenvolvem modos de comunicar-se como, por exemplo, mesclar duas línguas para melhor interagir com o seu vizinho, o seu cliente, o seu parente ou patrão.

Para melhor ilustrar, é importante salientar que o guarani falado pela sociedade colonial, de onde se desenvolveu o guarani falado hoje, é uma língua que pela sua relação com o espanhol, foi se diferenciando ao longo do tempo, por todos os motivos que citamos anteriormente. Essa diferenciação é exemplificada por Melià (1992), em relatos de meados do século XVIII sobre os problemas de compreensão entre a variedade indígena e a dos colonos, de que fala o Padre Cardiel na década de 1750:

El lenguaje o jerigonza que a los principios sabían no es otra cosa que un agregado de solecismos y barbarismos de la lengua guaraní y castellano, como se usa en toda la gobernación del Paraguay y en la jurisdicción de las Corrientes. (CARDIEL, 1758/1900 apud MELIÀ, 1992, p. 59)

É nesse contexto que temos a língua jopará, língua mesclada de espanhol e guarani através do qual grande parte dos paraguaios se comunica no dia a dia. É definida, no âmbito da Sociolinguística, pela “falta de normatividade [...] que desafía cualquier categorización” (MELIÀ, 1992, p. 184). Nesse ponto de vista normativo, é como se esta língua estivesse em uma zona de interferência de difícil captação e de descrição, entre o guarani paraguaio e o espanhol paraguaio, que também, de certa forma, tem incorporado muitas características, inclusive estruturais, do guarani.

Segundo Armatto de Welti (2011), o jopara constitui o sistema de comunicação nos ambientes rurais e suburbanos do Paraguai e também em regiões que abrangem o território argentino em que fazem fronteira.

De maneira semelhante, a relação entre o português e o espanhol, designa uma outra prática linguística: o *portunhol* ou *portuñol*, também marcada pela relação entre as línguas, em que se refere a situação de contato contínuo e direto existente entre os falantes que habitam nas diversas fronteiras do Brasil com países hispano-falantes.

Desse modo, consideramos que o espaço de enunciação da região em questão não pode ser considerado como homogêneo ou monolíngue. Isto é, há um imaginário de que nesse espaço só convivem as línguas colocadas como oficiais e nacionais, de sistemas linguísticos fechados e homogêneos. No entanto, se fala “misturado” - portunhol e jopará, que geralmente não são considerados como línguas - e, portanto, supomos haver um apagamento dessas línguas no âmbito oficial/institucional e, conseqüentemente, da condição de heterogeneidade linguística. Mas será que, apesar disso, na prática linguística dos falantes esse apagamento ocorre? Nessa relação entre línguas oficiais e nacionais (que são objetos de conhecimento) e falares que não são considerados “línguas”, como os falantes incluem estes falares em suas práticas cotidianas?

Estamos diante de línguas que são consideradas as mesmas que se falam na América Latina e na Europa, no caso do português e espanhol. E o guarani, passível de preconceito que é um efeito de sentido produzido pelas relações de poder existentes no interior de uma sociedade, que se deu, no nosso caso, quando o colonizador se deparou com uma língua indígena diversa, em condições culturais completamente diferentes das suas, e não sabendo ou não dispondo de instrumentos para lidar com a diferença, encontrou como solução considerá-las como inferiores.

Fica claro que estas línguas se marcam de maneiras totalmente distintas em suas relações com a história de formação de países. O permanente contato do espanhol com o guarani e o português provocou um tipo de hibridismo linguístico e cultural. E, portanto, o espanhol paraguaio não é o mesmo que o espanhol da Espanha e do resto da América hispano-falante, assim como o português não é o mesmo que o de Portugal e tão pouco o guarani é o mesmo guarani falado no Brasil, na Argentina ou há 700 anos atrás.

E, além disso, temos os fenômenos das línguas locais como o jopara e o portunhol que, pelas relações de poder configuradas pelo Estado e suas políticas linguísticas, são línguas apagadas. Nesse sentido, este espaço com suas particularidades, é um espaço entre disputa entre línguas, divididas pelo movimento hierárquico próprio do político (REIS, 2009, p. 43) e, nos

interessa aqui perceber como se dá essa distribuição e hierarquização das línguas.

Importante ressaltar que enquanto a Sociolinguística considera que uma língua é variável de acordo com diversos aspectos de diferenças sociais (idade, escolaridade, condições econômicas, entre outros), no nosso caso, pensamos que a língua é dividida, ou seja, que esta

Se divide, ou seja, é sempre dividida, esta não homogeneidade da língua pode ser tratada enunciativamente, como veremos a seguir, e esse tratamento enunciativo, por sua vez, é necessariamente político. Ou seja, o que esta posição considera é que os aspectos políticos envolvidos não são acrescidos à língua por razões sociais. (...) Em outras palavras, as línguas funcionam politicamente e isso as divide. (GUIMARÃES, 2005c, p. 6)

Nesse sentido, em consonância com os postulados teóricos da Semântica do Acontecimento, vemos que há uma tensão entre as políticas dos três países (Brasil, Paraguai e Argentina) que incidem sobre as línguas nesse espaço fronteiriço. Consideramos que as línguas funcionam em relação aos seus falantes, em espaços afetados por uma política que as divide desigualmente. Portanto, podemos observar que o espaço enunciativo da região de fronteira em Foz do Iguaçu, se configura como um espaço multilíngue, mas que a relação entre as línguas presentes é afetada por uma política que as distribui e as divide neste espaço e, por isso, falar em português não é o mesmo que falar em espanhol, guarani, portunhol ou jopara.

Referências

ARMATTO DE WELTI, Z. La macro-región guaraní. In: VARELA, L. (Org.). **Para una política del lenguaje en Argentina**. Buenos Aires: EDUNTREF, p. 117 – 128, 2011.

CAMBLONG, A. M. Instalaciones en los umbrales mestizo-criollos. In: VARELA, L. (Org.). (Org.). **Para una política del lenguaje en Argentina**. Buenos Aires: EDUNTREF, p. 129 – 135, 2011.

GUIMARÃES, E. A Língua Portuguesa no Brasil. **Ciência e Cultura**, São Paulo, vol.57, n.02, 2005a.

_____. **Semântica Do Acontecimento: um estudo enunciativo da designação**. Campinas: Pontes, 2005b.

_____. **Multilinguismo, divisões da língua e ensino no Brasil**. São Paulo: Cefiel/IEL/Unicamp, 2005c.

- IBGE – Instituto brasileiro de geografia e estatística. [online]. **Censo 2016**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 29/04/2017.
- MARIANI, B. Colonização Linguística e Efeitos de Memória. In: **Línguas e Instrumentos Linguísticos**. Campinas, Pontes, n. 32, p. 9-19, 2004.
- MELIÀ, B. **La lengua guaraní del Paraguay: Historia, sociedad y literatura**. Madri: Mapfre, 1992.
- _____. **Pasado, presente y futuro de la lengua guaraní**. Asunción: CEADUC, 2010.
- PARAGUAI. **Constituição Nacional**. Asunción, 1992.
- _____. **Ley de Lenguas**. Asunción, 2010.
- PENNER, H. **Guaraní aquí. Jopara allá: Reflexiones sobre la (socio)lingüística paraguaya**. Bern: Peter Lang (Fondo hispánico de lingüística y filología), 2014.
- REIS, C. F. Portunhol: a argumentação no processo de subjetivação e construção da identidade. In: SCHREIBER DA SILVA, S.M. (Org.). **Argumentação e movimento de línguas. Espaço de enunciação em São Carlos, Fronteira Brasil/ Uruguai, Argentina**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2009. p. 29-51.
- RODRÍGUEZ-ZUCOLILLO, C. **Língua, Nação e Nacionalismo: Um estudo sobre o guarani no Paraguai**. Campinas: UNICAMP/IEL. Tese de doutorado, 2000.
- STAHLHAUER, A.S.M. **A Representação de línguas no ciberespaço: um funcionamento enunciativo na contemporaneidade**. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos. Tese de doutorado, 2014.
- STURZA, E.R. Línguas de fronteira: o desconhecido território das práticas lingüísticas nas fronteiras brasileiras. **Ciência e Cultura**, 2005, vol.57, n.2, p. 47-50.

UM OLHAR SEMÂNTICO-ENUNCIATIVO PARA AS TRADUÇÕES DA BÍBLIA EM PORTUGUÊS

MARCELLE BEATRIZ VILASBOA MAGALHÃES - UFSCar¹
SOELI MARIA SCHREIBER DA SILVA - UFSCar

Introdução

Para contextualizar o presente trabalho, é preciso ressaltar que o interesse em estudar as traduções da Bíblia para o Português surgiu após os primeiros meses de pesquisa do projeto: “As formas de designar e silenciar a palavra escravidão na Bíblia: Estudo dos processos de significação” fomentado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. Após começarmos a fazer a descrição do corpus e das análises, percebemos que não seria uma tarefa simples, já que as versões de uma mesma tradução eram mais do que diferentes, elas significavam de formas diferentes. Desse modo, começamos a nos questionar se eram de fato versões, ou novas traduções a partir de uma reescritura. Pensar a tradução dessa forma não é conceber um novo tradutor propriamente dito, mas, investigar esse espaço, a Bíblia, que se apresenta com um imaginário de sentidos já estabelecidos, e investigar esse campo, ou atividade, a tradução, que em seus trabalhos, ainda considera pouco os aspectos enunciativos.

Assim, propomos um estudo sobre essas traduções que comporte a sua singularidade, partindo da seguinte questão: o que faz com que as Bíblias do Português tenham tantas diferenças semânticas? Sendo a tradução um campo de estudo que preza a aproximação e a fidelidade à fonte original e sendo a Bíblia um livro tão interessado pela preservação do real. Problemas de Linguística Geral I” (1988) e “Problemas de Linguística Geral II” (1989) são dois livros de Benveniste fundamentais para se pensar questões enunciativas e a sua relação com a tradução. Os livros: “Os Limites do Sentido” (1995), “Semântica do Acontecimento” (2002) e “Análise de Texto” (2011) de Guimarães nos darão respaldo teórico e metodológico para olharmos para essas traduções e pensá-las enquanto reescrituras, observando sempre no processo de redizer o que já foi dito, o novo.

¹ Aluna do curso de graduação em Bacharelado em Linguística – UFSCar, e bolsista de Iniciação de Científica da FAPESP.

O funcionamento da Designação na Bíblia

Segundo Guimarães (1995) designar constitui sentidos dentro da linguagem, esses sentidos são sempre constitutivamente divididos. A designação também concebe o acontecimento enunciativo. Vejamos:

Diria que o objeto é uma exterioridade produzida pela linguagem, mas não se reduz ao que se fala dela, pois é objetivada pelo confronto de discursos. Em que sentido isto se dá? No sentido em que o objeto é constituído por uma relação de discursos. A sua materialidade é este confronto (...) Assim a relação de designação é uma relação instável entre a linguagem e o objeto, pois o cruzamento de discursos não é estável, é ao contrário, exposto à diferença. (GUIMARÃES, 1995, p.74)

Dessa forma, há instabilidade e não linearidade entre a língua e o respectivo objeto. Nesse trabalho, consideramos a designação na qual o sentido não se constrói pelo fato do objeto estar presente no mundo e ser referenciado por uma forma na língua, o sentido se dá à medida que colocamos a língua em funcionamento e, a língua em funcionamento em nosso estudo está operando em cada uma das bíblias, em cada um dos versículos que significam de formas diferentes palavras como escravidão. Designar é um processo simbólico pelo qual a prática de linguagem significa o mundo, por recortá-lo. A designação é assim um processo enunciativo pelo qual falantes de uma língua, ao ocupar lugares sociais distintos na cena enunciativa, apropriam-se do real enquanto significado pelo próprio exercício da fala. Desta forma, os nomes designam enquanto modos de identificar o real e o sujeito, segundo esta partilha do mundo pela linguagem. (GUIMARÃES, 2005, p. 9).

Nesse momento faz-se necessário abrir uma discussão acerca do processo semântico-analítico de reescritura, que segundo Guimarães (2002, p. 17) “faz com que algo do texto seja interpretado como diferente de si”. Ao reescrever, a enunciação do texto rediz algo que já foi dito, transformando essa nova forma em algo diferente do que se tinha até então. A reescritura movimenta sentidos, constituindo designações. Para explicarmos cada de tipo de reescritura usaremos exemplos do próprio corpus.

a) Por repetição: “E viu Deus os filhos de Israel, e atentou Deus para a sua condição” (BÍBLIA, ACF, Ex. 2.25, 1995). Esse tipo de reescritura se dá pela retomada de formas ao longo do texto, essa reescritura pode ser completa ou parcial. Nesse caso, Deus é reescrito por substituição de modo completo.

b) Por substituição: Ocorre quando a forma é retomada por outra expressão. Guimarães também lembra que a anáfora é muito recorrente

nesses casos. Usando o mesmo exemplo de (a) podemos observar que filhos de Israel é reescrito por substituição em sua, essa substituição se dá via anáfora.

c) Por elipse: Acontece quando o termo não é nem substituído, nem repetido. Usando o mesmo recorte de (a) condição seria uma forma de reescrever escravidão por elipse.

d) Por expansão: Ocorre quando uma expressão é retomada no texto com uma extensão maior de informações. “E agora, por um pequeno momento, se manifestou a graça da parte do Senhor, nosso Deus...” (BÍBLIA, ACF, Es. 9.8, 1995). Nesse caso, Senhor é reescriturado por expansão através de nosso Deus.

e) Por condensação: Acontece quando grande parte da enunciação é reescrita por poucas formas linguísticas. De forma que essa nova reescritura condense de forma sintetizada as informações.

f) Por Definição: Quando temos algum tipo de reescritura que sirva para explicar algum termo linguístico.

Para entender o funcionamento da designação na Bíblia e em sua (s) tradução (ções), vamos observar como a palavra escravidão é designada a partir de três recortes que correspondem a versões da tradução de João Ferreira de Almeida.

1. Primeiro recorte:

23E aconteceu, depois de muitos dias, que morrendo o rei do Egito, os filhos de Israel suspiraram por causa da servidão, e clamaram; e o seu clamor subiu a Deus por causa de sua servidão. 24E ouviu Deus o seu gemido, e lembrou-se Deus da sua aliança com Abraão, com Isaque, e com Jacó; 25E viu Deus os filhos de Israel, e atentou Deus para a sua condição. (BÍBLIA ACF, 1993, Ex. 2.23-25)

2. Segundo recorte:

23No decorrer de muitos dias, morreu o rei do Egito; os filhos de Israel gemiam sob a escravidão e por causa dela clamaram; e subiu a Deus o seu clamor. 24Ouviu-lhes Deus os gemidos e lembrou-se da sua aliança com Abraão, com Isaque e com Jacó. 25Viu Deus os filhos de Israel e os conheceu. (BÍBLIA ARC, 1994 Ex. 2.23-25)

3. Terceiro recorte:

23Muito tempo depois morreu o rei do Egito. Os israelitas, que gemiam ainda sob o peso da servidão, clamaram, e, do fundo de sua escravidão, subiu o seu clamor até Deus. 24Deus ouviu seus gemidos e lembrou-se de sua aliança

com Abraão, Isaac e Jacó. 25 Olhou para os israelitas e reconheceu-os. (BÍBLIA J.F. Almeida, 2009, Ex. 2.23-25).

Em (1) Condição reescreve *servidão*, clamaram, suspiraram, clamor e gemido por condensação, nesse tipo de reescritura o que temos não é uma mera redução de sentidos na operação e no funcionamento do texto, mas a retomada de um memorável do acontecimento enunciativo que é determinado por suas predicacões. Condição nesse texto articula sentidos anteriormente acionados, relacionados ao modo como os israelitas estavam vivendo, em: *servidão* – versículo 23, com: suspiros/clamor – versículo 23 e gemido – versículo 24.

Há ainda a reescritura de *servidão* por repetição e o que podemos interpretar disso é que para essa Bíblia a condição em que o povo de Israel se encontrava era a de servo, não temos a palavra *escravidão* dividida em uma relação de sinonímia com *servidão* e nem com outra palavra, ela é simplesmente silenciada.

No recorte (2) as reescrituras operam de uma forma diferente para a construção dos sentidos. Conheceu reescreve *escravidão*, gemiam, gemidos, clamor e clamaram também por condensação, e nesse sentido Deus faz algo aos filhos de Israel, diferente da primeira Bíblia ele não somente atenta para o modo como os israelitas estavam vivendo, ele os conhece. Conhecer nesse caso, significa ter a ciência e o conhecimento de que aquilo estava acontecendo com o seu povo, diferente disso é atentar para a sua condição, pois condição funciona semanticamente como uma característica particular (condição de algo, condição de *servidão*) que já é intrínseco à situação, dessa forma, Deus já teria o conhecimento daquela condição. Assim, *conhecer* ao reescrever por condensação constrói o modo de designar a palavra *escravidão* nessa Bíblia e ela não é silenciada e nem reescrita por elipse, mas é parte do que determina os sentidos. *Escravidão* aparece nesse enunciado e não estabelece relação de sinonímia com nenhuma outra palavra.

Em (3) *Reconheceu* reescreve *gemiam*, *servidão*, *escravidão*, *clamaram*, *clamor*, e *gemido* por condensação e especificação novamente. Esse tipo de reescritura, nesse versículo, ocorre em praticamente todas as Bíblias. No entanto, é importante lembrar que cada reescritura movimentada os sentidos de formas diferentes dentro do texto. Uma importante pergunta que é feita em nossas análises é: condição de quê? Os *conheceu/reconheceu* como? Por isso acreditamos que se tratam de reescrituras por condensação que se dão pela especificação, pois uma única palavra presente no versículo vinte e cinco dos recortes (condição, *conheceu* e *reconheceu*) reescreve outras formas que especificam o modo como o povo estava vivendo e a partir disso designa a *escravidão* na sua relação com

outras palavras, ou a silencia. Temos também a reescritura de servidão por substituição através de escravidão. Nesse caso, servidão e escravidão estabelecem uma relação de sinonímia. Essa reescritura é muito importante, pois os modos de determinar o verbo *reconheceu* e a própria palavra *escravidão* se deram de uma forma diferente das que foram apresentadas anteriormente. Assim, no lugar do igual nos deparamos com a diferença e com a polissemia. Nesse recorte, *reconhecer* mobiliza sentidos não acionados anteriormente, pois, quem reconhece já tem conhecimento de algo ou alguém, esse conhecimento é apenas trazido à memória. Dessa forma, Deus primeiro ouve, lembra, olha e então reconhece os israelitas, temos um encadeamento semântico totalmente diferente dos outros recortes.

Através desses recortes, de versículos das versões da Tradução de João Ferreira de Almeida, observamos que o procedimento de reescritura é parte da constituição enunciativa do texto e que se dá em uma relação. O texto reporta um funcionamento que é externo ao enunciado, e sendo assim, não são os mecanismos internos do texto que constituem a textualidade, pois essa visão reduziria novamente a língua à objetividade e nos faria pensar que o sentido se constrói a partir de uma sequência. Sendo assim, consideramos a história e o funcionamento da enunciação que se dá através da língua, à medida que o locutor partindo de uma posição sujeito, se apropriando da língua e colocando-a em funcionamento, constrói a enunciação. É por isso que os estudos de Benveniste e Guimarães sobre enunciação também são importantes para refletirmos.

A importância dos estudos enunciativos para a Tradução

Guimarães propõem uma redefinição das figuras enunciativas, em especial a do locutor e a dos enunciadores. Ele também configura um novo lugar ao falante dentro da enunciação:

Devo dizer que concordo que o falante, tal como Ducrot o conceitua (como figura físico-fisiológica e psíquica) não é um personagem da enunciação. Minha diferença está em que considero que o falante não é esta figura empírica, mas uma figura política constituída pelos espaços de enunciação. E é nesta medida ela deve ser incluída entre as figuras de enunciação (GUIMARÃES, 2002, p. 18)

Desse modo, são os espaços de enunciação que constituem a relação entre a língua e o falante, que não deve ser encarada como um produto de uma atividade físico-fisiológica, mas como uma atividade enunciativa, na qual o sujeito é dividido pelo seu direito de dizer e a sua forma de como

dizer. Portanto, a enunciação é assim considerada uma prática política. Em outras palavras, não são as pessoas, mas, uma configuração do agenciamento enunciativo que constitui os lugares de fala através do político. Guimarães (1987) chama essa distribuição de cena enunciativa, é ela quem determina a assunção da palavra e faz a mediação entre as formas linguísticas e as figuras enunciativas.

Apresentado isso, as figuras enunciativas que compõem a cena e que são relevantes para nossa pesquisa, são estas: o Locutor, o locutor-x e os enunciadores. Conforme Guimarães (2002), o Locutor e o locutor-x estão sempre relacionados, pois figuram no âmbito de uma “disparidade constitutiva”: o Locutor é o lugar que se representa no próprio dizer como sua fonte, entretanto, ele só pode ocupar este lugar enquanto afetado pelos lugares sociais autorizados de fala.

Observe outros três recortes retirados das mesmas versões da Tradução de João Ferreira de Almeida:

3) *Assim também, quando éramos meninos, estávamos reduzidos à servidão debaixo dos primeiros rudimentos do mundo. Mas, vindo a plenitude dos tempos, Deus enviou seu Filho, nascido de mulher, nascido sob a lei, para remir os que estavam debaixo da lei, a fim de recebermos a adoção de filhos.* (BÍBLIA ACF, 1993, Gálatas 4.3-6).

4) *Assim, também nós, quando éramos menores, estávamos servilmente sujeitos aos rudimentos do mundo; vindo, porém, a plenitude do tempo, Deus enviou seu Filho, nascido de mulher, nascido sob a lei, para resgatar os que estavam sob a lei, a fim de que recebêssemos a adoção de filhos.* (BÍBLIA ARC, 1994, Gálatas 4.3-6).

5) *Assim também vosoutros: quando eram meninos, eram servos, debaixo de rudimentos do mundo. Mas vindo o cumprimento do tempo, enviou Deus a seu Filho, feito de mulher, [e] feitosugeito a Ley. Peraqueresgataste aos que estão debaixo da Ley: [e] peraque recebeis a adoção de filhos.* (BÍBLIA J.F. Almeida, 1860, Gálatas 4.3-6).

A princípio, vamos pensar sobre a categoria enunciativa do Locutor-tradutor, o que se põe em questão nesse trabalho é: como Bíblias da mesma tradução designam de forma diferente a mesma palavra – como vimos acima com escravidão? Contudo, pensar a subjetividade na Bíblia não é algo simples, como podemos observar em (3), (4) e (5) o sujeito que fala despoja-se da sua significação com um caráter totalmente objetivo que visa: 1) apagar o sujeito; 2) conceder à Bíblia aspecto de neutralidade e ao mesmo tempo; 3) criar uma relação de identificação tal, que não permita ao alocutário pensar se quem fala é Deus, algum profeta bíblico ou o próprio locutor-tradutor, neste caso. É

possivelmente a especificidade desse tipo de tradução que lhe confere a menor gama de estudos sobre o assunto, sem esquecer que as instâncias em que o processo de versão-revisão se faz presente são bem menos numerosas do que aquelas da “tradução propriamente dita”. Contudo, é justamente por esse caráter de especificidade que as versões-revisões atraem: para o tradutor, ela pressupõe um mesmo indivíduo; para o leitor, ela estabelece o ideal de fidelidade, pois uma vez que determinada Bíblia seja apenas uma revisão, não há a possibilidade da diferença. Em outras palavras, não se costuma questionar o estatuto de fidelidade e de validade quando o que está em jogo é uma versão-revisão.

A segunda consideração diz respeito ao *status* que a versão-revisão tem em relação à obra. Por se tratar de um processo linguístico e, portanto, subjetivo, poderíamos antecipar que o produto resultante da revisão é diferente daquele que resultaria do trabalho de uma outra tradução. Isso se deve, ao menos preliminarmente, ao fato de que o revisor estabelece uma relação única com a obra, o que o permite imprimir mudanças de uma forma que ninguém mais poderia fazer, a não ser um outro tradutor. E é justamente sobre essa relação única entre revisor-obra que a análise enunciativa toma lugar, com vistas a observar as singularidades que fundam essa relação e seus efeitos no texto traduzido e revisado, permitindo-nos tratar esse revisor como uma *função enunciativa*, termo cunhado por Foucault (2005), em referência a um modo singular de existência do enunciado.

Em (3), (4) e (5) temos uma propriedade generalizante do locutor, isso reforça a cisão da cena enunciativa à medida que diferentes enunciadores se propõem alternadamente como sujeitos, através de alguns indicadores linguísticos podemos perceber essa subjetividade. O locutor-tradutor está presente nos três enunciados, a própria reescritura por substituição de algumas formas linguísticas expressam a sua proposição, pois ele só altera a estrutura enunciativa enquanto estiver predicado por um lugar social, que seria o locutor-x. Assumir a palavra na Bíblia, só é possível porque esse Locutor se constitui como fonte de transmissão do dizer do Senhor, daí o seu apagamento. Precisamos assumir que a figura aparentemente generalizante desse enunciador não aponta grandes indícios que nos façam questionar as alterações na estrutura tradutória e conseguinte, a significação das revisões dessa tradução. Se todas possuem o l- tradutor, então aparentemente são iguais.

Seria este o caso se não pudéssemos observar a categoria de pessoa *eu* presente nas três versões do mesmo versículo se constituindo de formas diferentes. Em (3) podemos observar uma elipse que apaga o pronome nós, esse pronome se constrói por meio de uma pessoa amplificada, que segundo Benveniste (1988) representa um “eu” que se agrega a um “tu”, formando, assim, um grupo de pessoas não identificado aprioristicamente.

O pronome “nós” não está elíptico em (4) e por isso representa um pronome inclusivo que ao instaurar essa categoria cria uma relação de proximidade com o alocutário que escapa do domínio do próprio locutor-tradutor, temos então o enunciador universal. Este “eu” é a representação de que não há um lugar social do dizer, o Locutor tem o lugar de que fala desconhecido, pois este *nós*, como nos trechos, *quando éramos menores, estávamos servilmente sujeitos aos rudimentos do mundo pode ser o eu mulher, homem, criança, jovem, padre, pastor*. Quem eram os menores que estavam servilmente sujeitos? Guimarães chama este eu, como “o eu que não sabe que fala em uma cena enunciativa. É assim um eu que desconhece que fala de algum lugar.” (GUIMARÃES, 2002, p.25). O enunciador universal se faz presente em (3) e (4)

Em (5) temos a subjetividade expressa através da intersubjetividade construída pelo enunciador individual, este que se coloca independente à história e enquanto configura um lugar de dizer, também compõe um lugar de enunciação no momento que diz: Assim, também, como no recorte, *vosoutros: quando eram meninos, eram servos, debaixo de rudimentos do mundo*. Através da temporalidade do “tu” e da projeção do outro, o “eu” se declara como tal. Esse enunciador ao apresentar seu lugar de dizer faz uma afirmação com certo tom de verdade, sobre o qual aparenta estar acima dos fatos, ou fora da história.

Considerações

O que instigou a realização desse estudo foi o funcionamento semântico e enunciativo das designações da palavra escravidão em traduções diferentes. Esse trabalho apresenta uma problemática pouquíssimo explorada até então. Ao olharmos para as análises apresentadas acima conseguimos perceber como cada uma, dentro da mesma tradução, possui uma configuração enunciativa própria. Há algo que, quando se altera, imprime mudanças no modo de enunciar de cada Bíblia, e conseqüentemente nas suas significações. Salienta-se que não estamos falando de traduções diferentes, mas de versões no caso de Ferreira de Almeida. Seria muito interessante propormos uma discussão sobre os processos editoriais e de revisão dentro da tradução, também se faz relevante questionar: o que é uma tradução? Como ela se mantém? O que acontece nos processos de mediação editorial para que se encontre um sujeito que mobiliza a língua a tal ponto que os sentidos passam a ser outros? Essas são questões que podem ser respondidas em trabalhos futuros.

O que nos parece ser crucial em toda a pesquisa é que estamos trabalhando com dois espaços de apagamento do sujeito: a Bíblia e a tradução. A Bíblia é um texto – sim, não podemos esquecer que ela é um

texto – milenar que perpassa não só a construção de uma fé, mas também do Ocidente. Esse texto leva a mensagem da religião mais estabelecida no mundo, não há espaço para dualidades, questionamentos, heterogeneidade, encontra-se sempre o mesmo porque é esse o imaginário de Deus e da fé: ela não muda, contínua, inteira e fiel desde os tempos de Abraão. Do outro lado temos a tradução, sempre cotejada por terminologias como: fidedigna, equivalente. Não há espaços para o questionamento de uma tradução, isso pode ocorrer no ambiente acadêmico com muita frequência, mas não é o que prevalece no senso comum. Se temos uma tradução, o ideal do mesmo está lá, ninguém compra um livro traduzido pensando que irá ler algo diferente. Por isso, esse estudo contribui para a reflexão de que onde houver sujeitos que mobilizam a língua a partir de um ato exclusivo de fala, de escrita, de atuação, haverá enunciação e subjetividade. Esse ato exclusivo corresponde justamente à atividade de revisão, ou de editoração feita por esse locutor e que é exclusivamente dele e não mais de João Ferreira de Almeida. Com essas análises propusemos mostrar que de “apagado” esse sujeito não tem nada, ele está em marcas pronominais, referências de tempo e espaço, reescrituras que operam o memorável do original.

Foi a partir dessas indagações que mobilizamos a Teoria da Enunciação e a Semântica do Acontecimento para estabelecer diálogo. Esse trabalho propõe uma reflexão sobre o estatuto da tradução. Chamamos de versões e edições somente porque está escrito na capa das Bíblias e do livro que elas são uma versão? Não queremos configurar um novo tradutor propriamente dito, mas pensar no conceito de uma nova tradução a partir da reescritura e de proposições do sujeito. Depois de tudo o que vimos, não podemos dizer que a enunciação pode ser traduzida, pelo contrário, em cada reescritura do locutor-revisor temos a recriação de condições enunciativas que provoquem no alocutário os efeitos de “leitura original”, única. Trata-se então, não de reconstituir, mas de constituir, um novo lugar, um novo sentido, em uma nova enunciação.

Referências

- BENVENISTE, E. **Problemas de Linguística Geral I**. Campinas, SP: Pontes, 1991.
- _____. **Problemas de Linguística Geral II**. 4 ed. Campinas, SP: Pontes, 1995.
- BÍBLIA. O Novo Testamento... Agora traduzido em Português pelo Padre João Ferreira A d’Almeida**. Amsterdam, 1860.

- _____. **Bíblia Sagrada**. Tradução de João Ferreira de Almeida. Corrigida e Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 1993. 4 ed.
- _____. **Bíblia Sagrada**. Tradução de João Ferreira de Almeida. Revista e Atualizada. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 1994.
- _____. **Bíblia Sagrada**. Tradução de Padre Antônio Pereira de Figueredo. Rio de Janeiro: Encyclopaedia Britannica, 1835. Edição Ecumênica.
- _____. **Bíblia Sagrada**. Tradução de Padre Manuel Matos Soares. Rio de Janeiro: Editora Paulinas, 1956.
- GUIMARÃES, E. (org.). **História e sentido na linguagem**. Campinas, SP: Pontes, 1989.
- _____. **Os Limites do Sentido: um estudo histórico e enunciativo da linguagem**. Campinas, SP: Pontes, 1995.
- _____. Textualidade e enunciação. In: **Escritos**. n.2. Campinas, SP: Labeurb/Unicamp, 1999.
- _____. **Semântica do acontecimento: um estudo enunciativo da designação**. Campinas, SP: Pontes, 2002.

A VERDADE LEXICOGRÁFICA E O PRECONCEITO NA LÍNGUA: ANÁLISE DO TERMO *HOMOSSEXUALISMO* NOS DICIONÁRIOS BRASILEIROS

FERNANDA PEREIRA SILVA - UFSCar¹
PEDRO EDUARDO ROCHA BERTAZZI - UFSCar²

Introdução

A palavra *homossexualismo* pode ser considerada como uma “palavra proibida” visto as diversas discussões sobre esse termo ser preconceituoso para com os homossexuais, devido a sua origem etimológica, em que podemos observar que o sufixo *-ismo* denota o sentido de doença ou distúrbio. Dessa forma, a circulação dessa palavra na sociedade constitui um sentido de que os sujeitos homossexuais sofrem de um distúrbio, desconsiderando que se trata de uma orientação sexual.

Com isso, essa palavra e o seu significado se formularam e se estabilizaram nos dicionários ao longo do tempo, de tal forma que a permanência do termo e o seu significado de “distúrbio ou doença” persistem e circulam ao longo de décadas. Isso se deve ao fato de o próprio dicionário ser reconhecido socialmente como o “detentor da verdade” e, assim, não se pode haver questionamentos em relação ao dizer do lexicógrafo e aquilo que ele passa a determinar como significado das palavras. Esse status social do dicionário acaba criando o que chamamos de “verdade lexicográfica” em que as definições das palavras compõem a verdade sobre a impressão ou o que se diz sobre as mesmas, além do fato de que toda e qualquer dúvida sobre esse assunto só será respondida em consulta ao dicionário. Dessa forma, compreendemos que o status social do dicionário agencia a enunciação e determina os sentidos das palavras, uma vez que se tem a ilusão de que os seus sentidos são os que estão dentro do espaço que o lexicógrafo delimita no verbete que escreve.

Além disso, por muito tempo, o debate sobre o uso e o significado do termo *homossexualismo* foi apagado pela mídia ou pela própria sociedade e só retornou a circular nessas diversas cenas: jurídica, social, midiática e principalmente política, quando passou-se a reconhecer os diversos

¹ Graduanda em Linguística na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

² Graduando em Linguística na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

avanços e conquistas das pautas do movimento LGBT³ como a Resolução n.175/2013 que declara que os cartórios de todo o país devem, por obrigação, realizar o casamento entre pessoas do mesmo sexo. Dado essa resolução e a conjuntura social daquele período, o movimento LGBT reacende o debate sobre o uso desenfreado do termo *homossexualismo* e passa a pautar o uso do termo dado como correto: *homossexualidade*. Essa discussão chega ao terreno linguístico, em que essa mudança para se referir à orientação sexual de um indivíduo vai além de uma troca de sufixos, mas sim a um novo significado que não carrega um rótulo de desordem mental.

Dessa forma, o presente trabalho⁴ visa uma análise dos verbetes dos dicionários sobre a palavra *homossexualismo* como forma de observar sobre como os “detentores da verdade” tratam desse termo.

É importante ressaltar que o termo *homossexualismo*, dentro do campo lexicográfico, está constantemente ligado a outros termos como *homossexual* e *homossexualidade* que aparecem em algumas definições dos dicionários presentes em nosso corpus. Nesse sentido, para se obter uma análise e visão ampla sobre como o termo estudado nesse artigo é tratado dentro da produção lexicográfica brasileira, é de extrema importância observar não só o verbete apresentado para a palavra em questão, mas também as ocorrências que estabelecem uma relação semântica com ela, de tal forma que uma relação de antonímia também pode ser constitutiva do seu sentido e passa a mostrar não apenas a palavra que é significada de forma contrária a outra, mas como que se dá a posição do lexicógrafo na composição do seu trabalho.

Um percurso para a leitura dos termos

A leitura dos dados para análise dos verbetes se desenvolveu a partir do recorte da palavra *homossexualismo* em onze dicionários de caráter impresso ou disponibilizados em plataforma *online*.

Os dicionários impressos que compõem o nosso corpus são o Grande e Novíssimo Dicionário da Língua Portuguesa (1942), Dicionário da

³ Optamos por utilizar a sigla LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transsexuais), por escolha metodológica, devido ao foco do artigo debruçar-se sobre a análise da palavra *homossexualismo* e não focar sobre as lutas e debates sociais levantados pela comunidade. Entretanto, ressaltamos a existência de diferentes gêneros e orientações sexuais dada a existência das siglas LGBT+, LGBTQI (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer e Intersexuais), LGBTQAIP (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer, Assexuais, Interssexuais e Pansexuais) e LGBTTTIS (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis, Transgêneros, Intersexuais e Simpatizantes).

⁴ Salientamos que a escrita desta reflexão contou com o diálogo e a leitura da Prof^ª Dr^ª Soeli Maria Schreiber da Silva, professora associada 4 do Departamento de Letras da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

Língua Portuguesa elaborado por Antenor Nascentes (1964), Dicionário Moderno Ilustrado Cograe (1967), Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa (1975), Dicionário Caldas Aulete (1986), o Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa (1997), Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa (2001), Minidicionário Ruth Rocha (2001), Minidicionário Luft (2001) e o Dicionário Escolar da Língua Portuguesa Domingos Paschoal Cegalla (2008). Além desses dicionários, observamos ainda os dicionários de plataforma *online* Dicionário Eletrônico Houaiss (2009) e o Dicionário Eletrônico Michaelis (2017).

O critério de recorte dos verbetes se deu, a princípio, na ocorrência da palavra *homossexualismo*. Com isso, observamos como se deu a constituição das relações de sentido que se estabeleceram com outros verbetes. Dessa forma, foram observadas, além de *homossexualismo*, as palavras: homossexualidade, heterossexualidade, heterossexualismo, homossexual e heterossexual.

Análise

Primeiramente, antes de nos debruçarmos sobre a análise dos recortes da palavra *homossexualismo* nos dicionários escolhidos, é importante olharmos como a etimologia da palavra atribuiu o significado de doença ao sujeito homossexual para mais adiante podermos nos debruçar sobre a análise dos verbetes e entender como os dicionários contribuíram para a propagação desse sentido por décadas, além de observar como a história pode ajudar a enraizar na sociedade, o preconceito que foi atrelado ao sentido da palavra.

Segundo o *Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa* (1997, p. 448) de Celso Cunha, o sufixo *-ismo* apresenta o seguinte verbe para o sufixo *-ismo*:

-ismo suf. nom, [...] que já se documenta em vocs. formados no próprio grego (como batismo) e em numerosíssimos outras criados nas línguas modernas de cultura, alguns dos quais [...] A atestar a sua extraordinária vitalidade na língua portuguesa, o suf. -ismo participa também da formação de derivados de cunho nitidamente popular e com conotações irônico-pejorativos bem acentuados (como pão-durismo, puxa-saquismo) [...] (iv) doença, defeito (artitrismo, sonambulismo) etc. (grifo nosso)

Dessa forma, partindo do pressuposto de que *homossexual* já seja conhecido na sociedade como a pessoa que possui relações amorosas e/ou sexuais com pessoa do mesmo sexo, a inserção do sufixo *-ismo* passaria a

atrelar o significado de doença ou defeito de manter relações amorosas e/ou sexuais com pessoa do mesmo sexo.

Entretanto, podemos questionar: dentre os diversos significados que o sufixo –ismo possui, porque foi considerado apenas significado de doença e defeito ao termo homossexualismo?

A resposta desse questionamento pode ser, primeiramente, compreendida se olharmos como a história reforçou o sentido de doença atrelado ao sufixo. Durante uma boa parte da história a homossexualidade fora tratada como uma doença, fazendo com que homossexuais fossem discriminados e até submetidos a tratamentos psiquiátricos e/ou cirúrgicos como forma de cura. O médico Antônio Egas Moniz, famoso por ganhar o Prêmio Nobel de Medicina em 1949 pelo desenvolvimento da técnica de lobotomia frontal como um tratamento para perturbações emocionais, realizava o mesmo tipo de tratamento em homossexuais como forma de prevenção e/ou cura contra o homossexualismo. Essa prática e a conceituação de homossexualidade como doença perdurou por mais de cem anos, visto que só apenas em 1979, ela fora retirada do rol de doenças mentais pela Associação Americana de Psiquiatria.

Com isso, podemos entender que por um bom tempo (mais de um século!) a homossexualidade fora tratada – e até denominada *homossexualismo* – como uma doença. Apesar da retirada do rol de doenças mentais, o termo *homossexualismo* perdurou em meio à sociedade junto com o sentido atrelado a ideia de doença, por bastante tempo, e é possível observar o seu uso até os dias atuais. Sendo assim, dentre os diversos significados apresentados por –ismo é possível observar que o único possível a ser constatado no termo em questão é o de doença e defeito.

Com isso, passamos a observar como que os dicionários decidem tratar o termo *homossexualismo* em seus escritos.

Observemos os seguintes recortes:

(1) *Homossexualismo, ou homosexualismo* – s.m. de homossexual + ismo. Práticas de atos sensuais entre indivíduos do mesmo sexo. (FREIRE, 1941, p. 2872)

No recorte (1), a palavra *homossexualismo* é tratada como uma “prática de atos sensuais” entre indivíduos do mesmo sexo. Pode-se notar que dessa forma, a homossexualidade seria considerada como uma prática entre indivíduos e desconsiderada como uma orientação sexual dos mesmos, ao contrário do que era estabelecido e normatizado como a heterossexualidade. Além disso, é importante mostrar que no dicionário é mobilizado o termo “sensuais” para caracterizar as práticas realizadas,

apesar de utilizar o termo “sexo” que nesse verbete, pode ser considerado como o sexo biológico e não leva em conta as práticas sexuais ou relações amorosas.

(2) “*Homossexualismo*. S.m. Qualidade de homossexual. Prática de atos homossexuais.” (NASCENTES, 1964, p. 508)

No Dicionário editado pela Academia Brasileira de Letras (1964) é possível observar que *homossexualismo* é tratado como qualidade de ser homossexual. Entretanto, ainda é atrelado à definição de ser uma prática de atos, ou seja, considerada como uma maneira de agir.

A partir dos recortes (1) e (2) presume-se que de 1964 a tendência dos dicionários era de ter outra visão em relação à palavra *homossexualismo*. Entretanto, os próximos recortes nos demonstram que o termo é reescrito de forma parecida com o que fora feito anteriormente. Observemos:

(3) “*Homossexualismo*, s.m. - prática de atos sensuais por indivíduos do mesmo sexo.” (COGRAE, 1967, p. 893)

O recorte acima não apresenta um significado diferente da palavra em questão comparado aos recortes anteriores, de tal forma que *homossexualismo* não possui alteração alguma em seu domínio semântico, visto que ele ainda é considerado como uma “prática” característica de “atos sensuais”.

Porém, nos recortes a seguir foi pertinente a observação da relação entre *homossexualismo* e palavras que estão atreladas a ela em uma relação de sentidos, visto que as definições apresentadas pelo dicionário para essas palavras auxiliam na compreensão sobre o posicionamento que o lexicógrafo possui em relação ao termo analisado neste trabalho.

Abaixo estão os recortes de *homossexual*, *homossexualidade* e *homossexualismo* retirados do Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa (1975, p. 935):

(4) “*Homossexualismo* -(cs), s.m (homossexual + ismo). Prática de atos homossexuais.”

(5) “*Homossexual* – (cs), adj., (homo + sexual). Referente a atos sensuais entre indivíduos do mesmo sexo. Adj. E s., m. e f. que, ou pessoa que tem afinidade sexual somente para indivíduos do mesmo sexo.”

(6) “*Homossexualidade* – (cs), s.f. Qualidade de homossexual; homossexualismo.”

Os recortes (4), (5) e (6) podem nos mostrar que o termo *homossexualismo* ainda é considerado como uma prática de atos - como os

recortes anteriores - deixando a parte do conceito de “atos sensuais” para o termo *homossexual* considerado como aquele que é referente a esses tipos de atos. O termo *homossexualidade* é atrelado ao mesmo sentido de *homossexualismo* (ou seja, retomando o mesmo sentido), apesar de ser considerado como a qualidade de ser homossexual, de tal forma que podemos dizer que retoma o sentido apresentado por *homossexualismo*.

Entretanto, é importante ressaltarmos que esses recortes possuem relação com o termo que a princípio é considerado de sentido contrário: *heterossexualismo*. Dessa forma, no trecho abaixo apresentamos o recorte do mesmo dicionário. Observemos:

(7) “*Heterossexual* - (cs), adj. (hétero + sexual). *Biol.* Relativo ou pertinente aos dois sexos. Relativo ao sexo oposto, por oposição a homossexual.” (p. 914)

(8) “*Heterossexualismo* - (cs), s.m. inclinação sexual normal pelo sexo oposto.” (p. 914)

Os recortes (7) e (8) nos mostram que *heterossexualismo* não é considerado como antônimo de *homossexualismo*, mas é definido como a “inclinação sexual **normal** pelo sexo oposto” o que acaba pressupondo que, ao lexicógrafo apresentar tal definição, as demais inclinações sexuais são consideradas como **não normais**, ou seja, anormais. Além disso, a definição apresentada para *heterossexual* é a referente ao campo da biologia e a define como algo pertinente aos dois sexos, e que se opõe a homossexual, mas tanto a definição de *homossexual* quando a definição dada para *homossexualismo* não estão inseridas no mesmo campo, partindo do próprio dizer do lexicógrafo.

Seguindo com o recorte do dicionário Caldas Aulete (1986, p. 988), podemos observar claramente a composição das relações de sentido que levam até *homossexualismo* se partimos, primeiramente, da definição de *heterossexual* dada por esse dicionário.

(9) “*Heterossexual* - (cs), adj. Relativo aos dois diferentes sexos. Que diz respeito à heterossexualidade. || F. gr. *Heteros*(outro) + sexual.”

(10) “*Heterossexualidade* - s.f. Apetite sexual normal ou pervertido pelo sexo oposto.”

Partindo do ponto em que lexicógrafo desse dicionário considera *heterossexualidade* como antônimo de *homossexualidade*, vamos observar a definição que o mesmo dá a esse termo

(11) *Homossexualidade* - s.f. Qualidade de homossexual: homossexualismo. (Opõe-se a heterossexualidade). (p. 1005)

(12) *Homossexualismo* -s.m. Prática homossexual.(p. 1005)

(13) *Homossexual* – adj. Relativo a afinidades sexuais ou atos sensuais entre indivíduos do mesmo sexo: um forte libido leva-o ao desvio homossexual. (Júlio Dantas, *Eles e Elas*, p. 246, ed. 1918). (DANTAS, 1918, p. 246 apud AULETE, 1986, p. 1005)

A partir da análise desses recortes, podemos observar que, como já abordado antes, o lexicógrafo coloca o termo *heterossexualidade* como antônimo a *homossexualidade* que, por sua vez, possui uma relação de sinonímia com o *homossexualismo* de tal forma que podemos observar que de uma forma indireta, *heterossexualidade* possui uma relação semântica de antonímia com *homossexualismo*. Por fim, podemos dizer que o termo *homossexual* não obteve mudança significativa em sua designação no dicionário ao longo dos anos.

É interessante observar a definição de *homossexualismo* em dicionários do mesmo ano. De acordo com o Dicionário Houaiss (2001, p. 1549) *homossexualismo* “a prática de relação amorosa e/ou sexual entre indivíduos do mesmo sexo. ANT *heterossexualismo*.”, sendo então, considerado uma prática e algo contrário ao *heterossexualismo*. Mesmo sendo um dicionário mais atual, o conceito do termo analisado continua sendo definido como uma prática. Ao pesquisar *heterossexualismo* no mesmo dicionário encontra-se “tendência ou prática de relação amorosa e/ou sexual entre indivíduos de sexo oposto. P. Opos. A *homossexualismo*.” (HOUAISS, 2001, p. 1524). Os recortes de (14), (15) e (16) presentes também no dicionário Houaiss mostram a relação que as palavras *homossexual* e *homossexualidade* possuem com *homossexualismo*.

(14) *Homossexual* /cs/ adj. Relativo a homossexualidade (pessoa com tendências h.). mantido por indivíduos do mesmo sexo (diz-se de relacionamento sexual). Que denota homossexualidade (comportamento h). Que ou aquele que sente atração sexual e/ou mantém relação amorosa e/ou sexual com indivíduo do mesmo sexo. P.opos.a *heterossexual*. ETIM *hom(o)* + sexual. ANT *heterossexual*.

(15) *Homossexualidade* /cs/ s.f. Condição de homossexual; homossexualismo. P.opo. a *heterossexualidade*. ANT *heterossexualidade*.

(16) *Homossexualismo* /cs/ s.m. A prática de relação amorosa e/ou sexual entre indivíduos do mesmo sexo. ANT *heterossexualismo*. (HOUAISS, 2001, p. 1549)

Podemos observar que homossexual relaciona-se com homossexualidade por ser relativo ao mesmo, além de ser posto como antônimo de heterossexual. Por outro lado, *homossexualidade* relaciona-se com *homossexualismo* por uma relação de dependência semântica, em que para a compreensão do significado apresentado pelo verbete, seria

necessário recorrer à leitura do verbete de outra palavra. Isso nos mostra como que é composta uma relação de sentidos entre as palavras, em que todas estão atreladas através dos seus significados.

Partindo para outro dicionário, o recorte (19) referente ao minidicionário de Ruth Rocha (2001, p. 322) mostra que *homossexualismo* não vem como antônimo a *heterossexualismo* e a definição se assemelha a do dicionário Houaiss (2001).

(17) “*Homossexual* *cs* *adj.* Relativo a relações sexuais entre indivíduos do mesmo sexo. Que pratica esses atos. Pessoa que pratica esses atos.”

(18) “*Homossexualidade* *css.f.* Qualidade, caráter homossexual”

(19) “*Homossexualismo* *cs* Prática de atos sexuais entre indivíduos do mesmo sexo.” (ROCHA, 2001, p. 322).

No Minidicionário Luft (2001), *homossexualismo* vem definido como sinônimo de *homossexualidade* e antônimo a *heterossexual*. A definição da palavra *homossexual* está como:

(20) “Do mesmo sexo. 2. Relativo à afinidade ou aos atos sexuais entre indivíduos do mesmo sexo. *Adj.2g* e *s.2g*. 3. (Pessoa) que tem essa afinidade ou pratica esses atos.”, (LUFT, 2001, p. 370).

O que não difere drasticamente da definição de *heterossexual* encontrada no mesmo dicionário

(21) “1. Relativo à afinidade ou aos atos sexuais entre indivíduos de sexos diferentes. *Adj.2g.* e *2g.*

2. (Pessoa) que tem essa afinidade ou pratica esses atos (LUFT, 2001, p. 367)

É importante notar que nas definições dos dicionários Luft, Ruth Rocha e Houaiss, algumas particularidades acerca do termo ainda se mantêm, como “prática de atos sexuais entre indivíduos do mesmo sexo”, no entanto, “relação amorosa” foi acrescentada a uma definição, nada antes visto nas definições de dicionários do século passado. Com a chegada de um novo milênio, o espírito de renovação e mudança pairava, novelas e canções declamavam o amor entre pessoas do mesmo sexo, e como vimos, uma pequena mudança feita pelo lexicógrafo reflete naqueles que lerão tais definições.

(22) “*Homossexual* *ks.* Pessoa cuja orientação sexual é a homossexualidade: casamento entre homossexuais. Cujas orientação sexual é a homossexualidade: pessoa homossexual.”

(23) “*Homossexualidade* kss.f. Condição de homossexual; preferência por relacionamento sexual com pessoas do mesmo sexo.”

(24) “*Homossexualismo* kss.m homossexualidade.” (CEGALLA, 2008, p. 473).

As definições acima mostram que ao procurar *homossexualismo* encontra-se *homossexualidade* como única definição. Com isso, o termo *homossexualismo* vai deixando de possuir uma definição para ser substituído por *homossexualidade*. Acerca do contexto histórico do ano de publicação deste dicionário, começava na Câmara dos Deputados o projeto de lei que legaliza o casamento homossexual, e dentre os recortes analisados, esse foi o primeiro que tratou da questão do casamento homossexual, possivelmente um reflexo das ações para validar esse projeto de lei e das discussões que se mantinham naquele ano acerca da relação homoafetiva.

Saindo do ambiente físico dos dicionários, analisaremos agora duas definições de dicionários eletrônicos. O primeiro é o Houaiss (2009):

(25) “*Homossexualismo*: a prática de relação amorosa e/ou sexual entre indivíduos do mesmo sexo.ant. heterossexualismo.”

A questão interessante na definição desse dicionário é que, ao pesquisar o antônimo para *homossexualismo*, como o próprio dicionário traz, a palavra não está dicionarizada, apenas *heterossexualidade está dicionarizada*. A partir disso, podemos ver uma postura que se assemelha ao do lexicógrafo dos dicionários de 1964, mesmo definindo que se trata também de relação amorosa, o termo *homossexualismo* ainda é mantido, mesmo sendo um dicionário cuja plataforma é online e constantemente recebe atualizações.

(26) *Homossexualismo*: Prática de atos homossexuais. Homossexualidade.anton. heterossexualismo.

(27)“*Heterossexualismo*: Inclinação por ou prática sexual com a pessoa do sexo oposto.” (MICHAELIS, 2017).

Na definição acima apresentada retirada do dicionário online Michaelis (2017), atualizado, a definição não é tão diferente desta em outros dicionários.

Domínio Semântico de Determinação (DSD)

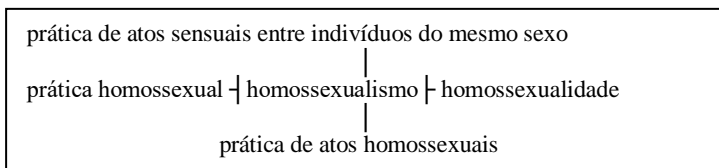
De acordo com Guimarães (2007), um DSD é construído pela análise das relações de uma palavra com outras que a determinam em textos em

que funciona. Deste modo podemos dizer o que significa uma palavra num certo texto, num conjunto de textos relacionados por algum critério que os reúna. Assim, o DSD é a análise de um termo, e tem como objetivo explicar como se dá o funcionamento do sentido de um termo dentro de um *corpus* específico, seja ele um texto ou um conjunto de textos. Em nosso artigo, tratamos os dicionários como texto, o que é essencial para as análises.

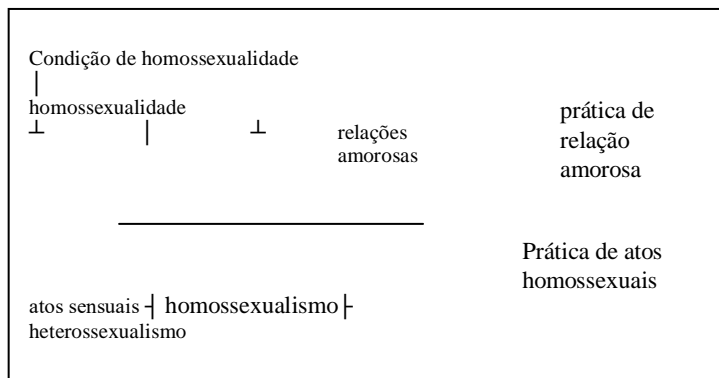
Um aspecto importante aqui é que no DSD são as relações que constituem o sentido de uma palavra e estas são apresentadas por uma escrita própria. Esta escrita estabelece as relações por meio de alguns sinais específicos, que fazem assim parte do que seja o DSD. Os sinais são os seguintes: \vdash ou \dashv ou \perp , (que significam determina, por exemplo, $y \vdash x$ significa x determina y , ou $x \dashv y$ significa igualmente x determina y); $-$ que significa sinonímia; e um traço como $\rule{1cm}{0.4pt}$, dividindo um domínio, significa antonímia. (GUIMARÃES, 2007, p. 81)

O DSD será de grande importância para observar como os diferentes sentidos do termo *homossexualismo* operam nos dicionários dos séculos XX e XXI, e quais as mudanças de sentidos

-DSD dos dicionários do século XX.



-DSD dos dicionários do século XXI.



No primeiro DSD dos dicionários do século XX, o termo *homossexualismo* é sinônimo de *prática de atos sensuais entre indivíduos do mesmo sexo* e *prática*

de atos homossexuais. O termo escolhido para análise determina *homossexualidade* e *prática homossexual*. No segundo DSD, referente aos dicionários datados do século XXI, encontra-se novas correspondências de sinônimo para o termo *homossexualismo*, neste caso *homossexualidade* que também é sinônimo de *condição de homossexualidade*. Uma mudança sutil na definição do termo entre dicionários do século passado e desse século, em que o primeiro, respectivamente, traz *homossexualidade* sendo determinada por *homossexualismo* e não um sinônimo, como os dicionários mais atuais. Ainda sobre o DSD dos dicionários do século XXI, *homossexualismo* determina *prática de atos homossexuais, atos sensuais, relações amorosas e prática de relação amorosa*, e traz como antônimo o termo *heterossexualismo*.

Considerações finais

Analisando o termo *homossexualismo*, observa-se que a palavra ainda é usada para se referir à homossexualidade, mesmo sendo esse um termo preconceituoso. E é nesse sentido que a posição do lexicógrafo interfere. O termo, ainda utilizado atualmente por parte da mídia e religiosos, carrega consigo o sufixo de doença, o que agrega a palavra um sentido depreciativo e preconceituoso. Alterar a morfologia da palavra nos dicionários não implica somente em trocar o sufixo do termo, mas sim, em uma mudança simbólica em relação ao peso que a palavra *homossexualismo* carrega, e com ela, traz a visão de patologia a todas e todos os homossexuais, que todos os dias lutam para amar sem temer. Nesse sentido, essa mudança morfológica implica também na mudança de posição do lexicógrafo que passa a considerar os termos de forma igualitária tanto para homossexualidade quanto para heterossexualidade.

Além disso, é importante ressaltar que devido as pautas e campanhas dos movimentos sociais, como o movimento da comunidade LGBT, o termo *homossexualismo* está sendo retirado do uso e a palavra *homossexualidade* passa a circular com mais frequência na mídia, nos livros e principalmente entre os falantes brasileiros, o que acaba acarretando no atrelamento de palavra dada como correta para o significado ao qual foi atribuído.

Com isso, pudemos observar como que determinados costumes e ideais da sociedade podem se relacionar com a semântica de algumas palavras e que, dada a circulação da mesma - seja em comunicação verbal ou escrita -, faz com que determinados preconceitos - surgidos em décadas passadas - perpetuem entre as novas gerações.

Referências

- AULETE, C. **Dicionário Calda Aulete**. 5. ed. rev. Rio de Janeiro: Editora Delta, 1986
- CEGALLA, D. O. **Dicionário escolar da língua portuguesa**. 2. ed. São Paulo: Editora Nacional, 2008.
- FAGUNDES, A.I. J. (Org.). **Educação um olhar social**. 1. Ed. Belo Horizonte: Editora Arroba, 2012.
- FREIRE, Laudelino. **Grande e Novíssimo Dicionário da Língua Portuguesa**. 1. ed. vol. III, Rio de Janeiro: Editora A Noite S.A., 1941.
- GUIMARÃES, Eduardo. Domínio semântico de determinação. In: MOLLICA, Maria Cecília (Orgs.). **A palavra: forma e sentido**. Campinas: Pontes Editores, 2007.
- HETEROSSEXUALISMO. In: **DICIONÁRIO Michaelis**. São Paulo: Melhoramentos, c2017. Disponível em: < <http://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/heterossexualismo/>>. Acesso em: 5 de out. 2017.
- HOUAISS, A. **Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva. Versão 1.0. [CD-ROM]. 2009.
- HOUAISS, **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. 1. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- LUFT, C. P. **Minidicionário Luft**. 20. ed, São Paulo: Ática, 2001.
- NASCENTES, Antenor. **Dicionário da Língua Portuguesa**. 2 tomo. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1964.
- ROCHA, Ruth. **Minidicionário Ruth Rocha**. 2. ed. São Paulo: Scipione, 2001.
- SANTOS, Fábio. **Homossexualidade não é doença segundo a OMS; entenda**. Disponível em <<https://www.terra.com.br/vida-e-estilo/saude/ha-21-anos-homossexualismo-deixou-de-ser-considerado-doenca-pela-oms,0bb88c3d10f27310VgnCLD100000bbcce0aRCRD.html>> Acesso em: 19 out. 2017
- SOUSA, J. F. S. de. **Egas Moniz e a Questão Homossexual**. Disponível em: < <http://cyberself-neurofilosofia.blogspot.com.br/2008/07/egas-moniz-e-questo-homossexual.html>>. Acesso em: 19 out. 2017.
- MELHORAMENTOS. **Grande Dicionário Brasileiro Melhoramentos Ilustrado**. 8. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1975.
- HETEROSSEXUALISMO. In: **DICIONÁRIO Michaelis**. São Paulo: Melhoramentos, c2017. Disponível em: < >. Acesso em: 5 de out. 2017.
- HOUAISS, A. **Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva. Versão 1.0. [CD-ROM]. 2009.

A ESCRAVIDÃO NO CORPO: A CONSTITUIÇÃO DE SENTIDOS EM PUBLICIDADES ESTÉTICAS

CAMILA PIRES ALVES - UFSCar¹
CAROLINA DE PAULA MACHADO - UFSCar²

1. Introdução

A demanda por produtos ou tratamentos estéticos, incluindo cirurgias plásticas para realização de modificações corporais, mostra-se crescente. Segundo dados da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica³, o Brasil ocupa o segundo lugar no mundo em números de cirurgias plásticas, perdendo apenas para os Estados Unidos.

Apesar de não haver dados oficiais sobre o número de mortes, elas ocorrem frequentemente, como noticiam os jornais⁴. Quando não se chega ao extremo do óbito, submeter-se a esses tipos de tratamentos envolve sérios riscos à saúde, uma vez que há possibilidade de complicações cirúrgicas, perfuração de órgãos, etc. Ainda que estas modificações estéticas ofereçam riscos, muitas pessoas, na busca por se enquadrar em um determinado padrão de beleza, recorrem a essas intervenções que nem sempre são realizadas de maneira adequada.

A mídia costuma ter um papel fundamental na construção ou na divulgação de ideologias, morais, incluindo padrões de beleza que levam as pessoas a seguirem uma determinada “moda”. Desta maneira, consideramos relevante analisar anúncios publicitários que incentivam modificações corporais estéticas que geram problemas cada vez mais graves.

¹ Graduanda do curso de licenciatura em Letras - Português e Espanhol pela Universidade Federal de São Carlos- UFSCar, realizou pesquisa com apoio FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo) no período de setembro de 2015 a abril de 2017; número do processo: 2015/11421-2, orientada pela Profa. Dra. Carolina de Paula Machado, e cuja discussão é apresentada neste artigo.

² Profa. no Departamento de Letras na UFSCar – Universidade Federal de São Carlos.

³ Dados disponibilizados em: < <http://www2.cirurgiaplastica.org.br/>>. Acesso em: 28 mar. 2015.

⁴ Recentemente, por exemplo, noticiou-se o caso de Alessandra Machado, de 35 anos que falecera em 08/10/2017 após a realização de três procedimentos estéticos, abdominoplastia, laqueadura e lipoaspiração. Segundo familiares, o médico responsável pelos procedimentos não era especializado em procedimentos estéticos cirúrgicos, mas sim, em clínica do trabalho. Dados disponíveis em: <<https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/mulher-morre-apos-fazer-cirurgia-plastica-em-clinica-na-zona-oeste-do-rio.ghtml>>. Acesso em: 02 abr. 2018.

Para tanto, buscamos analisar e compreender pela textualidade da publicidade, quais sentidos de beleza são construídos no funcionamento da enunciação, os efeitos de sentidos produzidos pelas publicidades e o lugar que se constrói para o sujeito leitor. Estes efeitos de sentidos acerca da estética, ao fazerem com que os sujeitos se submetam a situações de risco, do nosso ponto de vista, os tornam escravos do discurso sobre o corpo.

Considerando os pontos elencados acima, foram selecionadas edições da revista “Plástica e Beleza”, especializada em intervenções estéticas mais graves, isto é, cirúrgicas, nas quais recortamos publicidades estéticas voltadas para o público feminino para analisá-las.

Para a realização da análise, nos fundamentamos na teoria da Semântica do Acontecimento, conforme Guimarães (2002), que teoriza conceitos fundamentais, como a enunciação, acontecimento, temporalidade, cena enunciativa e faz um diálogo teórico com a Análise de Discurso, sobretudo com a apropriação de teorias sobre o sujeito e o texto.

O conceito de enunciação postulado inicialmente por Benveniste, tida por uma atividade em que o locutor, visto como único e uno, ao se apropriar da língua, produz um determinado enunciado, é comentado por Guimarães. No entanto, Guimarães não considera o conceito de enunciação tal como é definido por Benveniste mas sim, na formulação de enunciação conforme Ducrot, em que a enunciação é definida independentemente do sujeito, embora este continue sendo fundamental para a enunciação, sendo representado de maneiras distintas em enunciados e assim, nos sentidos do enunciado. Assim, Guimarães, no interior da Semântica do Acontecimento considera que “o sentido de uma sequência linguística inclui, sempre, a representação do sujeito da enunciação” (GUIMARÃES, 1995, p. 12), isto é, um sujeito determinado pela linguagem.

Enquanto Benveniste conceitua a enunciação remetendo-se a um locutor, Guimarães, do interior da Semântica Histórica da Enunciação, utilizando-se da teoria da Análise de Discurso, preocupa-se em pensar na enunciação sem referir-se à um locutor uno, centro do dizer. Deste modo, esse teórico considera a necessidade de relação entre significação e a história para conceber a enunciação, pois o que se enuncia é construído através de relações históricas. Sendo assim, o enunciado carrega em si a história das enunciações em que ocorre.

Além do conceito de “sujeito”, o conceito de “texto” também será articulado com a Análise do Discurso. Assim, neste estudo, o texto é considerado como “uma unidade empírica com começo, meio e fim” (Ibidem, p. 13), e a unidade do texto é um efeito ideológico da posição do autor. Um texto é capaz de expressar uma determinada posição do sujeito, que da mesma forma, busca criar uma ilusão de unidade textual, simultaneamente. Portanto, sendo o texto atravessado por várias posições

do sujeito e uma dispersão de discursos, esta dispersão constitui a textualidade por meio da representação desta unidade. Seguindo esta perspectiva, nosso *corpus* foi analisado considerando que cada recorte, é um texto, pois constituem uma unidade de sentido.

Também considerando a historicidade e apoiado nas postulações de Oswald Ducrot, Guimarães trata da argumentação, questão que nos interessa para pensar no funcionamento argumentativo dos enunciados que compõem nosso corpus. Segundo Guimarães (2007), Ducrot tem como hipótese de base que a argumentação é o fator necessário para que haja sentido no enunciado, sentido este inscrito na língua. O locutor manifesta o seu ponto de vista no discurso e isso ocasiona a perda da objetividade da linguagem, pois coloca a subjetividade do “eu” no processo interpretativo.

Assim, na perspectiva de Ducrot, a argumentação é uma subjetividade que não há como ser evitada. Além disso, considera-se que o sentido do enunciado é resultado de um confronto de representações do sujeito feitas na enunciação. Contudo, Guimarães, descarta o conceito de representação tal como adota Ducrot pois, ao filiar seus pensamentos de acordo com a Análise do Discurso, assume que em um discurso o que se tem não são representações, mas sim, efeitos imaginários.

Considerando que o sentido de uma palavra é determinado por quem o emite e por quem a recebe, sobre as diversas representações dos sujeitos, o falante e o ouvinte são agentes de fenômenos físico-fisiológicos, portanto, não dizem respeito ao linguístico e não se incluem como objeto semântico, segundo Guimarães. Por outro lado, para o autor, locutor/alocutário e enunciator/destinatário, não figuras enunciativas linguisticamente consideradas.

Sobre o locutor, é importante destacar que há a distinção entre dois papéis, o *Locutor-L*, que é aquele que se representa como fonte de um dizer e o *Locutor-LP* (Locutor-enquanto-pessoa-no-mundo), que é caracterizado de forma social e histórica. Em relação ao e enunciator e destinatário, Guimarães (2001, p 22) considera que “o enunciator é a posição do sujeito que estabelece a perspectiva da enunciação. O destinatário é o correlato constituído segundo a perspectiva do enunciator”.

Como mencionado anteriormente, para tratar das posições do sujeito, Guimarães além de retomar a questão da polifonia e a maneira como a argumentação é tratada do ponto de vista da semântica, também considera que “os sentidos de um recorte enunciativo são os efeitos, representados no enunciado, de sua própria enunciação”. (Ibidem, p.19). Nesta representação, portanto, estão incluídos tanto a representação social do sujeito, tal como mostrado mais acima e também a orientação argumentativa, que são vistas como uma regularidade na constituição do sentido, regularidade esta constituída historicamente.

Porém, é necessário salientar que a argumentatividade tratada por Guimarães, difere da perspectiva adotada por Perelman, pois não se relaciona com aspectos persuasivos ou como consequência do que se diz. Orientar argumentativamente é “apresentar A como sendo o que se considera como devendo fazer o interlocutor concluir C. O que leva à conclusão é o próprio A.” (Guimarães, 2007b, p. 25).

Assim, a relação entre o sujeito da enunciação, suas representações sociais, bem como o funcionamento da argumentatividade de um recorte produzem distintas estratégias textuais que por sua vez, constituem diversos efeitos de sentido e interpretações de uma unidade de sentido, isto é, de um texto.

Para realizar a análise dos sentidos dos anúncios publicitários, nos pautamos na maneira como Guimarães (2002) relaciona o conceito de memorável à cena enunciativa. A cena enunciativa, para o autor constrói formas próprias de acesso à palavra de acordo com as relações entre as figuras da enunciação e as formas linguísticas. Nesse sentido, os lugares sociais fazem com os sujeitos falem e não sua vontade. Ou seja, não se trata de um sujeito empírico, mas de um lugar social de locutor. É na cena enunciativa, portanto, que se dá a assunção da palavra. Levando tais princípios em consideração, em cada recorte de análise foi tratado uma cena enunciativa isoladamente, não o *corpus* como um todo.

No caso dos anúncios publicitários analisados, observaremos os sentidos dos que se constituem no acontecimento e que conduzem a interpretação do anúncio através da reescrituras e das articulações. Por exemplo, nos anúncios publicitários que trazemos aqui, temos o funcionamento do modo imperativo dos verbos, mas o que conduz a uma certa interpretação da publicidade está relacionado ao(s) memorável(eis) que sustentam os sentidos das palavras “beleza”, de “saúde”, “sonho” reescrituradas na publicidade.

O *corpus* da pesquisa, tratando-se de enunciados extraídos de revistas, lida com diversos leitores (embora cada uma delas tenha seu público-alvo principal) e as suas interpretações destes enunciados. Guimarães especifica que a interpretação se faz a partir de um lugar de leitor. Sendo assim, o leitor faz uma interpretação ao ler um texto. Por conseguinte, nossa análise focou no lugar social do locutor e na possível imagem que é feita do leitor.

2. Material e métodos

Cada recorte foi tratado, como já exposto, como uma cena enunciativa na qual analisamos os sentidos sobre beleza que funcionam como argumentos na enunciação. Para tanto, utilizamos como instrumentos de análise a noção de paráfrase de Orlandi (2005), e as noções de articulação e

reescrituração e Domínio Semântico de Determinação, conforme Guimarães (2007) para analisar o enunciado, seus sentidos e articulações.

O sentido de um enunciado é construído através da forma como uma expressão se relaciona com uma outra expressão de um texto. Os procedimentos textuais que ocorrem para gerar sentido são procedimentos de reescrituração e articulação. São esses procedimentos que foram utilizados para analisar as publicidades a fim de chegarmos aos sentidos de beleza. Isto significa que um texto rediz a todo momento algo que já foi exposto. Logo, o sentido se constitui através de reescriturações e articulações que ocorrem através do acontecimento e da temporalidade da enunciação.

A reescrituração é uma operação que significa, na temporalidade do acontecimento, o seu presente. A reescrituração é a pontuação constante de uma duração temporal daquilo que ocorre.” (GUIMARÃES 2007, p.28)

Em um enunciado, há a representação de papéis diferentes do sujeito, o que permite dizer que os recortes enunciativos são sempre polifônicos, isto é, “todo enunciado contém uma dialogia interna, fundamental da constituição do sentido” (Ibidem).

Desse modo, a reescrituração, ao remeter ao já dito ao mesmo tempo que desloca o já dito no presente do acontecimento, joga com a paráfrase e com a polissemia.

Os processos parafrásticos são aqueles pelos quais em todo dizer há sempre algo que se mantém, isto é, o dizível, a memória. A paráfrase está do lado da estabilização. Ao passo que, na polissemia, o que temos é o deslocamento, ruptura de processos de significação. Ela joga com o equívoco. (ORLANDI, 2005, p.36)

A produção de sentido se dá pelo acontecimento da linguagem, pelo funcionamento da língua em espaços de enunciação. Ter conhecimento sobre o que uma expressão significa dentro de um enunciado, envolve saber a forma de integração desta expressão em um enunciado que por sua vez, integra o texto.

A definição de integração postulada por Benveniste (1962) trata essa questão como sendo uma relação de elementos linguísticos que geram sentidos. Porém, a noção de integração utilizada nesta análise não é de característica segmental, mas transversal.

Dessa forma, a posição analítica adotada por Guimarães para a observação da funcionalidade textual é de que a construção do sentido de um texto não ocorre de modo segmental. Assim, a noção de reescritura já exposta é fundamental, assim como a de articulação, posto que, em alguns

casos, é possível que se ocorra uma articulação local em determinado sintagma, a outros elementos linguísticos de um enunciado.

O ponto crucial não é o fato de uma expressão ser repetida no decorrer do texto, mas que de certa forma, ao ser repetida, outros sentidos são produzidos. A partir da análise das reescrituras, analisamos o Domínio Semântico de Determinação (DSD) de palavras/sintagmas, representando em um gráfico de DSD, seus sentidos no texto analisados. Quanto aos processos de articulação, apontamos que eles produzem uma relação que ultrapassa a do sentido de um enunciado isolado, apontando para outros enunciados do texto com os quais este enunciado se integra e produz sentido.

3. Análise do material

O trabalho de pesquisa realizado ao longo da iniciação científica envolveu análises de diversos anúncios publicitários das revistas *Dream Plastic* e *Men's Health*⁵. Neste artigo, trazemos uma análise de um desses anúncios, recortado da revista “Plástica e Beleza” na qual observamos como o que designa *beleza* nessa enunciação publicitária produz, juntamente com outras marcas linguísticas, o efeito de convencimento e, poderíamos até mesmo dizer “apelativo”, características do texto publicitário. Iniciaremos com a demonstração da análise publicitária da revista “Plástica e Beleza”, partindo do recorte a seguir.



AS OUTRAS FAZEM CIRURGIA PLÁSTICA.
VOCÊ FAZ DREAM PLASTIC.
A CLÍNICA ONDE A BELEZA DA MULHER
BRASILEIRA VEM EM 1º LUGAR.

8 DE MARÇO: DIA INTERNACIONAL DA MULHER.
R. Vergueiro 2.949 - Vila Mariana - São Paulo / SP
A 100m do Terminal Cidreira e Praça Vito Nazario - Estacionamento com Handicap

www.plastica-saoho.com.br atendimento@plastica-saoho.com.br 11 5085.3737

DREAM PLASTIC
Clínica de Cirurgia Plástica Especializada

⁵ Pesquisa de Iniciação Científica realizada sob orientação da Profa. Dra. Carolina de Paula Machado, com bolsa FAPESP, processo n° 2015/11421-2.

Na imagem, observamos que esta publicidade se refere a uma data comemorativa do mês de março, o dia das mulheres. Este dado é explicitado na publicidade ao apresentar o seguinte enunciado: “8 de março: dia internacional da mulher”. Este mesmo tipo de anúncio publicitário relacionado a uma data comemorativa é frequente em outras publicidades da revista, inclusive as da empresa “*Dream Plastic*”, à qual se faz referência.

Ao voltarmos nosso olhar para a história de enunciações da palavra inglesa “dream”, rememora-se que essa palavra faz parte do sintagma inglês “American Dream” que significa em língua portuguesa “sonho americano”. O “American Dream” rememora dizeres de um memorável nacional estadunidense que constitui o imaginário de ascensão ao sucesso, prosperidade, mobilidade social e outras realizações de desejos dos indivíduos⁶. Embora o nome “*Dream Plastic*” refira-se a uma clínica e um procedimento cirúrgico (“plástica do sonho”) realizado num país cuja língua oficial é o português (Brasil), está escrito em língua inglesa.

A influência dos Estados Unidos sobre os demais países não é algo desconhecido e que também circulam os dizeres de um memorável de que nos Estados Unidos tudo é melhor, mais sofisticado e até mesmo mais bonito. Sendo assim, “*Dream Plastic*”, ao estar redigido na língua inglesa (que também faz parte do “American Dream”, uma vez que é a língua oficial dos Estados Unidos), recorta o memorável do sonho americano, do “American Dream”, isto é, da possibilidade da realização dos desejos, ascensão social, sofisticação e qualidade de vida ao realizar uma plástica. Sendo assim, é nítido que nas publicidades da “*Dream Plastic*”, a plástica ou qualquer intervenção cirúrgica com finalidade estética é significada como o sonho de todas as mulheres.

Observando a imagem desta publicidade, há mulheres com diversas características para representar, juntamente com os enunciados, o dia internacional das mulheres, mais especificamente, mulheres brasileiras. No entanto, não há tantas diferenças corporais entre elas. Nenhuma delas está acima do peso e levando em consideração que a maioria da população brasileira é negra, há apenas duas mulheres negras na imagem da publicidade e nenhuma delas apresenta cabelo crespo, uma característica muito comum das brasileiras.

Portanto, a imagem significa uma certa exclusão e conseqüentemente, uma seleção para definir o ideal de mulher brasileira. Assim, somente a imagem já demonstra o significado de “beleza” nesta cena enunciativa,

⁶Informações extraídas em: <http://www.loc.gov/teachers/classroommaterials/lessons/americanream/students/thedream.html>. Acesso em: 08 abr. 2016.

recortando um memorável preconceituoso de que ser belo é ser magro e mesmo sendo uma mulher negra, não se deve ter cabelo crespo.

Analisando agora o enunciado da publicidade, que se atribui a um Locutor temos o seguinte enunciado:

L.: “As outras fazem Cirurgia Plástica. Você faz Dream Plastic. A clínica onde a beleza da mulher brasileira vem em 1º lugar.”

No que se refere ao processo de reescrituração, vemos que o sintagma “cirurgia plástica” é reescriturado por especificação pelo sintagma nominal “Dream Plastic”. No entanto, o sintagma “as outras” não reescreve o pronome definido “você”, pois estes elementos linguísticos estão em relação de antonímia. Vemos também que “você” é reescrito por substituição por “mulher brasileira”, da mesma forma que “clínica” reescreve por substituição “Dream Plastic”.

Além das reescriturações no enunciado principal da publicidade, percebemos que a palavra “clínica” é reescrituração por especificação por “Rua vergueiro, 2.949, Vila Mariana, São Paulo – SP”, o endereço físico da clínica “Dream Plastic”. O endereço, por sua vez, é reescrito por expansão por “a 100m do terminal Urbano e Metrô Vila Mariana”. Assim, estas reescriturações de “clínica”, fora do enunciado principal, dão ênfase para “Dream Plastic” enquanto clínica e não como procedimento cirúrgico.

Além disso, nesta publicidade há algo muito peculiar. A reescrituração de “você” e “mulher brasileira” nos permite enxergar que mulher brasileira, uma vez reescrita por você e que se articula a “Dream Plastic”, é aquela mulher que se submete a um procedimento cirúrgico na clínica “Dream Plastic”. Sendo assim, “as outras”, que fazem “cirurgia plástica” não são mulheres brasileiras, são apenas “as outras”.

Ante o exposto, podemos parafrasear o enunciado da seguinte maneira:

P. 1 “A mulher brasileira faz Dream Plastic”.

P. 2 “As outras mulheres fazem cirurgia plástica”

Além da reescrituração, observamos estes sentidos ao nos atentarmos para a presença do Locutor e sua divisão na cena enunciativa da publicidade:

L.: “As outras fazem Cirurgia Plástica. Você e sua mãe fazem Dream Plastic. A clínica onde a beleza da mulher brasileira vem em 1º lugar. ”

Da mesma forma, notamos a seguinte disparidade do Locutor:

E. 1 (Genérico): “As outras fazem Cirurgia Plástica”

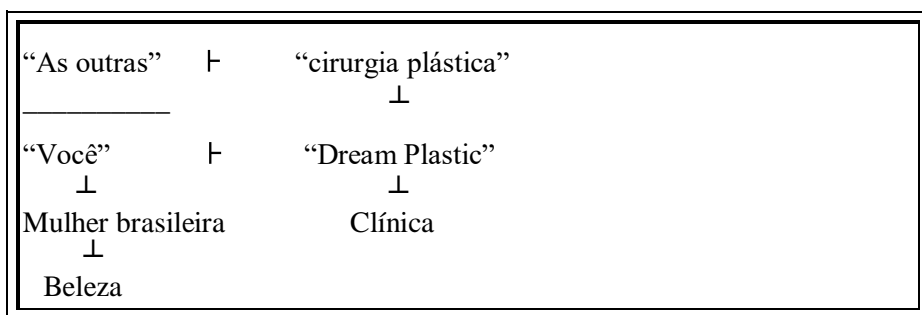
E. 2 (Individual): “Você faz Dream Plastic. A clínica onde a beleza da mulher brasileira vem em 1º lugar”.

Por meio da observação da disparidade do Locutor, nota-se que o discurso que prevalece é o do enunciador individual. É o discurso deste enunciador que o Locutor espera que o alcutário aceite, pois é um discurso específico, da mesma forma que o sujeito “você” também é especificado em relação ao “as outras”.

Portando, esta cena enunciativa recorta um memorável de que algumas pessoas (“você”) merecem exclusividades ou tratamentos melhores do que outras pessoas. Este discurso elitista também é algo recorrente nas outras cenas enunciativas de publicidades “Dream Plastic” e de outros recortes de modo geral.

Entretanto, em seguida, “você” é reescrito por “mulher brasileira” que, por sua vez, amplia e desindividualiza “você” significando o pronome como a *mulher brasileira*, a qual, por sua vez, tem uma beleza particular que nessa cena enunciativa, é a beleza proporcionada por fazer “dreamplastic”.

Com o domínio semântico de determinação, notamos que há algumas palavras que se relacionam num processo de determinação e que colaboram para o efeito de sentido do enunciado:



Desta forma, “as outras” e “você” estão em relação de antonímia. Porém, “você”, que é determinado por “Dream Plastic”, determina “Mulher brasileira”. “Dream Plastic”, por sua vez, determina “clínica”. O sujeito “as outras” é determinado por “cirurgia plástica”, sintagma este que determina “Dream Plastic”.

Nesse DSD (domínio semântico de determinação), mulher brasileira determina o sentido de beleza a partir de uma relação semântica que é determinada por “Dream Plastic”.

Por meio do DSD e analisando as relações entre os termos do enunciado, reforçamos a análise, pois o efeito de sentido nesta cena enunciativa é que todas as mulheres fazem cirurgia plástica, porém, as mulheres brasileiras fazem “Dream Plastic”.

Para esta finalidade, observamos que os verbos “fazem”, “faz” “vem” estão conjugados no presente do indicativo, de modo que afirmam algo, apontam para um fato incontestável. Portanto, todas as relações descritas acima juntamente com o modo verbal expressam os sentidos desta publicidade como algo verdadeiro.

Assim, embora não se utilize o imperativo para ordenar que o alocutário faça um procedimento, as determinações e articulações que ocorrem no enunciado apontam para uma necessidade de submissão a esses procedimentos para alcançarem um ideal de beleza, o da mulher brasileira, ideal este que é revelado como um fato incontestável por meio do uso do indicativo. Portanto, a submissão nestas publicidades vai muito além de uma questão gramatical, mais especificamente, verbal.

4. Considerações

Com as análises da clínica “Dream Plastic”, observamos que os anúncios propõem de forma muito nítida esta inexistência de beleza sem cirurgias plásticas. Ao propor que “as outras fazem cirurgia plástica. Você faz *Dream Plastic*”, observamos que ainda que se ofereçam procedimentos de cirurgias plásticas para as mulheres, apenas algumas mulheres fazem a “*Dream Plastic*”, ou seja, cria-se um efeito de exclusividade apenas para algumas de já que o que significa cirurgia plástica não é a mesma coisa que a “*Dream Plastic*”, como vimos no DSD.

Encontramos enunciados nos quais as clínicas prometem procedimentos saudáveis. Porém, nenhuma cirurgia plástica que se faça sem a necessidade médica é saudável. A busca pela “beleza”, em alguns recortes mostra-se ainda como um ideal de vida. E para manter-se belo, é necessário que se faça cirurgia plástica. Ou seja, a imagem que se constrói é a de que viver é manter-se realizando procedimentos estéticos para se alcançar a beleza.

No entanto, observamos que não é qualquer beleza. A imagem das publicidades, ao mostrarem sempre mulheres magras, brancas, com seios e glúteos fartos, juntamente com os tipos de procedimentos oferecidos, que em suma, prezam pela redução de gordura e inserção de próteses mamárias e de glúteos, nos apontam que ser bela é justamente ser magra, ter seios e glúteos fartos, sem gorduras localizadas, ser bela é fazer plástica.

Assim, esta beleza, além de ser uma “beleza de risco”, é utópica. Observamos este fato devido ao grande número de cirurgias plásticas e pelo

uso recorrente da palavra “sonho”, “desejo”. A palavra “sonho” relaciona-se com um idealismo, uma fantasia. A história de enunciações da palavra já sugere uma certa utopia, algo ainda irreal ou distante.

As publicidades, ao retratarem uma beleza inexistente sem a realização de cirurgias plásticas e retratando um ideal de beleza distante da realidade das mulheres (sonho), mas mostrando-lhes que a realização deste sonho é possível (como por exemplo nos enunciados “realize seu sonho de beleza”, “você faz *dreamplastic*”, e a quantidade e variedade de procedimentos cirúrgicos oferecidos), apontam para que as mulheres recorram à estas clínicas, na busca por submeterem-se a estes procedimentos estéticos.

Neste sentido, as mulheres, na busca pela aquisição de beleza, uma vez que, de acordo com os recortes publicitários, não existe uma “beleza natural” e há um ideal de “beleza” imposto e muito propagado, se submetem a estes procedimentos cirúrgicos e assim, tornam este “sonho” um ideal mais próximo da realidade.

Esta submissão se produz por memoráveis de ideias de beleza que se espera que as mulheres irão se identificar e assim, fazem com que as mulheres queiram se enquadrar por meio de realizações cirúrgicas estéticas. Além disso, observamos que o movimento de individualização do alocutário, mostrando que ele merece procedimentos cirúrgicos melhores causa um efeito de aproximação entre alocutário e locutor, também colaborando para o processo de submissão para as mulheres.

O imediatismo presente na sociedade atual, de maneira geral, também se faz presente na busca por atingir o ideal estético proposto pela revista. Diante deste cenário, a revista propõe soluções imediatas, em que concluímos que este imediatismo é uma das causas que levam as mulheres a recorrerem a intervenções cirúrgicas estéticas até mesmo de risco.

A difusão desses padrões estéticos, como vimos anteriormente, ocorre de maneira impositiva. Há um único padrão apresentado e aceito como bonito. Assim, a partir das imagens que o locutor faz de seu alocutário, são formulados enunciados que ditam e impõe o que o alocutário deve fazer, de modo submisso, para alcançar este ideal de beleza e do qual torna-se escravo e ser aceito como uma pessoa bonita e saudável.

A noção de uma beleza relativa, ou uma pluralidade de beleza não é considerada. Vemos a propagação de um único ideal de beleza que é sustentado, na cena enunciativa, por memoráveis, na imagem que se faz dos alocutários e por reescrituras que determinam o sentido de ser saudável, uma saúde que assim, passa a ser puramente estética e, em se tratando de um tipo de saúde, precisa ser “cuidada” a partir das instruções da revista.

Diante do exposto, o que podemos depreender das análises realizadas pela perspectiva da semântica da enunciação, é que a busca incessante por

um ideal estético significa uma escravidão do corpo. Isso decorre do fato de que há uma nítida submissão a um padrão estético utópico e de difícil realização, fazendo com que os sujeitos aceitem situações insalubres, desprezando a saúde e o bem estar em nome deste ideal estético que os obriga a escravizar o corpo, aceitando procedimentos cirúrgicos unicamente para se enquadrarem em um padrão ditado como belo.

Referências

BENVENISTE, É. Da Subjetividade da Linguagem. In: BENVENISTE, É. **Problemas de Linguística Geral**. 5. ed. Campinas, SP: Pontes, 1988. p. 284-293.

GUIMARÃES, E. **Os Limites do Sentido: um estudo histórico e enunciativo da linguagem**. Campinas: Pontes, 1995.

_____. Enunciação e Acontecimento. In: E. Guimarães. **Semântica do acontecimento: um estudo enunciativo da designação**. Campinas, SP: Pontes, 2002, p. 11-31

_____. Enunciação e História. In: E. Guimarães (org.). **História e Sentido na Linguagem**. Campinas: Pontes, 1989, p. 71-79.

_____. O que é Texto. In: E. Guimarães. **Análise de Texto: Procedimentos, Análises e Ensino**. Campinas: Editora RG, 2011, p. 19-29

_____. "Domínio Semântico de Determinação". In: **A Palavra: Forma e Sentido**. M.C. Mollica e E. Guimarães (orgs.). Campinas, SP: Pontes, 2007a.

_____. **Texto e Argumentação**. 4. Ed.. Campinas: Pontes, 2007b.

MUNIZ, E. Publicidade e Propaganda Origens Históricas. **Caderno Universitário**, n.148:

ULBRA, 2004. Disponível em: <<http://eloamuniz.com.br/arquivos/1188171156.pdf>>. Acesso: 18 mar. 2015.

ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos**. Campinas, SP: Pontes: 1997

PLÁSTICA E BELEZA. [s. l.]: **United Magazines**, ano 17, nº 141, p. 16-

A DESIGNAÇÃO DA PALAVRA *ESCRavidÃO* NA COLEÇÃO DE LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL, SUA RELAÇÃO COM O COLONO E A MARGINALIZAÇÃO DE UM POVO

WILLIAM FERREIRA DE LIMA - UFSCar¹

Debruçar-se sobre as leis que vigoravam no Brasil no século XIX é, de alguma forma, um modo de encarar a realidade de um país que vive sob um racismo velado até os dias atuais, pois estudando os sentidos que as palavras *escravo* e *escravidão* traziam ao ser enunciadas, podemos compreender como parte da população, que tinha sua posição social definida pela cor da pele, sobrevivia naquela sociedade escravocrata.

Considerando que esta questão ainda desperta muita discussão, o objetivo da nossa pesquisa de Iniciação Científica, foi o de analisar a designação da palavra *escravidão* em suas relações enunciativas em recortes da Coleção das leis do Império do Brasil, obra que reúne uma série de Cartas de Leis, Decretos, Alvarás, Cartas Régias, Leis e Decisões tomadas pelo Brasil Império, especialmente entre os anos de 1830, 1837, 1848 e 1850. Esses documentos encontram-se digitalizado no site da Câmara dos Deputados, contribuindo para a conservação de parte da história do Brasil, e explorar suas páginas nos auxilia a conhecer melhor os caminhos percorridos pelo país para que se tornasse a nação que é nos dias de hoje.

Neste artigo, contudo, como temos um espaço mais limitado para a discussão, serão apresentados apenas dois recortes referentes à Coleção de Leis do Império do Brasil de 1830 e 1848. Desse modo, buscamos observar quais os sentidos que as palavras *escravo* e *escravidão* apresentavam nesse conjunto de leis instauradas pelo Império, em que apenas a elite tinha acesso.

Além disso, observaremos pela textualidade, os memoráveis que são recortados e que produzem sentido na cena enunciativa através da latência de futuro, pois para Guimarães (2005) o passado funciona através da “rememoração de enunciações”, e nesse processo, ao ser “rememorado”, temos a atualização dos sentidos dos enunciados.

¹ Aluno do curso de graduação em Letras da UFSCar. Realizou pesquisa de iniciação científica com bolsa PIBIC, sob a orientação da prof. Dra. Carolina de Paula Machado. O resultado desta pesquisa é apresentado neste artigo.

Os recortes selecionados para as análises, artigo 3 do Decreto 1 de 14 de dezembro de 1830 da província da Bahia e artigo 16 da Collecção das Leis do Império do Brasil de 1848. v. 01, foram escolhidos devido à presença das palavras *escravidão*, *preto*, *preta*, *forros africanos* e *colonização*. Nosso objetivo é o de compreender o que significam essas palavras no século XIX, em textos jurídicos. Na perspectiva teórica que adotamos, utilizaremos o enunciado como unidade de análise. Essa pesquisa foi desenvolvida dentro da perspectiva da Semântica do Acontecimento, que fundamenta teórica e metodologicamente o trabalho, além disso, usaremos como metodologia de análise os procedimentos de reescrituração, articulação, e Domínio Semântico de Determinação (DSD).

Análises

No artigo 3 do Decreto 1, podemos observar logo no primeiro parágrafo a palavra *preto* articulada à palavra *preta* pelo articulador *ou*, operador argumentativo que, de acordo com Guimarães (2007) estabelece uma não dependência entre os elementos que articula, coordenando-os. Temos o sentido de uma exclusão e, desse modo, *preto* e *preta* não se substituem, diferenciando-se assim o sentido de gênero. Mas, *forros africanos* reescreve por totalização pretos e pretas. Vejamos:

Art. 3.º Nenhum preto, ou preta, forros africanos, poderá sahir da cidade, villas, povoações, ou fazenda, e predio, em que for domiciliario, á titulo de negocio, ou por outro qualquer motivo, sem passaporte, que deverá obter no Juiz criminal, ou de Paz do lugar, a arbitrio das partes, os quaessómentelh“o concederão, precedendo exame da regularidade de sua conducta por meio de tres testemunhas, que a abonem (caso não seja conhecida e abonada pelo mesmo Juiz) e em taes passaportes não sómente se indicará o nome do individuo que o requereu, seus mais distinctossignaes, e o lugar para onde se encaminha (como é de costume) mas também se designará o tempo, porque devam durar os ditos passaportes, por quanto ha toda presunpção, e suspeita de que taes pretos são os incitadores, e provocadores dos tumultos, e commoções, á que se tem abalançado os que existem na escravidão.

O sintagma “forros africanos” pode ser interpretado como um aposto² “substantivo que se junta a outro substantivo para melhor o caracterizar”

² Ligado por aposição.

2 - Substantivo que se junta a outro substantivo para melhor o caracterizar. Dicionário Aurélio, 2017. Versão online. Disponível em: <<https://dicionarioaurelio.com/> aposto>. Acesso em: 08 Aug. 2017.

Dicionário Aurélio (2017). Desse modo, entendemos, assim como Guimarães, que o aposto reescreve por totalização pretos ou pretas. Se consideramos a história de sentidos da palavra *forro*, segundo o Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa (2009), *forro* significa “liberto da escravidão”, assim, na expressão temos que os libertos da escravidão são os de origem africana e esse sentido determina o sentido de pretos e pretas neste acontecimento enunciativo.

Considerando o sentido de *forro*, podemos então afirmar que preto *forro* é o preto liberto que se opõe então ao *escravo*. Desse modo, as palavras *escravo* e *preto forro africano* funcionam neste acontecimento enunciativo como antônimas, já que o escravo não é livre e o preto é liberto.

A partir dessa análise do primeiro enunciado, temos o seguinte DSD:



No domínio semântico acima, vemos a relação de antonímia da palavra *escravos* com o sintagma *pretos forros africanos*.

No décimo parágrafo a palavra *preto* é reescriturada por repetição, porém acompanhando um pronome demonstrativo “*taespretos*”, articulado para determinar por totalização, pretos/pretas/forros africanos como a causa dos problemas.

Ainda neste parágrafo, em um processo de predicação, a palavra *preta* é articulada e reescrita através de uma substituição por *incitadores*, depois *provocadores de tumultos e commoções*, *acrescentando* novos sentidos para *pretos/pretas/forros africanos*, ressignificando estas palavras.

No final do artigo, o pronome *os*, na expressão “*os que existem na escravidão*”, costuma ser usado como anafórico, caracterizando como uma reescritura por substituição. Mas de que palavra? Como uma reescrituração que anaforiza, podemos compreender que nesse caso, *os* reescreve *pretos* ou *pretas*, determinado pela oração subordinada “que existem na escravidão”.

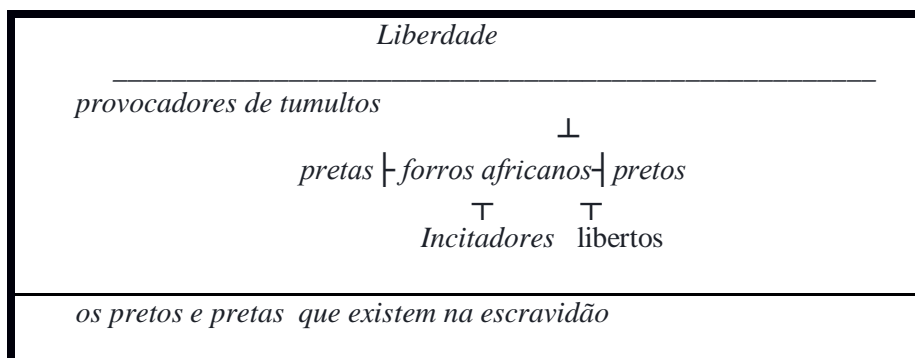
Então, tanto pretos ou pretas podem ser libertos, quanto serem escravos.

No entanto, chamamos a atenção para o enunciado inicial do artigo:

“Nenhum preto, ou preta, forros africanos, poderá sahir da cidade, villas, povoações, ou fazenda, e predio, em que for domiciliário (...)”

Vemos o pronome indefinido negativo “nenhum” articulado a “preto ou preta, forros africanos” e a predicação “poderá sahir da cidade (...). O que isso significa? Apesar de não haver a relação semântica de propriedade do senhor como vistos em outros recortes da Coleção de Leis do Império do Brasil analisados até aqui, o artigo é uma proibição de ir e vir, isto é, os forros africanos, apesar de libertos, não são livres para transitarem, a não ser que tenham autorização.

Dessa forma, temos o seguinte DSD da palavra *pretos*, pois consideramos que nesse recorte a análise dessa palavra é que possibilitou que observássemos os sentidos de escravidão:



Podemos observar neste DSD que libertos e liberdade não significam a mesma coisa. Viana (2008), em sua tese de doutorado já observara isso. Segundo o autor, mesmo que a liberdade tenha um conceito universal, nesse momento histórico ela era relativizada, pois para tê-la era preciso pertencer a uma determinada raça ou classe, esta seria a liberdade intransitiva, ou seja, “livre sem complemento”.

Já a liberdade referente aos libertos da escravidão, seria uma “liberdade com complementos”, adquirida não de forma natural, mas através de recursos, funcionando como uma “liberdade de algo”, no caso, liberdade do trabalho escravo, porém essa liberdade, não era a mesma dos cidadãos brancos, ou da elite, pois nela havia uma série de restrições, como podemos observar no artigo 3. Passemos, então, ao artigo 16 da Colleção de Leis do Brasil Império de 1848, nele podemos observar o funcionamento das palavras escravos e colonos.

Art. 16.º A cada huma das Provincias do Imperio ficão concedidas no mesmo, ou em diferentes lugares de seu territorio, seis leguas em quadra de terras devolutas, as quaes serão exclusivamente destinadas á colonisação, e não poderão ser roteadas por braços escravos.

No artigo 16, podemos ver a palavra colonização, que reescreve *colono* por totalização, funcionando por antonímia em relação a *braços escravos*, que aparece novamente reescrevendo *escravos* em um processo de substituição e metonímia.

Nesse artigo, vemos que *colonização* determina a concessão exclusiva de terras pelo Império, enquanto *braços escravos* aparece determinado pelo fato de não poder “rotear” essas terras. Assim, temos o seguinte DSD:

Concessão de terras devolutas F- colonização | colonos

braços escravos

A partir dessa análise, podemos verificar as vantagens que o colono tinha em relação aos escravos, pois ao chegarem ao Brasil, eram contemplados com terras e trabalho, ao contrário da população negra, que recebia apenas opressão por parte do Império. Assim, vemos que colono, que já foi reescrito em artigos anteriores por braços úteis, é designado como mais qualificado para o trabalho, enquanto braços escravos, que reescreve *escravos* e determina *negros*, aparece como menos qualificado no fim do sistema escravocrata, sendo marginalizado.

Considerações

Desse modo, no desenvolvimento da pesquisa, utilizando a metodologia de análise da Semântica do Acontecimento, foi possível compreender o lugar do cidadão negro na sociedade escravocrata do Brasil Império, em que as próprias leis, administradas pela elite, funcionavam como forma de opressão para essa parte da população.

Referências

Colleção das leis do Império do Brasil de 1830 e 1848. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividadelegislativa/legislacao/publicacoes/doimp rio>> Acesso: 09 de jan. 2017.

HOUAIS, A; VILLAR, M.S. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa.** Rio de Janeiro, Objetiva, 2009.

GUIMARÃES, E. Enunciação e História. **História e Sentido na Linguagem.** Campinas: Pontes, 1989, p. 71-79

_____. Historicidade do Sentido. **Os Limites do Sentido**. Campinas (SP), Pontes, 1995, p. 65-75

_____. Textualidade e Argumentação. **Os Limites do Sentido**. Campinas (SP), Pontes, 1995, p. 77-88

GUIMARÃES, E. Domínio Semântico de Determinação. In. **A Palavra: Forma e sentido**. Guimarães, E. e Mollica, M. C. (Orgs.). Campinas: Pontes, 2007, p. 77-96

_____. Enunciação e Acontecimento. In: Guimarães. **Semântica do acontecimento: um estudo enunciativo da designação**. Campinas, SP: Pontes, 2005, p. 11-31

_____. “Civilização na Linguística Brasileira no século XX”. In: **Matraga**, 16, Rio de Janeiro: UERJ/Caetés, 2004.

_____. **Texto e argumentação: um estudo de conjunções do português**. Campinas (SP), Pontes, 1987, p. 11-18

_____. Argumentatividade e argumentação. In: **Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo - v. 9 – n 2- Passo Fundo**, 2013.

SANTOS, J. V. **Liberdade na escravidão: uma abordagem semântica do conceito de liberdade em cartas de alforria**. Tese (Doutorado em Linguística) –Instituto de Estudos da Linguagem da UNICAMP, Campinas, 2008.

RELAÇÃO ENTRE AS LÍNGUAS NAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS – A CENA ENUNCIATIVA E ORIENTAÇÃO ARGUMENTATIVA PRESENTES NA DESIGNAÇÃO DO TERMO *LÍNGUA PORTUGUESA*

WINNIE TATHIANE DOURADO - UFSCar¹

Introdução

Os estudantes estrangeiros falantes de outras línguas quando vêm estudar em universidades brasileiras se deparam com diversos idiomas ocorrendo no ambiente de ensino superior, além dessa complexa relação linguística que afeta diretamente os estudantes, não podemos deixar de nos referir à maneira como a língua portuguesa se apresenta no espaço de enunciação brasileiro. O português é considerado como língua oficial e nacional e é esta a língua que se apresenta em documentos oficiais, entre outros, sendo esta, conseqüentemente, a que é necessária para os falantes no espaço de enunciação acadêmico. Além disso, a língua portuguesa no Brasil não é ela própria homogênea e também convive e conviveu com outras línguas no espaço de enunciação brasileiro.

Desse modo, um de nossos objetivos é compreender como os falantes de línguas estrangeiras que vêm estudar em universidades brasileiras, mais especificamente nas universidades públicas do país, relacionam-se com o Português brasileiro, a partir da maneira como a “língua portuguesa” é significada por e para eles.

A Orientação Argumentativa e o estudo da conjunção “MAS”

Em seu livro *Texto e argumentação: um estudo de conjunções do português* (2001), Eduardo Guimarães nos mostra o seu estudo semântico sobre as diversas conjunções da Língua Portuguesa, observando como elas constituem a orientação argumentativa, a organização do texto, e, também, a relação com os sujeitos da enunciação. Com isso, o autor não trabalha

¹ Aluna de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGL) – UFSCar. Este artigo é o resultado do estudo de Iniciação Científica que foi desenvolvido no curso de Bacharelado em Linguística na mesma instituição, com bolsa da FAPESP (processo n° 2014/15789-1) e sob a orientação da Profa. Dra. Carolina de Paula Machado.

somente com a semântica, mas traz para suas análises uma relação com a Análise do Discurso – por meio das teorias do sujeito e a maneira com que esta teoria encara a questão textual.

Nesta perspectiva teórica, Guimarães nos diz que o sujeito é sempre visto por meio das *representações do sujeito* dentro da *enunciação*, por isso ele nos apresenta também a maneira com que ele entende e trabalha a enunciação.

O autor parte de como Benveniste define a enunciação, como sendo “a apropriação da língua pelo sujeito que assim pode dizer o que tem a dizer” (GUIMARÃES, 2001, p. 12). Com isso temos a enunciação como sendo a atividade do locutor em produzir o enunciado, conceito este que também aparece em trabalhos de outros autores como Ducrot, Vogt e Anscombe entre outros. Entretanto, na maneira pela qual Benveniste define a enunciação, ele considera que o sujeito mobiliza a língua conforme a sua vontade.

Por causa desta visão do sujeito em relação à enunciação, Ducrot (1984) reformula este pensamento e afirma que a enunciação pode ser vista como “o evento histórico do aparecimento do enunciado. Ou seja, definiremos a enunciação independentemente do sujeito” (GUIMARÃES, 2001, p. 12). Com esta visão de enunciação para Ducrot, Guimarães (2001, p. 12-13) nos explica que o sujeito, nesta concepção, é representado de maneira diversa nos enunciados que fazem parte da enunciação.

Agora, pensando sobre o conceito de texto temos que encará-lo, segundo Guimarães (2001), não só como uma unidade empírica de começo, meio e fim, mas também como pertencente a um determinado discurso, a um processo discursivo. Assim, o texto é atravessado por diversas *posições de sujeito* e apresenta diversos discursos.

Com base nos conceitos apresentados, Guimarães nos diz que:

O enunciado, unidade de discurso, é enunciado por aparecer em um texto. Mas como unidade do discurso, os enunciados podem marcar diferentes posições do sujeito no texto. E os textos podem ser formados de enunciados de discursos diferentes. Assim um enunciado em um texto é um correlato de um *recorte* discursivo do texto. E deste modo o texto é a relação de um conjunto de recortes discursivos. (GUIMARÃES, 2001, p. 13)

Analisando a questão da representação do sujeito da enunciação, Guimarães nos diz que:

(...) no enunciado, há a representação de papéis diferentes do sujeito, ou seja, no próprio enunciado se representa a cisão fundamental do sujeito. Diremos, então, que os recortes enunciativos são sempre polifônicos. Ou seja, todo

enunciado contém uma dialogia interna, fundamental na constituição do sentido (GUIMARÃES, 2001, p. 19)

Pensar a questão da polifonia é pensar a linguagem como sendo um fruto de interação social, ou seja, numa relação recíproca daquele que diz como para quem diz; com isso, não há enunciados isolados, mas sempre há um *Eu* e um *Outro* (mesmo que não virtualmente) de maneira dialógica. Assim, “é pela incorporação do conceito de Polifonia construído por Bakhtine que a semântica da enunciação considera as diversas representações do sujeito da enunciação no enunciado” (GUIMARÃES, 2001, p. 21).

Com a noção de polifonia presente, se ultrapassa os limites da dupla falante/ouvinte de aspectos fisiológicos, mas nos faz refletir sobre as questões de locutor/alocutário e enunciador/destinatário que remetem como a enunciação observa linguisticamente essas figuras. O *locutor* é aquele que se apresenta como sendo o *eu*, que de maneira interna ao discurso, é o responsável pelo conteúdo da enunciação. O *alocutário* é o *tu* neste discurso, sendo correlato ao locutor (por isso, sempre temos a relação locutor/alocutário) na enunciação.

O *locutor* pode ser representado por dois papéis na enunciação: o locutor L e o locutor Lp. O locutor L é simplesmente a fonte do dizer; já o locutor Lp é o sujeito enquanto pessoa no mundo, ou seja, aquele que marca as diversas posições de sujeito constituídas de maneira sócio histórica. Em relação ao locutor(L), temos o alocutário (AL), e em relação ao locutor enquanto pessoa no mundo (Lp) temos o alocutário enquanto pessoa no mundo (ALp).

Na relação entre enunciador e destinatário, “o *enunciador* é a posição do sujeito que estabelece a perspectiva da enunciação” e “o *destinatário* é o correlato constituído segundo a perspectiva do enunciador” (GUIMARÃES, 2001, p. 22).

A partir destes conceitos, é possível caracterizar a enunciação como sendo polifônica por meio de dois aspectos. O primeiro deles é que se o recorte apresentar mais de um locutor no enunciado – como em casos de discurso direto e indireto, por exemplo –, tem-se então a polifonia. O segundo deles é que se enunciação apresentar mais de uma perspectiva enunciativa, ou seja, mais de um enunciador que se encontra presente no enunciado – tendo um desses enunciadores uma posição divergente da do locutor, por exemplo-, há também a polifonia. Este segundo aspecto, Guimarães apresenta que “(...) o fato polifônico corresponde à coexistência das falas de sujeitos diferentes em um num mesmo espaço” (GUIMARÃES, 2001, p. 23), por exemplo, na própria enunciação que pode ser observada por meio da organização textual.

Como já abordadas as questões polifônicas, Guimarães nos mostra como se dão as questões da *argumentação*; para isso, ele começa nos dizendo que:

(...) a argumentação é vista como a busca da persuasão de um auditório (alocutário) pelo locutor. Nesta perspectiva é que se pode dizer que a relação locutor/alocutário é constitutiva da enunciação, no sentido de que esta se faz na procura de procedimentos próprios para persuadir o alocutário. Ou seja, a representação do alocutário constitui o próprio modo de argumentar. (GUIMARÃES, 2001, p. 24)

Considerando a argumentação como sendo uma questão linguística e tendo em vista a linguagem com sendo instrumento de interação social, podemos encarar que os enunciados nos levam a determinadas orientações argumentativas por meio de certas regularidades linguísticas, como por exemplo, com o uso das conjunções.

Assim:

Orientar argumentativamente com um enunciado X é apresentar seu conteúdo A como devendo conduzir o interlocutor a concluir C (também um conteúdo). Ou seja, argumentar A como uma razão para se crer em C (...). Neste sentido, orientar argumentativamente é apresentar A o que considera como devendo fazer o interlocutor concluir C. O que leva à conclusão é o próprio A. (GUIMARÃES, 2001, p. 25)

Para descrever de maneira semântica o recorte enunciativo da enunciação, Guimarães utiliza os conceitos de *classe* e *escala* que são explorados por Ducrot (1973), mas em correlação com o que foi descrito anteriormente sobre a orientação argumentativa. Com isso, uma classe argumentativa se constitui de enunciados cujos conteúdos argumentam para uma determinada conclusão. E a escala argumentativa mostra a relação de força maior ou menor do conteúdo dos enunciados presentes na classe argumentativa, sendo esta escala de argumentos dos enunciados perceptíveis em alguns casos no *corpus* desta pesquisa e mencionados nas análises.

Como falamos das regularidades linguísticas, é por meio das regularidades que se pode explicar a significação do enunciado, e assim, o sentido do recorte enunciativo. Em contrapartida, é por causa das regularidades que um texto não pode se opor a sua orientação argumentativa.

Depois de todos estes conceitos nos quais Guimarães se apoia para o seu estudo das conjunções, ele nos diz que seu objetivo "(...) inclui como a materialidade linguística as regularidades enunciativas constituídas historicamente", e a explicação teórica é dada "por impedimentos que as

regularidades constituem, e não por obrigações resultantes de uma estrutura ou de regras” (GUIMARÃES, 2001, p.25).

A conjunção “mas”

Abordando especificamente a conjunção *mas*, Guimarães nos mostra que Anscombe, Ducrot, Vogt e outros teóricos já abordaram estudos argumentativos sobre esta conjunção, e a partir destes estudos é necessário sempre abordar a diferença entre os dois tipos de *mas*, sendo eles o ‘*masSN*’ e outro o ‘*MasPA*’.

O *masSN*:

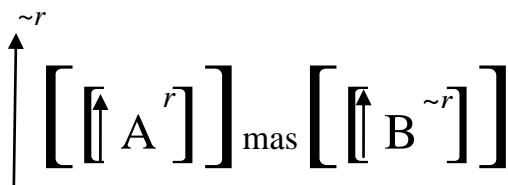
(...)é um *mas* que tem função opositiva, mas não argumentativa. (...) Aqui interessa indicar que o *masSN* aparece sempre depois de um enunciado negativo, com uma função de correção de algo suposta ou realmente dito antes. (GUIMARÃES, 2001, p. 61)

Este *mas* (*masSN*) possui algumas características: sempre nega o conteúdo anterior a sua presença na frase, mas somente da primeira parte da sentença e não ela por completo; Esta conjunção não permite a divisão dos *locutores* no mesmo enunciado; a sentença é dividida em dois grupos prosódicos no enunciado, e o primeiro sempre se dá antes da conjunção, não havendo possibilidade de inversão entre os grupos.

O *MasPA* também possui algumas características: não é possível a inversão entre os grupos; a negação só recai sobre a primeira parte da oração; é possível a divisão dos *locutores* em um mesmo enunciado; esta forma da conjunção oferece uma orientação argumentativa.

Tratando somente do *MasPA* (que agora chamaremos somente de *mas*), a articulação dos enunciados é dada de forma – X (A), *mas* Y (B) – sendo que A, se trata do tema e B se trata do comentário, e este comentário nega o tema. Cada uma destas enunciações (A e B) argumentam para conclusões (*r* e $\sim r$) diferentes, ou seja, sendo que neste tipo de relação, o B é o argumento predominante ($\sim r$) da enunciação.

Vejamos o esquema que demonstra esta relação (GUIMARÃES, 2001, p. 111):



Durante as análises optamos por mostrar a orientação argumentativa com uma seta no sentido horizontal para facilitar o entendimento.

Para encerrar esta questão da conjunção *mas*, Guimarães nos explica que “o Locutor estabelece com o seu alocutário, um começo (tema) e se opõe a ele em seguida. Portanto se opõe há um lugar em que se colocara com seu alocutário. Por outro lado, quando às posições de enunciadores, a perspectiva de E1 nega a perspectiva de E0” (GUIMARÃES, 2001, p. 120).

É justamente porque há esta oposição de enunciadores, que é possível dizer que nas enunciações o sujeito é dividido, e o locutor pode enunciar como enunciadores diferentes (individual, universal e genérico) fazendo assim com que o *locutor enuncie de modos de dizer diferentes* compartilhando ou não do que está sendo dito na enunciação, produzindo-se diversos sentidos para a língua portuguesa.

A Cena Enunciativa e a concepção do Memorável

Para Guimarães, a enunciação, enquanto um acontecimento de linguagem, é dada pelo funcionamento da língua, entretanto, este funcionamento ao qual o autor se refere, diferentemente de Benveniste, não se remete à centralidade do sujeito.

Para tratar deste acontecimento de linguagem, Guimarães nos apresenta alguns elementos muito importantes: o sujeito que é constituído pela língua por meio da qual este pode enunciar; a temporalidade e o real. Quando o autor se refere ao real, ele nos diz que:

Trata-se de uma materialidade histórica do real. Ou seja, não se enuncia enquanto ser físico, nem meramente no mundo físico. Enuncia-se enquanto ser afetado pelo simbólico e num mundo vivido através do simbólico. (GUIMARÃES, 2002, p. 11)

Quando o autor trata de *acontecimento*, para ele, este acontecimento é uma “diferença na sua própria ordem” (Guimarães, 2002, p. 11). E este acontecimento não está em um presente que possui um passado e um futuro; o acontecimento cria a sua própria temporalidade e isto é o seu diferencial.

Assim como Guimarães se afasta do pensamento de Benveniste não encarando o sujeito como o centro do dizer, para ele também não é o sujeito que ao dizer *eu* no presente, instaura um passado e um futuro. Para Guimarães, “o sujeito é tomado na temporalidade do acontecimento”. (GUIMARÃES, 2002, p. 12)

Esta temporalidade à qual Guimarães se refere apresenta um presente e uma latência para o futuro, ou seja, uma significação. Entretanto, esta

latência para o futuro somente se dá por causa de um passado que faz o significado, o que o Guimarães chama de *memorável*,

Vejamos como Guimarães articula todos estes preceitos anteriormente citados:

A temporalidade do acontecimento constitui o seu presente e um depois que abre o lugar dos sentidos e um passado (...). O passado é, no acontecimento, rememoração de enunciações, ou seja, se dá como parte de uma nova temporalização, tal como a latência de futuro. É nesta medida que o acontecimento é diferença na sua própria ordem: o acontecimento é sempre uma nova temporalização, um novo espaço de convivibilidade de tempos, sem a qual não há sentido, não há acontecimento de linguagem, não há enunciação. (GUIMARÃES, 2002, p. 12)

Em razão da temporalidade, o sujeito Locutor está dividido no acontecimento, para tratar deste sujeito, Guimarães se aproxima da Análise do Discurso – em que “ser sujeito de seu dizer”, diferentemente do poder de centralidade que Benveniste se refere, “é falar de uma posição de sujeito”. (GUIMARÃES, 2002, p. 14)

Com relação ao acontecimento, Guimarães nos apresenta a sua noção de político que para ele é a divisão que afeta a linguagem de maneira material. Para o autor, o político, ou a política são caracterizados pela “contradição de uma normatividade que estabelece (desigualmente) uma divisão do real e a afirmação de pertencimento dos que não estão incluídos” (GUIMARÃES, 2002, p. 16). Com isto ele nos mostra que o político representa o conflito materializado na língua que demonstram ou não, o pertencimento e a desigualdade do dizer e, conseqüentemente, daquele que diz.

Justamente por se dar no espaço de enunciação é que o acontecimento de linguagem, anteriormente citado, é um “acontecimento político. Ou seja, a construção da temporalidade do acontecimento, se faz pelo funcionamento da língua enquanto numa relação com línguas e falantes”. (GUIMARÃES, 2002, p. 17-18)

Como Guimarães se refere à relação entre as línguas e seus falantes no espaço de enunciação, conceito do qual utilizamos para pensar a relação entre os falantes na universidade, que é uma relação política, retomaremos então o conceito de espaço de enunciação apresentado pelo autor:

Os espaços de enunciação são espaços de funcionamento de línguas, que se dividem, redividem, se misturam, desfazem, transformam por uma disputa incessante. São espaços “habitados” por falantes, ou seja, por sujeitos divididos por seus direitos ao dizer e aos modos de dizer. São espaços constituídos pela equívocidade própria do acontecimento: da deontologia que

organiza e distribui papéis, e do conflito, indissociado desta deontologia, que redivide o sensível, os papéis sociais. O espaço de enunciação é um espaço político, no sentido que considere há pouco o político. (GUIMARÃES, 2002, pp.18-19)

Ao tratar de deontologia e de papéis sociais, assim como falamos sempre de uma posição de sujeito, para Guimarães, o locutor só pode dizer certas coisas e falar de determinadas posições sociais, o que demonstra a criação das identidades e da hierarquia que são constituídas na e pela língua.

Agora que já expomos a noção de político para Guimarães, é necessário entender como se dá a ‘assunção da palavra’ por meio das *cenas enunciativas*, procedimento teórico-metodológico com que trabalhamos. As cenas se caracterizam por “construir modos específicos de acesso à palavra dada as relações entre as figuras da enunciação e as formas linguísticas”. (GUIMARÃES, 2002, p. 23)

Este conceito de *cena enunciativa* já foi trabalhado pelo autor em seu livro *Texto e Argumentação*, demonstrando que as cenas são as “especificações locais nos espaços de enunciação”, ou seja, “a cena enunciativa é assim um espaço particularizado por uma deontologia específica de distribuição dos lugares da enunciação no acontecimento”. (GUIMARÃES, 2002, p. 23)

Na cena enunciativa podemos perceber os lugares de dizer dos quais o sujeito Locutor se reporta e não o sujeito como dono do dizer. Estes diferentes lugares de dizer que nos mostram a temporalização do acontecimento.

Quando se assume a palavra, segundo Guimarães, ou seja, colocar-se no lugar daquele que enuncia, é colocar-se, então no lugar de Locutor (L), sendo o L a própria fonte do dizer. Entretanto, para que este Locutor possa enunciar, é necessário que ele não seja ele mesmo, mas que assuma “um lugar social de locutor”, já que “em outras palavras, o Locutor só pode falar enquanto predicado por um lugar social” (GUIMARÃES, 2002, p. 24). Este *lugar social* que Guimarães se refere é dado o nome de *locutor-x* em que a variável é a predicação dada pelo lugar social do qual o enunciado é proveniente/representa.

Segundo Guimarães, há três lugares de dizer que podem compor o enunciado do Locutor, são eles o *enunciador-individual*, o *enunciador-genérico* e o *enunciador-universal*.

No enunciador-individual, o Locutor, de acordo com o autor, desconhece que está falando de um determinado lugar social, tomando para si este dizer, e ao fazer isso, “representa o seu lugar como *independente* da história” (GUIMARÃES, 2002, p. 25). No enunciador-genérico

representam os ditos populares, que o Locutor os encara como sendo dono destes dizeres. Por último o enunciador-universal apresenta os enunciados do Locutor sem aspectos modalizadores, sobre aquilo que se reporta sobre verdades (fatos, aspectos concretos) do mundo.

Para completar Guimarães nos diz:

Consideramos, então, que a cena enunciativa coloca em jogo, de um lado, lugares sociais do locutor, papéis enunciativos (...). O Locutor não se apresenta senão enquanto predicado por um lugar social distribuído por uma deontologia do dizer. De que lugares sócias é possível dizer o que se diz e deste modo? (GUIMARÃES, 2002, p. 26)

De outra maneira, Guimarães nos mostra que a cena enunciativa coloca em jogo os ‘*modos de dizer*’ em que se inscrevem os *enunciadores*. Mesmo que os enunciadores se digam ser representados fora da história, seus lugares de dizer são justamente históricos.

Corpus

O *corpus* que analisamos consiste em 10 entrevistas coletadas de alunos estrangeiros, participantes das aulas de Português para Estrangeiros oferecidas pela UFSCar, sendo este o *corpus* analisado durante todo o decorrer da Iniciação Científica mencionada anteriormente. Para melhor organização deste artigo, a entrevista se encontra juntamente com a análise e trazemos o recorte de uma delas para melhor observarmos a cena enunciativa e a orientação argumentativa da conjunção *mas*.

Análise

Entrevista 1

1 Nome

Entrevistado 1

2 País de origem

Colômbia.

3 Curso

Oculto²

4 Qual era a sua ideia da língua do Brasil, antes de sua vinda para o país?

Que o português era bem parecido ao espanhol.

²O nome e o curso dos entrevistados não serão divulgados. Estes foram apenas coletados para fins de organização, e não avaliativos.

5 Você tem dificuldade de entender a língua do Brasil além da sala de aula? Se sim, em que parte especificamente?

Agora não pelo tempo que estou morando aqui e pelos cursos de português oferecidos pela UFSCAR.

6 Você fez algum curso de idioma (ou aulas particulares) para vir estudar no Brasil? Se sim, o que falaram sobre esta língua para você?

Não.

7 O que você pensa sobre esta língua agora, depois de sua chegada ao Brasil?

Que ela é diferente ao espanhol e que a gramática é um pouco difícil.

8 Como você se sente em relação a seu conhecimento da(s) língua(s) falada(s) no Brasil e a sua relação com os falantes nativos? Qual o seu grau de dificuldade?

E me sento³ bem, mas aquelas pessoas do nordeste ainda da trabalho entender rápido o que falam.

9 Através de que língua você se comunica / se comunicou no Brasil nos diferentes espaços universitários como, por exemplo, salas de aula, restaurante universitário biblioteca entre outros? Há alguma diferença de comunicação que lhe causou dificuldade de entendimento?

Eu falo espanhol e português, pois tenho muitos colegas que falam espanhol então depende da pessoa para mudar assim o idioma.

As gírias ainda dão trabalho para eu entender.

10 Houve alguma situação em relação ao que você aprendeu sobre a língua na sala de aula e que na prática causou um desentendimento? Comente.

Não.

Antes de sua vinda ao Brasil, observamos que o falante era constituído da seguinte maneira: ele enuncia do lugar social de estudante universitário da Colômbia, falante de espanhol, língua oficial de seu país de origem.

L –*locutor-estudante universitário*– **E0**: O português é* bem parecido com o espanhol

Este enunciado, dado no lugar social do sujeito falante, argumenta para a conclusão de “não dificuldade de entendimento da língua do Brasil”, pelo memorável da similaridade do português que este falante nos apresenta em relação a sua própria língua – o espanhol.

³ As digitações das respostas foram feitas de maneira estreita, isto é, mantendo os usos lexicais e as escolhas gramaticais iguais ao original.

Depois de sua vinda ao Brasil, percebemos que os sentidos mudam, pois, o espaço de enunciação deste falante muda. Mesmo que ele continue sendo um aluno universitário, agora ele é falante de espanhol, neste caso uma língua estrangeira em um país que tem outra língua oficial, o português, que não é o mesmo português de Portugal, com grande diversidade linguística, tanto de línguas estrangeiras, como das próprias divisões que o português possui. Entretanto, por ser a Universidade um espaço institucionalizado, a norma culta da língua é aquela que é privilegiada no ensino.

Neste espaço de enunciação, a relação que este falante possui para com a língua do Brasil é de contradição, ele se divide. Vejamos a análise da cena enunciativa e da orientação argumentativa da resposta da questão 8 (a seta significa “orienta para”):

L – *locutor-estudante universitário estrangeiro*

E0: Relação com o falante nativo → Sente-se bem.

E1: Aquelas pessoas do nordeste ainda dá trabalho entender rápido o que falam →

Não se sente bem.

Com estas duas enunciações produzidas pelo locutor, podemos perceber que elas argumentam para duas conclusões. A primeira conclusão (*conclusão a*), segundo a resposta de número 8 é que este sujeito falante se sente bem em relação à língua do Brasil, não tendo dificuldade de entendê-la ao conversar com os falantes nativos; contudo, nesta mesma resposta, o falante, pelo uso da preposição adversativa *mas*, apresenta um argumento que demonstra o seu desentendimento em relação ao que compreendem da língua do Brasil, e esta incompreensão da língua se mostra reforçado por argumentos expostos nas respostas de números 7 e 10. Vejamos:

L: *locutor-estudante universitário estrangeiro*

E1: A língua do Brasil é diferente do espanhol

A gramática é um pouco difícil → Não se sente bem.

Dá trabalho entender as gírias → Não se sente bem.

Se focarmos apenas na resposta 8, podemos perceber que há a fala do *enunciador-genérico* ao separar e distinguir o entendimento de um falar de uma certa região do Brasil (o falar das pessoas do Nordeste) com os demais falares. Esta distinção, proveniente do discurso do enunciador-genérico, é tomada pelo sujeito falante como *enunciador-individual*. Vejamos:

E₀: *enunciador-individual*: Eu me sinto bem (em relação à língua do Brasil)

E₁: *enunciador genérico*: aquelas pessoas do nordeste ainda dá trabalho entender rápido o que falam

Quando o falante faz o uso do pronome demonstrativo *aquelas* juntamente com o substantivo *pessoas*, tem-se um afastamento daquele que diz a respeito de quem se diz, e o uso deste sintagma *aquelas pessoas-x* nos ajuda a perceber esta relação.

Observamos que o que permite a passagem do argumento “Aquelas pessoas do nordeste ainda dá trabalho entender rápido o que falam” para a conclusão “não me sinto bem”, é um memorável pejorativo em que aquilo que pode ser encontrado do lugar da variável *x* é objeto de distinção e inferioridade em comparação a quem fala. Neste caso, temos o uso de *aquelas pessoas do nordeste*, e *ainda dá trabalho de entender rápido o que falam*, este falante já percebe uma diferença interna da Língua do Brasil que, segundo um *locutor-estudante estrangeiro universitário*, esta divisão é vista como sendo difícil de entender se comparada ao falar do Sudeste

Pelo uso do *mas* feito por este sujeito falante, o segundo enunciado, que é o do *enunciador-genérico* é assumido pelo locutor, tornando-se então a fala do *enunciador-individual* e a sua argumentação de não entendimento da língua do Brasil é o argumento mais forte, prevalecendo a conclusão “não me sinto bem”.

Considerações

Neste artigo trouxemos um recorte das 10 entrevistas presentes na Iniciação, mas na maioria das entrevistas, pudemos perceber o imaginário da língua do Brasil como sendo parecida com o espanhol, contudo quando os falantes apresentam este tipo de enunciado, estes são frutos do enunciador genérico, ou seja, de que remete ao memorável de proximidade entre as línguas latinas.

Este imaginário de semelhança entre as línguas latinas, mesmo com os traços de similitude entre estas línguas não é suficiente para explicar os diversos traços linguísticos apontados pelos falantes entrevistados quando falam de suas próprias relações com a língua do Brasil. É neste momento que podemos perceber o embate (o político) entre o imaginário dos enunciados produzidos pelos enunciadores-genéricos e a língua como é dada no espaço enunciativo das universidades brasileiras, descrita pelos falantes por meio dos enunciados atribuídos ao enunciador-individual.

Por fim o fenômeno mais observado pelos alunos estrangeiros entrevistados é o conflito da língua una e suas divisões (especificidades) –o modo como a língua do Brasil antes de sua vinda ao país “aparentava” ser uma e/ou una, ou parecida com as outras línguas latinas, mas depois da vinda ao Brasil, o mesmo entrevistado determinava o sentido de língua do Brasil por diversos outros traços intra e extralinguísticos.

É a hierarquização de um certo estado de língua, que é aprendido por alguns entrevistados antes da vinda ao Brasil que faz com que a unicidade seja considerada por estes falantes como o uso correto do português assim como se espera que este seja predominante dentro da sala de aula – sendo este imaginário de língua descrito não só por alunos estrangeiros, mas também por brasileiros que tomam para si este dizer, fazendo com que tudo o que difere deste padrão de língua seja considerado errado, associando somente a língua nacional com o uso formal e não levando em consideração as demais divisões da língua.

O que esses dados nos apresentam é o fato de que mesmo estas divisões, já estudadas, estabelecidas no imaginário, como por exemplo, em relação ao uso formal dentro da sala de aula e a fala mais coloquial, com gírias fora da sala de aula, as diferenças regionais, como por exemplo, o falar paulista e os demais falares do Brasil que geram o entendimento e o desentendimento; estas divisões nos mostram apenas o imaginário de uma língua e a sua fluidez.

Referências

GUIMARÃES, E. Texto e Argumentação: um estudo de conjunções do português. Campinas, SP: Pontes2ª edição, 2001.

_____. **Semântica Do Acontecimento: um estudo enunciativo da designação.** Campinas, SP: Pontes, 2002, pp.5-31.

UM ATLAS (RE)DESENHADO PELO ACONTECIMENTO DE NOMEAÇÃO - MATO GROSSO E SEUS MUNICÍPIOS

TAISIR MAHMUDO KARIM - UNEMAT¹
GISELI VERONÉZ DA SILVA - UNEMAT²
JOCINEIDE MACEDO KARIM - UNEMAT³

Primeiros contornos

Este trabalho⁴ tem por objetivo analisar, do lugar dos estudos enunciativos, o movimento semântico dos nomes de municípios/cidades⁵ - considerando a nomeação como um acontecimento de linguagem, que constrói sentidos da geografia físico-política, que descreve o estrato sócio histórico do Estado de Mato Grosso e do sujeito mato-grossense. Para tanto, tomamos conceitos da Semântica do Acontecimento (GUIMARÃES, 2002), e seus procedimentos teórico-metodológicos de análise. Esse lugar, o dos estudos enunciativos, nos leva a observar de modo particular os sentidos construídos a partir dos acontecimentos de nomeação dos municípios do Estado; um percurso semântico que se funda no início do século XVIII, e que vai construindo contornos semânticos para uma região ainda não conhecida, portanto, não significada na sua

¹ Professor Doutor em Linguística, coordenador do Programa de Pós Graduação em Linguística – PPGL/UNEMAT, dos Projetos de Pesquisa – Estudos da Significação: Nomes Próprios FAPEMAT/UNEMAT e Atlas dos Nomes que Dizem Histórias das Cidades Brasileiras - Um Estudo Semântico-Enunciativo CNPq/UNEMAT.

² Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Linguística PPGL/UNEMAT, membro dos Projetos de Pesquisa - Estudos da Significação: Nomes Próprios FAPEMAT/UNEMAT e Atlas dos Nomes que Dizem Histórias das Cidades Brasileiras - Um Estudo Semântico-Enunciativo CNPq/UNEMAT.

³ Professora Doutora do PPGL/UNEMAT. Coordenadora do Projeto de Pesquisa Avaliação Linguística em Comunidades Quilombolas da região Centro Oeste do Brasil.

⁴ Este texto é parte de um estudo desenvolvido dentro do projeto de pesquisa: Atlas dos Nomes que Dizem Histórias das Cidades Brasileiras - Um Estudo Semântico-Enunciativo: Nomes Próprios (CNPq), em que se propõe analisar os nomes dos 141 municípios/cidades do Mato Grosso. O estudo apresenta um atlas semântico-enunciativo constituído a partir dos nomes desses municípios/cidades.

⁵ Neste estudo, nos interessa os nomes dos municípios que formam o Mato Grosso a partir de sua divisão em 1978. Essa tomada de posição exclui aqueles municípios que passaram a constituir o Mato Grosso do Sul pós-divisão.

“totalidade”⁶, aqueles acontecimentos projetavam em si sua futuridade enquanto latência de um futuro possível de enunciações que viriam enunciar e significar uma nova unidade político-administrativa do e no território brasileiro.

Nossas análises levam em consideração o funcionamento semântico enunciativo dos nomes de municípios/cidades, que a partir da primeira metade do século XVIII começa a construir sentidos que passam a significar a geografia físico-política, que dá existência sócio histórica à região e, conseqüentemente, aquilo que viria designar o Estado de Mato Grosso. Nesse sentido, a análise enunciativa do funcionamento dos nomes dos municípios/cidades nos permitiu mirar de modo direto o movimento constitutivo do atlas mato-grossense enredado pela relação de integração⁷ constituída pelos acontecimentos de nomeações dos municípios, um movimento assimétrico e contínuo que desenha e redesenha a geografia movente que passa a construir e significar o imaginário identitário do território do Estado de Mato Grosso.

O lugar teórico da Semântica do Acontecimento nos permite tomar um mapa como texto, ou seja, nos leva a lê-lo enquanto acontecimento enunciativo, lugar que temporaliza, no presente do acontecimento, um memorável que recorta sentidos de narrativas históricas que o constitui, e isto, para nós, é significativo, pois permite semantizar este espaço pela textualidade própria de sua existência, sua significação se dá então, enquanto movimento sócio histórico constituída na/pela linguagem, posição esta que nos afasta das limitações postas pelos estudos referencialistas, assim, um mapa, não se reduz a um mero decalque de uma geografia física no mundo. Esta posição, a de considerar o mapa enquanto texto, já é examinada por Guimarães (2002) em “Nomes de rua e o mapa como texto”, a partir de Deleuze e Guattari. Segundo o autor:

Tomar um mapa como texto é considera-lo como linguagem, sentido. Para fazermos esta caracterização somos movidos por uma afirmação de Deluze e

⁶ A ideia de totalidade aqui é constituída pelo imaginário de uma possível relação de captura do referido (enquanto espaço físico). Reafirmamos apenas uma ilusão da captura do mundo pelo simbólico, constituindo assim sua representação imaginária.

⁷ Trazemos aqui a ideia conceitual de integração textual conforme Guimarães em “O que é Texto” (2011).

Guattari em Mille Plateaux: “A linguagem é um mapa e não um decalque” (1980, p.14). (GUIMARÃES, 2002, p. 59)

Nesse sentido, o mapa é um texto que se apresenta enquanto unidade de linguagem, mas unidade constituída na e pela sua própria dispersão linguística, nele há sempre sentidos em movimentos.

Os nomes que analisamos neste estudo são dos municípios/cidades fundados a partir do acontecimento da descoberta das Minas do Cuiabá em 1719, e, que vai até o ano de 1888, com o acontecimento que declara a Proclamação da República do Brasil, um total 07 municípios/cidades, esse período historiográfico nós chamaremos de 1º Momento.

1. Desenhando uma Capitania

Começamos nosso estudo observando as propostas de mapas/textos⁸ da América do Sul, nelas nos interessa considerar a relação integrativa destes mapas/textos. Observa-se que o funcionamento desses enunciados (mapas/textos) constroem sentidos que passam a significar; em primeiro lugar, a divisão territorial entre as coroas luso/castelhana, e em segundo, a exploração da região central da América do Sul pela Coroa Portuguesa, que era uma região pertencente à Coroa Castelhana, esses sentidos são fundantes do litígio instaurado entre as coroas luso/castelhana na América. É possível observar ainda, nos mapas/textos, os enunciados que designam os primeiros contornos da geografia físico-política da Capitania das Minas do Cuyabá/Mato Grosso.

O primeiro mapa/texto (figura 1) traz o acontecimento que enuncia e designa a divisão das terras descobertas e as que seriam descobertas pelos portugueses e espanhóis no continente sul americano. Esses são sentidos que se fundam com o acontecimento que enuncia o Tratado de Tordesilhas de 1494. Com a chegada dos portugueses e espanhóis na América, os limites da geografia físico-política da América do Sul passam a serem definidos pelo imaginário fronteiroço construído pela enunciação do Tratado de Tordesilhas, conforme podemos observar no mapa/texto que se segue:

⁸ Mapas desenvolvidos pela geógrafa Miriam Raquel da Silva Miranda, pesquisadora do Laboratório de Geotecnologias – Labgeo/UNEMAT.

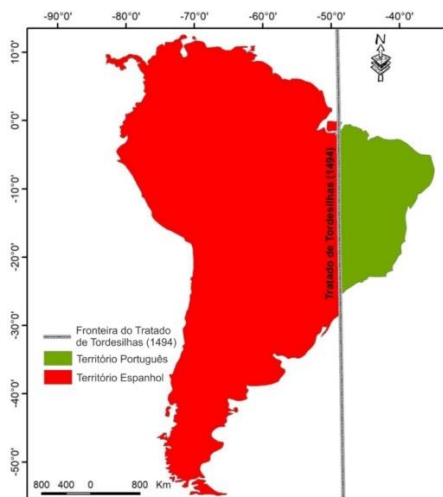


Figura 1: Limites do Tratado de Tordesilhas em 1494

Fonte: Labgeo/UNEMAT.

Os bandeirantes, a serviço da Coroa Portuguesa, desde o século XVII, já avançavam e exploravam a região central da América do Sul para além da demarcação de fronteira definida pelo Tratado de Tordesilhas de 1494. Uma região que rendia grandes dividendos à Coroa Lusitana, em especial com a exploração extrativista e a preação de índios/nativos. Vejamos o mapa/texto a seguir (figura 2), as principais rotas de exploração usadas pelos bandeirantes portugueses.

O processo de ocupação do território que hoje nomeia o Estado de Mato Grosso tem início na primeira metade do século XVIII com a descoberta do ouro pelos bandeirantes. Um enorme veio aurífero na região. Essa descoberta provocou um grande movimento migratório para a região. Assim, diversas bandeiras, financiadas pela Coroa Portuguesa, migram para a região.

O ano é de 1719, os bandeirantes a serviço da Coroa Portuguesa fundam o primeiro núcleo urbano na região, o núcleo nomeado por *Arraial do Cuyabá*. A região era subordinada, política e administrativamente, à Capitania de São Paulo. Em 1727, o Arraial é elevado à categoria de Vila, esse acontecimento renomeia o lugar, o arraial passa a se chamar *Vila Real do Bom Jesus de Cuyabá*. Um dado importante que não podemos esquecer aqui, é o de que a região

ocupada pertencia à Coroa Espanhola, conforme já visto no mapa/texto (figura 1).

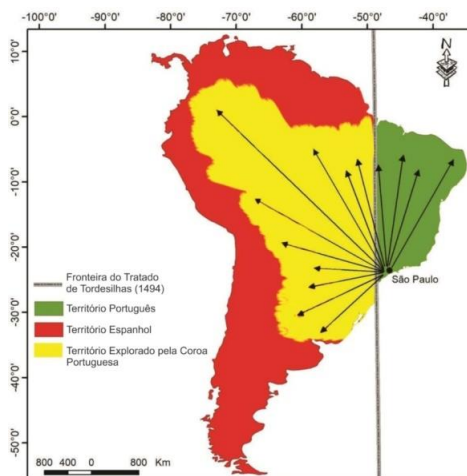


Figura 2: Expansão das bandeiras e exploração do território castelhano pelos portugueses.
Fonte: Labgeo/UNEMAT.

Com um novo acontecimento de linguagem, o acontecimento que enuncia o Tratado de Madri, de 1750 (figura 3), a ocupação realizada pelos bandeirantes, na região do atual Mato Grosso, é reconhecida pelas coroas luso/castelhana. Vejam que é esse acontecimento de linguagem, próprio do político de linguagem, que passa a construir sentidos para uma nova fronteira que ressignifica e redesenha a geografia físico-política da região ocupada na América do Sul, em especial na região central, a região ocupada pelos portugueses. O acontecimento que enuncia o Tratado de Madrid abre em si sua latência de futuridade, uma latência que projeta a possibilidade de novas enunciações, essas acabam por construir os sentidos que passam a enunciar a redivisão do território sul americano entre as Coroas de Portugal e da Espanha, é uma nova ordem política se instaurando na região, uma ordem fronteiriça determinada pelo/no funcionamento de linguagem.

No ano de 1752, outro importante acontecimento de linguagem, o acontecimento que funda e nomeia, à margem do rio Guaporé, *Vila Bela da Santíssima Trindade*, primeira capital do Mato Grosso (SIQUEIRA, 2002).

Logo depois, o acontecimento que enuncia o Tratado de Ildefonso (1777), redefine mais uma vez a fronteira territorial entre portugueses e espanhóis, o Tratado passa a significar um novo contorno geopolítico da região sul (figura 4)⁹. Vejamos nos mapas/textos, a seguir, a geografia físico-política redesenhadas pelos Tratados de Madri e de Ildefonso:

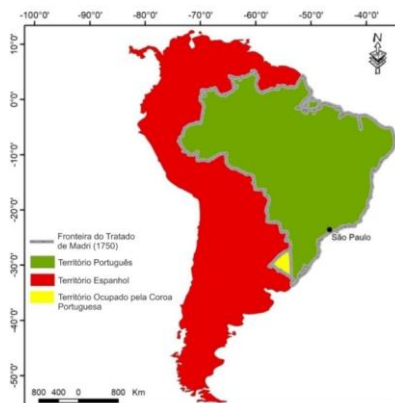


Figura 3: Mapa com o Tratado de Madri que estabelece a nova fronteira entre as Coroas Espanhola e Portuguesa.

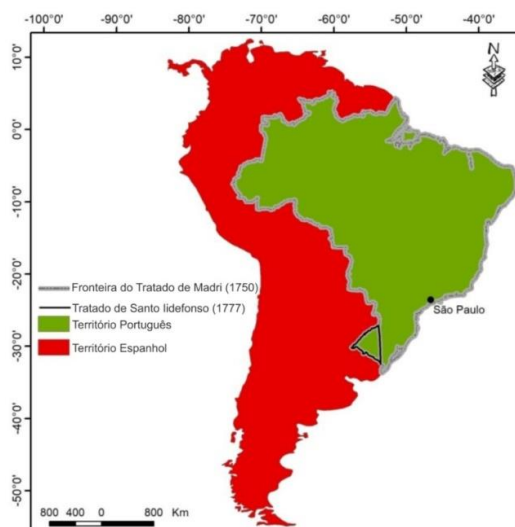


Figura 4: A redefinição do Território Português a partir do Tratado de Santo Ildefonso 1777. Fonte: Labgeo/UNEMAT.

⁹ Conforme Chaves (2011).

A seguir o mapa/texto (figura 5) do Brasil Colônia da primeira metade do século XVIII com os limites da Capitania de São Paulo já ocupando a região litigiosa entre as coroas luso/castelhana, a enunciação que renomeia o Arraial do Cuiabá por Villa Real do Senhor do Bom Jesus de Cuyabá de 1727, enunciada pelo locutor governador da Capitania de São Paulo, esse acontecimento de linguagem constrói sentidos que passam a significar a região como parte do território de Portugal.

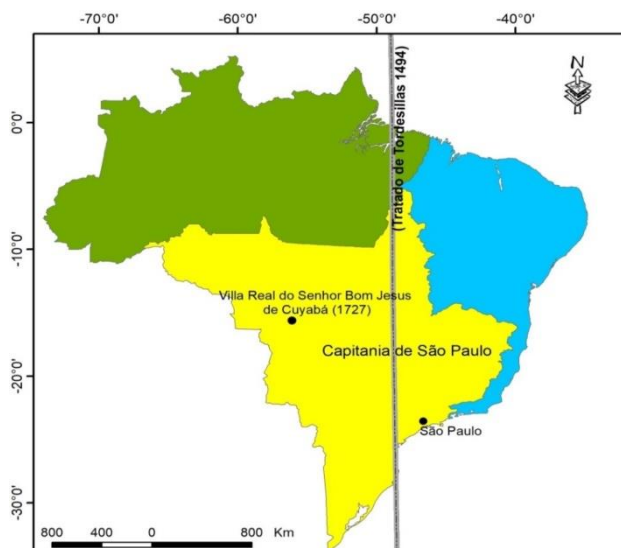


Figura 5: Mapas do Brasil primeira metade do Sec. XVIII.
Fonte: Labgeo/UNEMAT

Destacamos também os mapas/textos (figura 6) dos anos de 1709 e 1767, vejam que neles há ainda um esforço, no sentido de referir à representação da geografia física (o desenho como representação do mundo físico), para traduzir o contorno de fronteira significado pelos sentidos construídos a partir do acontecimento que enunciou o Tratado de Tordesilhas de 1494.

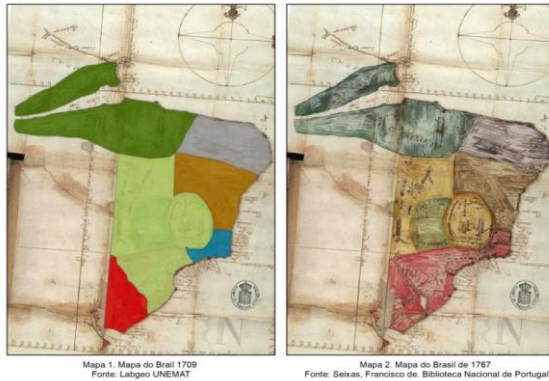


Figura 6: Mapa do Brasil no século XVIII.
Fonte Labgeo/UNEMAT.

A partir dos enunciados acima, podemos apreender os mapas/textos como significando a descrição de fronteira da região central na América Luso/Castelhana, mas não podemos reduzi-los a isto, eles também designam o Estado Português na América já com nuances que apresentam uma fronteira territorial em movimento contínuo. Observa-se nesses mapas/textos, o político de linguagem, funcionando pelo real da língua e da história, que pode ser compreendida como a contradição do dizer que se instala na relação de fronteira luso/castelhana a partir da linha imaginária construída pelo acontecimento do Tratado Tordesilhas (em vigor até 12 de janeiro de 1750).

Vejamos a seguir o próximo mapa/texto (figura 7):



Figura 7: Mapa do Brasil segunda metade do Sec. XVIII e XIX.
Fonte: Labgeo/UNEMAT

Observa-se que neste mapa/texto (figura 7), assim como no da figura 6, mapa 2, eles também enunciam o embate incessante que tenciona a nomeação da recém-criada Capitania, as Minas do Cuyabá/Mato Grosso (1748)¹⁰. Neste caso não se trata simplesmente de uma nomeação descritiva do lugar, trata-se de enunciados que revelam conflitos instaurados no acontecimento de nomeação da Capitania; de um lado: Minas do Cuyabá, de outro; Minas de Mato Grosso. Esse conflito de nomeação já projeta em si sua latência de futuro. Como se sabe, o nome Mato Grosso se estabelece e a Capitania é nomeada por Capitania das Minas de Mato Grosso, enquanto que o nome Cuiabá, a partir de 1818 passa a nomear e designar a capital do Estado. Nesse sentido, a enunciação do nome Minas do Cuyabá e Mato Grosso, nos mapas/textos do Brasil, designam uma região com grandes desafios e conquistas, o nome Cuiabá é rememorado em narrativas de sua fundação, em 1719, sobretudo nas que contam sobre o lugar do excesso do ouro, a da elevação do Arraial em Vila em 1727, que reconhece esse espaço urbano o centro político administrativo da região.

Voltemos à questão do funcionamento enunciativo da renomeação do Arraial do Cuyabá, esse acontecimento reescritura por substituição o nome do Arraial por Vila Real do Bom Jesus do Cuiabá, este apresenta sentidos que enunciam e denunciam a instabilidade geopolítica luso-castelhana na região, são relevos semânticos se movendo e determinando, pela linguagem, novas fronteiras. Vejamos que aqui, o acontecimento de renomeação do Arraial apresenta um locutor que fala do lugar do Estado, isto significa dizer que o gesto de renomear o Arraial, que apresenta um locutor tomado pelo lugar de dizer do Estado Português, e constrói os sentidos de ocupação da região, e isso significa além da exploração da região. É muito mais do que preservar e defender o já conhecido, a enunciação do nome dada do lugar social de dizer do governador da Capitania de São Paulo, e que traz marcas do lugar de dizer da Coroa Portuguesa e da Igreja Católica, passa a determinar a região como parte anexada ao território luso na América. Esse acontecimento temporaliza uma latência de futuro que possibilita novas enunciações, inclusive enunciações que, como vimos acima

¹⁰ Sobre essa questão ver Karim (2016), em Mato Grosso: Histórias de Enunciações o Percurso do Nome de um Estado. In. Atlas dos Nomes que Dizem Histórias das Cidades Brasileiras – Um Estudo Semântico-Enunciativo do Mato Grosso (Fase I).

nos mapas/textos, designam os novos traços de fronteira luso/castelhano, enunciações que designam o ser mato-grossense, como se verá nas análises a seguir.

Vejamos agora os acontecimentos que nomearam os espaços urbanos neste 1º Momento. Trata-se de nomeações que se deram por determinação do Estado no Brasil Colônia/Império¹¹. Esses são acontecimentos que oficializam o reconhecimento dos núcleos urbanos na região ocupada pela Coroa Portuguesa. Temos, então, por ordem cronológica dos acontecimentos as seguintes nomeações: *Villa Real do Senhor Bom Jesus de Cuyabá* em 1727; *Villa Bela da Santíssima Trindade* em 1752; *Villa Maria do Paraguai* 1778; *Arraial São Pedro de El-Rey* em 1781; *Arraial Nossa Senhora do Alto Paraguai Diamantino* em 1820; *Arraial Nossa Senhora do Rosário do Rio Acima* em 1833 e *Arraial Nossa Senhora do Livramento* em 1883.

Uma primeira observação no funcionamento das estruturas morfossintáticas dos nomes, elas se apresentam de modo bastante estável. Todas as nomeações seguem um modelo que acaba por estabilizar o procedimento segmental de articulação na formação nominal, um funcionamento morfossintático bastante rígido, no caso; nome comum (classificador urbano) + especificador + sintagma preposicionado (localizador/individualizador).

Os modos de dizer representados nas estruturas formais dos nomes deste Momento, de entrada, já nos apontam para dois lugares enunciativos distintos no acontecimento de nomeação do período Brasil Colônia/Império. O primeiro é tomado por marcas do lugar de dizer religioso, presentes em todas as nomeações, estas marcas estabelecem a relação política e de convivência entre o Estado do Brasil Colônia/Império e a Igreja Católica. O segundo, tomado por marcas do dizer da monarquia, estas enunciam a relação do governo local como súditos da Família Real.

¹¹ Neste estudo, os municípios que analisamos são aqueles que foram nomeados a partir da tomada de decisão e determinação do governo do Brasil Colônia/Império/Republicano, um acontecimento que agencia o lugar social do locutor Estado. Trata-se da nomeação oficial dos espaços urbanos enunciada do lugar de dizer do político-jurídico-administrativo do Estado. É importante destacar que o acontecimento de nomeação dessa região tem início nas primeiras décadas do século XVIII, em 1719, conforme Ata de Fundação do *Arraial de Cuiabá*, ainda no período do Brasil/Colônia, mas a nomeação oficial do Estado se dá em 1727.

Como se observa acima, os nomes têm um funcionamento morfossintático, conforme formula Bosredon (1999), o funcionamento da construção nominal pelo princípio binário, e isso produz o efeito de unidades sintagmáticas, portanto nomes. Segundo o autor,

A formação dos odônimos urbanos repousa, ela também, sobre o princípio de união binária, conjugando um primeiro elemento nominal classificador e um segundo elemento individualizante (BOSREDON, 1999, p. 8-9).

A cena enunciativa do acontecimento de nomeação dos núcleos urbanos da Capitania se dá em português europeu, a língua oficial do governo da colônia. Destaca-se que, neste momento, o português europeu não era a língua mais falada no Brasil e que, além disso, os bandeirantes paulistas falavam a Língua Geral, assim, o espaço de enunciação (espaço de funcionamento de línguas) em que se dão esses acontecimentos é caracterizado pela relação de convivência da Língua Portuguesa Europeia, a Língua Oficial da Colônia com tantas outras línguas. Há que se lembrar de que a população da Colônia fala, nesse 1º Momento, na sua grande maioria (não só os falantes bandeirantes), a Língua Geral (Tupi/Guarani), além de outras línguas nativas dos índios da região e africanas, trazidas pelos escravos. Mas, apesar dessa conformação do espaço de enunciação, o acontecimento de nomeação se dá por um falante que fala já afetado pelo lugar específico do dizer do domínio do Estado Português, o lugar de dominação, em particular, pela obrigatoriedade da Língua Portuguesa nos documentos oficiais, mesmo não sendo a mais falada à época, pois os índios/nativos que ali habitavam eram em maioria absoluta e falavam outras línguas.

As cenas dos acontecimentos de nomeação desse Momento são configuradas pelo agenciamento de um Locutor que enuncia tomado pelo lugar do Estado. O L nomeia do lugar social do locutor-Governador da Capitania, que fala do lugar de dizer de um enunciador coletivo e da posição da Monarquia Lusitana e da Igreja Católica. Isso nos permite dizer que os sentidos da Igreja e da Monarquia, apresentados pelos nomes, se fazem significar nos acontecimentos que nomearam oficialmente os primeiros núcleos urbanos do Mato Grosso. Essa semantização, construída na enunciação dos nomes, institucionaliza a ocupação da região como

parte do território da Colônia portuguesa. Esse modo específico de agenciamento caracterizado pelo dizer do Estado constrói sentidos que operam na direção argumentativa de uma rede semântica que sustenta os sentidos que significam a anexação da região como parte do território do Brasil Colônia/Império, são sentidos que vão institucionalizando o território como tal.

Considerações - Mapeando a geografia do 1º Momento

Pode-se dizer que a articulação construída pelos acontecimentos de nomeação desse 1º Momento se dá a partir de um movimento de nominalização que apresenta características de estruturas morfossintáticas e de agenciamentos enunciativos de modo singular. A característica determinante de formação nominal, nessas cenas, segue um modelo homogêneo de funcionamento morfossintático, no caso; nome comum (classificador urbano = vila/arraial) + (especificador = sintagma nominal (localizador/individualizador)).

As cenas enunciativas instaladas nesses acontecimentos agenciam sujeitos/Locutores falantes da língua portuguesa, as figuras enunciativas são tomadas a partir do lugar de dizer do Estado do Brasil Colônia/Império, tem-se aqui o locutor-governador que fala da perspectiva de um enunciador que se apresenta de forma dual: um assume o lugar de dizer que apresenta a perspectiva da família real (relação de súditos); outro assume o lugar de dizer do enunciador que apresenta a perspectiva da coletividade da Igreja Católica (relação de fiéis).

O funcionamento enunciativo desses nomes constrói sentidos que operam na direção que sustenta primeiramente uma rede semântica que passa a significar a **ocupação** da região, as enunciações dessa rede abrem em si sua latência de futuridade que instaura uma nova rede enunciativa, a que constrói, depois, sentidos da **institucionalização** do território. Esse processo de semantização construído na relação designativa do acontecimento de nomeação desses lugares acaba por estabilizar o sentido de **institucionalização** da região. A região passa a significar parte do território do Estado do Brasil Colônia/Império. São novos contornos de uma geografia se construindo e determinando um novo mapa físico-político da região,

ou seja, são sentidos da relação do Estado do Brasil Colônia/Império com a região se instaurando.

A partir de nossas análises, é possível dizer, que o acontecimento de nomeação desses espaços urbanos, neste Momento, significaram o imaginário da geografia físico-sócio-histórica da região, assim, o mapa/texto com os nomes não se limitam a descrição de uma geografia física, mas, mais do que isso, os nomes no mapa/texto, no seu funcionamento designativo, enunciam uma rede semântica que se constroem pelas relações designativas dos nomes, essas passam a enunciar as histórias que semantizam, a *institucionalização* da região *ocupada* pelo Estado do Brasil Colônia/Império. São sentidos que vão colorindo a identidade do ser mato-grossense, uma unidade marcada por falantes e línguas diversos.

Para concluirmos esse 1º Momento, vejamos então, a partir da assimetria dos nomes, as suas relações designativas no mapa/texto (figura 8) - na materialidade linguística. Observa-se que os acontecimentos de nomeação constroem contornos que determinam a partilha de fronteira da geografia físico-política do Mato Grosso, e ao mesmo tempo, esses acontecimentos, passam a dar existência sócio-histórica ao Mato Grosso com suas diferenças já presentes e significando, são gentílicos do ser mato-grossense se constituindo pela/na linguagem o povo mato-grossense.

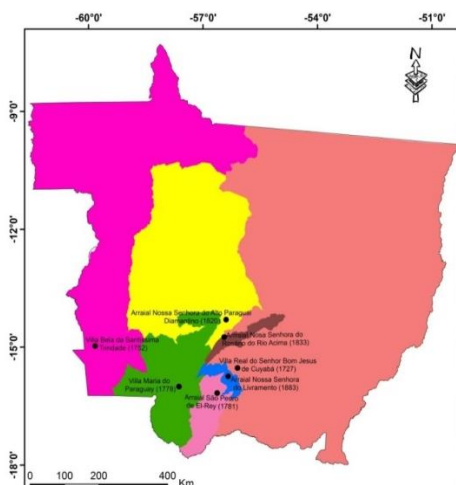


Figura 8: Mapa do Mato Grosso, municípios fundados no período Brasil Colônia/império.

Fonte: Labgeo/UNEMAT.

Referências

BOSREDON, Bernard. Modos de Ver, Modos de Dizer Titulação da Pintura e Discursividade. In: **Revista Rua**, n 05 Labeurb, Unicamp. Campinas, 1999.

_____. Uma balada em toponímia: da Rua Descartes à Rua de Rennes. In: **Línguas e Instrumentos Linguísticos**, n 03. Pontes. Campinas, 1999.

CHAVES, Otávio Ribeiro. ARRUDA, Elmar Figueiredo de. **História e Memória Cáceres**. Editora UNEMAT, 2011.

DIAS, Luiz Francisco. Nomes de Cidades de Mato Grosso: uma abordagem enunciativa. In: KARIM, T. M. [et al.], (Orgs.). **Atlas dos Nomes que Dizem Histórias das Cidades Brasileiras: Um Estudo Semântico-Enunciativo do Mato Grosso - (Fase I)**. Pontes, Campinas-SP, 2016.

FONSECA, José Gonçalves da. Notícia da Situação de Mato Grosso. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil**. Tomo XXIX. Livreiro Editor. Rio de Janeiro, 1866.

GUIMARÃES, Eduardo. Terra de Vera Cruz, Brasil. In: KARIM, T. M. [et al.], (Orgs.). **Atlas dos Nomes que Dizem Histórias das Cidades Brasileiras: Um Estudo Semântico-Enunciativo do Mato Grosso - (Fase I)**. Pontes, Campinas-SP, 2016.

_____. **Semântica do Acontecimento**. Pontes. Campinas, 2002.

_____. A Marca do Nome. In: **Revista do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade da UNICAMP – NUDECRI**. Campinas, SP. N. 9, 2003.

_____. **Trocando em miúdo a teoria e a prática - Os falantes e as línguas: multilinguismo e ensino**. Cefiel/IEL/UNICAMP, 2008.

_____. Dois modos de dizer Eu. In: Orlandi. **Discurso e políticas públicas urbanas: A fabricação do consenso**. Editora RG, Campinas, SP. 2010.

_____. **Análise de texto: Procedimentos, Análises, Ensino**. Editora RG, Campinas SP. 2011.

KARIM, Taisir Mahmudo. Dois nomes dois destinos. In: **Línguas e Instrumentos Linguísticos**. Pontes, Campinas-SP, 2003.

_____. Brasil Colônia/Império: da ocupação à fundação do território da Capitania Minas do Cuyabá/Mato Grosso – um estudo semântico enunciativo. In: KARIM, T. M. [et al.], (Orgs.).

Linguagem e Interpretação - A Institucionalização dos dizeres na História. Editora RG, Campinas – SP, 2013.

_____. Ocupação lusitana na América do Sul: Brasil colônia. In: **Revista Ecos**, V. 15, ano X, V. 2. UNEMAT Editora, Cáceres MT., 2013.

_____. Marcas do Dizer: Sentidos do Arraial do Cuyabá. In: Revista Gel, **Estudos Linguísticos**, São Paulo, 45 (1): p. 305-315, 2016.

_____. Mato Grosso: Histórias de enunciações o percurso do nome de um estado. In: KARIM, T. M. [et al.], (Orgs.). **Atlas dos Nomes que Dizem Histórias das Cidades Brasileiras: Um Estudo Semântico-Enunciativo do Mato Grosso - (Fase I)**. Pontes, Campinas-SP, 2016.

ORLANDI, Eni. **As formas do silêncio**. Editora da Unicamp. Campinas-SP, 1992.

RANCIÈRE, Jaques. **Os nomes da história: um ensaio de poética do saber**. Pontes. Campinas, 1994.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. **O Processo Histórico de Mato Grosso**/Elizabeth M. Siqueira, Lourença Alves da Costa, Cathia Maria Coelho Carvalho. UFMT, Cuiabá, 1990.

_____. **História de Mato Grosso: Da ancestralidade aos dias atuais**. Cuiabá: Entrelinhas, 2002.

VEYNE, PAUL. **Como se escreve a história**; Tradução: Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp, 1 ed. – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

ARGUMENTAÇÃO: DO MEMORÁVEL ÀS RUPTURAS DE SENTIDO NAS CIÊNCIAS HUMANAS

DÉBORA MASSMANN - UNIVÁS

Considerações iniciais

Considerar que a argumentação se impõe nas práticas linguageiras cotidianas da sociedade contemporânea implica reconhecer que o funcionamento da linguagem na sociedade passa necessariamente pela argumentação. Ou ainda, que toda a atividade de linguagem, se não pode ser considerada argumentativa, pode “pelo menos ser imaginada em sua dimensão argumentativa, isto é, na relação de confiança, de desconfiança, de persuasão, de sedução ou mesmo de emoção que ela instaura entre os parceiros da enunciação” (BERTRAND, 1999, p. 5).

É justamente por observar que a argumentação está presente de modo irredutível na sociedade, pois segundo Ascombe e Ducrot, “a argumentação está na língua” (1988), que, neste estudo, interesse-me pela história da argumentação no século XX. O objetivo proposto aqui é analisar formulações produzidas em torno do conceito de argumentação em diferentes quadros teóricos e em diferentes épocas mostrando a história deste conceito – sua constituição, sua formulação e sua circulação – nas ciências humanas. Para isso, toma-se como ponto de partida a década de 50, do século XX, percorre-se algumas das principais publicações das décadas subsequentes e busca-se compreender o lugar da argumentação no domínio científico da atualidade, suas rupturas e suas heranças.

Esta pesquisa vai se colocar na posição da Semântica da Enunciação. De modo particular, toma-se a posição proposta por Guimarães (2002). Trata-se de um domínio disciplinar das ciências da linguagem que se propõe a refletir sobre os processos de significação da/na linguagem a partir de uma perspectiva não referencialista. De fato, a Semântica da Enunciação, ao se fundamentar na posição estruturalista de estudos semânticos, sobretudo nos trabalhos de Benveniste e de Ducrot, e na posição de estudos materialistas da linguagem, principalmente naqueles desenvolvidos por Pêcheux e por Eni Orlandi (SANTOS, 2013), constitui-se como um espaço teórico-metodológico para refletir sobre o funcionamento do sentido. Espaço este em que a história possui um papel fundamental nos processos de significação, pois, para Guimarães, refletir

enunciativamente sobre um texto é pensar seus processos de significação na história

não é considerá-lo no momento e lugar em que se deu, mas é analisar como a memória do discurso, o interdiscurso, faz funcionar a língua em um presente. Em outras palavras, a análise da enunciação envolve um fora da situação, a memória do dizer e a língua. Deste modo a análise da enunciação não é ver como uma situação modifica sentidos da língua, mas como o exterior da enunciação constitui sentidos no acontecimento, ou melhor, como a memória interdiscursiva e a língua significam no presente do processo incessante da história dos sentidos. Como se vê, para mim, o acontecimento é o objeto específico a analisar e não uma circunstância que se acresce ou modifica o funcionamento da linguagem. (GUIMARÃES, s/d, p. 3)¹

De acordo com as palavras do autor, compreende-se que a história de enunciações é fundamental para se analisar o funcionamento da significação da/na linguagem. É a partir deste olhar de semanticista, atrelado à perspectiva de estudo da História das Ideias Linguísticas, que se desenvolve esta reflexão em busca da compreensão das especificidades do conceito de argumentação nas ciências humanas e, além disso, da investigação sobre o papel da apropriação desse conceito para as rupturas teórico-metodológicas que a argumentação produziu e ainda produz no quadro das ciências humanas.

Se na sua gênese, a argumentação esteve atrelada à Retórica Clássica, constituindo o âmago de tal disciplina, hoje, a realidade é outra. A partir da segunda metade do século XX, os estudos sobre a argumentação encontram um momento histórico-social propício à construção de um pensamento autônomo no que diz respeito a sua teorização e a sua constituição como objeto de estudo de diferentes domínios epistemológicos.

O interesse pelas técnicas de persuasão se renova justamente no período pós-guerra, um momento político delicado, em pleno auge da guerra fria e em plena crítica aos métodos totalitários de propaganda de massa. A fertilidade desse contexto ideológico em que os estudos em argumentação são refundados e re-significados é incontestável. Tem-se assim que o período pós-guerra se apresenta como um verdadeiro divisor de águas no que concerne aos estudos sobre a argumentação. Ao retornar ao centro dos debates intelectuais do período, a argumentação tem seu caráter persuasivo valorizado e com isso ela revitaliza parte da retórica aristotélica.

Assim, inspirados pelas condições histórico-ideológicas do período, os estudos sobre a argumentação ressurgem no domínio da lógica formal e das

¹ In Série Escritos. Disponível em <<http://www.labeurb.unicamp.br/portal/pages/pdf/escritos/Escritos2.pdf>>. Acesso em 10 jun. 2016.

ciências jurídicas. Duas obras são publicadas, quase que simultaneamente, no ano de 1958, e instauram-se como o marco desse processo de revitalização dos estudos sobre a argumentação: na Inglaterra, “Os usos do argumento”, de Toulmin e, na Bélgica, “O Tratado da argumentação. A nova retórica”, de Perelman e Olbrechts-Tyteca. Tais obras, oriundas de horizontes distintos e redigidas em estilos totalmente diferentes, “se unem em uma referência comum à prática jurídica. Elas procuram no pensamento argumentativo um meio de fundar uma racionalidade específica, colocada em prática nas relações humanas” (PLANTIN, 1996, p. 10).

Outra publicação de grande relevância para os estudos da argumentação é “A argumentação na língua”, de Anscombre e Ducrot (1976), que surge na década de 70², na França. O texto, publicado inicialmente sob a forma de artigo, só ganha forma de livro em 1983 quando os autores organizam a primeira edição da obra com o mesmo nome. A importância desta publicação se deve ao fato de que Anscombre e Ducrot (1976) tratam da argumentação a partir do olhar das ciências da linguagem e defendem aí a natureza argumentativa da linguagem. Dito de outra forma, Anscombre e Ducrot (1976, 1988) deslocam o modo de olhar para a argumentação: se antes ela era pensada a partir da perspectiva da retórica, das ciências jurídicas e da lógica formal, agora é preciso pensá-la a partir da perspectiva linguística e observá-la com base nos elementos da língua que possibilitam o seu funcionamento.

É pensando nessas condições que, neste trabalho, questiona-se o funcionamento de sentido da palavra “argumentação” no século XX, momento específico em que a persuasão e as técnicas argumentativas voltam a ter importância nas práticas linguísticas e sociais. A questão que se traz para reflexão neste trabalho diz respeito aos modos de significar a “argumentação” nas obras destes autores que têm o mérito de colocar a argumentação no centro dos debates intelectuais da época e com isso de (re)constituí-la como um domínio de investigação científica não só das ciências da linguagem como também das ciências humanas. O objetivo aqui, como já descrito, é olhar especificamente para a palavra “argumentação” e para a rede de significações em torno dessa palavra buscando respostas para a seguinte questão: afinal, como a argumentação é definida - se ela é definida - e que relações de sentido sustentam essa definição no século XX?

Assim, a partir da Semântica da Enunciação, busca-se, portanto, analisar as formulações produzidas em torno da palavra “argumentação” em autores distintos, em épocas também distintas, mostrando seu(s)

² Antes da publicação em questão, Anscombre e Ducrot publicaram um artigo intitulado, “*L’argumentation dans la langue*”, na revista *Langage*, 42, em 1976.

funcionamento(s) de sentido, a saber, constituição, formulação e circulação nas ciências humanas do século XX.

1. Sobre a questão do sentido

Conforme apontado anteriormente, esta reflexão se fundamenta na Semântica da Enunciação. Nessa teoria, o sentido não é tomado como uma simples relação entre palavras, frases e texto. Não se trata, pois, de analisar a significação de um ponto de vista referencialista. O funcionamento do sentido é tomado aqui a partir da noção de acontecimento enunciativo. A cada enunciação, as palavras e seus desdobramentos, a partir de seu funcionamento político e histórico, podem assumir novos sentidos e significar coisas diferentes. Por isso, considera-se que para descrever o sentido da palavra “argumentação”, é preciso investigar as condições sócio-históricas e ideológicas em que o acontecimento enunciativo, o dizer, foi produzido. Acontecimento de dizer este que se caracteriza pelo funcionamento da língua, neste caso, num dizer específico sobre argumentação. Este processo de produção de sentidos mobiliza procedimentos enunciativos distintos que afetam, reescrevem, retomam e re-significam o que já foi dito.

Assim, estudar a rede de sentidos que se constrói a partir do funcionamento da palavra “argumentação” implica observar suas relações semânticas não só no âmbito do enunciado, como também ao longo do texto. Toma-se então o enunciado como a unidade de sentido já que ele se constitui pela sua consistência interna e pela sua independência relativa em relação ao texto (GUIMARÃES, 2002, 2007, 2009). Nessa perspectiva, eleger o enunciado como unidade de análise implica investigar não só a relação entre as palavras no interior do próprio enunciado, mas também, e sobretudo, entre os diferentes enunciados que compõem o texto. Tem-se assim que o sentido da palavra “argumentação” é tomado aqui a partir de uma perspectiva relacional, isto é, pelo funcionamento da palavra nas suas relações de determinação semântica que se constituem no acontecimento enunciativo. Essas relações de determinação acontecem principalmente a partir de dois procedimentos enunciativos: reescrituração e de articulação (GUIMARÃES, 2002, 2007, 2009).

A reescrituração produz sentido ao redizer o que já foi dito. Ao longo de um texto – ou entre textos distintos – expressões linguísticas retomam e reportam-se umas às outras através de operações enunciativas que reescrevem o já dito de outra maneira. Ao reescrever, re-significa-se o que já foi dito de outro modo e assim constroem-se sentidos (GUIMARÃES, 2002, 2007, 2009). Observemos os recortes a seguir que são utilizados aqui, no exemplo 5, com objetivo de mostrar o funcionamento do sentido:

Exemplo 5³:

Recorte (2): A publicação de um **tratado consagrado à argumentação** e sua vinculação a uma velha tradição, a da retórica e da dialética gregas, constituem *uma ruptura com uma concepção da razão e do raciocínio, oriunda de Descartes*, que marcou com seu cunho a filosofia ocidental dos três últimos séculos. (p.1)

Recorte (3): O **campo da argumentação** é o do verossímil, do plausível, do provável, na medida em que este último escapa às certezas do cálculo (p. 1).

Recorte (4): a **teoria da argumentação** não pode se desenvolver se toda a prova é concebida como redução à evidência. Com efeito, o objeto dessa teoria é o estudo das técnicas discursivas que permitem *provocar ou aumentar a adesão às teses que lhes apresentam ao assentimento*. (p.4)

A partir destes recortes, pode-se observar relações de sentido entre “tratado”, “campo” e “teoria”: há um procedimento de reescrituração entre “Teoria da argumentação” e “tratado da argumentação”. Essas duas expressões afetam diretamente e distintamente o “campo da argumentação”, que pode ser descrito como o objeto de estudo a ser investigado por Perelman. O sentido, ao ser reescrito por um procedimento de sinonímia, vai deslizando e construído outras significações que ora ampliam e ora restringem o campo da argumentação.

1* Tratado da argumentação - 4* A teoria da argumentação

↓

↓

3* O campo da argumentação

Em outras palavras, através do procedimento de reescrituração, como mostrado nestes exemplos e recortes, a enunciação retoma e reescreve o que já foi dito atribuindo-lhe novos e outros sentidos. A reescrituração, juntamente com a articulação, constitui procedimentos enunciativos fundamentais para se analisar o funcionamento da significação na Semântica da Enunciação.

Como acabamos de observar, a reescrituração produz sentido ao redizer o que já foi dito. Ao longo de um texto – ou entre textos distintos – expressões linguísticas retomam e reportam-se umas às outras através de

³ Neste exemplo, apresentam-se três recortes que constituem parte do corpus de análise da obra “Tratado de Argumentação. A nova retórica de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2002).

operações enunciativas que reescrevem o já dito de outra maneira. Ao reescrever, re-significa-se o que já foi dito de outro modo e assim constroem-se sentidos. Em outras palavras, através do procedimento de reescrituração, a enunciação rediz o que já foi dito fazendo significar de outra maneira diferente de si. Existem diferentes formas de reescrituração, como, por exemplo, através de repetição, substituição, elipse, expansão, condensação ou definição, entre outras. É a partir destas diferentes configurações que este procedimento enunciativo cria uma trama de sentidos na superfície textual à medida que pontos de um mesmo texto são conectados entre si e são também conectados com outros textos. Enquanto a reescrituração diz respeito ao processo de construção de sentidos na unidade do texto, a articulação remete à análise das relações de sentido no interior do próprio enunciado. Ela permite investigar também a relação que se estabelece entre o Locutor⁴ e o seu dizer.

Compreendida como um importante procedimento enunciativo, a articulação pode acontecer por dependência, por coordenação e por incidência. A articulação por dependência organiza-se de modo a constituir um só conjunto de elementos linguísticos contíguos. Já a articulação por coordenação pode ser descrita como aquela em que os elementos linguísticos de mesma natureza são organizados como se constituíssem um só elemento. Nesta relação de contiguidade, observa-se que há um acúmulo de elementos (GUIMARÃES, 2009). A articulação por incidência, por sua vez, acontece entre elementos linguísticos de natureza distinta que se relacionam de modo a formar um novo elemento. Neste caso, não há relação de dependência estabelecida. Na prática, estes diferentes modos de articulação resultam de operações que envolvem acontecimento, Locutor, enunciado e enunciação, já que “nas articulações de dependência e de coordenação, o acontecimento especifica uma operação pela qual o Locutor relaciona elementos do enunciado, na articulação por incidência, o acontecimento especifica uma operação pela qual o Locutor relaciona sua enunciação com o enunciado (GUIMARÃES, 2009, p. 51).

Definida, portanto, como uma relação de contiguidade que é significada pela enunciação (GUIMARÃES, 2009), a articulação permite observar como o funcionamento dos elementos linguísticos pode afetar e modificar seus próprios sentidos, re-significando-os e redizendo-os no interior de um mesmo enunciado. Do ponto de vista semântico, é possível dizer que na articulação o funcionamento dos elementos linguísticos se configura através de diferentes modos de significação, como, por exemplo,

⁴ A noção de Locutor é tomada aqui conforme os postulados da Semântica do Acontecimento que o compreende enquanto um falante localizado em um determinado espaço de enunciação (GUIMARÃES, 2009).

referência, predicação, determinação, pressuposição, argumentação e performatividade, entre outras.

Observando estes diferentes procedimentos enunciativos, é possível chegar ao Domínio Semântico de Determinação (DSD) das palavras, conforme Guimarães (2007). O DSD funciona como um mecanismo de descrição e de interpretação que mostra como, no acontecimento do dizer, o funcionamento das palavras produz sentidos. O DSD apresenta-se então como um instrumento de descrição e de interpretação dos sentidos.

De acordo com Guimarães (2006), dizer qual é o sentido de uma palavra implica poder estabelecer seu DSD. Ou melhor, implica descrever as relações de significação que essa palavra estabelece com outras no interior dos enunciados (e dos textos) em que aparece. Nesta descrição do sentido, o DSD é identificado por sinais muito específicos: 1) os sinais \top ou \perp ou \vdash ou \dashv , indicam “determina” (em qualquer direção); 2) o traço $-$ indica uma relação de “sinonímia”; 3) o traço maior $______$, dividindo o DSD, significa “antonímia”; 4) além disso, o DSD, normalmente, apresenta-se emoldurado.

uso \vdash ARGUMENTO

Ou seja, *argumento* é, nesta obra, determinado por *uso*.

Em outras palavras, cabe ao DSD representar, a partir de uma escrita que lhe é própria, como os sentidos são construídos enunciativamente. Para isso, ele se ampara nas relações de determinação semântica que as palavras estabelecem no funcionamento da língua. Tem-se assim que a história do sentido de uma palavra é produzida pela “ação que as palavras exercem, à distância, umas sobre as outras. Uma palavra é levada a restringir cada vez mais sua significação, pelo fato de existir uma companheira que estende a sua” (BRÉAL, 2008, p. 182).

É a partir destes princípios e procedimentos analíticos que foram empreendidas as análises do corpus deste estudo, a saber, “O Tratado da argumentação. A nova retórica”, “Os usos do argumento” e “A argumentação na língua”.

2. Que sentidos para a “argumentação” no século XX?

Ao analisar o(s) sentido(s) da palavra argumentação, pretende-se compreender a história do conhecimento sobre a argumentação, isto é, o modo como seu sentido se formulou, como se constituiu, como circulou (e circula) e como tem se transformado a partir da segunda metade do século XX. Dessa maneira, nesta pesquisa, observou-se o percurso da

argumentação a fim de depreender a história deste conceito no campo das ciências humanas. Produz-se assim um saber sobre a argumentação que nos faz pensar sobre o seu lugar não só no campo das ciências da linguagem, mas também nas ciências humanas como um todo. Isso leva a refletir sobre o(s) sentido(s), sobre a história da argumentação e sobre o modo como as diferentes áreas do conhecimento se utilizam dela nas suas práticas discursivas. Considerando que a argumentatividade está presente em toda e qualquer atividade discursiva, é fundamental se interrogar sobre que concepções científicas, que teorias, que conceitos, que sentido(s) a argumentação assume no século XX. Em outras palavras, é preciso se questionar sobre como a argumentação é significanda nas obras, chamadas aqui de obras de referência, selecionadas para este estudo e na história das ciências humanas a partir da década de 50.

A década de 50 do século XX, conforme explicitado anteriormente, é tomada aqui como o ponto de partida para esta reflexão. É neste período que se assiste à revitalização dos estudos da argumentação atrelados às neo-retóricas. Desde sua gênese, a argumentação aparece como o âmago da antiga retórica. A relação entre estas duas disciplinas se estende ao longo dos séculos e pode ser caracterizada como uma relação complementar, pois “a história [...] da argumentação se confunde com a história da retórica” (BERTRAND, 1999, p. 34). Estes dois domínios disciplinares parecem andar de par tanto em situações de fortalecimento como em situações de enfraquecimento. Isso pode ser observado, por exemplo, no período em que a argumentação, criticada e desacreditada – assim como a própria retórica – passou a ocupar uma posição periférica nos estudos da linguagem. Trata-se aqui especificamente ao período do Renascimento, época que baliza o começo do declínio da retórica e, conseqüentemente, da argumentação. De fato, as ideias renascentistas lançam um golpe profundo à retórica quando estabelecem uma cisão entre o argumentativo e o oratório. A ligação entre esses dois elementos fortalecia e dava sustentação à retórica. De acordo com Reboul (2004, p. 79), esse acontecimento “separa absolutamente a dialética, arte da argumentação racional, da retórica, reduzida [...] à elocução”.

A partir do século XVI, a retórica e a argumentação começam a ser alvos de muitas críticas. No contexto filosófico, Descartes, Locke e os positivistas questionaram seus objetivos e suas funções e rejeitaram-nas. No contexto literário, Victor Hugo e os românticos também as excluíram. No contexto pedagógico, a retórica, que constituía uma das disciplinas escolares, foi substituída, e o termo banido dos programas de ensino franceses (BERTRAND, 1999). Diante dessa crise, a retórica – e, pode-se dizer também a argumentação –, pouco a pouco, foi enfraquecendo,

apagando-se e, por fim, acabou desacreditada no domínio filosófico, literário e pedagógico.

A revitalização dos estudos da argumentação começou a se delinear a partir da segunda metade do século XX, época em que surge uma querela englobando diferentes perspectivas teóricas reunidas sob o nome de neo-retóricas: algumas se definiam puramente literárias e outras se nomeavam persuasivas. Pesquisadores como, por exemplo, Jean Cohen, Gérard Genette, Roland Barthes e integrantes do grupo μ propunham uma Retórica Geral direcionada aos estudos literários. Nesse mesmo período, a argumentação voltou a fazer parte dos debates intelectuais e, consequentemente, o caráter persuasivo da retórica passou a ser novamente valorizado.

Esse movimento de revitalização produziu resultados expressivos e possibilitou o surgimento de diferentes formulações teóricas acerca da argumentação. Como exemplo disso, cita-se, de um lado, os estudos realizados no contexto da psicossociologia que se interessam pelas trocas comunicativas da sociedade moderna, mais precisamente, pelas situações de comunicação e recepção de mensagens persuasivas no domínio político e publicitário; de outro lado, aponta-se os trabalhos de cunho lógico-filosóficos e lógico-linguísticos desenvolvidos por autores, como, Ducrot, Grize e Perelman, entre outros (MOSCA, 2004).

Consciente da fecundidade do período pós-guerra, para compor o *corpus* desta pesquisa, reuniu-se um conjunto de obras que acabamos de descrever no item 3. Considerando que o *corpus* resulta “de uma construção do próprio analista” (ORLANDI, 2002, p. 63), sua seleção e sua organização constituem, de certa forma, a primeira etapa da análise. Nessa perspectiva, a etapa subsequente do trabalho com o *corpus* diz respeito ao recorte⁵ dos enunciados que constituirão as unidades de análise. Cada obra de referência constituirá um conjunto de enunciados que serão analisados conforme o dispositivo teórico-analítico da Semântica da Enunciação, descrita como “uma semântica que considera que a análise do sentido da linguagem deve localizar-se no estudo da enunciação, do acontecimento do dizer” (GUIMARÃES, 2002a, p. 7).

Ao compreender a enunciação como um acontecimento que se produz pelo funcionamento da língua, Guimarães (2002a) inscreve-se em uma perspectiva teórica que considera a significação e sua relação com “o que acontece” como sendo construídas linguisticamente. Para o autor, o sentido

⁵ A noção de recorte é tomada aqui como “uma unidade discursiva. Por unidade discursiva, entendemos fragmentos correlacionados de linguagem-e-situação. Assim um recorte é um fragmento da situação discursiva” Orlandi (1984, p. 14).

das palavras é produzido enunciativamente no e pelo acontecimento da enunciação (GUIMARÃES, 2002a).

2.1 A argumentação em “O tratado da argumentação. A nova retórica”

A fim de compreender o modo como a argumentação é significada na obra de Perelman e Olbrechts-Tyteca, toma-se como primeiro recorte, o título “O tratado da argumentação. A nova retórica” (recorte 1). Aqui a palavra “argumentação” articula-se ao substantivo “tratado”, através do determinante “de + a”. Este enunciado é especificado, logo na sequência, no próprio título. O sinal de pontuação ponto-final (.) marca uma ruptura na exposição do título que é seguida imediatamente de uma especificação através do sintagma nominal “A nova retórica”. Para compreender o(s) sentidos que estão funcionando neste enunciado, propõe-se as seguintes paráfrases:

1’ O tratado da argumentação é a nova retórica.

1” Este tratado da argumentação é a nova retórica.

A relação de predicação que pode ser verificada a partir das duas paráfrases revela que, já no título da obra, a enunciação de Perelman e Olbrechts-Tyteca traz consigo e coloca em funcionamento uma memória de sentidos cuja gênese é a retórica clássica. Em seu dizer, os autores mostram que a argumentação, concebida como cerne da antiga retórica, está sendo re-significada neste acontecimento enunciativo não só pela reescrituração de “argumentação”, mas também e, sobretudo, a partir da designação “nova retórica”. O tratado sobre a argumentação que os autores propõem apresenta-se como um desdobramento da retórica clássica, ou melhor, como uma nova perspectiva da retórica.

No segundo recorte, a palavra “argumentação” é reescrita por um procedimento de repetição em “A publicação de um tratado consagrado à argumentação” e aparece articulada explicitamente à retórica clássica através de “sua vinculação a uma velha tradição, a da retórica e da dialética gregas”. Neste recorte, nota-se que, além de reescrever aquela memória de dizeres sobre a Retórica grega, as relações de sentidos da palavra “argumentação” no acontecimento enunciativo inscrevem-na como uma ruptura, re-significando e reescrevendo aqui, por uma elipse, a “nova retórica”, e demarcando assim um lugar teórico muito específico para a obra de Perelman.

Recorte (2): A publicação de um tratado consagrado à argumentação e sua vinculação a uma velha tradição, a da retórica e da dialética gregas, constituem *uma ruptura com uma concepção da razão e do raciocínio, oriunda de Descartes*, que marcou com seu cunho a filosofia ocidental dos três últimos séculos. (p.1)

Na sequência do texto, Perelman e Olbrechts-Tyteca dedicam-se a apresentar os detalhes de sua teoria. Assim, no recorte 3, a palavra “argumentação” articula-se ao substantivo “campo” através do determinante “de + a”: “O campo da argumentação”.

Recorte (3): O campo da argumentação é o do verossímil, do plausível, do provável, na medida em que este último escapa às certezas do cálculo (p. 1).

A partir deste enunciado, é possível apresentar as seguintes paráfrases a fim de se visualizar as relações semânticas que estão aí funcionando:

3’ A argumentação é um campo de atuação.

3” A argumentação é do mesmo campo de atuação do verossímil, do plausível, do provável.

3''' A argumentação é do campo do verossímil, do plausível, do provável.

Tem-se a partir daí que a argumentação é descrita e está inscrita como/em um determinado campo de atuação da atividade humana. Este “campo da argumentação” é colocado numa relação de sinonímia com outros campos, a saber, o do verossímil, o do plausível e o do provável. Assim, tem-se que a “argumentação” é apresentada como um procedimento, prática ou ainda como uma atividade linguageira que se manifesta quando há dúvidas, embate de opiniões, desacordo. É, pois, nestas situações de confronto de ideias que a argumentação se constitui como um caminho na busca pelo verossímil e pelo acordo.

No quarto recorte, a palavra argumentação é reescrita novamente por repetição e aparece, pela primeira vez, articulada ao substantivo “teoria” também através do determinante “de + a”: “teoria da argumentação”. Observa-se aqui um deslizamento de sentido que marca a posição de Perelman em relação à argumentação, ou seja, “Teoria da argumentação” reescrita “tratado da argumentação”. E esta dupla de expressões se relacionam diversamente com “Campo da argumentação”. Este é, de certo modo, o objeto da teoria, do tratado.

1* Tratado da argumentação - 4* A teoria da argumentação

↓

↓

3* O campo da argumentação

Ou seja, a sinonímia entre “tratado da argumentação” e “teoria da argumentação” **tem como objetivo** (as duas setas significam isso) estudar o “campo da argumentação”, aquele do verossímil.

Ao apresentarem sua teoria da argumentação, Perelman e Olbrechts-Tyteca optam por defini-la a partir de uma negação “A teoria da argumentação não pode se desenvolver se toda a prova é concebida como redução à evidência”. Além de reescrever, por um procedimento de especificação “certezas do cálculo” que já havia sido enunciado no recorte 3, neste enunciado, a negação aparece para delimitar o domínio da argumentação. Ou seja, não há como se considerar as provas (argumentos) como sendo reduzidas à evidência ou à certeza do cálculo, já que na concepção dos autores, em conformidade com a retórica clássica, a argumentação pertence ao domínio da incerteza, da dúvida, do diálogo. É por estar inscrita neste domínio da controvérsia que ela se estabelece e se desenvolve.

Recorte (4): a teoria da argumentação não pode se desenvolver se toda a prova é concebida como redução à evidência. Com efeito, o objeto dessa teoria é o estudo das técnicas discursivas que permitem *provocar ou aumentar a adesão às teses que lhes apresentam ao assentimento*. (p. 4)

Ainda neste recorte, o autor reescreve elípticamente “argumentação” através de uma condensação pelo substantivo “teoria” e reforça seu caráter científico ao especificar qual o seu objeto. As seguintes paráfrases permitem perceber as relações semânticas deste enunciado:

4’ Há uma teoria da argumentação;

4” Esta teoria tem um objeto de estudo;

4”’ O objeto desta teoria é o estudo de técnicas discursivas que permitem *provocar ou aumentar a adesão às teses que lhes apresentam ao assentimento*.

Ao inscrever o estudo da argumentação no plano do científico, Perelman e Olbrechts-Tyteca atribuem a ela um objeto de estudo: as “técnicas discursivas” que, como mostram os autores, estão a serviço da persuasão.

Na continuidade do texto, tem-se o recorte (5) em que a "argumentação" é reescrita também de forma elíptica por condensação através do substantivo "tratado" que, por sua vez, articula-se através de um sintagma verbal com "as preocupações do Renascimento" e com "autores gregos e latinos" redizendo aqui, por um procedimento de expansão, a memória de sentido sobre a história da retórica, e porque não dos estudos da argumentação. Neste mesmo recorte, verifica-se que "tratado" é reescrito através do pronome oblíquo "o" e articula-se à "uma nova retórica" também através de um sintagma verbal.

Recorte (5): nosso tratado se relaciona sobretudo com as preocupações do Renascimento e, conseqüentemente, com as dos autores gregos e latinos, que estudaram a arte de persuadir e de convencer, a técnica da deliberação e da discussão. É por essa razão que o apresentamos como uma *nova retórica*. (p. 5)

É preciso chamar a atenção para este último enunciado do recorte que explícita a justificativa do título da obra: "É por essa razão que o apresentamos como uma *nova retórica*". Desmembrando isso em uma paráfrase, tem-se que:

5' O tratado da argumentação é uma nova retórica.

Ou seja, "nova retórica" está aqui determinando "tratado da argumentação" e não somente a argumentação. É este tratado proposto pelos autores que se apresenta como uma nova retórica. Pela memória de sentidos que a expressão "nova retórica" faz funcionar, sabe-se que a argumentação ocupa aí, neste tratado e nesta nova retórica, um lugar central, como acontecia na Retórica clássica.

A fim de delimitar o modo como a argumentação é compreendida nesta obra, apresenta-se para reflexão o recorte 6. A expressão "nosso estudo", ao reescrever "tratado da argumentação", introduz uma especificação sobre o objeto de estudo. O foco do tratado será, pois, a "estrutura da argumentação".

Recorte (6): Nosso estudo, preocupando-se sobretudo com a estrutura da argumentação, não insistirá, portanto, na maneira pela qual se efetua a comunicação com o auditório. (p. 6)

Por outro lado, ao desenvolver os detalhes da teoria que propõem, Perelman e Olbrechts-Tyteca tentam mostrar a importância do auditório, que tem "papel essencial" a sua proposta teórica como é possível verificar no recorte 7.

Recorte (7): por razões de comodidade técnica e para jamais perder de vista esse papel essencial do auditório, quando utilizarmos os termos “discurso”, “orador” e “auditório”, entenderemos por isso a argumentação, aquele que a apresenta e aqueles a quem ela se dirige, sem nos determos no fato de que se trata de uma apresentação pela palavra ou pela escrita, sem distinguirmos forma e expressão fragmentária do pensamento. (p. 7)

Neste mesmo recorte, observa-se que os autores enumeram os componentes centrais da sua teoria que são: discurso, orador e auditório. Neste mesmo recorte, os próprios autores tratam de especificar o que cada componente significa. Tem-se assim a seguinte reescritura:

discurso	Orador	auditório
↓	↓	↓
argumentação	aquele que a apresenta	aqueles a quem ela se dirige

Como é possível perceber, na reescritura acima indicada, “discurso”, “orador” e “auditório” são empregados aqui numa enumeração a fim de re-significar "argumentação". Na sequência do enunciado, "argumentação" está reescrevendo “discurso” e aparece também reescrita, através do pronome oblíquo “a” e do pronome pessoal “ela” nas designações “aquele que a apresenta” e “aqueles a quem ela se dirige”. Essas designações, por sua vez, reescrevem orador e auditório, respectivamente, por um procedimento de especificação. Além disso, mais adiante, percebe-se que "argumentação" é reescrita também por especificação em: “que se trata de uma apresentação pela palavra ou pela escrita”. Este enunciado pode ser parafraseado da seguinte maneira:

7’ A argumentação é uma apresentação pela palavra ou pela escrita.

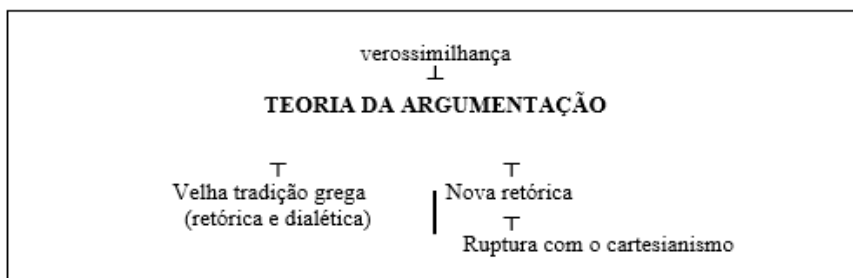
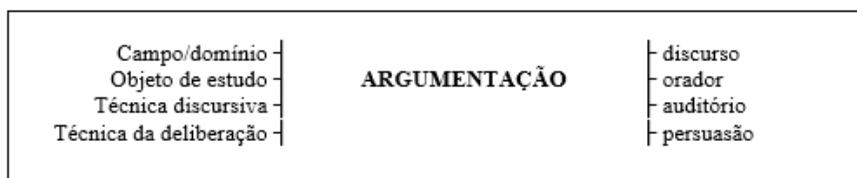
Neste caso, a "argumentação" é designada como uma forma de apresentação verbal que pode acontecer pela “palavra”, ou seja, oralmente, ou pela “escrita”. As duas formas interessam, portanto, para os autores.

Ao final de sua exposição, os autores apontam de forma objetiva o propósito da obra como se pode verificar no seguinte recorte.

Recorte (9): Nosso tratado só versará sobre *recursos discursivos* para se obter a adesão dos espíritos: apenas a técnica que utiliza a linguagem para persuadir e para convencer será examinada a seguir. (p. 8)

Observe que “nosso tratado”, ao reescrever por condensação elíptica “argumentação”, articula-se ao adjetivo “só” para delimitar e definir seu objeto de estudo “*recursos discursivos* para se obter a adesão dos espíritos” que aparecem aqui reescrevendo as “técnicas discursivas” que já haviam sido enunciadas no recorte 4 e que reescrevem por substituição “argumentação”. É preciso chamar a atenção aqui para a reescritura por repetição que aparece, após o sinal de pontuação “:” (dois pontos) em “apenas a técnica que utiliza a linguagem para persuadir e para convencer será examinada a seguir”. O advérbio “apenas” enfatiza a especificação do tratado que se propõe a refletir sobre “a técnica que utiliza a linguagem para persuadir e para convencer”. Ou seja, a “argumentação”.

A partir dos recortes apresentados, foi possível organizar o seguinte Domínio Semântico de Determinação (DSD) em que se pode observar as relações de significação da palavra “argumentação” na obra de Perelman e Olbrechts-Tyteca.



Através destes DSDs, representa-se a teia de sentidos da palavra “argumentação” que foi sendo construída não só no nível do enunciado, mas também ao longo do texto. Trata-se de uma rede de significações que, no acontecimento enunciativo, colocou em funcionamento um dizer específico sobre a argumentação que se produziu a partir de uma memória de sentidos sobre a retórica clássica e sobre racionalismo cartesiano. Nessas relações de sentidos, a argumentação foi re-significada como um domínio científico (“teoria”, “objeto de estudo”, “tratado”, “técnica discursiva”) que está, na obra de Perelman, inscrito em um campo de saber, aquele da “nova

retórica”. Assim, ao ser reescrita e re-significada, a palavra “argumentação” é determinada por “verossimilhança”, “discurso”, “orador”, “auditório” e “arte de persuasão”.

2.2 A argumentação em “Os usos do argumento”

A obra de Toulmin, como já destacado anteriormente, estabeleceu um marco para a constituição de um saber sobre a argumentação. Para Plantin (1990), a importância do texto de Toulmin deve-se, em parte, ao fato de que seus postulados metodológicos estão fundados em uma espécie de “análise linguística”, cujas origens remontam à filosofia da linguagem inglesa dos anos 40 e 50: “essa influência é reivindicada por Toulmin, que vê em sua obra um desenvolvimento e uma aplicação no domínio da argumentação de algumas ideias de Hare, Urmson, Ryle ou Austin, entre outros” (PLANTIN, 1990, p. 22).

Tal filiação teórica pode ser observada já desde o título “Os usos do argumento” (Recorte 1). Deste enunciado, pelo procedimento de paráfrase, chega-se a seguinte possibilidade:

1’ o argumento tem usos

Esta paráfrase permite representar o DSD:

ARGUMENTO uso

Essa enunciação-título faz ecoar já de início a célebre frase de Wittgenstein “*meaning is use*” (significado é uso) através da qual ele relaciona a significação de uma palavra ao seu uso (PLANTIN, 1990). É a memória de dizer, a memória do discurso (interdiscurso) que faz funcionar a língua, em um presente tornando-se perceptível logo na enunciação-título da obra. No caso deste recorte, pode-se considerar, como diz Guimarães (1996, p. 6), que se trata de uma memória latente que para produzir sentidos tem de confrontar-se com a memória discursiva e com o presente do acontecimento.

E assim por ser latente, pode sempre ser outra coisa, para isso bastando que outras enunciações a façam derivar, mesmo que imperceptivelmente. Deste modo uma forma na língua não é nem soma de seus diversos passados, nem deriva, nem algo em si: senão uma latência à espera do acontecimento enunciativo, onde o presente e o interdiscurso a fazem significar. (Guimarães, 1996, p.6)

A partir deste primeiro gesto de análise, percebe-se como a exterioridade da enunciação se faz presente na obra de Toulmin constituindo sentidos para argumentação no acontecimento de dizer, mesmo sem dizê-la. Ou seja, a memória discursiva e a língua significam no presente, na enunciação-título, apontando para o processo incessante da história dos sentidos.

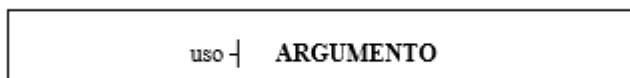
Na busca pelos sentidos em torno da argumentação na obra de Toulmin, amplia-se o procedimento de análise a fim de descrever outros movimentos da significação e seus efeitos que, no acontecimento de dizer, produzem uma rede de sentidos para a argumentação. Para isso, apresenta-se um conjunto de recortes retirados da obra, justamente, das passagens em que o autor apresenta sua proposta teórica e estabelece as fronteiras e os limites de sua reflexão. Diante da ausência da palavra “argumentação”, selecionou-se como entrada para as análises a palavra “argumento” que aparece desde o título e vai sendo reescrita ao decorrer da obra de Toulmin, como se pode observar no recorte (2).

Recorte (2): Questão central para nós, será saber até que ponto a lógica *pode* esperar ser uma ciência formal e, ainda assim, conservar a possibilidade de ser aplicada na avaliação crítica de argumentos que efetivamente usamos ou podem ser usados por nós. (p. 3)

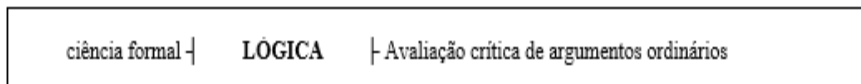
A partir deste recorte, pode-se propor a seguinte paráfrase:

2’ a lógica, que é uma ciência formal, pode, enquanto tal, ser aplicada na avaliação crítica de argumentos efetivamente usados?

A partir desse recorte e dessa paráfrase, chega-se ao seguinte DSD que apresenta a designação de argumento:



O mesmo recorte permite ainda propor um segundo DSD em que se verifica que a “lógica” é determinada por “ciência formal” e por “avaliação crítica de argumentos ordinários”.



Tem-se, assim, que a lógica, como ciência, tem como objeto justamente a crítica de argumentos ordinários. Ou seja, a lógica tem como objeto o estudo dos argumentos.

Mais adiante, em sua exposição, Toulmin, ao discorrer diretamente sobre os usos do argumento, apresenta uma reflexão em que trata das falhas da argumentação, como se pode verificar no recorte (3).

Recorte (3): é concebível que métodos falhos de argumento conservem sua influência numa sociedade, e sejam transmitidos através das gerações, assim como uma deficiência física constitucional ou um defeito na psicologia individual. (p. 5).

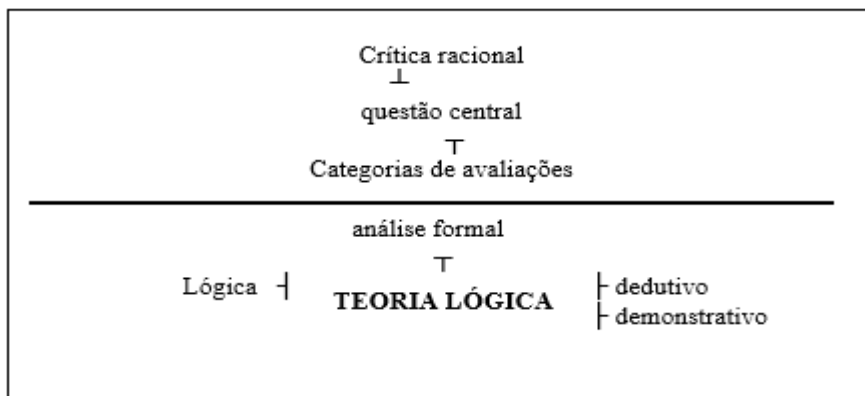
Neste terceiro recorte, “argumento” é reescrito de maneira direta, no entanto, o autor considera a possibilidade de haver “falhas” na argumentação. A analogia que se estabelece, neste recorte, entre “métodos falhos de argumento”, “deficiência física” e “deficiência psicológica” assinala para as relações que este autor estabelece, ao longo desta obra, com as ciências biológicas e psico-cognitivas. Ou seja, os “métodos falhos de argumento” são descritos como um mal que perdura na sociedade sendo (re)produzidos de geração em geração. Apesar de o recorte em questão não produzir um DSD, ele indica um argumento para sustentar a posição do autor sobre o fato de o argumento ser analisado pela lógica ou pela crítica racional. Ou seja, o sentido de “uso” determina “argumento” e é determinado por “questão central”. “Uso” determina também o sentido de “métodos falhos” que, por sua vez, determina “sociedade” e está em uma relação de sinonímia com “deficiência física” e “defeito psicológico”. Observa-se aqui que Toulmin aproxima o domínio da argumentação a outras áreas do conhecimento, àquelas que não necessariamente concernem ao funcionamento e organização da linguagem, mas que dizem respeito ao sujeito, psico-físico no mundo.

Assim, se no recorte (3) estabelecem-se relações com outros domínios científicos que, para Toulmin, são constitutivas do sentido de “argumento”, no recorte (4), observa-se a necessidade de delimitar, com precisão, o lugar de estudo do argumento, lugar este que se afasta da “análise formal” (relação antonímica) e que se aproxima de uma “crítica racional”, como observa no recorte aqui abaixo:

Recorte (4): Para atacar os nossos principais problemas, vale a pena tirar da cabeça algumas idéias derivadas da teoria lógica existente, para ver, por inspeção direta, quais são as categorias pelas quais expressamos, de fato, as nossas avaliações, e o quê, precisamente, significam para nós. Esta é a razão pela qual, pelo menos nos primeiros estudos, evitarei deliberadamente termos como “lógica”, “lógico”, “logicamente necessário”, “dedutivo” e

“demonstrativo”. Todos esses termos carregam associações que vêm da teoria lógica, e que poderiam distorcer um dos principais objetivos da nossa investigação: ver como – e *se*, afinal de contas – a análise formal da lógica teórica tem alguma ligação com o que se visa obter pela crítica racional (p. 9).

A partir destes recortes, chega-se ao seguinte DSD:

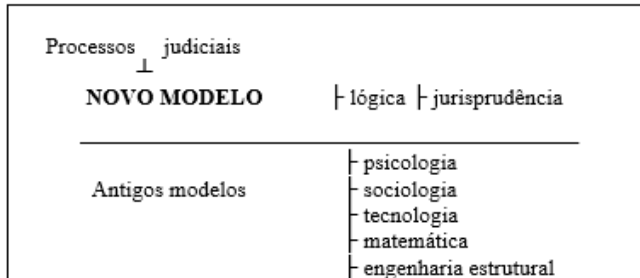


Aqui, observa-se que “questão central” é determinada por “crítica racional” e por “categorias de avaliações”. Este bloco semântico, localizado na parte superior do DSD, está em oposição ao bloco inferior que está assim representado: “Teoria lógica” determina “análise formal” e é determinada por “Lógica”, “dedutivo” e demonstrativo”.

Mais adiante, no Recorte (5), tem-se a apresentação explícita de um novo modelo teórico-metodológico para o estudo do argumento. Novamente, é possível perceber que o autor parece ter a necessidade de demarcar o lugar teórico em que suas reflexões se situam, afastando-se de alguns domínios científicos para se aproximar do que vai se chamar “jurisprudência”.

Recorte (5): para quebrar o poder de antigos modelos e analogias, vamos tratar de nos munir com um novo modelo. (...) Assim, deixemos de lado a Psicologia, a Sociologia, a tecnologia e a Matemática, ignoremos os ecos da engenharia estrutural e da *collage* nas palavras “fundamentos” e “suporte”, e tomemos a jurisprudência como nosso modelo. A lógica (...) é jurisprudência generalizada. Os argumentos podem ser comparados a processos judiciais; (p. 10).

DSD-X

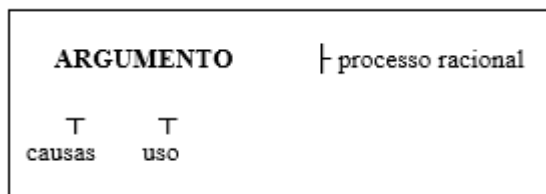


Neste DSD, pode-se visualizar outras relações de sentido que são construídas no texto de Toulmin, a saber, “Processos judiciais” determina “novo modelo”. “Jurisprudência” (o modelo de referência adotado por Toulmin) determina “lógica” que, por sua vez, determina “novo modelo”. Este bloco de significações está em relação de antonímia com o que Toulmin chama de “antigos modelos” que é determinado por “psicologia”, “sociologia”, “tecnologia”, “matemática” e “engenharia estrutural”. Ou seja, os antigos modelos são modelos psicológicos, sociológicos, tecnológicos, matemáticos e modelos de engenharia estrutural.

No recorte seguinte, os procedimentos de reescrituração e de articulação permitem visualizar, de modo mais pontual, as filiações da proposta de Toulmin às ciências jurídicas.

Recorte (6): Nossa investigação visa a um objetivo semelhante: temos de caracterizar o que se pode chamar de “o processo racional” – os procedimentos e as categorias mediante os quais se podem discutir e decidir todas as “causas” (p. 10).

DSD-Y

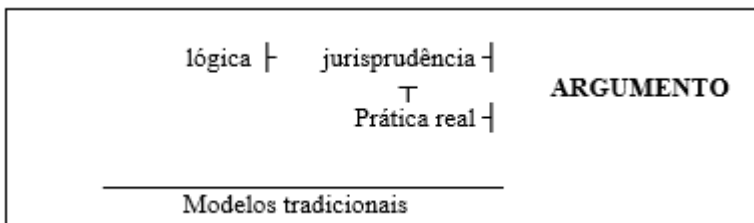


Ou seja, “causas”, “uso” e “processo racional” determinam “argumento”.

Na sequência, no recorte (7), observa-se que Toulmin propõe uma nova via para se investigar o uso dos argumentos partindo da lógica como uma espécie de jurisprudência generalizada. Este recorte (7), de acordo

com as análises, mostra, de certo modo, a relação que se estabelece entre o que está no DSD-X (estudo crítico do argumento) e o que está no DSD-Y (o que é o argumento).

Recorte (7): ao tratar a lógica como jurisprudência generalizada e ao testar nossas ideias mediante a prática real de avaliar argumentos – em vez de compará-los com um ideal de filósofo -, podemos chegar a construir um quadro bem diferente do tradicional (p.14).



Verifica-se, a partir deste DSD, que “argumento” é determinado por “prática real” e por “jurisprudência” sendo que esta é determinada por “prática real” e determina “lógica”. Estas relações de determinação estão em relação de antonímia com os chamados “modelos tradicionais”.

Os DSDs expostos, em sequência, representam a rede de sentidos que se constitui em torno da palavra “argumento” na obra de Toulmin. A partir dos recortes apresentados e dos DSDs, pode-se verificar que há um esforço de Toulmin na direção de estabelecer um deslocamento de campo teórico para o estudo do argumento e não necessariamente de propor uma teoria da argumentação. A questão central para este autor é criticar o modo como algumas teorias lógicas privilegiaram alguns tipos de argumentos que não, necessariamente, se fazem presente na argumentação do cotidiano. Para refutar a tese de que a lógica é uma ciência de argumento racional, Toulmin propõe a jurisprudência das ciências jurídicas em detrimento aos modelos tradicionais (oriundos da lógica formal). Com base no resultado desta análise, pode-se, portanto, compreender o motivo pelo qual a palavra “argumentação” não aparece na obra deste autor. Ou seja, em nenhum momento seu objetivo foi refletir sobre a argumentação como prática linguageira, mas sim discutir os domínios teóricos que teorizam sobre ela e sobre o uso do argumento. A proposta de Toulmin é, pois, a de buscar alternativas para o modo como os argumentos são utilizados no cotidiano e para o modo como esses usos são compreendidos e analisados pelos domínios teóricos, principalmente, por aqueles das ciências filosóficas.

2.3 A argumentação em “A argumentação na língua”

A “Teoria da Argumentação na Língua”, de acordo com o exposto anteriormente, defende a ideia de que a argumentação está inscrita estruturalmente nos elementos da língua, ou seja, os enunciados apresentam um direcionamento, uma orientação argumentativa que objetiva encaminhar o interlocutor a determinadas conclusões. Para descrever e interpretar semanticamente essa orientação argumentativa, cumpre observar determinadas marcas, as marcas linguísticas da argumentação, que aparecem explicitamente na própria estrutura do enunciado. Para Ducrot (1981), o valor argumentativo de um enunciado não pode ser visto como uma consequência exclusiva das informações expressas por ele, visto que o enunciado “pode comportar diversos morfemas, expressões ou termos que, além do conteúdo informativo, servem para dar uma orientação argumentativa aos enunciados, a conduzir o destinatário em tal ou qual direção” (DUCROT, 1981, p. 178).

Os “morfemas, expressões ou termos” a que se refere o autor, constituem as marcas da argumentação, que se configuram, principalmente, sob a forma de conectores, ou melhor, de operadores argumentativos. Além de fazer as devidas conexões entre as palavras e os argumentos do texto, os operadores argumentativos têm a função de orientar e de indicar a força argumentativa dos enunciados, isto é, apontar o sentido para o qual eles se direcionam. Ademais, de acordo com Plantin (1990), cabe aos operadores argumentativos colocar a informação do texto a serviço da intenção argumentativa global do locutor veiculada ao longo do texto, ou seja, são os operadores que determinam o valor argumentativo dos enunciados e orientam a direção da argumentação.

Considerando que esta teoria se apresenta inserida, fundamentalmente, nas ciências da linguagem, inicia-se a seguir o estudo sobre funcionamento do sentido da palavra “argumentação” na obra “A argumentação na língua”. Assim como procedeu-se as outras análises, toma-se o título como o primeiro recorte:

Recorte (1): “*l’argumentation dans la langue*”

Neste enunciado, pode-se verificar, através do procedimento enunciativo da articulação, que os autores situam a argumentação como um componente, uma parte constitutiva da própria língua, “a argumentação na língua”. Nota-se aqui que a posição adotada por Anscombe e Ducrot, no que concerne à teoria da argumentação, muito se difere das propostas apresentadas pelos autores anteriores, uma vez que Anscombe e Ducrot não concebem a argumentação como uma técnica, uma retórica exterior ao

processo de produção de sentido. Em outras palavras, para Ducrot, a argumentação está inscrita no funcionamento da língua e, assim, pode ser considerada, apreendida e investigada.

língua ARGUMENTAÇÃO

Onde se lê, língua determina argumento.

De fato, os retóricos de plantão poderiam afirmar que a teoria de Ducrot apresenta-se como uma teoria instável já que, ao longo das últimas décadas, ela sofreu diversas alterações. Do ponto de vista adotado nesta pesquisa, considera-se que as reformulações ducrotianas no que diz respeito à argumentação devem ser compreendidas mais pela produtividade das pesquisas deste autor do que por suas possíveis falhas. A favor disso, tem-se o fato de que, apesar das ampliações e reescrituras teóricas, em nenhum momento, o autor abandonou a tese inicial, que nomeia a obra em análise, de que a argumentação está na língua e não fora dela.

No segundo recorte, observa-se que a palavra “argumentação” está reescrita a partir do título através de um procedimento de repetição:

Recorte (2): *“l’argumentation, telle que nous la concevons, satisfait pour sa part aux deux conditions. Pour nous, en effet, un locuteur fait une argumentation lorsqu’il présente un énoncé E1 (ou un ensemble d’énoncés) comme destiné à en faire admettre un autre E2 (ou un ensemble d’autres). Notre thèse est qu’il y a dans la langue des contraintes régissant cette présentation.* (p. 8)

O procedimento enunciativo da reescritura da palavra “argumentação” aparece em dois momentos distintos no enunciado, a saber, “*l’argumentation, telle que nous la concevons, satisfait pour sa part aux deux conditions*” e em “*un locuteur fait une argumentation lorsqu’il présente un énoncé E1*”. Além disso, há também outra reescritura, agora por substituição no fragmento “*Notre thèse est qu’il y a dans la langue des contraintes régissant cette présentation*”. Assim, através do movimento das paráfrases, é possível observar os desdobramentos da significação neste enunciado.

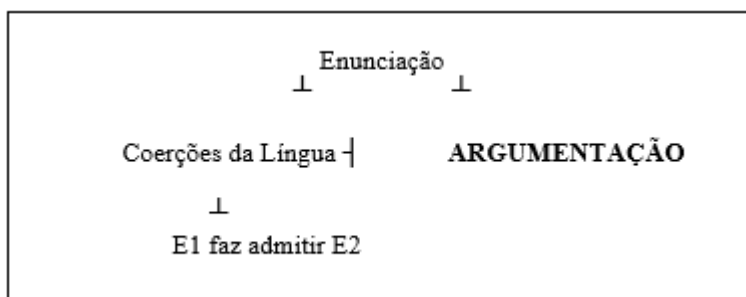
1’ Argumentação é apresentar um enunciado E1.

1” O enunciado E1 é destinado a fazer admitir um enunciado E2.

1”” A argumentação é regida pelas coerções da língua.

De acordo com as paráfrases, compreende-se que a argumentação, ao se manifestar através da língua na enunciação, tem seu funcionamento regulado pelas coerções da própria língua. A utilização de termos como “locutor”, “E1”, “E2”, “enunciado” apontam para uma memória de sentidos que nos remetem à obra de Benveniste, linguista que investigou o funcionamento enunciativo da língua e promoveu o surgimento da linguística da enunciação.

Tomando como base o recorte (2), foi possível representar os sentidos de “argumentação” no seguinte DSD.



Ou seja, “enunciação” determina “argumentação” e “coerções da língua”. “Coerções da língua”, por sua vez, também determina o sentido de “argumentação” e determina ainda o sentido de “E1 faz admitir E2”.

Posto isso, segue-se à análise de outros recortes. O terceiro fragmento selecionado aponta, de modo mais específico, para as relações semânticas que se estabelecem entre argumentação e estrutura linguística.

Recorte (3): *Les enchaînements argumentatifs possibles dans un discours sont liés à la structure linguistique des énoncés et non aux seules informations qu'ils véhiculent.* (p. 9)

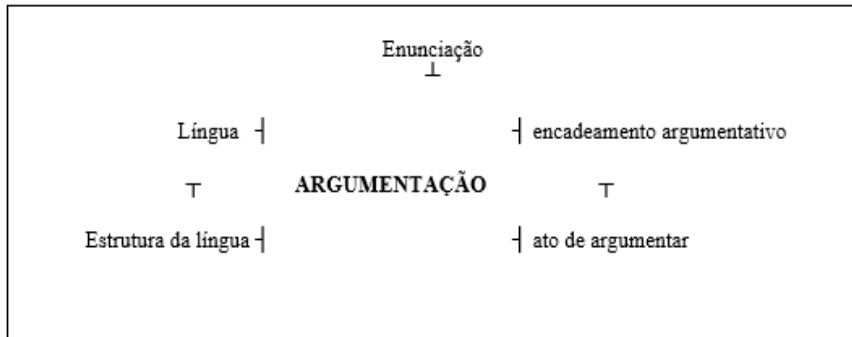
A partir das paráfrases, observa-se que, para Anscombre e Ducrot, a argumentação é determinada pela estrutura da língua. Dito de outra forma, haveria na língua elementos e modos de funcionar que colocam a argumentação em funcionamento. Nesta perspectiva, à medida que se enuncia, argumenta-se.

3' A argumentação é feita de encadeamentos argumentativos.

3'' Os encadeamentos argumentativos em um discurso são ligados à estrutura linguística dos enunciados.

- 3''' A argumentação é determinada pelas coerções da língua.
 3''' A argumentação é determinada pela estrutura linguística.

A fim de dar mais visibilidade ao jogo semântico posto em funcionamento neste recorte, apresenta-se, abaixo, outro DSD:



Neste DSD, “estrutura da língua” determina o sentido de “língua” e ambas determinam o sentido de “argumentação”. Esta, por sua vez, determina “encadeamento argumentativo” e “ato de argumentar”. Observa-se ainda que “ato de argumentar” determina o sentido de “encadeamento argumentativo”. Nesta representação, é possível perceber os laços semânticos que estão em funcionamento no recorte analisado de modo que o sentido de uma palavra afeta, restringe e/ou amplia o sentido de outras a sua volta. Pode-se dizer que aqui há uma espécie de circuito de determinação em que a rede de sentidos se produz de modo que a significação gira e volta a ecoar na relação língua/enunciação/argumentação.

Conforme destacado anteriormente, para Ducrot e Anscombre, a argumentação não pode ser compreendida como um fenômeno de linguagem externo à língua. Sobre isso, no recorte 4, observa-se que, ao falar dos encadeamentos argumentativos, os autores diferem sua proposta teórica do que chamam de “*rhétorique extra-linguistique*”. Nota-se aqui que argumentação aparece reescrita através da expressão “encadeamentos argumentativos” e, mais adiante, o sentido de argumentação já desliza na textualidade para “*d’un acte de langage particulier, l’acte d’argumenter*”.

Recorte (4): *C’est ce qui nous justifie de relier les possibilités d’enchaînements argumentatif à une étude de la langue et de ne pas les abandonner à une rhétorique extra-linguistique. Pour nous, elles sont déterminées au travers d’un acte de langage particulier, l’acte d’argumenter [...].* (p.15)

A partir das paráfrases, observa-se os movimentos de sentido da argumentação na teoria de Ducrot e Anscombe.

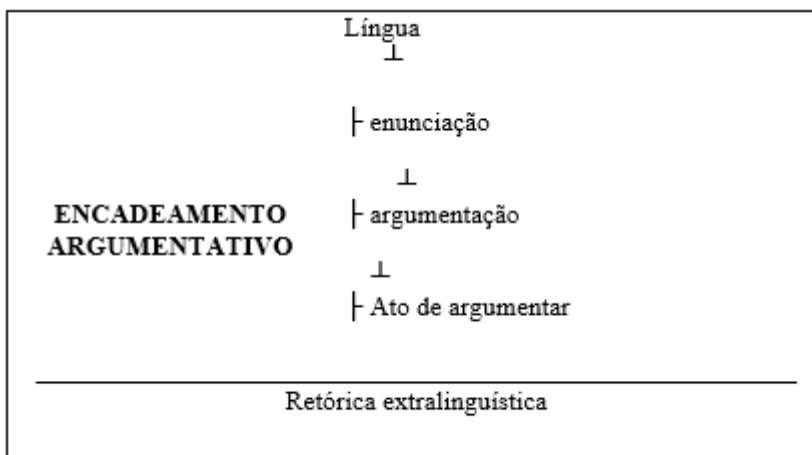
4' As possibilidades de encadeamentos argumentativos são ligadas à língua.

4'' O encadeamento argumentativo é produzido na língua.

4''' Argumentação é o encadeamento argumentativo.

4'''' O encadeamento argumentativo é o ato particular de argumentar.

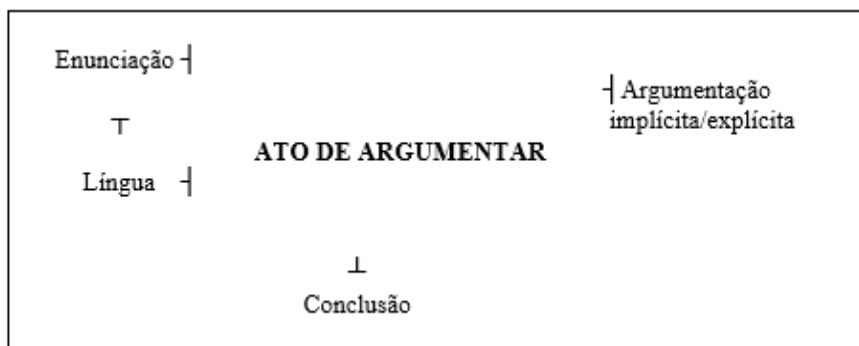
Chega-se assim a seguinte representação:



Nesta sequência de análise, observa-se que “língua” determina enunciação que determina “encadeamento argumentativo” e “argumentação”. Esta, por sua vez, determina “encadeamento argumentativo” e “ato de argumentar” que também vai determinar “encadeamento argumentativo”. Toda essa rede de significação coloca novamente em funcionamento o que se chamou, anteriormente, de circuito de determinação, a saber, o sentido de uma palavra afeta o sentido de outra numa espécie de “efeito dominó”. Dito de forma, trata-se de um ir e vir de relações de significação que parecem ter por função homologar a tese de Anscombe e Ducrot de que a “argumentação está na língua”. Tese esta que se confirma, ainda neste mesmo DSD, quando se observa que essas relações semânticas descritas aqui acima estão em relação de antonímia com “retórica extra-linguística”.

A partir deste recorte, compreende-se que pensar sobre o sentido da palavra “argumentação” em Anscombe e Ducrot conduz a refletir sobre a

relação que se estabelece entre palavra “argumentação” e aquilo que os autores estão chamando de “ato de argumentar”.



Neste DSD, além de se confirmar o que já havia sido exposto e analisado nos DSDs anteriores no que diz respeito às relações semânticas que se produzem entre “Enunciação”, “língua” e “ato de argumentar”, observa-se que “ato de argumentar” determina ainda “argumentação explícita/implícita” e “conclusão”. Toda rede de significação exposta neste DSD incide sobre o DSD da palavra “argumentação” apresentado acima.

Considerações finais

Ao estudar o(s) sentido(s) produzidos em torno da palavra "argumentação" nas obras de referência do corpus desta pesquisa, buscou-se compreender, a partir de uma perspectiva enunciativa, as relações de sentido que são produzidas, no e pelo acontecimento da enunciação, e colocadas em funcionamento em um dizer específico sobre a argumentação em Perelman e Olbrechts-Tyteca, Toulmin, Anscombe e Ducrot.

No caso da obra de Perelman e Olbrechts-Tyteca, a partir das análises realizadas, observou-se que as relações de determinação semântica da palavra "argumentação" foram construídas levando em consideração uma memória de sentidos sobre a palavra, cuja gênese é a Retórica Clássica. Memória esta, como já disse, que foi retomada e, à medida que foi sendo re-significada, projetou novos sentidos para a argumentação no século XX. Novos sentidos que, afetados pelas condições histórico-sociais da final da década de 50, inauguraram outros tempos para o estudo da argumentação. Tempos e sentidos marcados pelo interesse às técnicas de persuasão que se renovam justamente em um momento de efervescência do poder do simbólico que, em pleno auge da guerra fria, encontra espaço e lugar para

se significar e se marcar como um instrumento fundamental na relação linguagem e sociedade no século XX.

Assim, a "argumentação" em Perelman e Olbrechts-Tyteca, ao ser determinada pela verossimilhança, inscreve-se no domínio da controvérsia, no domínio da opinião, das discussões, do embate e do conflito que permeia as relações sociais, políticas e econômicas de nosso tempo. O sentido da "argumentação" re-significa o exercício da persuasão e reafirma que a força do simbólico, o poder da palavra, se sobrepõe à força física, o poder da violência.

Observando a rede de significações na obra de Toulmin, percebe-se que este modelo se propõe a repensar teoricamente o lugar para a argumentação nas ciências humanas, distante da lógica formal, da argumentação filosófica, e mais próxima do uso cotidiano. Trata-se, pois, de um modelo de ruptura teórica com a lógica formal e com as ciências matemáticas em que se busca uma abordagem mais racional e em que se utiliza da jurisprudência das ciências jurídicas para fundamentar um modelo de estudo da argumentação. Assim, o sentido da "argumentação" que pode ser depreendido a partir das análises é justamente aquele da ruptura com os sentidos atribuídos a ela pelas ciências lógicas e matemáticas. Nessa perspectiva, a reflexão proposta pelo autor toma como ponto de partida argumentação "ideal" e "exata" dos lógicos e dela se distingue à medida que dá lugar a uma proposta de modelo de argumentação mais próximo do real. Trata-se da argumentação racional que se aproxima da prática de linguagem. A partir das análises, observa-se que as relações semânticas em torno da "argumentação" na obra de Toulmin apontam para uma importante diferença que deve ser considerada. A saber, a distinção entre o objeto de estudo, a argumentação, e a teoria da qual este objeto é investigado.

Já em Anscombe e Ducrot, o sentido de "argumentação" parece, de um lado, ativar uma memória de sentidos que diz respeito justamente ao próprio movimento das ciências da linguagem. De modo mais explícito, refiro-me aqui à questão do estruturalismo, da teoria de enunciação e a teoria dos atos de fala. Por outro lado, os autores ressaltam que a argumentação, compreendida aqui como prática linguageira, objeto de estudo, por estar presente na própria língua, não estabelece relação com aquilo que chamam de "retórica extra-linguística". Neste ponto, pode-se dizer que teoricamente, o sentido de "argumentação" na teoria de Anscombe e Ducrot distancia-se daqueles sentidos observados nas obras analisadas anteriormente.

Tem-se, assim, que o(s) sentido(s) da argumentação no século XX ecoam memória de sentidos e rupturas. Como foi possível observar, ao longo desta reflexão, as obras analisadas precisam romper com a

discursividade de determinados domínios teóricos para instaurar novos e outros sentidos para a argumentação, seja como teoria, seja como objeto de estudo. Trata-se, pois, do funcionamento político e histórico do(s) sentido(s) que, no acontecimento de dizer, precisam romper, dividir, funcionar na contradição para assim significar diferentemente, re-significar na temporalidade deste acontecimento uma vez que, de acordo com Guimarães (2002, p. 11), “o acontecimento de dizer temporaliza”. Aproximando as palavras do autor ao objeto de estudo deste trabalho, poder-se-ia dizer que os sentidos para argumentação analisados aqui não são (re)produzidos sem um passado e um futuro. Assim sendo, compreende-se que, nos autores estudados, em cada acontecimento de dizer sobre a argumentação, instalou-se uma temporalidade que é própria a cada um deles. Nenhuma formulação se deu ao acaso, isso porque “o acontecimento é sempre uma nova temporalização, um novo espaço de conviviabilidade de tempos [passado, presente e futuro] sem a qual não há sentido” (GUIMARÃES, 2002, p.12). O movimento de significação que se observou em relação à palavra “argumentação”, nesta pesquisa, aponta justamente para a ideia de que o sentido da “argumentação” surge em cada obra retomando formulações do passado, re-significando-as no presente na enunciação e projetando-as à futuridade do sentido. Isso permite dizer que a argumentação no século XX é significada, nas obras analisadas neste estudo, pela memória de sentidos e pelas rupturas que fazem significar novos campos de estudo para a argumentação à medida que se repensa a “argumentação” como teoria e, conseqüentemente, novos sentidos para a “argumentação” à medida que ela é tomada como objeto de estudo.

Assim, no que concerne à memória de sentidos, em cada obra, em cada acontecimento de linguagem, pode-se observar funcionamentos distintos, a saber: na obra de Perelmann e Olbrechts-Tyteca, à medida que se toma como ponto de partida a retórica aristotélica, os autores apresentam sua teoria da argumentação como uma nova-retórica. Aqui o sentido de argumentação dialoga fundamentalmente com aquele de retórica clássica; já na obra de Toulmin, ao propor um novo modelo da argumentação que se constitui na diferença das ciências filosóficas e lógicas, o autor propõe sua “célula argumentativa” (PLANTIN, 1990) como um ponto de articulação entre diferentes dimensões textuais-enunciativas (enunciados, parágrafos, etc.). Neste caso, observa-se que, na proposta teórica do autor, faz-se presente a memória de dizer de outros domínios científicos, aqueles relacionados às ciências biológicas e psico-cognitivas; Anscombe e Ducrot, por sua vez, ao compreenderem a argumentação como um componente da língua re-significam aí fortemente o legado do movimento estruturalista, iniciado por Saussure, a teoria da enunciação, de Benveniste e a própria pragmática. Ao dizer que “a argumentação está na língua”, os

autores situam um novo espaço para a argumentação, fora da lógica e da retórica, e significam-na na linguagem. Para estes autores, pode-se dizer que a argumentação é tomada como objeto e, uma vez assim compreendida, é preciso propor também um quadro teórico que sustente sua análise de um domínio do conhecimento que lhe é próprio, ou seja, as ciências da linguagem.

Em relação às rupturas de sentidos da palavra argumentação nestas obras, ou ainda, à divisão de discursividades que giram em torno deste conceito nas ciências humanas, em quadros epistemológicos distintos, pode-se dizer que, nas três obras analisadas, o(s) sentido(s) da “argumentação” que é/são projetado(s) e re-significado(s) têm como impulso, justamente, essa ruptura. Trata-se de romper com aquilo que já está consolidado, com o já cristalizado, com o senso comum, para inscrever outros sentido(s) no presente da enunciação. Tem-se assim que o(s) sentido(s) da argumentação nestas obras trabalham incessantemente o dizer reescriturado. O antigo repaginado no parafraseamento de textos que, uma vez enunciados no presente dessas enunciações, abrem novas possibilidades de significação em função das condições de produção em que o acontecimento de dizer se inscreve.

Nesse sentido, dizer qual é (ou quais são) o(s) sentido(s) da argumentação no século XX significa considerar o processo incansável de formulação, de circulação e (re)produção da argumentação neste período. Significa ainda considerar suas rupturas teóricas, metodológicas e epistemológicas que se produzem impulsionadas pela história, pela sociedade e pela linguagem. O(s) sentido(s) de argumentação no século XX coloca(m) em funcionamento, portanto, redes de significação que ora se aproxima ora se distanciam e que passam necessariamente pela linguagem, pelo litígio, pelo simbólico, pelo real da língua que se atualiza constantemente em função das condições históricas, políticas e ideológicas do acontecimento de dizer.

Fato é que cada obra e cada domínio científico traz consigo uma contribuição para se compreender o fenômeno da argumentação, seja pela proposta de uma nova teorização, seja pela perspectiva de uma nova abordagem deste objeto de estudo, prática linguageira tão presente em nosso cotidiano. Fato é que a argumentação está presente nas práticas linguageiras de qualquer indivíduo e ao ser produzida vai rompendo, re-significando, deslizando, atualizando-se, construindo novas significações e assim historicizando o(s) sentido(s) da argumentação nas práticas linguageiras e nos domínios teóricos da atualidade.

Referências

- ANSCOMBRE, J. C. ; DUCROT, O. **L'Argumentation dans la langue**. 2. ed. Bruxelles : Mardaga, 1988.
- BERTRAND, D. **Parler pour convaincre**. Paris: Gallimard, 1999.
- DUCROT, O. Polifonia y Argumentación. **Conferencias del Seminario Teoría de la Argumentación y Análisis del Discurso**. Cali, Feriva, 1988.
- GUIMARÃES, E. A enumeração, funcionamento enunciativo e sentido. In: **Cadernos de Estudo Linguísticos** 51(1). Campinas: Editora da Unicamp, 2009.
- _____. Domínio Semântico e Determinação. In: **A Palavra: Forma e Sentido**. Campinas: Pontes, 2007, p. 77-96.
- _____. **Semântica do Acontecimento**. Campinas: Pontes, 2002.
- _____. Textualidade e enunciação. In: **Escritos 2**. Publicação do Laboratório de Estudos Urbanos. Unicamp, (s/d). Disponível em <<http://www.labeurb.unicamp.br/portal/pages/pdf/escritos/Escritos2.pdf>>. Acesso em 08 jul. 2014.
- KLINKENBERG, J. M. Retóricas de Ontem e de Hoje: Prefácio. Tradução de Lineide do Lago Salvados Mosca. In MOSCA, L. L. S. (org.) **Retóricas de ontem e de hoje**. 3. ed. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP. 2004, p.11-15.
- MOSCA, L. S. (org.). **Retóricas de Ontem e de Hoje**. 3. ed. São Paulo: Humanitas Publicações/FFLCH-USP, 2004.
- ORLANDI, E. “Segmentar ou Recortar”. In: **Linguística: questões e controvérsias**. Uberaba: Fiube, 1984, p. 9-26.
- PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. **Tratado de Argumentação: A nova retórica**. Tradução de Maria de Ermantina de Almeida Prado Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- PLANTIN, C. **L'argumentation**. Paris: Seuil, 1996.
- _____. **Essais sur l' argumentation**. Paris: Kimé, 1990.
- REBOUL, O. **Introdução à retórica**. Tradução de Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- SANTOS, G. L. Enunciação, designação e metáfora: um estudo sobre o político na linguagem. In **Entremeios**. n.6 jan, 2013. Disponível em <<http://www.entremeios.inf.br/index.php?issue=6>>. Acesso em 08 jul. 2014.
- TOULMIN, S. E. **Os usos do argumento**. Tradução de Reinaldo Guarany. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

SEMÂNTICA DO ACONTECIMENTO E LINGUÍSTICA DE CORPUS: ANÁLISE ENUNCIATIVA DE SENTIDOS DE ESCRAVIDÃO E DE INTERPRETAÇÃO

JORGE VIANA SANTOS - UESB
CRISTIANE NAMIUTI - UESB
ADILSON VENTURA DA SILVA - UESB

1. Introdução

O Laboratório de Pesquisa em Linguística de Corpus (LAPELINC/UESB), coordenado pelos professores Jorge Viana Santos e Cristiane Namiuti, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGLin/UESB), agrega pesquisas em Linguística de Corpus, Semântica e Sintaxe.

Destacam-se as pesquisas desenvolvidas e orientadas pelo professor Jorge Viana Santos que contribuiu simultaneamente para a Semântica e para o estudo da memória da escravidão baiana e, por extensão, da escravidão brasileira, na medida em que localizou, catalogou, coletou e analisou documentos relativos à escravidão, investindo na construção do corpus de Documentos Oitocentistas de Vitória da Conquista e Região (DOViC) bem como no método desenvolvido para a implementação desse corpus, denominado método LAPELINC. Tal método, que vem sendo desenvolvido desde o trabalho seminal de Santos (2008) e que hoje se encontra em uma versão compatível com o advento das Humanidades Digitais unindo a Fotografia, a Linguística e a Computação (cf. NAMIUTI; SANTOS, 2015, SANTOS; NAMIUTI, 2016; SANTOS; NAMIUTI, 2017), tem sido aplicado nas pesquisas do LAPELiNC.

Neste sentido apresentaremos o Método Lapelinc de coleta de dados cientificamente controlados, que, descrito em Santos e Namiuti (2016), Santos e Namiuti (2017), utiliza a fotografia científica como forma de criar documentos digitais fidedignos, voltados ao uso e manuseio pelo pesquisador, evitando a consulta aos originais físicos, procedimento que os preserva para a posteridade; isto porque, como previsto no método Lapelinc, cria um outro original, fidedigno, com vantagens de consulta possibilitadas pela linguagem fotográfica, tais como ampliação eletrônica, controle de cor e luminosidade (cf. SANTOS; BRITO, 2016), e com informações co-indexadas, tal como o Aparato de Metadados Estruturado (SANTOS; NAMIUTI, 2017).

Para além da apresentação do corpus DOViC e o Método Lapelinc, neste trabalho apresentaremos amostras das pesquisas que observaram a constituição de sentidos de *escravidão*, *liberdade* e *interpretação* nesse corpus em específico e em outros.

Para discutir a questão da escravidão, Santos (2008) defende a hipótese de que, na sociedade escravista brasileira, a exemplo de Vitória da Conquista-BA nos séculos XVIII e XIX, documentos jurídicos costumeiros, ao lado de outros do Direito positivo, como as leis, ambos historicamente considerados instrumentos legais de libertação, funcionam paradoxalmente como instrumentos linguístico-históricos de libertação-dominação. Assim, no âmbito do projeto temático vinculado ao PPGLin/UESB, *Sentidos de Liberdade e escravidão no Brasil*, coordenado pelo Prof. Jorge Viana Santos, desenvolvem-se pesquisas a partir dos pressupostos de Santos (2008) e de corpus de diferentes documentos que circularam no contexto do Brasil escravagista, com destaque para cartas de alforria, testamentos, escrituras de escravos, além de ações de liberdade, essas, sobretudo após a Lei do Ventre Livre de 1871. Do ponto de vista da Semântica, dada à estrutura sócio-política do Brasil de então, analisa-se quais as formas de enunciação que, devido à sua estrutura argumentativa, materializada linguisticamente nos documentos da época, indicam os diferentes modos de relações entre senhores e escravos, configurando político-juridicamente, no enunciado, uma libertação-dominação.

Para investigar os sentidos da palavra *interpretação*, no âmbito do projeto *Constituição enunciativa do sentido*, coordenado pelo Prof. Adilson Ventura da Silva, também desenvolvido no PPGLin/UESB, o professor parte de materiais usados para o ensino de Língua Portuguesa, já que estes materiais são utilizados para “ensinar” a interpretar textos.

2. DOViC um corpus de documentos da escravidão construído a partir de pressupostos da Linguística de Corpus nas Humanidades Digitais

O desenvolvimento dos projetos *Sentidos de Liberdade em cartas de alforria Baianas: a liberdade-escravidão* (FAPESB PPP 076-2010), *Corpora digitais para a história do Português Brasileiro - Documentos Históricos da região sudoeste da Bahia: aliança PHPB-Tycho Brahe* (FAPESB PET 00034-2010); *Memória Conquistense: Implementação de um Corpus Digital* (CNPq 485098/2013-0) e *Semântica e Memória da escravidão: análise semântica comparativa de sentidos de liberdade em cartas de alforria oitocentistas de Vitória da Conquista-BA e Rio de Contas-BA* (CNPq 471753/2014-9) possibilitou e possibilitará estudos comparativos do funcionamento da escravidão, a exemplo do processo de alforria, uma vez que investiu na localização, catalogação, coleta e transposição do meio físico para o digital de documentos relativos à

escravidão de Vitória da Conquista e Região - o *corpus* de Documentos Oitocentistas de Vitória da Conquista e Região (DOViC).

O corpus DOViC apresenta-se como muito importante para o avanço do estado da arte na área do conhecimento em Linguística, História e Memória, uma vez que foi concebido para o estudo da língua e seu funcionamento, reunindo documentos históricos notariais que registram o cotidiano de cidades da região no período que abrange o pleno funcionamento do regime escravocrata bem como seu declínio e as primeiras décadas pós-abolição. Os tabelionatos da região guardavam processos e livros de notas que continham os traslados de procurações, testamentos, matrículas de escravos, cartas de alforria, atas de eleições, escrituras de bens-imóveis (fazendas) e bens-móveis (escravos), entre outros - todos tipos contemplados pelo corpus DOViC, já que o método LAPELINC, utilizado na sua construção, prioriza a coleta e transposição material completa e sequenciada.

Para Santos e Namiuti (2017), o trabalho com textos antigos como fundamentos para estudos linguísticos no meio eletrônico tem como questão central a busca por garantia da fidelidade às formas originais dos textos em uma abordagem global com integração entre diferentes planos de análise como postula Paixão de Sousa (2006). Os autores enfrentam a questão de como se beneficiar das vantagens do suporte digital sem dispensar a autenticidade do documento original físico, utilizando das vantagens da tecnologia, da Computação e da Linguística, têm desenvolvido e aplicado, no Laboratório de Pesquisa em Linguística de Corpus (LAPELINC-UESB), o método LAPELINC (cf. SANTOS; NAMIUTI, 2016, NAMIUTI; SANTOS, 2016) [UEFS]. Em tal método de construção de corpora digitais anotados cientificamente controlados, parte-se do Documento Físico (DF) para se construir o Documento Digital Imagem (DDI) que serve de fonte no meio digital para os processos de constituição de corpora anotados, processos estes que têm como resultado o Documento Digital Texto (DDT) com camadas de anotação que registram a memória do processamento.

Nesse sentido, o método LAPELINC possui um fluxo de trabalho (cf. NAMIUTI; SANTOS, 2015) que compreende três grandes etapas: Transposição, Transcrição e Compilação, as quais integram e relacionam os três objetos - DF, DDI e DDT - através de softwares e ferramentas desenvolvidas especificamente para este fim, a exemplo do WebSinC (NAMIUTI; SANTOS; COSTA, 2015).

Para (re)construir no suporte digital o objeto físico, no caso do corpus DOViC, Livros de Notas, o método pressupõe, conforme Santos e Namiuti (2017) [IV CILH], o Aparato de Metadados Estruturados (AME) que permite recuperar, no digital, a complexidade do documento histórico

físico, cuja realidade é tridimensional, irregular e subjetivamente construída.

O AME envolve cinco componentes fundamentais utilizados na construção dos corpora da pesquisa: (i) Catálogo Visual; (ii) Dossiê de Observações Pertinentes (DOP); (iii) Fotografia Cientificamente Controlada (FCC); (iv) Análise Topográfica (AT); (v) Análise Descritiva (AD).

O Catálogo Visual serve de base para a criação de um banco de dados sistematizados que permite realizar buscas automáticas de metadados e constitui-se de duas partes complementares: a) parte descritiva e b) parte imagética. A parte descritiva do Catálogo Visual envolve a criação de um catálogo físico descritivo das características fundamentais de cada Documento Macro (DMA)¹, que são essenciais para a alimentação de um banco de dados. O Catálogo Visual em sua parte descritiva e imagética encontra-se ilustrado na figura 1, onde se vêem dados do Livro E14²:

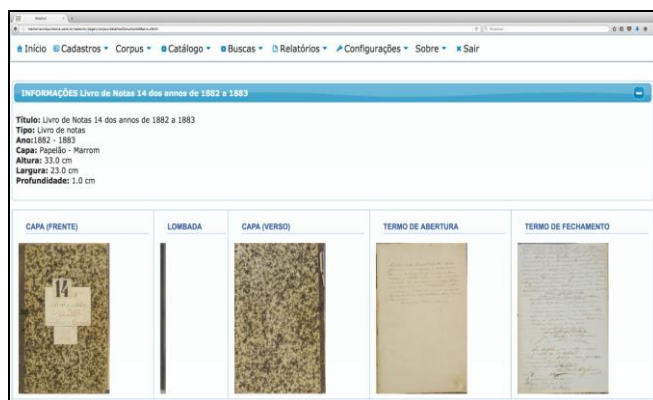


Figura 1: Tela de visualização do Catálogo Visual gerado pelo WebSinC exibindo elementos da parte descritiva combinados com as imagens-chave da parte imagética do Livro E 14.

Fonte: Corpus DOViC

O Dossiê de Observações Pertinentes (DOP) é a parte preparatória para a captura posterior das folhas-imagem dos DDIs. No DOP é realizada a pré-análise de cada folha dos documentos constantes em um livro, anotando-se as observações de ordens fotográficas, filológicas, de edição, dentre outras, como se vê na figura 2:

¹ Documento Macro (DMA) é a nomenclatura empregada por Namiuti e Santos (2015, 2017) para se referir a um tipo de documento que pode conter documentos internos, a exemplo de um livro notarial que contém cartas de alforria, testamentos, entre outros.

² E14 refere-se ao código LAPELINC de individualização de DMAs.

LIVRO No.	ANO	TIPO	TAMANHO			CAPA	MÓDULO LAPELINC			FOLHA-IMAGEM	Tipo de Observações	OBSERVAÇÕES PARTICULARES (OP-XX)
			A	L	P		Imagens	ÍNDICE DE OBSERVAÇÃO				
1	1841-1848	Escrituras (Notas)	31,5	22,3	3	Marron	C11-E01	412	34	Contracapa frente	Filológica	Folha anexada posteriormente: Transição do termo de abertura.
1	1841-1848	Escrituras (Notas)	31,5	22,3	3	Marron	C11-E01	412	35	SIN	Filológica	Folha sola.
1	1841-1848	Escrituras (Notas)	31,5	22,3	3	Marron	C11-E01	412	27	Termo de abertura	Filológica	
1	1841-1848	Escrituras (Notas)	31,5	22,3	3	Marron	C11-E01	412	10	198	Filológica	Sola de 198 para 201
1	1841-1848	Escrituras (Notas)	31,5	22,3	3	Marron	C11-E01	412	22	203	Filológica	Termo de encerramento com nome De: "Termo de Apresentação"
1	1841-1848	Escrituras (Notas)	31,5	22,3	3	Marron	C11-E01	412	22	204	Filológica	Termo de encerramento com nome De: "Termo de Apresentação"

Figura 2: Trecho de um Dossiê de Observações Pertinentes preparatório para a Captura

Fonte: Corpus DOViC

Quanto à Fotografia Cientificamente Controlada (FCC), a captura fotográfica da imagem do original envolve a fotografia sequenciada dos documentos utilizando equipamentos adequados, inserindo na imagem a quantidade necessária de dados que garanta a sua relação com o objeto que a originou. Ou seja: fotografa-se o DF para se formar o DDI. No que diz respeito à captura fotográfica em si optamos pela captura digital, com câmera e lente (cf. SANTOS; BRITO, 2014; SANTOS; NAMIUTI, 2016). A figura 3 ilustra este procedimento:



Figura 3: Visualização da FCC do livro de notas E14 ordenado não editado com metainformações cientificamente controladas nas folhas-imagem dos DDIs, conforme o método LAPELINC

Fonte: Corpus DOViC

Por sua vez, a Análise Topográfica (AT) consiste na localização topográfica (Folha-imagem inicial e final) e identificação tipológica a partir de cabeçalhos dos documentos Micro (DMis)³, isto é, documentos internos do livro já fotografado. O quadro 1 ilustra um trecho da tabela da AT do Livro E6:

Documento Número	Cabeçalho	Tipo	Folha-imagem inicial	Folha-imagem final
01	Acta dos [ins...lhação?] do collegio	Ata	005	010
02	Carta de liberdade do Escravo Constatino [...]	Carta de liberdade	010	012

Quadro 1: Trecho da Análise Topográfica do Livro E6.

Fonte: Corpus DOViC

Enfim, a análise descritiva (AD) consiste na descrição linguístico-jurídica da Tipologia de Documentos Micro (DMis), recorrendo a dicionários de língua históricos e contemporâneos, além de dicionários técnicos, específicos da escravidão e jurídicos. O quadro 2 apresenta uma AD referente ao tipo "carta"

Palavra		CARTA
Dicionários históricos (sec. XVII/XXI)	Dicionário 1 Diccionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e acrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro. Silva, Antônio de Moraes, 1755-1824.	1-Papel escrito, em que se contém alguma noticia. 2-Carta mandareira, ou mi[?], familiar, que contém ordem, licença; 3- carta de marca, para guerrear, dada a armadores e co[?] 4- cartas patentes: 5- carta de jogar, em que estão pintados os naipes ou metaes, e os pontos; 6- Geografica, em que está afigurada a terra arrumada; 7-carta de ABC, alfabeto; 8- carta de nomes, a em que estão escritos nomes soltos, e se das elementares na escola de ler. 9- carta de pago v. recibo. 10- citatória:, pola qual se manda citar alguém fora do defrit[?]; 11- de seguro, licença para se defender de algum réo,

³ Documento Micro (DMi) é a nomenclatura empregada por Namiuti e Santos (2015, 2017) para se referir a um tipo de documento que pode estar contido em documento maior (Documento Macro), a exemplo de uma carta de alforria contida em um livro notarial.

		<p>andando solto;</p> <p>12- carta de favor, de recomendação, de desafio, cujo contexto se dirige a pedir favor, 207lfabeto207r alguém, desafiar.</p> <p>13- de alfinetes, a em que 207lfa se vendem pregados.</p> <p>14- carta de guia, pa[?]portem ou licença de exportar;</p> <p>15-Carta de Alforria: Escritura, pola qual o senhor a dá ao escravo. (pág 239-240, volume 1: A – K)</p>
	Dicionário 2 Vocabulário Portuguez e latino Bluteau, Rafael, 1638-1734	Assentos, ou determinações registados em escrituras publicas. (pág 11, volume 01, Letra A).
	Dicionário 3 Dicionario da língua brasileira. Pinto, Luiz Maria da Silva, 1775-1869 Obs: (Esse dicionário não tem o rodapé indicando o número da página. Por isso não há como colocar a referência da página como nos outros.)	<p>1-Escrita a pessoa ausente;</p> <p>2-carta de ABC 207lfabeto;</p> <p>3-carta de guia; licença para exportar;</p>
Dicionários atuais (sec. XXI)	Dicionário 1 FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo Aurélio: O Dicionário da Língua Portuguesa Século XXI. Editora Nova Fronteira: 3ª edição. Rio de Janeiro, 1999	<p>1-comunicação manuscrita ou impressa devidamente acondicionada e endereçada a uma ou várias pessoas; missiva, epístola.</p> <p>2-diploma.</p> <p>3-folha em que se registram os cardápios nos restaurantes.</p> <p>4- cartografia; carta geográfica.</p> <p>5- mapa que representa linhas de navegação aérea.</p> <p>6- constituição.</p> <p>7- cada uma das peças do baralho.</p> <p>8- cartão em que se prendem objetos miúdos.</p> <p>9- carteira de motorista.</p> <p>(pág 359)</p>
	Dicionário 2 HOUISS, Antônio. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Editora Objetiva: 1ª edição. Rio de Janeiro, 2009.	<p><i>1-Mensagem manuscrita ou impressa a uma pessoa ou a uma organização, para comunicar-lhe algo.</i></p> <p><i>2-documento probatório ou aquisitivo de direitos;</i></p> <p><i>3- carta de alforria: documento que concedia liberdade ao escravo. (pág 412)</i></p>
	Dicionário 3	1. Escrito que se envia a outro com cumprimentos,

	Dicionário AULETE, Caldas. Dicionário contemporâneo da Língua Portuguesa. Editora Delta S. A.: 2ª edição, 5 volumes, 1964.	pedidos, ordens, notícias, etc.; epístola, massiva: Carta de parabéns, de recomendação. Carta comercial. 2. Documento oficial que expedem as repartições públicas ou tribunais, de nomeações, ordens, etc. 3. Carta de lei, lei promulgada com a aprovação das câmaras legislativas e sanção do executivo referendada pelo respectivo ministro de estado. (pág 718, v1)
--	---	---

Quadro 2: Descrição linguístico-jurídica (parcial) dos DMIs de um livro do corpus DOViC

Fonte: Corpus DOViC

O Corpus DOViC por ser construído através do método LAPELINC pode beneficiar o trabalho com textos antigos como fundamentos para estudos linguísticos, a exemplo dos de semântica, no meio eletrônico, pois permite a utilização das vantagens do suporte digital sem dispensar a autenticidade do documento original físico, uma vez que, com o AME, o processo de construção de corpora pode seguir vinculando os objetos digitais nele produzidos em uma abordagem global com integração entre diferentes planos de análise garantindo a fidelidade às formas originais.

Assim formado o corpus possibilitou e beneficiou pesquisas relativas à escravidão⁴ a exemplo de Santos (2013), Ferraz (2014), Souza (2015), Carvalho (2016), as quais serão sintetizadas na seção 3.

3. Liberdade e escravidão: uma amostra de pesquisas em Semântica

No âmbito do projeto temático vinculado ao PPGLin/UESB, *Sentidos de Liberdade e escravidão no Brasil*, coordenado pelo Prof. Jorge Viana Santos, vários trabalhos foram desenvolvidos observando este tema, seguindo os pressupostos de Santos (2008). Destaquemos quatro destas pesquisas.

Em primeiro lugar, a partir de processos de tutela de crianças negras, filhas de ex-escravas, contempladas pela Lei do Ventre Livre, da cidade de Rio de Contas-BA, do período imediatamente pós-abolição (1888-1895), Santos (2013) construiu o corpus de sua pesquisa seguindo a orientação de construção cientificamente controlada de Santos (2008) e as bases da fotografia científica do método Lapelinc⁵, buscando responder a questão-problema *Como se explica, do ponto de vista semântico-argumentativo,*

⁴ Pesquisas de mestrado orientadas pelo Prof. Dr. Jorge Viana Santos, desenvolvidas no PPGLin/UESB.

⁵ Os DDIs dos processos de tutela de Rio de Contas integram o corpus DOViC.

que palavras como tutor, órfão, educação e amor paternal tenham funcionado com um sentido específico para atender a uma necessidade histórica, sentido esse diferente daquele materializado nas Ordenações Filipinas, fazendo com que mesmo depois da abolição da escravatura, tais palavras pudessem ser usadas como argumentos, em processos de tutela, em favor de ex-senhores que pretenderam se tornar tutores dos filhos de suas ex-escravas?. Defendeu a hipótese de que

"Considerando que a Lei Rio Branco de 1871, que ficou vulgarmente conhecida como a Lei do Ventre Livre, tenha tornado juridicamente livres os filhos de escravas a partir da data da sua promulgação, e ainda, que a Lei Áurea tenha extinguido a escravidão em 1888, observa-se que, depois dessas leis, passou a existir um status jurídico para tais crianças que, livres pelo nascimento, mas com condição pela Lei, situavam-se numa lacuna propícia a tutela. Do ponto de vista semântico-argumentativo, explica-se com o uso de um sentido específico de expressões como tutor, órfão, educação e amor paternal fundamentando uma argumentação jurídica que se tornou uma alternativa viável a ex-senhores no que tange a possibilidade de, através da tutela de filhos de suas ex-escravas, manterem essas crianças ainda sob seu jugo, fazendo perdurar a sua condição livre, a rigor um modo de escravidão, nos moldes da Lei 2040 de 1871." (SANTOS, 2013, p. 14-15)

Assim, com base na Semântica Argumentativa (DUCROT, 1973, ANSCOMBRE; DUCROT, 1976, DUCROT, 1984, DUCROT; CAREL, 2005), no conceito de liberdade postulada por Santos (2008) e fundamentada em textos de História e Historiografia da Escravidão (GEBARA, 1986, GRINBERG, 1994, MALHEIRO, 1866, NABUCO, 1883, SLENES, 1998, entre outros), analisou, na materialidade de determinados enunciados dos autos de tutela, os funcionamentos do mecanismo argumentativo de construção de um sentido específico para as palavras *tutor, órfão, educação e amor paternal* que, em conjunto, funcionaram para caracterizar as tutelas brasileiras diferentemente do que estava previsto para tutelas nas Ordenações Filipinas.

O trabalho comprovou que o funcionamento de tutor, órfão, educação e amor paternal, nos processos brasileiros, apresentaram sentidos específicos que, não se assemelhando com o sentido das Ordenações Filipinas, criaram a figura do tutor e a figura do órfão *sui generis*, próprios das tutelas brasileiras do período mencionado: o tutor voluntário e o órfão de pais vivos.

No excerto 12 analisado por Santos (2013) pode-se ver um dos funcionamentos do sentido de *tutor* nas Tutelas:

Excerto 12 (tutelas)

Diz Joaquim Ramos da Trindade, negociante, residente n'esta Cidade, que tendo sido restituída à liberdade a escravizada Priscillina, que fôra do domínio de sua sogra, D. Emilia da Silva Ribeiro, ficou a referida Priscillina, além de outros filhos, uma menina de nome Olaia, de menor idade; e como seja Priscillina, mãe da dita menor, incapaz de lhe dar a precisa educação, porquanto e sabida sua vida de devassidão, **quer o supp^o aceitar a Curadoria da mãe-
ma e tel-a debaixo de suas vistas.**

(Tutela n^o 2, cx 2, estante 12, 06/07/1988 – AMRC). (SANTOS, 2013, p. 69)

O enunciado destacado demonstra que o locutor/tutor, ao utilizar o verbo **quer** mantém com o Estado uma relação hierárquica de superioridade. Esta relação pode ser representada por um aspecto do tipo **querer PT poder**. Como explica a autora,

Da mesma maneira que a relação de poder é mantida entre o tutor e o Estado, ela é mantida entre o tutor e o ex-escravo. No enunciado [...] *tel-a debaixo de suas vistas* [...], o operador argumentativo debaixo indica o lugar e a condição em que os ex-escravos e seus filhos se encontravam diante do tutor/senhor, fazendo prevalecer uma hierarquia que, juridicamente, já não mais existia com o fim da escravidão. (SANTOS, 2013, p. 69)

Em segundo lugar, Ferraz (2014) investiga sentidos da palavra *senhor* circulantes em cartas de alforria no Brasil durante o período de 1841 a 1888, integrantes do corpus DOVIC, e em textos da imprensa baiana durante o período de 1870 a 1899. Procurou responder à questão *como se caracteriza semanticamente o senhorio brasileiro?*. Com base em Santos (2008), mobilizando pressupostos da Semântica do Acontecimento, aliados a alguns princípios da História/Historiografia, demonstrou que o senhorio brasileiro apresenta sentidos específicos fundamentados, não somente na relação senhor-escravo, mas também no poder do senhor exercido em diferentes esferas na escravidão; os dados comprovam também a continuidade de tal poder no período pós-abolição. Um exemplo pode ser visto a partir do excerto 3.40 da dissertação:

Excerto 3.40

Carta de Liberdade de Adrianna Mulata, conferida **pelo seu Patrono Agostinho** [...] a qual Mulatinha pelos bons serviços que della temos recebido queremos lhe fazer esta graça [...].

(Carta 37: livro 1, folhas 101v-102f-103v, 21/10/1845 – DOVIC).

(FERRAZ, 2014, p. 127)

O enunciado *conferida pelo seu Patrono Agostinho* traz o nome do *senhor* adjetivado pela palavra *patrono*, uma reescritura do item lexical *senhor*. Ao analisar sua relação com outras palavras do texto, percebe-se que *patrono* reescreve *senhor* substituindo-o e determinando-o com outro sentido. Nesse sentido, conclui Ferraz (2014) que

[...] é possível perceber o funcionamento de dois movimentos semânticos: em primeiro lugar, o senhor quer mostrar que a carta é um exercício de benevolência; entretanto, ao se intitular *patrono*, o senhor demonstra que, mesmo concedendo a liberdade, ele continuará a *ser senhor de*, como as definições lexicográficas demonstram, ou seja, o item lexical explicita a manutenção do servilismo do escravo. (FERRAZ, 2014, p. 128)

Em terceiro, Souza (2015), buscando responder a questão *como se caracteriza semanticamente o direito do escravo à liberdade, na sociedade escravocrata do Brasil Império?*, analisou num corpus de processos jurídicos do século XIX, da Imperial Vila da Vitória, atualmente Vitória da Conquista – Bahia, integrantes do corpus DOViC, e textos legais escravistas do período de 1815 a 1885, o funcionamento dos termos *liberdade*, *escravo*, *africano livre* e *liberto*, fundamentando-se na Semântica do Acontecimento (GUIMARÃES, 2002). Como resultado, demonstrou que

[...] a concessão da liberdade servil foi paulatinamente constituída, na sociedade escravocrata do Brasil, por quatro modos, em decorrência do ordenamento jurídico no Império e de um conjunto de interesses políticos e econômicos; e que enunciações de escravos e de libertos estão representadas, em processos jurídicos do corpus, por meio de reescrituras parafrásticas, nas quais aquelas se constituem memoráveis, que o presente do acontecimento recorta e por meio do qual é possível descrever as vozes de escravos e de libertos. (SOUZA, 2015, p. vi)

Um exemplo da análise pode ser visto a partir do excerto 3.2.2.2 da dissertação, referente à um processo datado de 1874, do Acervo do Arquivo da 1ª Vara Cível de Vitória da Conquista:

Excerto 3.2.2.2

[...] juntei a estes autos a petição que ao diante se segue. Eu José Antonio de Andrade Escrivão o escrevi.

II^{mo}. Sn^f. Juiz Municipal e Orfãos em exercício

Dizem os libertos Manoel Ferreira Campos, e Veronica Carolina do Carmo, por seu curador abaixo assignado, que achando-se os mesmos no gozo de suas liberdades desde o dia 27 de Fevereiro do corr^e. anno de 1874, em virtude das cartas ou tutela que lhe conferio D. Carlota Carolina do Carmo, [...] E conseguitem.^e – tendo sido os Supp^e. enterrupidos ou ameaçados no gozo livre da liberdade do m.^{mos} por um credor da caza da m^{ma}. D. Carlota que pretende chamar os supp^e. a escravidão violando assim um dos seos mais sagrados dirt^{os}. naturais; vem os m^{mos}. por seu curador abaixo assignado, requerer a V. S^a. se sirva mandar manter os Supp^{es}. em suas plenas liberdades para que depois dessa porssão eles proseguirem nos últimos termos de sua acção, que será proposta pelo curador dos Supp^{es}. nos termos de direito [...]. (SOUZA, 2015, p. 115-116)

Conforme analisa Souza (2015),

O enunciado “que achando-se os mesmos no gozo de suas liberdades desde o dia 27 de fevereiro do corrente ano de 1874” articula-se por dependência à forma verbal “dizem”, constituindo-se seu complemento. Nele, o termo “liberdades” é um memorável de “direitos” de enunciações anteriores, que o presente da enunciação retoma. Destaca-se que na expressão “[...] em virtude das cartas ou tutela [...]”, esta é uma reescrituração sinonímica de “carta”, fazendo significar que a carta de liberdade concedida pelo senhor/senhora designou, muitas vezes, como neste caso, poder contar com sua proteção para impedir que o direito à liberdade fosse desrespeitado por terceiros. O enunciado “que lhe conferiu D. Carlota Carolina do Carmo” articula-se por dependência ao termo “liberdades”, determinando que os libertos possuíam um tipo de liberdade adquirido por títulos, por oposição ao direito natural do senhor. (SOUZA, 2015, p. 117)

Por sua vez em quarto lugar, Carvalho (2016) investigou sentidos de *mãe* em funcionamento em processos de tutela do período pós-abolicionista da cidade de Rio de Contas – BA, datados de 1888 a 1895. Tais processos são movidos por ex-senhores contra suas ex-escravas pela tutela dos filhos destas, nascidos sob a vigência da Lei do Ventre Livre. A pesquisa buscou responder a questão *quais sentidos de mãe funcionam em processos de tutela pós-abolicionistas de Rio de Contas – BA?*. Para tanto, mobilizou pressupostos da Semântica Argumentativa e da Semântica do Acontecimento na análise de dois corpora: um principal composto por sete processos de tutela e um segundo *corpus* constituído pela Lei do Ventre Livre, buscando-se comprovar a hipótese de que funcionam, em tais processos de tutela, sentidos de *mãe* que remetem ao funcionamento social de duas estruturas familiares no Brasil oitocentista, uma relativa à família

livre e outra à família escrava. Os dados analisados demonstraram que "[...] os sentidos de *mãe* materializados nos processos de tutelas e na Lei do Ventre Livre referem-se à *mãe ex-escrava* e singularizam-na diferenciando-a da mãe branca de elite, a qual tais sentidos não se aplicam" (CARVALHO, 2016, p. viii).

Um exemplo da análise pode ser visto a partir do excerto 2 da dissertação,

Excerto 2 (tutelas)

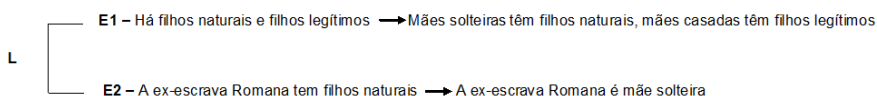
Diz Estanislau Francisco de Azevedo que, tendo em sua companhia os menores Maria de 14 annos e José de 12, filhos naturais de sua ex escrava Romana, solteira, libertada pela Lei de 13 de Maio do corrente anno [...]

(Tutela nº 1, f.2, cx 2, estante 12, 06/07/1888 – AMRC – grifo nosso)
(CARVALHO, 2016, p. 58)

Carvalho (2016, p. 59) verifica que,

[...] no enunciado destacado, “Filhos naturais de sua ex escrava Romana, solteira”, há a caracterização da mãe como solteira duas vezes: a primeira quando o Locutor faz referência a maternidade dos filhos e, ao fazê-lo, emprega a expressão “filhos naturais” e a segunda quando ele emprega a palavra *solteira* ao se referir a mãe ex-escrava.

Tomando como base a Teoria da Polifonia de Ducrot (1984), o enunciado acima possui um Locutor (assimilado ao ex-senhor) e dois Enunciadores como destaca Carvalho (2016, p. 59):



Segundo Carvalho (2016, p. 59), E2, ao afirmar que os filhos de Romana são naturais, a caracteriza como mãe solteira, isto porque, caso fosse casada, seus filhos seriam filhos legítimos. Reafirmando sua posição, o Locutor diz que a ex-escrava Romana é solteira. Assim, conclui Carvalho:

Mesmo se essa mãe tivesse um relacionamento, se convivesse com o pai de seus filhos, ou seja, se o pai fizesse parte do núcleo familiar, para um

patriarca, ela não deixaria de ser solteira, pois, naquela época esse tipo de relacionamento não era considerado nem como casamento, nem como qualquer outro tipo de relacionamento legal. Somente um matrimônio oficializado pela Igreja Católica era válido, isto é, só uma união sacramentada pela Igreja era capaz de fazer uma mulher solteira tornar-se uma mulher casada, o que representava muita dificuldade para o escravo, por motivos diversos [...] (CARVALHO, 2016, p. 59-60)

Os quatro trabalhos aqui apresentados contribuíram duplamente: de um lado com as pesquisas em Linguística, mais especificamente em Semântica, abordando o sentido da escravidão e da liberdade; e de outro, com a Memória e a História.

A seção 4 dedica-se a apresentar resultados da pesquisa sobre o sentido da palavra *interpretação* em livros didáticos, no âmbito do projeto do PPGLin/UESB *Constituição enunciativa do sentido*, coordenado pelo Prof. Adilson Ventura da Silva, também desenvolvido no LAPELINC/UESB.

4. Os sentidos da palavra interpretação em livros didáticos

Partindo da importante questão de se entender o porquê, de um modo geral, há uma dificuldade em se interpretar textos, desenvolve-se no LAPELINC, sob a supervisão do Prof. Adilson Ventura da Silva, pesquisas relacionadas aos sentidos de *interpretação* em livros didáticos.

Assim, como o aprendizado de interpretação de textos se dá, na maioria das vezes, em sala de aula, hipotetizamos que os recursos didáticos utilizados para este ensino/aprendizagem constituem de modo decisivo o modo como os alunos irão interpretar textos. Dentre estes recursos didáticos, elegemos o livro didático como lugar de nossas pesquisas, por ser um dos principais recursos usados pelos professores. Partindo dessa questão e dessa hipótese, situamo-nos no campo teórico da Semântica do Acontecimento para analisar esta palavra em acontecimentos específicos. Porém, ao começar as pesquisas, observamos também o funcionamento semântico de outros conceitos, fazendo necessário, para se entender o que é interpretação, estudar outros conceitos, tais como trabalho, família, humor, feminino, masculino, liberdade, língua, etc. Como resultados desses trabalhos, temos algumas dissertações de mestrado, artigos e apresentações em eventos científicos. Além disso, observamos algumas questões que serão desenvolvidas posteriormente, principalmente no que se refere à articulação do sentido com a Ética, o qual traz aspectos fundamentais para se entender algumas discussões ditas polêmicas na atualidade.

Posto isso, vamos apresentar aqui uma pequena análise sobre os sentidos de interpretação no livro “Português: Linguagens, 8º ano” de Cereja e Magalhães (2009). Este livro é um dos mais utilizados em escolas públicas de todo o Brasil, sendo que, em 2015, 2.313.339 coleções foram distribuídas no país. Então podemos dizer que, pela quantidade de pessoas que esta obra alcança, ela possui imensa influência na formação dos alunos, construindo, em grande parte, o modo como eles entenderão vários conceitos, dentre eles o de interpretação. Queremos salientar que o livro em análise é a versão para o professor e, com isso, temos acesso às respostas sugeridas pelos autores.

Ao observar o sumário deste livro, ele apresenta uma divisão na qual há 4 Unidades, sendo que cada Unidade possui três capítulos. Em cada um desses capítulos temos, para os nossos interesses aqui, uma parte intitulada “Estudo do texto” e outra “Compreensão e Interpretação”. Assim, temos a palavra *interpretação* em uma expressão que a coloca numa articulação de coordenação, que é “aquela que toma elementos de mesma natureza e os organiza como se fossem um só da mesma natureza de cada um dos constituintes” (GUIMARÃES, 2009, p. 50). Esta articulação produz um acúmulo de elementos, que os coloca numa relação de sinonímia. Após esta primeira análise, a partir do sumário, a palavra *interpretação* aparece em cada um dos capítulos. Sendo assim, por representar bem a construção de sentidos da palavra *interpretação* neste livro, iremos trazer somente um recorte para a nossa análise, no capítulo 1 da Unidade 1.

Uma primeira observação é que neste item, que aparece enquanto um exercício para se compreender e interpretar um texto, não possui qualquer explicação ou significação do que seja interpretação. Isto traz um sentido, pelo memorável que esta falta traz, de que todos já sabem de antemão o que seja interpretar. Então, antes mesmo de começarmos a nossa análise no exercício, já temos que compreender o que é construído como sinônimo de *interpretar* e que, na construção dos sentidos, ambos são determinados por *todos já conhecem*. Passamos agora à análise do exercício sobre Compreensão e Interpretação.

No exercício em análise, temos um total de onze perguntas sobre o texto “O Povo: suas cores, suas dores”, de autoria de Luis Fernando Veríssimo. Não há a presença da palavra *interpretação* durante o exercício, mas pelas relações de reescritura, podemos observar que cada resposta é uma reescritura por expansão e por especificação de *interpretação*. Observando as perguntas, temos que em algumas dessas perguntas, há uma divisão em itens, perfazendo um total de 24 questões. Dentre essas questões, temos quatro que tratam especificamente de Gramática, algumas questões (7 no total) em que a resposta basicamente é uma cópia do texto e treze que, de certo modo, instigam os alunos a pensarem sobre um

significado para o texto, o que podemos dizer que são questões de interpretação.

Nesta divisão, para os objetivos que aqui propomos, em primeiro lugar não analisamos as respostas referentes à Gramática, na medida em que elas, apesar de poderem ajudar na interpretação e de também serem de suma importância para o aprendizado do aluno, não tratam diretamente da interpretação. Assim, nas questões que nos interessam diretamente para esta análise, pensamos na temporalidade⁶ que as questões em que a resposta seja uma cópia do texto trazem. Dessa maneira, mesmo que o texto não explique o que é interpretar, há uma construção de sentidos de que interpretar é copiar, isto por conta de que, para que o aluno possa responder, ele precisa “encontrar” a resposta no texto e transcrevê-la. Por outro lado, esta cópia também instaura uma futuridade de que, para interpretar um texto, basta copiar trechos. Com isso podemos dizer que, em um dos principais locais para se aprender a interpretar textos, grande parte dos exercícios de interpretação equivalem a cópia de textos.

As outras questões que pedem para o aluno atribuir um certo sentido no texto, trazem, no livro do professor, a resposta correta que o aluno deve dar. Assim, novamente pensando sobre a temporalidade, aqui recortamos um memorável de que, para qualquer exercício, há a resposta correta e a incorreta. E no Espaço de Enunciação, aqui caracterizado como a Escola, o aluno deve sempre “acertar” a resposta correta, a qual somente o professor possui. Por outro lado, o professor, ao utilizar um livro didático, geralmente segue o que está escrito em sua resposta. Isso constitui uma futuridade na qual interpretar é acertar a resposta correta. Também temos uma outra questão a ser trabalhada, relativamente às divisões estabelecidas neste Espaço de Enunciação. Considerando o Político como Guimarães (2002, p. 16): “O político, ou a política, é para mim caracterizado pela contradição de uma normatividade que estabelece (desigualmente) uma divisão do real e a afirmação de pertencimento dos que não estão incluídos.”, percebemos que há uma divisão na qual todos podem interpretar, inclusive é o que é pedido pelo livro, porém nem todos podem, na medida em que o livro que dá, geralmente, a palavra final. Ou seja, o aluno pode interpretar, mas essa interpretação só é válida a partir do que o professor diz. O professor, por sua vez, fica condicionado ao que está posto no Livro Didático.

Dentre estas questões de interpretação, temos duas que trazem uma particularidade na resposta. As questões 6.C e a 10.D. Na 6.C temos:

6.C Levante hipóteses: Por que a patroa se desculpa por ter dito que tem “um pé na cozinha”? Resposta pessoal. Porque essa é uma expressão bastante

⁶ Para ver mais sobre este conceito, ver Guimarães (2002).

preconceituosa, e a patroa percebeu a manifestação de preconceito em sua própria fala; ou porque imaginou que, com essa expressão, pudesse magoar a empregada, que trabalhava na cozinha. (CEREJA e MAGALHÃES, 2009, p.15).

E na 10.d temos:

10.d) Dê sua opinião: A “velha amizade” entre Geneci e a patroa deverá continuar? Por quê? Resposta pessoal. Espera-se que o aluno perceba que não, que a amizade mencionada foi apenas um recurso para tentar convencer Geneci. Além disso, a própria fala da patroa revela contradições e preconceitos em relação à empregada. (CEREJA e MAGALHÃES, 2009, p.15)

Nas duas questões há uma peculiaridade na construção de sentidos, que é a possibilidade de resposta pessoal para a questão, porém, ao mesmo tempo, já traz a resposta correta para o aluno. A diferença ocorre que na questão 6.c, apesar da resposta pessoal, todo o restante já aponta a resposta correta, sem possibilidade de outra interpretação. Em 10.d há uma resposta correta, porém, pela presença da palavra *espera-se*, esta interpretação pode ser outra. Ou seja, há a possibilidade de uma outra interpretação, de uma outra resposta, mas que ficará por conta da avaliação do professor, já que somente ele tem acesso a essa possibilidade de uma outra interpretação.

Com esta pequena análise que apresentamos acima, temos que no capítulo 1 da Unidade 1 desse livro, *interpretação* é sinônimo de *compreensão*, é determinada por *todos já conhecem*, por *cópia*, por *correto e incorreto*. Além disso, temos uma divisão política, nesse Acontecimento, na qual todos podem interpretar, porém a interpretação só é aceita a partir de certos lugares sociais, o de professor e o Livro Didático. Desse modo podemos mostrar, enquanto resultados dessa análise, que o Livro Didático, apesar de trazer exercícios para interpretar textos, não há explicação do que seja interpretar e, além disso, nos exercícios, as respostas dadas no Livro, que são reescrituras de *interpretação*, não permitem possibilidades de interpretação, na medida em que o aluno deve copiar ou deve “acertar” a resposta do livro.

Considerações finais

O presente trabalho teve como objetivo apresentar as pesquisas desenvolvidas no PPGLin/UESB, mais especificamente no LAPELINC, destacando, em primeiro lugar, o método cientificamente controlado de construção de corpus – o método LAPELINC – que foi concebido para atender a necessidades de preservação de documentos originais de grande

complexidade, como os livros notariais antigos, por serem manuscritos, exemplares únicos, de tamanhos não padronizados, e muitas vezes apresentando um estado de conservação que não possibilita seu intenso manuseio; em segundo lugar, pesquisas com a temática da escravidão que utilizaram e contribuíram com a construção de corpora de documentos relativos à escravidão no Brasil; por fim, pesquisas sobre o sentido da palavra *interpretação* em livros didáticos.

Referências

- ANSCOMBRE, J.-C.; DUCROT, O. L'argumentation dans la langue. **Langages**, Paris, n. 42, p. 5-27, 1976.
- BLUTEAU, Raphael. **Vocabulário português & latino: aulico, anatomico, architectonico...** Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 - 1728. 8 v.
- CAREL, M.; DUCROT, O. **La Semántica Argumentativa: una introducción a la Teoría de los Bloques Semánticos**. Buenos Aires: Colihue, 2005
- CARVALHO, Israela Geraldo Viana de. **Mãe (ex) escrava: análise semântica de mãe em documentos da escravidão e do período pós-abolição**. 2016. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2016. Orientador: Jorge Viana Santos.
- CEREJA, W. R.; MAGALHÃES, T. C. **Português: Linguagens - 8º ano**. 5. Ed. São Paulo: Atual Editora, 2009.
- DUCROT, Oswald. Esboço de uma teoria polifônica da enunciação. In: DUCROT, Oswald. **O dizer e o dito**. Campinas: Pontes, 1988. p. 161-218. Edição original: 1984.
- FERRAZ, Liliana de Almeida Nascimento. **A designação da palavra senhor: uma análise semântica do senhorio brasileiro na escravidão e sua continuidade no pós-abolição**. 2014. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Vitória da Conquista, 2014. Orientador: Jorge Viana Santos.
- GEBARA, A. **O mercado de trabalho livre no Brasil (1871-1888)**. Brasiliense: São Paulo, 1986.
- GRINBERG, Keila. **Liberata: a lei da ambiguidade: as ações de liberdade da Corte de Apelação do Rio de Janeiro, século XIX**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- GUIMARÃES, Eduardo. **Semântica do Acontecimento: um estudo enunciativo da designação**. Campinas: Pontes, 2002.

MALHEIRO, P. **A Escravidão no Brasil**: ensaio histórico, jurídico, social - v. 1. Petrópolis: Vozes, 1976. Edição original: 1866.

NABUCO, J. **O Abolicionismo**. Brasília: Editora da UnB, 2003. Edição original: 1883.

NAMIUTI, C.; SANTOS, Jorge Viana. De manuscritos históricos a corpora anotados: do Documento Digital Texto (DDT) ao corpus anotado. **A Cor das Letras (UEFS)**, v. 17, p. 60-66, 2016.

NAMIUTI, Cristiane; SANTOS, Jorge Viana. **Memória Conquistense: Implementação de um Corpus Digital**. Vitória da Conquista: UESB, 2013. (Projeto de pesquisa - CNPq 485098/2013-0).

NAMIUTI, Cristiane; SANTOS, Jorge Viana. **New challenges for ancient sources: DOViC experience in the new Historical Linguistics**. Conferência ministrada no Congresso de Humanidades Digitais em Portugal: Construir pontes e quebrar barreiras na era digital. Universidade Nova de Lisboa, 8 e 9 de Outubro de 2015. Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 2015.

NAMIUTI-TEMPONI, Cristiane; SANTOS, Jorge Viana. Novos desafios para antigas fontes: a experiência DOViC na nova linguística histórica. In: **E-Book do Congresso de Humanidades Digitais em Portugal: Construir pontes e quebrar barreiras na era digital – 2015**. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2016 (no prelo).

Paixão de Sousa, M. C.. Memórias do Texto. **Revista Texto Digital**, n. 2. 2006. Disponível em: <<http://www.textodigital.ufsc.br/num02/paixao.htm>>.

SANTOS, Dilma Marta. **Da liberdade à tutela**: uma análise semântica do caminho jurídico percorrido por filhos de ex-escravas no Brasil pós-abolição. 2013. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Vitória da Conquista, 2013. Orientador: Jorge Viana Santos.

SANTOS, J. V. **Liberdade na Escravidão**: uma abordagem semântica do conceito de liberdade em cartas de alforria. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem da UNICAMP, Campinas, 2008.

Santos, Jorge Viana, Cristiane Namiuti e Aline Costa. **WebSinC**. Vitória da Conquista: Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2015.

SANTOS, Jorge Viana. **Sentidos de Liberdade em cartas de alforria Baianas: a liberdade-escravidão**. Vitória da Conquista: UESB, 2010. (Projeto de pesquisa - FAPESB PPP 076-2010)

SANTOS, Jorge Viana; BRITO, Giovane Santos. A Transposição de documentos manuscritos históricos jurídicos para o meio Digital através da Fotografia Digital: O Método Lapelinc. **E-Book do Congresso de Humanidades Digitais em Portugal: Construir pontes e quebrar**

barreiras na era digital – 2015. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2016 (no prelo).

SANTOS, Jorge Viana; BRITO, Giovane Santos. Fotografia técnica de documentos para formação de *corpora* digitais eletrônicos: o método desenvolvido no Lapelinc. **Letras & Letras** (Online), v. 30, p. 421-430, 2014.

SANTOS, Jorge Viana; NAMIUTI, Cristiane. 2016b. **Documentos Oitocentistas de Vitória da Conquista e região** (DOViC). Memória Conquistense. UESB/LAPELINC, Vitória da Conquista-Bahia/Brasil. URL: <http://memoriaconquistense.uesb.br/websinc>.

SANTOS, Jorge Viana; NAMIUTI, Cristiane. **Corpora digitais para a história do Português Brasileiro - Documentos Históricos da região sudoeste da Bahia: aliança PHPB-Tycho Brahe**. Vitória da Conquista: UESB, 2010. (Projeto de pesquisa - FAPESB PET 00034-2010).

SANTOS, Jorge Viana; NAMIUTI, Cristiane. **De manuscritos históricos a corpora anotados: do Documento Físico (DF) ao Documento Digital Imagem (DDI)**. Feira de Santana-BA, UEFS: 2016. (Capítulo de livro organizado por Patricio Nunes Barreiros -UEFS). (No prelo).

SANTOS, Jorge Viana; NAMIUTI, Cristiane. O futuro das Humanidades Digitais é o passado. In **E-Book do Congresso doIV Congresso Internacional de Linguística Histórica**, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2017 (no prelo).

SANTOS, Jorge Viana; NAMIUTI, Cristiane. O objeto livro: a complexidade da forma e o digital. **Anais do X Congresso Internacional da ABRALIN**, Niterói, UFF, 2017 (no prelo)

SANTOS, Jorge Viana; NAMIUTI, Cristiane. **Semântica e Memória da escravidão: análise semântica comparativa de sentidos de liberdade em cartas de alforria oitocentistas de Vitória da Conquista-BA e Rio de Contas-BA**. Vitória da Conquista: UESB, 2014. (CNPq 471753/2014-9)

SLENES, R.W.; FARIA, S.C. Família Escrava e Trabalho. **Revista Tempo**, v.3, n. 6, p. 1-7, dez. 1998.

SOUZA, Cecília Ribeiro de. **O direito do escravo à liberdade: uma análise semântica**. (Dissertação) Mestrado em Linguística – Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2014. Orientador: Jorge Viana Santos.

UMA ANÁLISE SEMÂNTICA DE LIBERTO COMO “CIDADÃO BRASILEIRO” NA CONSTITUIÇÃO DO BRASIL DE 1824: O MEMORÁVEL DO NASCIMENTO

JORGE VIANA SANTOS - UESB
ANNA CLÁUDIA PEREIRA QUEIROZ - UESB

1. Introdução

No Brasil das primeiras décadas do Século XIX a sociedade se caracterizava por um modelo escravocrata marcado pela divisão. Num extremo, havia os senhores de escravos, considerados homens de fato e genuínos cidadãos brasileiros, plenamente cobertos pelos direitos previstos naquela época como inerentes à pessoa; noutro extremo, encontravam-se os escravos, considerados seres coisificados, à margem da sociedade, sem direitos previstos; e, intermediária a essas duas classes¹, existiam a classe dos libertos que, embora não mais se enquadrassem na classificação de escravos, tinham por força da lei, seus direitos limitados, diferenciados, em relação aos dos senhores.

Em tal contexto marcado pelo regime de escravidão e, após a Independência, pela figura de um imperador, foi escrita, em 1824, a primeira Constituição do Brasil, que foi, inclusive a responsável por atribuir ao Brasil, como prevê o Direito Constitucional, o *status* de Nação².

Considerando este cenário, neste artigo³, tomando como *corpus* a Constituição Imperial do Brasil de 1824, objetivamos responder a seguinte questão: *Qual(is) sentido(s) de liberdade funciona(m) para os libertos nessa Constituição, considerados juridicamente como cidadão?*

¹ Houve outros extratos sociais na época, a exemplo dos índios. Por recorte metodológico, estas três classes (senhores de escravos, escravos e libertos) serão consideradas.

² Conforme Lenza (2012), tal atributo este possível apenas a todo território que possua sua própria constituição.

³ Este texto está relacionado à pesquisa de dissertação de mestrado desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGLin) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), sob a orientação do Prof. Jorge Viana Santos, na qual estudamos sentido(s) da palavra *liberdade* encontrado(s) nas Constituições Brasileiras de 1824 e 1988. Tal pesquisa é englobada por um projeto maior, denominado *Sentidos de liberdade e escravidão no Brasil*, coordenado pelo Prof. Dr. Jorge Viana Santos (UESB/PPGLin); e apresenta resultados oriundos dos projetos Fapesb APP0007/2016 e APP0014/2016, CNPq 471753/2014-9.

2. Pressupostos teórico-metodológicos

Para as análises, tomaremos por base a Semântica do Acontecimento, como postulada por Guimarães (1995, 2002, 2009, 2011), neste caso, aliada complementarmente aos conceitos de liberdade *transitiva* e *liberdade intransitiva* (SANTOS, 2008).

Desenvolvida como uma semântica histórica da enunciação, a Semântica do Acontecimento caracteriza-se como um “[...] lugar em que se trata a questão da significação ao mesmo tempo como linguística, histórica e relativa ao sujeito que enuncia” (GUIMARÃES, 1995, p. 85). Nesta Semântica, o sentido é estabelecido por meio da relação sujeito-língua: o acontecimento é processo que determina a enunciação, a partir da qual ocorre essa relação. Dentre os conceitos postulados por Guimarães (2002; 2009; 2011), aqui merecem destaque os procedimentos enunciativos de produção de sentido *reescrituração* e *articulação* e o *memorável*.

As relações de reescrituração ocorrem no interior de um texto; seus reflexos podem atingir a estrutura textual. Como explica Guimarães (2009, p. 54), “[...] uma expressão reescritura outras de diversos modos. Tal como dissemos em Guimarães (2007) ela pode se dar por repetição, substituição, elipse, expansão, condensação e definição”.

Deste modo, podemos encontrar interpretações possíveis de algo já mencionado num enunciado, a partir de um processo de dizer e redizer algo.

Quanto às relações de articulação, tomadas enquanto relações de sentido, dizem respeito ao

[...] procedimento pelo qual se estabelecem relações semânticas em virtude do modo como os elementos linguísticos, pelo agenciamento enunciativo, significam sua contiguidade. Ou seja, a organização das contiguidades linguísticas se dá como uma relação local entre elementos linguísticos, mas também e fundamentalmente por uma relação do Locutor (enquanto falante de um espaço de enunciação) com aquilo que fala. Uma articulação é uma relação de contiguidade significada pela enunciação (GUIMARÃES, 2009, p. 51).

Assim funcionando, para Guimarães (2002, 2007, 2009), o elemento da articulação está relacionado com estas relações de contiguidade locais que afetam as expressões linguísticas no interior dos enunciados ou na relação entre eles; e pode ocorrer de três modos diferentes: por dependência, por coordenação e por incidência.

No tocante ao memorável, de acordo com Guimarães (2002, p. 26), trata-se, pois, do “[...] passado recortado pelo acontecimento”. Na

Semântica do Acontecimento, cada acontecimento é responsável por criar a sua própria temporalidade: é ele, o acontecimento, que cria esta temporalidade, e não o sujeito. Em decorrência, “[...] o passado no acontecimento é uma rememoração de enunciações por ele recortada, fragmentos do passado por ele representados como o seu passado” (GUIMARÃES, 2002, p. 15).

Por sua vez, quanto aos conceitos de *liberdade*, do ponto de vista semântico, Santos (2008) postula que na sociedade escravista brasileira funcionaram duas concepções de *liberdade*. Por um lado, a *liberdade intransitiva*,

[...] seria o conceito de liberdade como valor dito universal, porém relativizado como sendo válido apenas para membros de uma dada raça e classe (no Brasil do séc. XIX, os senhores, a elite econômica branca). Por ser dita “natural”, tal liberdade prescinde de complementação; gramaticalmente/semanticamente a palavra e seus derivados são intransitivos: a pessoa (senhor branco) tem (nasce com) essa liberdade intransitiva, sem complemento ([...] Liberdade_{SC}); é, portanto, livre sem complemento ([...] livre_{SC}) (SANTOS, p. 84).

Seria, assim, aplicável tipicamente apenas aos senhores, a elite econômica branca. Por outro lado, o autor define *liberdade transitiva* como a liberdade aplicável aos escravos que alcançaram a alforria, tornando-se liberto. Trata-se, pois, da

liberdade com complemento ([...] liberdade_{CC}), a qual, resultando de um processo, livra a pessoa de algo; é, pois uma liberdade de algo, aplicável apenas ao escravo: este ganha (por alforria costumeira ou positiva) a liberdade de algo e conseqüentemente, torna-se livre de (algo) [...] do trabalho cativo e suas decorrências previstas no regime escravista. Donde o liberto – escravo que sofreu o processo de “ganhar a liberdade” – ser uma pessoa *livre de* e não *livre*. Ou seja: ele é livre_{CC}, mas não é livre_{SC} (SANTOS, 2008, p. 84).

Feitas essas considerações, passemos para as análises.

3. Cidadão na Constituição de 1824: libertos e ingênuos

Por conseguinte, tomando, como *corpus* a Constituição Imperial do Brasil de 1824, para análise, recortamos dois excertos: artigo 6, *caput* e inciso I; e artigo 94, *caput* e inciso II.

Começemos pelo excerto 1, no qual destacamos (1-a) e (1-b):

Excerto 1

(1-a) Art. 6. São Cidadãos Brasileiros

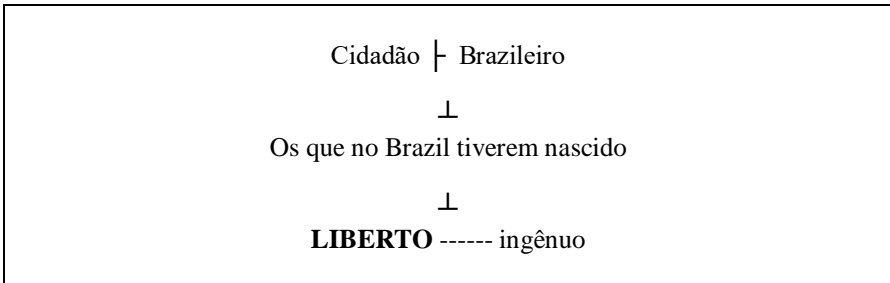
(1-b) I. Os que no Brazil tiverem nascido, quer sejam ingenuos, ou libertos, ainda que o pai seja estrangeiro, uma vez que este não resida por serviço de sua Nação.

[...]

(Constituição Política do Império do Brasil de 1824, Art. 6)

O artigo 6 da Constituição do Brasil de 1824, particularizado aqui como excerto 1, traz em (1-a) uma regra jurídica que dispõe sobre quais indivíduos eram considerados cidadãos brasileiros, pela Constituição de 1824. Nesse sentido, a partir de (1-b) temos que eram *cidadãos*, dentre outros, o *liberto* e o *ingênuo* nascidos no Brasil.

Destaca-se, em primeiro lugar, que em (1-a) encontra-se *Cidadãos brasileiros*, uma articulação de *cidadão* e *brazileiros*, o qual, por sua vez, é reescrito, por definição, em (1-b), como *Os que no Brazil tiverem nascido*⁴, termo este que vem reescrito por *ingênuos* e *libertos*, coordenados por um *ou*. Surge, porém, uma questão: Por que houve a necessidade de se enfatizar, no texto constitucional, a presença do *ingênuo* e do *liberto*, individualmente, na categoria dos cidadãos brasileiros? Juridicamente, *ingênuos* e *libertos* são colocados no artigo 6 em uma situação de paridade, pois a finalidade do artigo de lei foi realizar a inclusão de ambos na categoria de *cidadão*. Um DSD para tais relações de sentido seria o seguinte:



DSD 1: Liberto e ingênuo com *ou* inclusivo

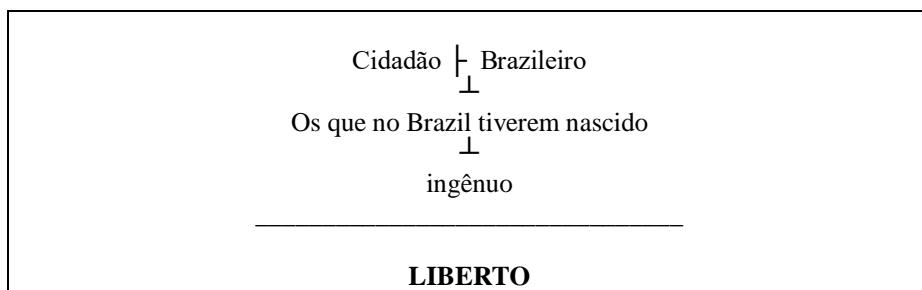
Entretanto, ocorre que em (1-b), em que temos a expressão “[...] *ou libertos* [...]”, esse *ou* semanticamente pode funcionar de duas formas diversas: como “ou” inclusivo, ao inserir o *liberto* no rol dos cidadãos brasileiros, e como “ou” exclusivo, ao diferenciá-lo dentro da categoria maior de *cidadãos*. Cria-se, assim, pelo funcionamento, uma repartição do sentido de *cidadão*: ser

⁴ Para uma análise pormenorizada do *Os*, enquanto reescritura, consultar Guimarães (2016).

ingênuo difere-se de ser *liberto*, em relação, por exemplo, a ter *nascido*. Nesse caso, como postula a Semântica do Acontecimento, tal fato se deve ao funcionamento de um memorável, relacionado à palavra *ingênuo*, memorável esse que remonta, por exemplo, à Roma Antiga, quando encontramos funcionando um sentido de *ingênuo*, como o documentado por Bluteau (1728): *ingênuo* servia para designar aqueles indivíduos que descendiam de pais livres e honrados. Tratava-se, portanto, de indivíduos nascidos livres, no sentido *intransitivo* do termo (cf. SANTOS, 2008), e oriundos de um modelo familiar patriarcal. Deste modo, como exemplo de *ingênuos*, tem-se os senhores de escravos do Brasil escravocrata de 1824.

Graças a este memorável, o excerto (1) rememora o sentido da divisão da sociedade em classes sociais, abarcando a cidadania, remonta de tempos mais antigos do que o período da Constituição Imperial do Brasil de 1824, reforçando, assim, a existência de uma subcategorização para “cidadãos brasileiros” e seus respectivos sentidos no texto. Isto porque, se por um lado, o *ingênuo* refere-se, pelo memorável, à família patriarcal, em contrapartida, *liberto*, tal como funcionando no Brasil escravocrata de 1824, é caracterizado por um outro memorável: o de um indivíduo que, num dado momento, não é escravo, é livre, mas apenas livre no sentido *transitivo* do termo (cf. SANTOS, 2008): livre_{SC}, um semilivre, ou um semi-escravo, oriundo de família escrava, de cunho matriarcal. E, é preciso ressaltar, por ter nascido como escravo, poderia voltar a sê-lo⁵. Quer dizer: em (1), a forma de nascimento, retomada pelo memorável, dividia o sentido de *cidadão*.

Em suma, em (1), a forma de nascimento, retomada pelo memorável, dividia o sentido de *cidadão*. Por conta disso, se no DSD 1, *liberto* e *ingênuo* podem figurar como sinônimos, refletindo o *ou* inclusivo, uma vez considerado o *ou* exclusivo, a relação será de oposição, antonímia, como se vê pelo DSD 2:



DSD 2: Liberto e ingênuo com *ou* exclusivo

⁵ Sobre o fato de um liberto poder retornar à condição de escravo, ver Santos (2008).

Por seu turno, ao considerarmos o excerto (2), é possível notar que tal divisão de sentidos se complementa:

Excerto 2

(2-a) Art. 94. Podem ser Eleitores, e votar na eleição dos Deputados, Senadores, e Membros dos Conselhos de Província todos, os que podem votar na Assembléa Parochial. Exceptuam-se

[...]

(2-b) II. Os Libertos.

[...]

(Constituição Política do Império do Brasil de 1824, Art. 94).

A repartição do sentido de *cidadão* em (2) aponta também para uma divisão no exercício de direitos. No caso do *liberto*, esta diferenciação funciona em **(2-b)**, quando a palavra *liberto*, mesmo sendo uma reescritura de *Eleitores*, aparece articulada a *Exceptuam-se*, verbo cujo sentido, nesse acontecimento, funciona como um mecanismo de excluí-lo dos direitos constitucionais: por direito, o liberto seria eleitor, tal como o ingênuo, caso funcionasse o sentido do *ou* inclusivo; mas foi excluído, tratado como exceção, fato que ratifica, o sentido do *ou* exclusivo. Assim, para o *liberto*, o sentido de *liberdade transitiva*, postulado por Santos (2008), estava em funcionamento, indicando que o *liberto* era, a rigor, uma espécie de escravo⁶ com movimentação de *status* social e jurídico. O liberto nascia (sempre) escravo⁷, e depois podia tornar-se um (escravo) liberto. Ou simplesmente, “[...] liberto é o que deixou de ser escravo [...]” (GUIMARÃES, 2016, p. 122) – mas, completemos – com a sempre presente possibilidade de voltar a sê-lo (cf. SANTOS, 2008).

4. Considerações finais

A partir das análises realizadas e no limite dos dados considerados, é possível afirmar que, se por um lado, o *ingênuo*, caracterizado pela *liberdade intransitiva*, não enfrentava restrições constitucionais, por outro lado, o *liberto*, caracterizado pela *liberdade transitiva*, enfrentava restrições constitucionais. A divisão da sociedade escravocrata em senhores (livres *intransitivos*) e escravos, que, num certo momento tornavam-se escravos

⁶ Sobre *liberto* ser, a rigor, um tipo de *escravo*, consultar Santos (2008) e Santos e Namiuti (2017).

⁷ Para a caracterização do *liberto*, conforme Santos (2008), era fundamental a figura da *mãe*, ou seja, a ênfase do padrão familiar do *liberto* seguia o modelo matriarcal, modelo este bastante comum no Brasil escravocrata, no qual não se praticava a escravização, mas sim prevaência o princípio *partus sequitur ventrem*, isto é, o filho de escrava nasce escravo, pois o que definia a condição escrava de alguém era sua forma de nascimento.

libertos (livres transitivos), foi, como vimos, semântica e juridicamente refletida pelo texto constitucional de 1824. Por este motivo, embora ambos estivessem incluídos na categoria dos cidadãos brasileiros, não podemos dizer que seu funcionamento era igual, pois, conforme mostraram as análises, há uma divisão de sentidos graças ao memorável relacionado ao modo de nascimento, fato que subcategoriza “cidadãos brasileiros”, dando origem, portanto, ao que podemos chamar de duas classes: *cidadão A*, o *ingênuo*, e *cidadão B*, o *liberto* ou, mais propriamente, o *escravo liberto*.

Referências

- BAHIA, Flávia. **Direito Constitucional**. Recife: Armador, 2017.
- BRASIL. **Constituição Política do Império do Brasil de 1824**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm>. Acesso em: 23/11/2017.
- GUIMARÃES, Eduardo. **Os limites do sentido**. Campinas: Pontes, 1995.
- GUIMARÃES, Eduardo. **Semântica do Acontecimento**. Campinas: Pontes, 2002.
- GUIMARÃES, Eduardo. **Semântica do Acontecimento: um estudo enunciativo da designação**. Campinas: Pontes, 2002.
- GUIMARÃES, Eduardo. Domínio Semântico de determinação. In: GUIMARÃES, E.; MOLLICA, M. C. (Org.). **A palavra: forma e sentido**. Campinas: Pontes Editores, 2007.
- GUIMARÃES, Eduardo. A enumeração: funcionamento enunciativo e sentido. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, v. 52, n. 2, 2009.
- GUIMARÃES, Eduardo. **Análise de Texto: Procedimentos, Análises, Ensino**. Campinas: RG, 2011.
- GUIMARÃES, Eduardo. A não igualdade dos não ingênuos: sobre escravos e cidadãos no século XIX no Brasil. In: FONSECA, R. (Org.). **A Conjuração Baiana e os desafios da igualdade no Brasil: história e discurso**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2016. p. 121-142.
- LENZA, Pedro. **Direito constitucional esquematizado**. São Paulo: Saraiva, 2012.
- QUEIROZ, Anna Cláudia Pereira. **Liberdade nas Constituições brasileiras de 1824 e de 1988: uma análise semântica**. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-graduação em Linguística da UESB, Vitória da Conquista, 2018. Orientador: Prof. Dr. Jorge Viana Santos.
- SANTOS, Jorge Viana. **Liberdade na escravidão: uma abordagem semântica do conceito de liberdade em cartas de alforria**. Tese

(Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem da UNICAMP, Campinas, 2008.

SANTOS, Jorge Viana; NAMIUTI, Cristiane. **O caso de liberto: datação e interpretação de alterações semânticas no léxico português.**

Comunicação apresentada no simpósio 50 (A cronologia do léxico do português), no VI SIMELP – Simpósio Internacional de Estudos da Língua Portuguesa, Escola Superior de Educação do Instituto, Santarém (Portugal), 2017.

A NOMEAÇÃO DAS RUAS NA COMUNIDADE QUILOMBOLA “TIA EVA” EM CAMPO GRANDE/MS: UMA ANÁLISE ENUNCIATIVA

KEYLA LIMA DA SILVA¹
ROSIMAR REGINA R. DE OLIVEIRA²

Introdução

A Comunidade Tia Eva é constituída como remanescente de quilombo, formada por descendentes da ex-escrava Eva Maria de Jesus, que foi alforriada em 1888. Faltando-lhe recursos para partir, Eva continuou na fazenda onde era escrava, em Goiás, até 1904 quando saiu com um grupo de negros libertos em direção a Mato Grosso, hoje Mato Grosso do Sul. Chegou a Santo Antônio de Campo Grande, naquele tempo um vilarejo, em 1905, onde instalou-se (RIBEIRO, 2014, p. 17). Naquele local desenvolveu-se a cidade de Campo Grande, e naquele espaço em que Eva Maria de Jesus fixou-se, encontra-se hoje o bairro Jardim Seminário, em que está localizada a Comunidade Tia Eva. São os nomes das ruas de uma parte desse bairro que compõem o corpus para as análises apresentadas neste trabalho, cujo objetivo é compreender como os sentidos funcionam ao nomear as ruas de uma parte do bairro, constituído pela comunidade de remanescentes quilombolas, descendentes de Eva Maria de Jesus, mais conhecida como “Tia Eva”, expressão que também cognomina a referida comunidade.

A partir das *posições informacionais*³ levantamos questões que tratam da relação da linguagem com o mundo. Questões essas que, para Guimarães, são incontornáveis aos estudiosos da linguagem (GUIMARÃES, 2005). Ao analisarmos os nomes das ruas da “Comunidade Tia Eva” consideramos o funcionamento semântico-enunciativo da *nomeação*, que, conforme Guimarães (2005), trata-se do modo pelo qual se dá um nome a algo; e a *designação*, que se trata do modo como um nome produz sentido/significação a partir das relações com a história. Essa relação é analisada na *enunciação*, o *acontecimento* do dizer (*ibidem*).

¹ Foi aluna de Graduação em Letras, pesquisadora PIBIC; é aluna especial do Mestrado na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Contou com apoio e financiamento CAPES/FUNDECT/CNPq.

² Professora na Graduação e no Mestrado na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Pesquisadora UEMS/FUNDECT/CNPq.

³ Cf. Guimarães, 2005, p. 43.

Buscamos expor os sentidos constituídos no acontecimento que nomeou essas ruas, e que foram nomeadas por um sujeito. Conforme Guimarães (2005, p. 8) é preciso pensar a “enunciação como um acontecimento no qual se dá a relação do sujeito com a língua”. Partindo desse conceito, é preciso considerar que a nomeação das ruas é dada dentro de um espaço de enunciação da Língua Nacional e por uma autoridade responsável por nomear.

Tomamos como referencial teórico a Semântica do Acontecimento, conforme desenvolvida por Guimarães (2004, 2004a, 2005, 2005a, 2007, 2008, 2009, 2011), que teve como base teórica, especialmente, Benveniste (1970) e Ducrot, (1977, 1981, 1987, 2008). As análises foram desenvolvidas considerando o *funcionamento semântico-enunciativo*, ou seja, observando “o funcionamento dos nomes num acontecimento afetado pela posição de sujeito jurídico-administrativo, enquanto posição de interdiscurso que afeta a língua neste acontecimento” (GUIMARÃES, 2005, p. 44).

O acontecimento de linguagem

Os estudos em Semântica do Acontecimento consideram que a *língua* e o *sujeito*, que se constitui pelo funcionamento da língua na qual enuncia-se algo, são conceitos decisivos para a análise do acontecimento de linguagem, e, ainda, segundo Guimarães (2005, p. 11), “um terceiro elemento decisivo, de meu ponto de vista, na constituição do acontecimento, é sua temporalidade”. A relação que o autor apresenta é entre a língua e o falante, e o acontecimento como a origem do tempo na linguagem. Nessa medida, o indivíduo é tomado pelas condições de produção, agenciado pela língua para enunciar em um tempo, como que inédito e presente. Esse presente não está nem antes e nem depois no tempo, e enquanto diferença, fixa sua própria temporalidade. Assim, conforme Guimarães, a enunciação, acontecimento da linguagem, “não é um fato novo enquanto distinto de qualquer outro ocorrido antes no tempo”, o que caracteriza o acontecimento enunciativo é que ele temporaliza, “ele não está num presente de um antes e de um depois no tempo. O acontecimento instala sua própria temporalidade: essa a diferença” (GUIMARÃES, 2005, p. 11-12).

Ao tratar da enunciação, Èmile Benveniste, em “O Aparelho Formal da Enunciação” (1976, p. 83), a considera como uma relação de apropriação em que a língua é posta em funcionamento pelo locutor que ao apropriar-se desse “aparelho formal” e enunciar, declara-se locutor “mas imediatamente, desde que ele se declara locutor e assume a língua, ele implanta o outro diante de si, qualquer que seja o grau de presença que ele

atribua a este outro. Toda enunciação é, explícita ou implicitamente, uma alocução, ela postula um alocutário”.

E para Oswald Ducrot, em “O esboço de uma Teoria Polifônica da Enunciação” (1987, p.168), a enunciação é o evento do aparecimento de um enunciado “o acontecimento é constituído pelo aparecimento do enunciado. A realização de um enunciado é de fato um acontecimento histórico: é dado existência a alguma coisa que não exista antes de se falar e que não existirá mais depois. É esta aparição momentânea que chamo “enunciação”.

Para Guimarães, afastando-se desses autores, a questão é como abordar a enunciação como parte do funcionamento de linguagem, sem fazer referência e centralizar todos os efeitos para um sujeito. Ele sustenta, assim, mais dois elementos decisivos para a conceituação de acontecimento: a temporalidade e o real. Quando expõe a temporalidade, diferentemente de Ducrot, Guimarães (2005, p. 11-12) estabelece que ela “não é um fato novo enquanto distinto de qualquer outro ocorrido antes no tempo, o que caracteriza como diferença é que o acontecimento temporaliza”. E o real, aqui, não se trata do contexto ou da situação do momento em que o sujeito enuncia, como em Benveniste, trata-se do real enquanto materialidade histórica.

Nessa medida o sujeito é afetado pelo simbólico que constitui o mundo. Conforme Guimarães (ibidem) “trata-se de uma materialidade histórica do real. Ou seja, não se enuncia enquanto ser físico, nem meramente no mundo físico. Enuncia-se enquanto ser afetado pelo simbólico e num mundo vivido através do simbólico”. Assim, para conceituar a temporalidade, o autor recusa a afirmação de Benveniste, que trata desse conceito marcado por um “eu” que enuncia e instaura uma temporalidade, interessando para esse o aqui e o agora. Em Guimarães, a temporalidade é marcada pelo acontecimento, ou seja, “é o acontecimento que temporaliza”. Diferentemente de Benveniste que afirma que é o sujeito que temporaliza, Guimarães (2005, p. 12) afirma que “não é o sujeito que temporaliza, é o acontecimento. O sujeito não é assim a origem do tempo da linguagem. O sujeito é tomado na temporalidade do acontecimento”. Acontecimento que funciona porque o seu presente projeta um futuro e, por outro lado, tem um passado enquanto memorável, que o faz significar.

A ideia de passado, presente e futuro na temporalidade, ganha uma configuração única, pois o presente gera uma *latência de futuro*, abrindo o lugar dos sentidos, e tem um passado que não pode ser considerado como lembrança ou recordação, mas enquanto memorável. Conforme Guimarães (ibidem), “o passado é no acontecimento, rememoração de enunciações, ou seja, se dá como parte de uma temporalização, tal como a latência de futuro”. Assim, conforme o autor, “o acontecimento é sempre uma nova

temporalização, um novo espaço de conviviabilidade de tempos, sem a qual não há sentido, não há acontecimento de linguagem, não há enunciação”.

Desse modo, quando o sujeito, que trataremos como locutor, enuncia, ele está sendo tomado pelo funcionamento da língua. Como se fosse “a origem do dizer e assim da temporalidade” (GUIMARÃES, 2005, p. 14). Há, então, uma *disparidade* entre o tempo do acontecimento de enunciação e a “representação da temporalidade pelo Locutor. Essa disparidade significa diretamente a inacessibilidade do Locutor àquilo que enuncia” (*ibidem*).

Nessas relações, é importante considerar também o *espaço de enunciação*, para entender a estrutura de nomeação de uma rua. O espaço de enunciação é o espaço em que as línguas funcionam, pois é nele que ocorre a relação do falante com a língua, constituindo o sujeito. Conforme Guimarães, “são espaços “habitados” por falantes, ou seja, por sujeitos divididos por seus direitos ao dizer e aos modos de dizer. [...] O espaço de enunciação é um espaço político”. Para o autor, o político é

caracterizado pela contradição de uma normatividade que estabelece (desigualmente) uma divisão do real e a afirmação de pertencimento dos que não estão incluídos. Deste modo o político é um conflito entre uma divisão normativa e desigual do real e uma redivisão pela qual os desiguais afirmam o seu pertencimento (GUIMARÃES, 2005, p. 16).

É considerando o espaço de enunciação, conforme apresentado acima, como espaço político em que ocorre a nomeação, que serão analisados os nomes das ruas do bairro Jardim Seminário. O espaço de enunciação é o espaço da relação entre língua e falante, entre língua e sujeito. É possível observar esse lugar pelas cenas enunciativas, que “são especificações locais nos espaços de enunciação” (GUIMARÃES, 2005, p.23). As personagens dessas cenas, ou seja, “*aquele que fala*” e “*aquele para quem se fala*”, “não são pessoas, mas uma configuração do agenciamento enunciativo. São lugares constituídos pelos dizeres e não pessoas donas de seus dizeres” (2005, p, 23).

Guimarães (2009, p. 50) sintetiza as figuras da cena enunciativa da seguinte forma: “o Locutor (L), enquanto figura que se representa como origem do dizer; o locutor-x (l-x), enquanto lugar social do dizer; e o enunciador, enquanto lugar de dizer, o lugar de onde se diz”. De acordo com o autor “é nessa medida que, do ponto de vista semântico, podemos dizer que o funcionamento das expressões linguísticas são lugares de produção de sentido”. Ou seja, na medida em que as expressões são analisadas na enunciação enquanto relação da língua e dessa com o acontecimento em que ocorre o agenciamento. Além disso, consideramos

que, ao falar, o locutor-x pode ser agenciado por diferentes discursos, podendo enunciar de várias posições-sujeito.

Nas cenas enunciativas se pode observar a distribuição dos lugares de enunciação a partir do agenciamento enunciativo. Desse modo, é apresentada a divisão do locutor. Considerando que ao falar, o locutor utiliza a Língua Oficial do Estado dentro do espaço enunciativo, isto é, a Língua Nacional; assim, fala de um lugar de locutor. No caso do corpus, ao nomear as ruas podemos afirmar a existência de um “locutor-oficial” pois fala do lugar da administração pública da cidade, enquanto lugar social que enuncia, e um enunciador-universal, que coloca a enunciação dos nomes no mapa como nomes para todos e para sempre” (GUIMARÃES, 2005, p. 44). Esse enunciador-universal fala do lugar de quem diz uma verdade, devido a poder apresentar fatos que comprovem o que está dizendo. Desse modo, o que diz está acima da história e se apresenta como se falasse fora dela.

Sendo assim, ao analisarmos os nomes das ruas, no mapa da Comunidade Tia Eva, consideramos que o lugar social de locutor (locutor-x) significa na produção de sentidos dos nomes dessas ruas ao serem nomeadas por esse enunciador-universal.

Nomeação e relações de sentido: as ruas da Comunidade Tia Eva

A nomeação é apresentada no espaço enunciativo da Língua Oficial do Estado, que, no Brasil, podemos considerar que é também a língua nacional. Partindo desse ponto, *um aspecto importante deste funcionamento é o modo como a enunciação que nomeia uma rua relaciona com outras enunciações* (GUIMARÃES, 2005, p. 47): as que nomeiam santos, titulações eclesiásticas e instituição religiosa, por exemplo.

Entendemos aqui que, o ato de nomear está subordinado a enunciação que a nomeou, mas esta enunciação está sob outra enunciação. Diríamos que “a enunciação dos nomes de ruas é sempre uma enunciação a partir de outra enunciação” (idem).

Por essas relações, para analisarmos a designação dos nomes das ruas da Comunidade Tia Eva, apresentaremos, a seguir, os três tipos de análises conforme estabelecidas por Guimarães (2005, p. 45):

- sua estrutura morfossintática;
- seu funcionamento semântico-enunciativo;
- a configuração da temporalidade do acontecimento.

A Estrutura Morfossintática

Na sequência estão relacionados os nomes das ruas da “Comunidade Tia Eva” por categorias de sentidos. A partir dessas relações serão descritas e analisadas as estruturas morfossintáticas desses nomes:

a) Nomes de santo:

Rua São Maximiano
Rua São Faustino
Rua São Higinio
Rua São Simão
Rua São Heládio
Rua São Gilberto
Rua Santa Genoveva
Rua São Tomás de Aquino
Rua Santa Brígida
Rua Santo Aleixo
Rua Santa Águeda
Rua Santo Antão
Rua São Basílio
Rua Santo Acúrsio

b) Nomes determinados por titulação eclesiástica:

Rua Dom Cirílo
Rua Dom Lustosa
Rua Cardeal Arco-verde

c) Nomes próprios de pessoas:

Rua Ciro Nantes da Silveira – renomeada para – Rua Eva Maria de Jesus
Rua Antonio Francisco Nantes
Rua Alfredo Nobel
Rua Ladislau paz
Rua Frederico Abranches

d) Nomes próprios de pessoas determinados por titulação:

Rua Tenente Lira
Av. Pref. Heráclito Diniz de Figueiredo
Rua Mal. Câmara
Rua Comendador Bastos

e) Nomes determinado por instituição religiosa:

Rua do Seminário
Rua Diocese de Campo Grande

f) Nomes próprios de municípios de outros estados:

Rua Sabará – Município de Minas Gerais
Rua Ibia – Município de Minas Gerais
Rua Marajó – Nome de uma ilha do estado do Pará
Rua Sapucaí – região geográfica do sul de Minas Gerais
Rua Acarapé – variação de Igarapé, região geográfico de Belo Horizonte

g) Outros nomes de rua:

Rua Delta
Rua Canaã
Rua Bartiria

Olhando para as categorias acima, percebemos que os nomes das ruas do bairro Jardim Seminário apresentam uma variedade de estruturas. E nos perguntamos, assim como em Guimarães: “Qual a razão desta diferença de estrutura interna dos nomes próprios de rua?”. A resposta do teórico sobre o caso é que “estas diferenças dizem respeito aos diferentes agenciamentos enunciativos dos espaços de enunciação nos quais as nomeações se constituem e as designações funcionam” (GUIMARÃES, 2005, p. 47).

O funcionamento semântico-enunciativo

Iniciando a análise do item b, observamos agora, as cenas enunciativas da nomeação das ruas. Podemos afirmar que as enunciações utilizam no espaço enunciativo a língua Nacional. Partindo desse ponto, “um aspecto

importante deste funcionamento é o modo como a enunciação que nomeia uma rua relaciona com outras enunciações” (GUIMARÃES, 2005, p. 47): as que nomeiam santos, titulações eclesiásticas e instituição religiosa, por exemplo. Entendemos aqui que o ato de nomear está subordinado à enunciação que nomeou, mas esta enunciação está sob outra enunciação. Diríamos que “a enunciação dos nomes de ruas é sempre uma enunciação a partir de outra enunciação” (idem).

Como exemplo da *Rua Antonio Francisco Nantes, Rua Alfredo Nobel, Rua Ladislau Paz, Rua Frederico Abranche, Rua Ciro Nantes da Silveira e Rua Eva Maria de Jesus* (embora todas as pessoas conheçam esta rua por este nome, inclusive as instituições distribuidoras de correspondência, nenhum documento oficial foi encontrado, junto ao órgão competente, que prove a renomeação da Rua Ciro Nantes da Silveira para Rua Eva Maria de Jesus), cada uma dessas enunciações “que nomeia a rua e toma e inclui a enunciação que nomeou a pessoa” (GUIMARÃES, 2005, p. 48).

O mesmo caso ocorre com os nomes próprios de municípios de outros estados, como *Rua Sabará* (estado de MG), *Rua Ibia* (estado de MG), *Rua Marajó* (não é de um município, mas de uma ilha do estado do Pará), *Rua Sapucaí* (não é um município, mas uma região geográfica do sul de MG) e *Rua Acarapé* (variação de Igarapé, que é a região geográfica do município de Belo Horizonte). Observa-se que através desse modo de nomear, a enunciação está sob outra enunciação.

Existem outros casos semelhantes a esses, mas envolvem duas enunciações. São os de nomes próprios de pessoas determinados por titulação: *Rua Tenente Lira, Av. Prefeito Heráclito Diniz de Figueiredo, Rua Marechal Câmara, Rua Comendador Bastos*; e os de nomes determinados por titulação eclesiástica: *Rua Dom Cirilo, Rua Dom Lustosa, Rua Cardeal Arco-verde*. Nesses dois casos “a enunciação retoma a enunciação que nomeou alguém e a enunciação que lhe deu um título” (GUIMARÃES, 2005, p. 48).

Há também um caso específico, conforme analisado semelhantemente por Guimarães, da *Rua do Seminário*. Esse seria um caso que ele chama de *sintagma preposicionado*. Aponta para uma *descrição definida*, que conforme ele, “mesmo sem conhecer a história, este tipo de nomeação não é uma descrição, mas funciona como se fosse” (2005, p. 49).

Com algumas análises do funcionamento semântico-enunciativo postas acima, é possível perceber que as enunciações são retomadas por um locutor-oficial, que nesse caso seria um vereador da Câmara Municipal, e esse está “tomado por um memorável, que se repete em enunciações distintas” (GUIMARÃES, 2005, p. 50).

Mas, particularmente, temos o caso da *Rua Eva Maria de Jesus*, conforme descrito na introdução: Eva Maria de Jesus, ex-escrava, alforriada

em 1888, continuou na fazenda onde era escrava devido à falta de recursos para partir. Apenas em 1904, com um grupo de negros libertos, saiu daquelas terras e chegou a Campo Grande, em 1905, instalando-se em Santo Antônio de Campo Grande (RIBEIRO, 2014, p. 17). A Comunidade Tia Eva encontra-se hoje no bairro Jardim Seminário.

Mesmo não sendo uma renomeação oficial, pois não encontramos documento oficial de que a alteração foi homologada, toda a sociedade aderiu ao nome. Talvez uma reparação histórica, que partiu dos sujeitos administrativos atuais, a fim de reparar a exclusão por não a considerar ao nomear as ruas do bairro Jardim Seminário. Ou, talvez, por uma questão de homenageá-la, reivindicada pelos descendentes da ex-escrava que hoje vivem no bairro.

Temos ainda o caso da *Rua Canaã*, uma das ruas, cujos moradores são os descendentes da Tia Eva. É possível dizer que nessa enunciação foi levada em consideração uma questão religiosa, assim como o nome do bairro, retratando as terras sagradas do povo Israelita.

A temporalidade do acontecimento

Como vimos no ciclo das enunciações, a forma de nomeação das ruas ocorre na relação com a história de nomes que são repetidos/retomados. Desse modo, a designação dos nomes das ruas do bairro Jardim Seminário se constitui na relação com essa história. “A questão, no caso, é especificar o que o acontecimento recorta como memorável” (GUIMARÃES, 2005, p. 52). No caso do bairro Jardim Seminário, encontramos um conjunto de nomes que enunciam um bairro com origens religiosas. A história, como é possível observar na sequência, nos aponta indícios, de onde podem ter sido essas origens. Em 1925, instala-se em Campo Grande a Missão Salesiana de Mato Grosso, com atividade também na área da educação, e cria-se o Centro de Educação Superior de Mato Grosso, em 1961, que ainda se encontra no bairro Jardim Seminário. Nesse caso, “o memorável do acontecimento” é a relação com uma linguagem com origens religiosas.

O texto, aqui caracterizado como o mapa, tem seu funcionamento quando inclui as enunciações, que são as nomeações e renomeações. Como tratamos acima da *Rua Eva Maria de Jesus*, que mesmo excluída fez parte da renomeação, uma rememoração. Nessa direção, podemos pensar em um memorável excluído.

Os periódicos encontrados na ARCA (Arquivo Histórico de Campo Grande), contam a história de que a ex-escrava, Eva Maria de Jesus, era devota de São Benedito e fez uma promessa, que se fosse curada de uma doença na perna faria uma capela, onde colocaria o santo que trazia na viagem. O milagre aconteceu e Tia Eva cumpriu sua promessa. Com

dificuldades, construiu a capela no bairro Jardim Seminário. Essa igreja foi tombada como patrimônio histórico de Campo Grande pela Lei Nº 3.523, de 15 de junho de 1998. Ao mesmo tempo em que encontramos referências religiosas nos nomes de rua do bairro, não encontramos, por exemplo, o nome *Rua São Benedito*. Podemos dizer aqui que temos um outro memorável excluído no acontecimento da nomeação.

Ainda nesse sentido, a própria *Rua Eva Maria de Jesus*, teria outro significado se fosse convencionada *Rua Tia Eva*, uma vez que a ex-escrava é mais conhecida por esse nome. São essas enunciações que significam nas cenas enunciativas.

Algumas considerações

A partir das análises desenvolvidas, foi possível observar a diversidade de estruturas morfossintáticas encontradas na nomeação das ruas do bairro Jardim Seminário, onde se localiza a Comunidade Tia Eva, e que oficialmente não apresenta uma só das ruas que faça referência diretamente à história dessa comunidade. Pelo funcionamento semântico-enunciativo, na relação com a temporalidade do acontecimento, é excluído o memorável da enunciação que nomeou Eva Maria de Jesus ou Tia Eva; assim como o memorável das enunciações que nomearam seus descendentes e, até mesmo o santo definido pela ex-escrava como padroeiro.

É incontornável a observação do funcionamento do político, nesse espaço de enunciação, que divide desigualmente o real, sendo negado a essa comunidade quilombola o direito à nomeação dentro da própria comunidade e, por outro lado, a afirmação de pertencimento dessa comunidade à história, ao nomear uma das ruas, ainda que extraoficialmente, como Eva Maria de Jesus.

As relações que significam na nomeação dessas ruas estão em funcionamento na linguagem e seus sentidos somente puderam ser interpretados a partir de um modelo de descrição e análise que relacionam a linguagem, a história e a sociedade.

Referências

BENVENISTE, Émile. Da subjetividade na linguagem. In. **Problemas de Linguística Geral I** (1966): tradução de Maria da Glória Novak e Maria Luísa Néri; revisão do prof. Isaac Nicolau Salum. 5. Ed. Campinas, SP. Pontes Editores, 2005.

BENVENISTE, Émile. O aparelho formal da enunciação. In. **Problemas de Linguística Geral II** (1974): tradução de Eduardo Guimarães et. al.; revisão técnica da tradução: Eduardo Guimarães. 2. ed. Campinas, SP. Pontes Editores, 2006.

DIAS, Luiz Francisco. Nomes de cidades de Mato Grosso: uma abordagem enunciativa. In. **Atlas dos nomes que dizem histórias das cidades brasileiras**: Um estudo semântico-enunciativo do Mato Grosso – (Fase I). Campinas, SP: Pontes Editores, 2016

DUCROT, Oswald. As escalas argumentativas. In: DUCROT, O. **Provar e dizer: leis lógicas e leis argumentativas**. São Paulo: Global Editores, 1981. 178-228pp.

_____. Esboço de uma teoria polifônica da enunciação. In. **O dizer e o dito**. Trad. Eduardo Guimarães. Campinas, SP, Pontes, 1987. 161-222 pp.

_____. Argumentação e “Topoi” argumentativos. In. GUIMARÃES, Eduardo (org.). **História e Sentido na linguagem**. 2.ed. Campinas, SP: Editora RG, 2008.

GUIMARÃES, Eduardo. Língua e Enunciação. **Cadernos de Estudos Linguísticos**. Campinas, SP: 1996.

_____. **Semântica do Acontecimento**: um estudo enunciativo da designação. Campinas, SP: Pontes, 2005.

_____. **Os Limites do sentido**: um estudo histórico enunciativo da linguagem. 3. ed. Campinas, SP: Pontes, 2005a.

_____. Enunciação e história. In. GUIMARÃES, Eduardo (org.). **História e Sentido na linguagem**. 2.ed. Campinas, SP: Editora RG, 2008.

_____. **Análise de texto**: procedimentos, análises, ensino. Campinas, SP, Editora RG, 2011.

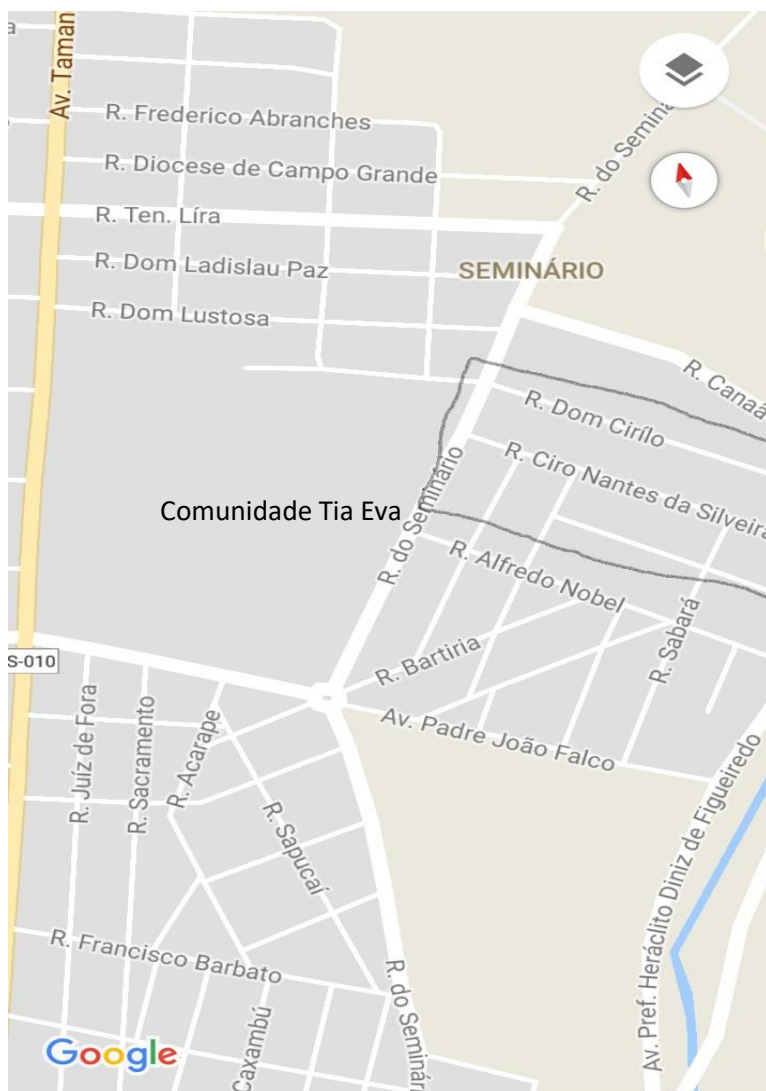
OLIVEIRA, Rosimar Regina Rodrigues. **A “marcha para o oeste” no Brasil: entre a civilização e o sertão**. (Tese de Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

_____. “O “progresso” e a significação da sociedade em alguns dos primeiros dicionários monolíngues brasileiros”. **Revista Rua** – Revista do Laboratório de Estudos Urbanos do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013. Disponível em: <http://www.labeurb.unicamp.br/rua/pages/home/capaArtigo.rua?id=148>.

RIBEIRO, Priscila de Oliveira. **Retratos da Comunidade Tia Eva**. Campo Grande, MS: FCMS/FIC (Gráfica Alvorada), 2014.

Câmara Municipal de Campo Grande - MS. Legislação Municipal. Disponível em: <http://www.camara.ms.gov.br/legislacao-municipal>. Acesso realizado em 31/07/2017.

ANEXO: Parte do mapa da Comunidade Tia Eva⁴



⁴ Disponível em: <https://www.google.com.br/maps/@-20.4239217,-54.6198568,15.75z>
Acesso realizado em 31/07/2017.

ARGUMENTAÇÃO, LINGUAGEM E CONHECIMENTO

SHEILA ELIAS DE OLIVEIRA - UNICAMP

Entretanto, seremos ainda cientistas, se nos desligarmos da multidão? Os movimentos dos corpos celestes se tornaram mais claros; mas os movimentos dos poderosos continuam imprevisíveis para os seus povos; a luta pela mensuração do céu foi ganha através da dúvida; e a credulidade da dona-de-casa romana fará que ela perca sempre de novo a sua luta pelo leite. A ciência, Sarti, está ligada às duas lutas.

Bertold Brecht, *A vida de Galileu Galilei*, (1938-1939)¹.

1. Galileu em Brecht: o conhecimento como questão social

Em sua peça sobre *Galileu Galilei*, Bertold Brecht nos coloca diante do dilema do cientista italiano que no século XVII afirma que a Terra gira em torno do Sol. Ao refutar a compreensão da Terra como centro fixo do Universo assumida pela Igreja Católica, então ligada aos Estados ocidentais, Galileu coloca em questão o saber dos sujeitos das sociedades ocidentais sobre si mesmos; o descentramento da Terra traz como consequência o descentramento de Deus, cujos olhos vigilantes sobre o centro do Universo (a Terra) determina uma manutenção da ordem social. Acusado de heresia pelo Tribunal da Santa Inquisição, Galileu acaba por confirmar a posição da Igreja, negando sua descoberta; ainda assim, é exilado e passa os últimos anos de vida sob a vigilância do Santo Ofício. Em sua peça, Brecht nos convida a interrogar como a descoberta de Galileu, se tivesse chegado às massas, poderia tê-las libertado de um destino traçado pela ordem de Deus, e as mobilizado na luta para mudar suas condições de existência; a submissão ao ‘destino traçado por Deus’, ele nos diz na voz de Galileu, torna perdida a luta da dona de casa pelo leite.

A reflexão proposta na peça nos coloca diante da importância da formação crítica, sustentada antes na dúvida que inquieta do que na credulidade que amortece as perguntas do sujeito sobre si e sobre o mundo

¹Tive a chance de ver a peça em Campinas, em 2015, com a trupe liderada por Denise Fraga no papel de Galileu Galilei. Na tradução de Roberto Schwarz, a peça está disponível em <https://portaldegaia.files.wordpress.com/2016/08/leben-des-galileu.doc> (consulta em 05/11/2016).

do qual é parte; ela também convida o cientista a interrogar sua prática, a se perguntar de que modo o conhecimento que produz é ou pode ser transformador, e em que medida este conhecimento chega (ou não) à sociedade.

Hoje, no Ocidente, a produção e a circulação dos conhecimentos científicos não são submetidas à censura do mesmo modo que na Itália de Galileu. Não há um grande tribunal autoritário institucionalizado, como a Santa Inquisição, e a ciência tem um estatuto social que a legitima. Esta legitimação, no entanto, não é igual para todas as áreas ou para todo o conhecimento produzido no interior das diferentes áreas. A censura, em sociedades democráticas, funciona de forma difusa, por vezes não direta ou explícita, mas visível em seus efeitos. Os financiamentos públicos para a pesquisa, em nome de interesses políticos e econômicos, viabilizam, na mesma área ou na disputa entre áreas, certos trabalhos de investigação em detrimento de outros. O pouco espaço das Ciências Humanas nos jornais e nas revistas de divulgação científica reforça o imaginário social assimétrico de legitimidade e relevância das áreas de conhecimento; quando as Humanidades aparecem nesses espaços, é muitas vezes sob a forma de notas, curiosidades e dicas que convidam menos à dúvida e à reflexão do que a uma nova credulidade: a fé cega nas novidades e promessas da ciência.

Tocada pelas questões que a peça de Brecht provoca, trago, como semanticista, uma pequena discussão sobre o desenvolvimento dos estudos da argumentação em uma configuração particular da Linguística no Brasil, e busco dar visibilidade ao potencial transformador deste conhecimento, que ainda não chega à sociedade de modo abrangente. A argumentação é um fato bastante presente nas interações verbais, sejam elas mais ou menos institucionalizadas: argumentamos para recorrer de uma multa de trânsito ou para decidir que filme ver no cinema. Existe argumentação porque os sentidos que a linguagem produz sobre o mundo são divididos. Refletir sobre a argumentação pode nos colocar diante da diferença de posições, e desestabilizar algumas de nossas certezas crédulas.

A configuração de que vou tratar se dá no Brasil, a partir do Departamento de Linguística do Instituto de Estudos da Linguagem (IEL) da Unicamp. Trata-se da construção de uma perspectiva enunciativa sobre a linguagem, sustentada no materialismo histórico. Ela faz encontrar, a partir dos trabalhos de Eduardo Guimarães, a reflexão sobre argumentação produzida pelo francês Oswald Ducrot no interior dos estudos enunciativos e a reflexão sobre linguagem, subjetividade e ideologia produzida no interior da Análise de Discurso filiada ao grupo do francês Michel Pêcheux, introduzida na Unicamp por Eni Orlandi.

2. Enunciação e discurso na linguística francesa

Na década de 1960, a mobilização política intensa nas sociedades ocidentais tem um modo particular de existência na França, onde o conhecimento em Ciências Humanas é tomado de modo decisivo por críticas à conjuntura social e cultural, suas bases econômicas e seu projeto de Estado, ligado aos projetos das potências capitalistas do Ocidente. O método então dominante nessas ciências, o estruturalismo, que busca uma razão interna aos objetos estudados sem considerar o modo como as exterioridades intervêm neles, é questionado em suas bases epistemológicas e suas limitações heurísticas. A ciência linguística, a partir da qual o método estruturalista é irradiado para as Ciências Humanas, é diretamente afetada. O que fica de fora nas diferentes propostas estruturalistas como um resto intratável pela ciência é recolocado como questão para o conhecimento da linguagem. No centro da crítica está a divisão hierárquica da linguagem entre uma parte essencial, caracterizada pela previsibilidade, homogeneidade e estabilidade, parte esta que se torna o objeto da disciplina, e uma parte acessória, na qual o imprevisível, heterogêneo ou instável restam como aquilo que não intervêm no funcionamento da linguagem e das línguas.

Nessa direção, a dicotomia entre *língua* e *fala* proposta no *Curso de Linguística Geral* de Ferdinand de Saussure (1916), obra que serve de base para o pensamento estruturalista em Linguística, é questionada. A *língua*, concebida no *Curso* como a parte organizadora da linguagem, se torna o objeto da “Linguística propriamente dita”, e é considerada autônoma em relação à atividade de *fala*. Caracterizada como um sistema social fechado e homogêneo de signos, a língua se opõe à assistemática, heterogeneidade e individualidade da *fala*. Os falantes partilham o tesouro social da língua em sua estabilidade e repetibilidade, e, sem afetá-la em sua sistematicidade, a exercitam na *fala* individualmente. A contradição que está na base da compreensão do falante ao mesmo tempo como indivíduo e parte de uma coletividade e a constatação de que as línguas se organizam tanto sócio-historicamente quanto nos processos de aquisição a partir das relações de fala são domesticadas por meio de uma ficção teórica na qual se opõem dicotomicamente essencial e acessório.

Em reação a essa perspectiva, as Teorias da Enunciação defendem a necessidade de a Linguística pensar a *fala* para compreender a *língua*, e romper as divisões estanques entre *sistemático* e *assistemático*, *social* e *individual*, *essencial* e *acessório* na compreensão deste par. No entremeio das Ciências Humanas, a Análise de Discurso, articulando Marxismo, Linguística e Psicanálise, busca desenvolver uma teoria da subjetividade,

trazendo para o centro da reflexão sobre a linguagem a constituição mútua de sujeito e sentido.

2.1 A enunciação

Um marco na institucionalização dos estudos enunciativos é o número 17 da Revista *Langages* organizado por Tzvetan Todorov em 1970, intitulado “*L’énonciation*”. Reunindo um conjunto de reflexões dedicadas à enunciação inscritas em diferentes disciplinas – linguística, filosofia, etnologia, estilística, psicanálise – este número temático da revista propõe retirar o caráter independente dessas pesquisas. Todorov reivindica a necessidade de introduzir a enunciação na Linguística, que tinha, segundo ele, se dedicado ao enunciado em detrimento da enunciação. Contra a divisão entre *língua* e *fala* posta no *Curso* de Saussure, ele declara que o exercício da fala “não é uma atividade puramente individual e caótica, e desse modo incognoscível. Existe uma parte irreduzível da enunciação, mas ao lado dela há outras que se pode conceber como repetição, jogo, convenção”, Todorov (1970, p.3 – minha tradução) define como o objeto de estudo dos artigos ali reunidos “as *regras* da enunciação e os diferentes campos de sua aplicação”.

Neste número da Revista *Langages*, está o texto frequentemente referido como fundador dos Estudos da Enunciação: “O aparelho formal da enunciação”, de Émile Benveniste. Na verdade, as questões de enunciação, centradas na relação entre língua, linguagem e subjetividade, percorrem todo o trabalho anterior deste autor². Para Benveniste, não há como falar em linguagem sem falar em subjetividade, já que “é na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito” (BENVENISTE, 1958, p. 286). A relação entre linguagem e subjetividade inclui necessariamente a língua, como sistema de signos; se a linguagem é possibilidade de subjetividade, é “pelo fato de conter as formas linguísticas apropriadas à sua expressão” (BENVENISTE, 1958, p. 289). O que faz funcionar a língua, entendida como sistema semiológico, é sua existência simbólica: “(...) no fundo de tudo está o poder significante da língua, que é anterior ao dizer qualquer coisa” (BENVENISTE, 1967, p. 234). Nas teorias enunciativas, a significação está no centro da questão linguística, e é desenvolvida a partir da relação entre o sistema da língua e a tomada da palavra pela linguagem.

Neste mesmo número da *Langages* organizado por Todorov, encontramos o artigo “*Les indefinis et l’énonciation*”, de Oswald Ducrot, autor de que trataremos aqui. Em um texto posterior ao da revista, de 1984, Ducrot afirma que

² Ver, a esse respeito, o belíssimo estudo de Aya Ono (2007).

a língua, como objeto teórico, “deve conter uma referência àquilo que para Saussure constitui a fala. O que significa dizer, no final das contas, que a distinção metodológica deve ser projetada sobre o dado segundo um traçado diferente daquele proposto por Saussure” (DUCROT, 1984, p. 64-5). Neste novo traçado se desloca a oposição entre *língua* e *fala* para a oposição entre *língua* e *enunciação*. Ducrot propõe uma semântica enunciativa estruturalista em que, diferentemente do *Curso* e de grande parte do estruturalismo em Linguística, o primado é da linguagem, e não mais da *língua*. A linguagem deve ser pensada, como concebe o método estruturalista, em suas relações internas. Assim, os falantes não são considerados senão em suas projeções na enunciação, aí compreendidos os encadeamentos argumentativos produzidos pela mobilização das formas da língua. Estas projeções, ainda que coloquem questões para a compreensão linguística, acabam, segundo a posição materialista à qual nos filiamos, domesticando a relação entre linguagem e exterioridade, ao restringir a reflexão sobre o falante às suas projeções na atividade enunciativa. A demanda por uma teoria da subjetividade que permita articular uma concepção do sujeito que enuncia, sua tomada da palavra enquanto falante e suas projeções na enunciação será o ponto fundamental do diálogo estabelecido pelas Teorias da Enunciação com a Análise de Discurso no Brasil.

2.2 O discurso

Filiando-se à leitura marxista de Louis Althusser, Michel Pêcheux, ao propor o discurso como objeto para uma nova disciplina – a Análise de Discurso – reflete sobre o funcionamento da linguagem afetada pela ideologia como sua exterioridade constitutiva. Enquanto “objeto social cuja especificidade está em que sua materialidade é linguística” (ORLANDI, 1996, p. 27), o discurso “materializa o contato entre o ideológico e o linguístico” (ORLANDI, 1990, p. 26). A oposição entre *língua* e *fala* do *Cours* de Saussure é substituída pela oposição entre *língua* e *discurso*. Pêcheux (1975, p. 91-93) afirma que a Linguística havia se dedicado até então ao sistema linguístico enquanto conjunto de estruturas fonológicas, morfológicas e sintáticas submetidas a leis internas, e defende que sejam tomados em conta os processos discursivos e, por meio deles, as contradições ideológicas que atravessam a unidade da língua. Nesses processos, se constituem mutuamente sujeito e sentido, pelo *assujeitamento ideológico* à língua, no qual se produz um sistema de evidências, caracterizado por Althusser:

(...) para você e para mim, a categoria do sujeito é uma “evidência básica” (as evidências são sempre básicas): é claro que você e eu somos sujeitos (livres, morais, etc.) Como todas as evidências, inclusive as que fazem com que uma

palavra “nomeie uma coisa” ou “tenha um significado” (incluindo, portanto, as evidências da “transparência” da linguagem), a “evidência” de que você e eu somos sujeitos – e de que isso não é um problema – é um efeito ideológico, o efeito ideológico elementar. (...) (ALTHUSSER, 1970, p. 132)

Segundo Pêcheux, dois esquecimentos constitutivos da relação do sujeito com a linguagem fazem funcionar este sistema de evidências: o esquecimento nº 2, pelo qual todo sujeito-falante “‘seleciona’ no interior da formação discursiva que o domina (...) *um enunciado, forma ou sequência, e não outro, que, no entanto, está no campo daquilo que poderia reformulá-lo na formação discursiva considerada*”; e o esquecimento nº 1, “que dá conta do fato de que o sujeito-falante não pode, por definição, se encontrar no exterior da formação discursiva que o domina” (PÊCHEUX, 1975 p. 173). Uma *formação discursiva* é, na formulação do autor³, “(...) aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito (...)” (PÊCHEUX, 1975, p. 160). A inscrição do sujeito no “‘todo complexo com dominante’ das formações discursivas” (PÊCHEUX, 1975 p. 162), o *interdiscurso*, está na base de todo dizer. Pelo esquecimento número 2, se produz o efeito de transparência da linguagem; pelo número 1, a ilusão de que o sujeito é a origem do dizer. O descentramento, a divisão, é a marca da inscrição do sujeito no campo do simbólico. Não se trata, portanto, de um sujeito cognitivo, “mestre em seu domínio” e estratégico em seus atos (face às coerções bio-sociológicas)” (PÊCHEUX, 1984, p. 229-230).

Buscando compreender as projeções do falante na língua e na enunciação próprias às teorias enunciativas a partir do assujeitamento ideológico, tal como propõe a AD, Guimarães (2002) considera que o *falante* não pode ser concebido como indivíduo empírico (psicofisiológico), tal como em Ducrot (1984a), e deve ser tomado como figura política da enunciação.

3. A argumentação na relação entre enunciação e discurso

3.1 Língua, linguagem e exterioridade na Semântica Argumentativa

Diferentemente dos estudos retóricos clássicos, que dão origem à reflexão sobre a argumentação na linguagem⁴, na formulação da semântica

³Pêcheux ressignifica no seu quadro teórico o termo emprestado a Foucault (1969).

⁴ Para um percurso da Retórica Clássica até as teorias da argumentação no século XX, ver Zoppi-Fontana (2006).

linguística ducrotiana, a argumentação não é pensada enquanto arte e técnica de persuasão, mas sim enquanto *direcionamento dos sentidos de um enunciado*, na relação entre os mecanismos linguísticos que a possibilitam e o modo como ela se realiza na enunciação. O enunciado⁵ liga o funcionamento de signos da língua às suas condições enunciativas; o entendimento de que signos produzem direções argumentativas leva a compreender a língua como “um instrumento intrinsecamente polêmico”. (DUCROT, 1972 p.41). Como tal, a língua, “independentemente das utilizações que dela podem ser feitas, apresenta-se, fundamentalmente, como o lugar do debate e da confrontação das subjetividades” (DUCROT, 1969 p. 30). Uma vez que o que o debate inscrito na língua manifesta divisões subjetivas socialmente estabelecidas, o estabelecimento de uma relação entre linguagem e exterioridade social se torna necessário na reflexão ducrotiana. Buscando manter o princípio estruturalista, no final da década de 1980, Ducrot traz para a sua teoria a noção aristotélica de *topos* (*topoi*).

O *topos*, na formulação de Ducrot, é um “princípio argumentativo” caracterizado por três propriedades: *universalidade* (é partilhado por uma comunidade linguística); *generalidade* (pode ser replicado em diferentes situações); *gradualidade* (mobiliza formas tópicas que se organizam em duas escalas que colocam em relação à direção ao ‘mais’ e ao ‘menos’: *quanto mais x, mais y/ quanto menos x, menos y/quanto menos x, mais y/quanto mais x, menos y*) a partir de *topoi* opostos entre si (DUCROT, 1989 p. 24). O conteúdo específico dos *topoi* não é determinado pela língua, mas se inscreve nas formas da língua: as palavras cheias “indicam o conteúdo do *topos*” e os operadores argumentativos (conjunções, quantificadores) “indicam sob qual forma o *topos* deve ser utilizado” (DUCROT, 1999 p. 5). O princípio estruturalista estaria então mantido, ao se tomar a exterioridade a partir de sua inscrição na língua.

Na década de 1990, quando começa a trabalhar na Teoria dos Blocos Semânticos junto com Marion Carel, Ducrot questiona a manutenção do princípio estruturalista nesta formulação dos *topoi*, e propõe abandonar a noção, substituindo-a pela de *bloco semântico*. Já discutimos em outro trabalho (OLIVEIRA, 2013) esta mudança, advogando que os blocos não tornam a teoria ducrotiana mais ou menos estruturalista do que suas versões anteriores. Na presente reflexão, importa trazer os *topoi* para fazer lembrar a necessidade que surgiu em Ducrot de relacionar a linguagem a uma exterioridade no tratamento da argumentação, e de teorizar sobre esta relação.

⁵O enunciado é entendido por Ducrot (1984a) como a realização de uma frase por um locutor.

3.2 A argumentação em uma semântica materialista

A teorização sobre a argumentação realizada por Ducrot, que esteve como convidado na Unicamp em diferentes períodos desde a década de 1970, inspira e mobiliza diretamente o pensamento de Eduardo Guimarães. Epistemologicamente, a diferença fundamental está na passagem do princípio estruturalista em Ducrot para a filiação materialista em Guimarães. A partir do diálogo com a Análise de Discurso, o brasileiro toma a exterioridade interdiscursiva como constitutiva das línguas e das relações de linguagem, e se opõe ao “primado da linguagem” ducrotiano⁶.

Na década de 1980, o Brasil passa por um processo de transição entre a ditadura militar instalada em 1964 e a reabertura democrática. Torna-se não apenas possível institucionalmente, mas necessário tanto do ponto de vista heurístico quanto político, fazer apelo à exterioridade social para compreender os conflitos inscritos na linguagem. É neste contexto político-científico que no Instituto de Estudos da Linguagem da Unicamp, fundado em 1977, os estudos da enunciação de Eduardo Guimarães⁷ buscam o diálogo com a Análise de Discurso de filiação pecheutiana, sendo ali desenvolvida por Eni Orlandi.

Há um deslocamento, a partir daí, na compreensão dos fatores que determinam as relações argumentativas: para Ducrot, os *topoi*, trabalhados a partir de oposições binárias; para Guimarães, a inscrição contraditória dos sujeitos falantes no interdiscurso a partir do funcionamento político da enunciação. As unidades de análise também são ampliadas: do encadeamento entre enunciados em Ducrot para os enunciados integrados a textos em Guimarães. O político, na formulação de Guimarães, é caracterizado “pela contradição de uma normatividade que estabelece (desigualmente) uma divisão do real e a afirmação de pertencimento dos que não estão incluídos” (GUIMARÃES, 2002, p.16). Esta contradição é observada naquilo que o acontecimento enunciativo constrói como o seu presente, pelo recorte de memoráveis inscritos na latência de sentidos das formas linguísticas. O presente da enunciação, segundo Guimarães, projeta um futuro de interpretação porque o acontecimento recorta um passado como memorável (GUIMARÃES, 2002 p.12). Esta projeção pode ser observada na diretividade argumentativa. Em uma pequena análise,

⁶ Encontramos uma reflexão recente sobre a linguística ducrotiana feita por Eduardo Guimarães, em Guimarães (2015).

⁷ No caminho aberto pela reflexão sobre argumentação produzida por Eduardo Guimarães, escrevi minha dissertação de mestrado (OLIVEIRA, 1998). Foi fundamental desde esse período o diálogo com Soeli Schreiber da Silva, e a leitura de sua dissertação de mestrado e tese de doutorado, publicados, respectivamente, em 1991 e em 1999.

buscaremos mostrar o modo como a abordagem de Ducrot e a de Guimarães tratam a relação entre linguagem e exterioridade e como o conhecimento sobre a argumentação oferece caminhos de interpretação das relações sociais e a possibilidade de compreensão do lugar da linguagem nessas relações.

3.3. Um gesto de análise

Tomaremos para análise argumentativa um pequeno texto jornalístico sobre o uso de cartões de crédito, publicado na Seção *Mercado* da Folha de S. Paulo em 2010, quando o predomínio do uso de cartões de crédito e débito não estava instalado no Brasil e o pagamento em dinheiro ou em cheque concorria com o uso dos cartões. O texto, intitulado “Cartão pode ajudar na organização”, argumenta pelas vantagens do “uso adequado” do cartão de crédito.

Cartão pode ajudar na organização

DE SÃO PAULO

Apesar dos riscos, os especialistas afirmam que o uso adequado do cartão de crédito oferece vantagens.

Segundo o educador financeiro Mauro Calil, o plástico pode ser uma boa ferramenta de controle de gastos, já que todas as operações ficam registradas e podem ser facilmente transferidas para uma planilha financeira.

Outra vantagem é a segurança, pois permite circular com quantias menores de dinheiro no bolso.

Além disso, lembra Márcio Rodrigues, professor da Investeducar, o usuário deve estar atento aos benefícios oferecidos, como descontos na compra de ingressos de cinemas, milhas aéreas e bônus para compra de eletrodomésticos e até mesmo carros.

"Também por isso é melhor concentrar gastos em um só cartão. Quanto mais você usa, melhores são os prêmios oferecidos", afirma Rodrigues.

Calil aconselha os consumidores a sempre negociar a anuidade cobrada pelo cartão.

"Todo ano faço isso e sempre consigo uma redução", afirma. (MS)

(In: Seção Mercado da **Folha de S. Paulo** de 27/09/10, disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/me2709201010.htm>)

Partiremos do enunciado inicial, que estabelece a orientação argumentativa do texto, exaltando as vantagens do cartão de crédito em detrimento dos seus riscos:

Apesar dos riscos, os especialistas afirmam que o uso adequado do cartão de crédito oferece vantagens.

A complexidade dos elementos que este enunciado põe em relação traz uma dificuldade metodológica para o seu tratamento a partir de *topoi* e formas tópicas. De um lado, o *uso adequado do cartão*, e, de outro, a oposição entre *vantagens* e *riscos*. Para Ducrot, o *topos* a que o enunciado leva, chamado de *moral*, possui um oposto, que ele denomina *topos cínico*. Formulam o *topos1* como *topos moral*, que sustentaria o enunciado:

TOPOS1: O uso adequado do cartão de crédito oferece mais vantagens do que riscos.

A oposição entre *vantagens* e *riscos* posta no enunciado, diferentemente da oposição entre *vantagens* e *desvantagens*, não se dá de modo constante na língua. Essa instabilidade nos leva a perguntar se *vantagens* e *riscos* podem entrar em escala invertida nas formas tópicas:

Forma Tópica1: Quanto mais se usa adequadamente o cartão de crédito, mais ele oferece vantagens (e menos ele oferece riscos (?)).

Forma Tópica 2: Quanto menos se usa adequadamente o cartão de crédito, menos ele oferece vantagens (e mais ele oferece riscos (?)).

As formas tópicas são duvidosas, uma vez que a instabilidade da oposição entre *vantagens* e *riscos* leva a questionar em que medida as vantagens do uso do cartão diminuem seus riscos. É preciso compreender o modo de significação desta relação no enunciado. Nele, as *vantagens* e os *riscos* do cartão de crédito estão ligados não ao seu *uso*, mas ao seu “uso adequado”. A qualificação do uso como “adequado” deve ser considerada para chegarmos ao *topos* oposto ao que sustenta o enunciado, o *topos cínico*. Mas como compreender o *topos2* formulado abaixo, como oposto ao *topos moral*?

TOPOS2: O uso adequado do cartão de crédito não oferece mais vantagens do que riscos.

Farei um exercício de desdobramento do *topos 2* em dois *topoi* cínicos a partir das duas oposições do enunciado – entre *vantagens* e *riscos* e entre *uso adequado* e *uso inadequado do cartão de crédito*. Chegamos, então, aos *topoi 2a* e *2b*:

TOPOS2a: O uso adequado do cartão de crédito oferece mais riscos do que vantagens.

Forma Tópica 2a.1: Quanto mais se usa adequadamente o cartão de crédito, mais ele oferece riscos (e menos oferece vantagens) (?).

Forma Tópica 2a.2: Quanto menos se usa adequadamente o cartão de crédito, menos ele oferece riscos (e mais oferece vantagens) (?).

TOPOS 2b: O uso inadequado do cartão de crédito oferece mais vantagens do que riscos.

Forma tópica 2b.1: Quanto mais se usa inadequadamente o cartão de crédito, mais ele oferece vantagens (e menos riscos) (?).

Forma tópica 2b.2: Quanto menos se usa inadequadamente o cartão de crédito, menos ele oferece riscos (e mais vantagens) (?).

O *topos 2*, proposto como cínico, causa estranhamento ao negar a relação entre *uso adequado* e *vantagens*, posta no *topos1*, moral. É preciso desdobrar o *topos 2* para compreender esse estranhamento. O *topos2a*, ao estabelecer a inesperada proporcionalidade entre *uso adequado* e *riscos*, é menos aceitável que o *topos2b*. A dificuldade de aceitação é gerada pela não-estabilidade da oposição entre *vantagens* e *riscos*. A interpretação do *topos 2* é então dirigida para o seu desdobramento no *topos2b*, que orienta para o uso inadequado do cartão de crédito como vantajoso. O *topos 2b* poderia ser considerado, na terminologia de Ducrot (1984a), como aquele em que um Locutor se afastaria do enunciador moralista que considera um certo uso do cartão de crédito ‘inadequado’ e se aproximaria do enunciador hedonista ou irresponsável para argumentar pelas vantagens do uso que o enunciador moralista considera ‘inadequado’. Mesmo assim, a oposição entre *vantagens* e *riscos* ainda deixa dúvidas sobre a realização das formas tópicas.

A análise argumentativa a partir de *topoi* se esgota nesse ponto. Ela nos dá pistas sobre o funcionamento simbólico do enunciado, ao evidenciar o distanciamento entre orientação argumentativa e verdade lógica. Com ela, pudemos observar o direcionamento argumentativo para a conclusão favorável ao uso do cartão de crédito, e sua construção a partir da oposição entre *vantagens* e *riscos* e da especificação do uso do cartão como *uso adequado*. Mas para compreender de que modo esta construção argumentativa se inscreve na divisão social dos sentidos sobre o cartão de crédito e o consumo, devemos considerar outras pistas na construção da argumentação, tais como o desenvolvimento textual da oposição entre *vantagens* e *riscos*, o fato de que o texto jornalístico faz parte de uma seção intitulada Mercado, e o de que ele oferece um conselho especializado ao leitor, ao qual atribui, contraditoriamente, a responsabilidade pelo “uso adequado” do cartão de crédito.

Propomos, então, outro gesto de análise, sustentado na posição materialista, que buscará compreender os movimentos argumentativos do enunciado no acontecimento político da enunciação, em sua integração ao texto, e na relação constitutiva com a divisão ideológica dos sentidos na memória interdiscursiva. Retomamos o enunciado inicial:

Apesar dos riscos, os especialistas afirmam que o uso adequado do cartão de crédito oferece vantagens.

Tomando como base o princípio materialista da não-evidência dos sentidos, desconfiamos da oposição entre *vantagens* e *riscos*, e ficamos

atentos ao modo como ela se dá no texto do jornal, que, caucionado pela fala de especialistas financeiros, defende as vantagens do cartão em detrimento dos seus riscos, e o faz supondo um “uso adequado” do cartão pelo consumidor.

A formação nominal *os riscos* é introduzida no enunciado pela concessiva *apesar de* que, segundo Guimarães (1987), seguindo Ducrot, apresenta o argumento mais fraco do par. Seguindo esta direção, no texto, a argumentação construída sobre a oposição entre *vantagens* e *riscos* explicita apenas as vantagens, e não os riscos. Este movimento direciona o foco do leitor para as vantagens, em detrimento dos riscos. Por sua vez, as vantagens enumeradas rememoram elementos usualmente significados como riscos nas enunciações sobre os cartões de crédito, transformando-os em vantagens: a (falta de) segurança e o (des)controle de gastos. Ao mesmo tempo em que deixa de explicitar os *riscos* nomeados, o texto se contrapõe a discursos circulantes sobre os riscos do uso do cartão. O gesto político de afirmação das vantagens no uso do cartão de crédito é também, nesta enunciação, um gesto de desqualificação dos riscos a ele atribuídos socialmente. Na mesma direção, a única oposição explicitada às *vantagens* vem atenuada: o pagamento de anuidade para o uso do cartão é apresentado como negociável e passível de redução.

A relação entre vantagens e riscos incide sobre “o uso adequado do cartão”. A qualificação de *uso* por *adequado* faz o foco da avaliação deslizar do objeto cartão de crédito para o sujeito usuário do cartão. Como efeito argumentativo, os “especialistas” financeiros, a quem o jornal atribui a avaliação ali apresentada (e, por extensão, o próprio jornal), podem se desresponsabilizar por um eventual uso mal-sucedido, que seria considerado *inadequado*. Este efeito de desresponsabilização por eventuais consequências mal-sucedidas do conselho especializado oferecido no texto jornalístico é reforçado em outros momentos do texto, com o emprego do verbo *poder*, que modaliza o caráter vantajoso do cartão: “cartão *pode* ajudar na organização” “o plástico *pode* ser uma boa ferramenta de controle de gastos”, e, por contraposição, com o emprego do verbo *dever* tendo como sujeito sintático *o usuário*: “o usuário *deve* estar atento aos benefícios oferecidos”.

Os “benefícios” e “prêmios”, tais como *descontos*, *milhas* e *bônus* em compras, constituem, aliás, a maior vantagem enumerada; ela é mais forte por ser introduzida pelo operador “além disso”, que eleva, segundo o princípio de escalaridade proposto por Ducrot (1974), a força do argumento que introduz: “*além disso*, (...) o usuário deve estar atento aos benefícios oferecidos (...)”. A argumentação deste texto se opõe a enunciações que advertem quanto a riscos do cartão de crédito em circulação na época em que o texto foi publicado, e o faz transformando os riscos veladamente em

vantagens: (des)controle de gastos, (in)segurança. Ela também destaca como vantagem as bonificações, que tornam o próprio cartão um item de consumo: “quanto mais você usa, melhores são os prêmios oferecidos”.

Essa argumentação, que se constrói como um gesto político de afirmação das vantagens no uso do cartão de crédito, não se funda no *topos* “o uso adequado do cartão de crédito oferece mais vantagens do que riscos”; ela produz um discurso consumista inscrito em uma formação discursiva capitalista liberal na qual esse *topos*, enquanto princípio de sustentação argumentativa, se torna possível. No discurso consumista, os cidadãos, interpelados como consumidores, são incentivados ao consumo, ao ponto de o próprio cartão, para o qual riscos possíveis são significados como prováveis vantagens, ser afirmado (promovido) como item de consumo. Os cidadãos são também responsabilizados pelas falhas eventuais no uso do cartão, já que este uso deve ser “adequado”, e, como consequência, o jornal e os especialistas financeiros são desresponsabilizados por eventuais problemas decorrentes do uso do cartão.

A análise materialista da argumentação nos faz compreender a enunciação do jornal e de seus especialistas como uma tomada de posição sobre sentidos ideologicamente divididos. Inscrita em uma formação discursiva capitalista liberal, essa enunciação, ao argumentar pelas vantagens (e contra os riscos) no “uso adequado” do cartão de crédito, significa a sociedade como sociedade de consumo e o cidadão como consumidor responsável pelos seus atos financeiros. Segundo Guimarães (1995, p. 82), a argumentação exige para ser interpretada “a presença do interdiscurso como memória no acontecimento. O que significa dizer que a argumentação está determinada pelo interdiscurso. A posição do sujeito, a posição de onde se fala é o “argumento” decisivo”. Ao compreender o modo de acontecimento da divisão dos sentidos na enunciação em sua relação com o interdiscurso, o leitor do jornal tem a possibilidade de se posicionar criticamente sobre o texto do jornal e sobre o uso do cartão de crédito.

4. Voltando a Brecht

Compreendida em uma posição materialista, a argumentação nos permite observar as divisões políticas de sentidos entre o funcionamento das línguas e as práticas sociais de linguagem. Uma análise argumentativa materialista, que busque dar consequência à relação entre as formas linguísticas, seu acontecimento na enunciação e sua inscrição na divisão de sentidos da memória interdiscursiva deve fazer parte do conhecimento crítico sobre a linguagem e sobre os sujeitos, porque diz respeito às tomadas de posição que assumimos, mesmo que por vezes sem nos darmos

conta, levados pelo efeito de evidência dos sentidos. Fazer esse conhecimento chegar às “multidões”, como propõe Brecht, a partir de dispositivos de interpretação consequentes, é um compromisso ético com uma formação crítica que permita desestabilizar algumas de nossas certezas crédulas e promova a possibilidade de mudança na relação dos sujeitos com a linguagem e a sociedade.

Referências

- ALTHUSSER, L. (1970) Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado In: ZIZEK, S. (org.) **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996, p.105-142.
- BENVENISTE, E. (1958) Da subjetividade na linguagem. In: BENVENISTE, E. **Problemas de Linguística Geral I**. Campinas: Pontes e Editora da Unicamp, (1966)/1995, 4 ed, p.284-293.
- _____. (1967) A forma e o sentido na linguagem. In: BENVENISTE, E. **Problemas de Linguística Geral II**. Campinas: Pontes, (1974)/1989, p.220-242.
- DUCROT, O. (1969) Pressupostos e subentendidos: a hipótese de uma semântica linguística. In: DUCROT, O. **O Dizer e o Dito**. Campinas: Editora da Unicamp, 1987, p.13-30.
- _____. (1972) Pressupostos e subentendidos: um reexame. In: DUCROT, O. **O Dizer e o Dito**. Campinas: Editora da Unicamp, 1987, p.31-43.
- _____. (1984) Estruturalismo, enunciação e semântica. In: DUCROT, O. **O Dizer e o Dito**. Campinas: Editora da Unicamp, 1987, p.63-88.
- _____. (1984a) Esboço de uma teoria polifônica da enunciação. In: DUCROT, O. **O Dizer e o Dito**. Campinas: Editora da Unicamp, 1987, p.161-218.
- _____. Argumentação e “topoi” argumentativos. In: GUIMARÃES, E. (org.) **História e sentido na linguagem**. Campinas: Pontes, 1989, p.13-38).
- _____. Os *Topoi* na “Teoria da Argumentação na Língua”. In: **Revista Brasileira de Letras**, v.1. n.1. São Carlos: Departamento de Letras, UFSCAR, 1999, p.1-11.
- ELIAS DE OLIVEIRA, S. *Igreja Universal do Deus: uma análise de argumentação em perspectiva discursiva*. Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem da Unicamp: Dissertação de mestrado, 1998, 115 pp., disponível em http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/270593/1/Oliveira_SheilaEliasde_M.pdf

- _____. Questões sobre o princípio estruturalista na semântica de Ducrot. In: SCHREIBER DA SILVA, S.e MACHADO, C. de P. (orgs.) **Estudos dos sentidos na semântica e no discurso**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2013, p.59-82.
- FOUCAULT, M. (1969) **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, 4ed.
- GUIMARÃES, E. **Texto e argumentação**: um estudo de conjunções do português. Campinas: Pontes, 1987.
- _____. **Os limites do sentido**: um estudo histórico e enunciativo da linguagem. Campinas: Pontes, 1995.
- _____. **Semântica do Acontecimento**. Campinas: Pontes, 2002.
- _____. Aquele que diz o que não diz: uma bibliografia de Oswald Ducrot. In: **Entremeios**: revista de estudos do discurso. v.11, jul.- dez./2015, p.167-178.
- ONO, A. **La notion d'énonciation chez Émile Benveniste**. Limoges : Lambert-Lucas, 2007.
- ORLANDI, E. P. **Terra à vista**: Discurso do Confronto; Velho e Novo Mundo. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.
- _____. **Interpretação**. São Paulo: Vozes, 1996.
- PÊCHEUX, M. (1975). **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Trad. de Eni Orlandi. Campinas: Editora da Unicamp, 1995, 2ed.
- _____. (1984) Especificidade de uma disciplina de interpretação (A Análise de Discurso na França) In:ORLANDI, E. (org.) **Análise de Discurso: Michel Pêcheux**. Campinas: Pontes, 2011, p.227-230.
- SAUSSURE, F. de. (1916) **Curso de Linguística Geral**. São Paulo: Cultrix, 1970.
- SCHREIBER DA SILVA, S. **Argumentação e polifonia na linguagem**. Campinas, Editora da UNICAMP, 1991.
- _____. **Argumentação e interdiscursividade** : o sentido do 'como se' na lei e na jurisprudência – o caso do concubinato.São Carlos : Mercado Aberto e Editora da UFSCar, 1999.
- TODOROV, T. Problèmes de l'Énonciation". In: **Langages**, 17, 1970, p.3-11.
- ZOPPI-FONTANA, Mônica G. Retórica e argumentação. In : Orlandi, E. e Lagazzi, S. **Discurso e textualidade**. Campinas : Pontes, 2006, p.177-210.

Os estudos da significação apresentados neste livro revelam o vigor da abordagem enunciativa. Por meio dos conceitos de acontecimento e de memorável, bem como do desenvolvimento específico dos conceitos de designação e argumentação, diversas análises são empreendidas. Boa parte delas estão voltadas para a compreensão dos sentidos de escravo e escravatura no Império Brasileiro e na atualidade. Os objetos de análise no livro não se esgotam com esse tema. As temáticas da tradução e da designação, principalmente de cidades e ruas, bem como os desdobramentos do conceito de argumentação nos estudos enunciativos, são também abordadas na obra. Certamente, o leitor vai encontrar na leitura desta obra um importante recorte do campo de estudos da enunciação da maneira como esse campo tem sido desenvolvido no Brasil.

Luiz Francisco Dias